

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E
CRIATIVIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Neri José Mezdri

DEMOCRACIA EM TEMPOS SOMBRIOS: DESAFIOS
DA EDUCAÇÃO E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Passo Fundo

2022

Neri José Mezadri

**DEMOCRACIA EM TEMPOS SOMBRIOS:
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU da Universidade de Passo Fundo - UPF, linha de pesquisa de Políticas Educacionais, requisito parcial e final para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob orientação do Professor Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo

2022

CIP – Catalogação na Publicação

M617d Mezadri, Neri José
Democracia em tempos sombrios [recurso eletrônico] : desafio da educação e das políticas educacionais na formação democrática / Neri José Mezadri . – 2022.
2.2 MB ; PDF

Orientador: Prof. Dr. Telmo Marcon.
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2022.

1. Educação e Estado. 2. Democracia e educação. 3. Pensamento crítico - Educação. I. Marcon, Telmo, orientador. II. Título.

CDU: 37.014.5

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese

“Democracia em tempos sombrios: desafios da educação e das políticas educacionais na formação democrática”

Elaborada por

Neri José Mezdri

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Doutor em Educação

Aprovada em: 05 de setembro de 2022
Pela Comissão Examinadora

Prof. Dr. Telmo Marcon
UPF – Orientador

Profa. Dra. Margarita Sgró
(Universidad de Tandil/Argentina)

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti
(PUC/PR)

Prof. Dr. Altair Alberto Fávero
(UPF)

Prof. Dr. Angelo Vitório Cenci
(UPF)

Profa. Dra. Cleci Teresinha Werner da Rosa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Dedico esta tese à teimosia de quem não se entrega diante de tantas dificuldades de pensar criticamente e de buscar fazer a diferença, de fazer das adversidades resiliência, não para buscar vantagens pessoais, mas para sonhar sonhos coletivos, para transformar sonho em utopia, a quem cultiva em seu interior e compartilha “em grupo” a fé na democracia. A quem luta diariamente contra o poder autoritário, contra a superficialidade e a “ignorância arrogante”, e que não deixa de acreditar que pode ser diferente, que a história não é repetição. A professores e estudantes que acreditam contra toda negação prática. Dedico a Elli Benincá, o incentivador primeiro.

Minha gratidão!!!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela oportunidade de cursar o doutorado e aos professores pela dedicação e por ajudarem a acreditar no poder do estudo e da pesquisa.

À Fundação Universidade de Passo Fundo pela bolsa-dissídio, através da atuação profissional no Centro de Ensino Médio Integrado-UPF, que viabilizaram meu estudo.

À Itepa Faculdades pela compreensão sobre a necessidade de diminuir minha atuação durante o período de realização do estudo e pelo espaço de cultivo de uma formação reflexiva e crítica.

Ao professor orientador, Telmo Marcon, pelo incentivo, parceria e diálogo produtivo na elaboração da tese e pelas concepções de mundo e de educação que compartilha.

À banca examinadora pelas contribuições feitas na qualificação e pela disponibilidade na leitura e avaliação do texto.

Aos colegas do grupo de pesquisa e colegas professores, pelo compartilhar de momentos, ideias, sonhos, leituras... e fazeres pedagógicos.

Aos estudantes do Integrado UPF por fazerem parte de minhas buscas e por desafiarem a pensar e acreditar na educação e nas pessoas.

À minha esposa, Simone, pela imensa ajuda, incentivo e compreensão para que pudesse me dedicar aos estudos nesse tempo.

Ao meu filho amado, Henri Gabriel. Nesse tempo, em função da pandemia, convivemos muito; brincamos pouco, em função do trabalho e do estudo. Aprendemos a cultivar a presença um do outro e a dialogar sobre muita coisa.

A familiares e amigos pelo incentivo e vibração dos que lutam pela causa da justiça!

Resumo

A tese “Democracia em tempos sombrios: desafios da educação e das políticas educacionais na formação democrática”, defendida no PPGEDU/UPF, na linha de Políticas educacionais, objetivou compreender a crise da democracia na contemporaneidade, bem como pensar em processos formativos e perspectivas políticas educacionais que levem à autonomia e à emancipação social, visando uma democracia de alta intensidade. O problema investigado diz respeito a como fortalecer e ampliar as experiências democráticas radicais, considerando o contexto marcado pela racionalidade concorrencial, pelo empobrecimento subjetivo e pela crise de representatividade que atinge, sobremaneira, a política. A hipótese aponta para a necessidade de transformação estrutural, a partir da pressão política sobre as medidas governamentais (do Estado), e de mentalidade, na direção do princípio da cooperação. A metodologia de trabalho privilegiou a pesquisa bibliográfica, assim como fontes documentais e dados estatísticos. Desenvolveu-se uma seleção ampla de autores visando construir um diagnóstico abrangente da realidade e prospectar uma nova “gramática social” a partir das experiências históricas. A trajetória seguida para dar conta deste empreendimento foi estruturada em três capítulos teóricos: “Tensão entre capitalismo (neoliberal) e democracia”; “Ambiguidades e potencialidades da democracia inaugurada no século XXI”; “Condições para a educação para a democracia”. Filiamo-nos, nesta tarefa, à tradição dialética para dar conta da complexidade dos acontecimentos, visando superar interpretações lineares dos fatos que envolvem o campo da educação. Esse exercício buscou fazer uma hermenêutica social, identificando alcances e limites da democracia para projetar avanços democráticos concebidos como modo de vida e não apenas como regime de escolha de representantes. A pesquisa revelou que a tarefa de educar para a democracia é complexa e que para tal faz-se necessário um movimento articulado entre sujeitos individuais e grupos sociais, mediados por processos formativos sustentados numa noção de pertencimento coletivo. Não se trata, portanto, de uma tarefa restrita à educação formal, mas deve privilegiar uma formação cultural ampla para o conjunto da sociedade, mediante o desafio de constituir e articular-se em “comunidades” com projetos comuns. Constatou-se que, no contexto atual, é imprescindível problematizar o funcionamento do capitalismo neoliberal em suas diversas formas de captura do poder por parte de grandes corporações e do esvaziamento do conteúdo da democracia que ocorre pelo sequestro da subjetividade e pelo predomínio de uma racionalidade concorrencial. A conclusão aponta para o desafio de consolidar uma educação pública de qualidade e o aperfeiçoamento de redes democráticas mediante a atuação de grupos sustentados no pensamento crítico-reflexivo e orientados pela utopia da cooperação e da reciprocidade. Educar para a democracia implica, pois, sustentar uma concepção democrática como dinâmica de ampliação permanente de espaços de participação direta dos cidadãos e uma noção de educação como processo social de troca de saberes constituintes de comportamentos sociais.

Palavras-chave: racionalidade concorrencial; crise de representatividade; formação cultural ampla; pensamento crítico-reflexivo; redes e processos democráticos.

Abstract

The thesis "Democracy in dark times: challenges of education and educational policies in democratic formation", defended at PPGEDU/UPF, in the line of Educational Policies, aimed at understanding the crisis of democracy in contemporary times, as well as thinking about formative processes and educational policies perspectives that lead to autonomy and social emancipation, aiming at a high-intensity democracy. The problem investigated concerns how to strengthen and broaden radical democratic experiences, considering the context marked by competitive rationality, subjective impoverishment, and the crisis of representativity that affects, above all, politics. The hypothesis points to the need for structural transformation, based on political pressure on governmental measures (the State), and of mentality, in the direction of the principle of cooperation. The methodology privileged bibliographical research, as well as documental sources and statistical data. A wide selection of authors was developed in order to build a comprehensive diagnosis of the reality and to prospect a new "social grammar" based on historical experiences. The trajectory followed to account for this undertaking was structured in three theoretical chapters: "Tension between (neoliberal) capitalism and democracy"; "Ambiguities and potentialities of democracy inaugurated in the 21st century"; "Conditions for education for democracy". We affiliate ourselves, in this task, to the dialectic tradition to account for the complexity of events, aiming to overcome linear interpretations of the facts that involve the field of education. This exercise sought to perform a social hermeneutics, identifying the reaches and limits of democracy in order to project democratic advances conceived as a way of life and not only as a regime for choosing representatives. The research revealed that the task of educating for democracy is complex and that this requires an articulated movement between individual subjects and social groups, mediated by formative processes sustained by a notion of collective belonging. It is not, therefore, a task restricted to formal education, but should privilege a broad cultural formation for society as a whole, through the challenge of constituting and articulating themselves in "communities" with common projects. It was found that, in the current context, it is essential to problematize the functioning of neoliberal capitalism in its various forms of power capture by large corporations and the emptying of the content of democracy that occurs through the kidnapping of subjectivity and the predominance of a competitive rationality. The conclusion points to the challenge of consolidating quality public education and the improvement of democratic networks through the action of groups sustained by critical-reflexive thinking and guided by the utopia of cooperation and reciprocity. Educating for democracy implies, therefore, sustaining a democratic conception as a dynamic of permanent amplification of spaces of direct participation of citizens and a notion of education as a social process of exchange of knowledge constituting social behaviors.

Keywords: competitive rationality; crisis of representativity; broad cultural formation; critical-reflexive thinking; networks and democratic processes.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 TENSÃO ENTRE CAPITALISMO (NEOLIBERAL) E DEMOCRACIA	25
2.1 CONSENSO NEOLIBERAL E LIMITES DA DEMOCRACIA	26
2.2 MUTAÇÕES CAPITALISTAS RUMO À RACIONALIDADE CONCORRENCIAL.....	41
2.2.1 Reestruturação do mundo do trabalho	43
2.2.2 Racionalidade concorrencial como modo de vida predominante	56
2.3 CAPITALISMO IMPRODUTIVO E DÉFICIT DEMOCRÁTICO.....	68
2.3.1 Poder e riqueza contra a economia	70
2.3.2 Desigualdade social e “subcidadania”	82
2.4 CAPTURA DO POLÍTICO E SEQUESTRO DA DEMOCRACIA.....	97
3 AMBIGUIDADES E POTENCIALIDADES DA DEMOCRACIA INAUGURADA NO SÉCULO XXI	102
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL-REPRESENTATIVA	104
3.1.1 O consenso minimalista: democracia formal e capitalismo “real”	107
3.1.2 Compreendendo a crise da democracia	114
3.1.3 Limites e possibilidades da democracia representativa	121
3.1.3.1 <i>O risco do fascismo social</i>	124
3.1.3.2 <i>O risco do fascismo político</i>	128
3.2 UM NOVO PACTO PARA UMA NOVA GRAMÁTICA HISTÓRICA	136
3.2.1 A nova gramática social como potência democrática	137
3.2.2 Sinais históricos da democracia de alta intensidade	145
3.2.2.1 <i>O Orçamento Participativo resgata a estima e a potência do “cidadão comum”</i>	147
3.2.2.2 <i>A experiência indiana da descentralização de decisões político-estatais em contextos de múltiplas desigualdades</i>	151
3.2.2.3 <i>A difícil luta contra a desigualdade de gênero na pós-revolução moçambicana</i>	154
3.2.2.4 <i>A experiência democrática com a marca indígena na Bolívia</i>	156
3.2.3 A história como utopia, não repetição	166
3.3 PARA ONDE VAMOS COM A DEMOCRACIA	172

4 CONDIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA	180
4.1 “EMPOBRECIMENTO DA SUBJETIVIDADE” E DA EXPERIÊNCIA	190
4.1.1 Do liberalismo econômico à personalidade autoritária	196
4.1.2 Pseudoformação e intolerância como obstáculos à democracia	206
4.1.3 Da “guerra” imaginária como estratégia, à guerra real como <i>modus operandi</i>	212
4.2 PRESSUPOSTOS PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	219
4.2.1 A educação como movimento de pensar-se com os outros	227
4.2.2 Formação cultural ampla e experiência formativa	234
4.2.3 Educação para a cidadania e a constituição de redes democráticas	246
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	272

1 INTRODUÇÃO

A ignorância é uma erva daninha que os ditadores cultivam entre seus seguidores, mas que a democracia não pode tolerar entre seus cidadãos (Beveridge)

A educação é um processo permanente de trocas culturais que produz saberes e comportamentos sociais. Enquanto ação sistemática, intencional e institucionalizada é programada, planejada e oferecida através de distintas instâncias e modalidades, da pré-escola à pós-graduação, passando por uma diversidade cada vez maior de formatos e dinâmicas. Enquanto processo social, estende-se por toda a vida das pessoas, revelando no ato educativo uma das marcas antropológicas intrínsecas. Os indivíduos que formam/integram a sociedade influenciam e são influenciados, afetam e são afetados pelos outros e pelo meio social, mesmo que isso ocorra de forma decisivamente distinta e proporcional à capacidade de refletir e tomar consciência do que se passa em seu entorno. Compreender o papel desempenhado pela educação pensada intencionalmente é uma tarefa crucial. Neste sentido, desenvolver condições para que o ser humano tenha capacidade reflexiva, analítica e crítica acerca do que acontece ao seu redor é fundamental para que possa tomar decisões de maneira autônoma. No entanto, há quem reduza a educação à capacitação instrumental, como mera ferramenta de qualificação para o mercado de trabalho. O dilema posto torna imperativo (re)discutir o papel da educação, ao lado do qual intencionamos distinguir a dinâmica sociocultural de constituição de “consensos” e racionalidades, considerando sua decisiva interferência na definição dos rumos das políticas e da educação de modo abrangente.

E por que educar para a democracia é algo que merece atenção numa tese? Em termos gerais, o século XX apresentou um saldo positivo sobre a democracia enquanto forma de governo e mecanismo formal de escolha de representantes para tarefas políticas. Poucas vozes ousavam levantar indícios de que estaríamos, num curto espaço de tempo, experimentando ameaças a um modelo de aparência consolidada e que parecia ter chegado para ficar. A mesma impressão não pode ser verificada nas primeiras décadas do século XXI. O que isso revela? Não se deu atenção para o que estava em ebulição ou para movimentos que sempre a acusaram de excesso de formalismo e pouca incidência real sobre o modo de vida das pessoas? Ou as ameaças vieram por outro viés, não de quem deseja seu aperfeiçoamento e sim de quem a julga radical demais? De qualquer maneira, a

quem cultiva alguma seriedade na análise convém atentar para os “novos ingredientes”, ao mesmo tempo, que se aprofunde e problematize as bases sobre as quais se configurou a democracia. Faz-se mister ainda observar se se trata de uma crise radical ou se está localizada no modelo adotado. Suas contradições e ambiguidades estavam ocultas por possíveis conquistas ou seus efeitos perversos eram sentidos apenas em determinados grupos sociais, o que os tornava insignificante para os que ocuparam o centro do poder?

A pesquisa analisa a crise da democracia no contexto político e econômico em que ela se dá, investigando a constituição de um processo de legitimação sociocultural da expansão do capitalismo de mercado e do proporcional esvaziamento do conteúdo da democracia. Faz-se necessário compreender a fundo a natureza e a intensidade da crise pela qual passa a democracia contemporânea, para mensurar o quanto pode representar o fim da democracia ou uma crise circunstancial, de um modelo que chega ao esgotamento. Está em jogo a potência que a democracia carrega. Ela foi suficientemente explorada em termos “técnicos” e quanto à capacidade de desenvolvimento humano em sociedade? É preciso, portanto, desvelar possíveis intencionalidades e interesses ocultos por trás da crise, analisar se isso mina por dentro ou inviabiliza a democracia como tal, bem como, a capacidade sociocultural, econômica e política de sustentação e de construção democrática sobre novas bases. Na constituição da hipótese, portanto, temos um o primeiro forte indício de tratar-se de uma crise de modelo liberal/representativo de democracia. Afinal, a democracia não é uma realidade uníssona, um bloco monolítico, mas está implicada num jogo de forças com regras mais ou menos estáveis. A hegemonia do sistema político democrático não representa o domínio da democracia em todas as relações. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 133): “pouco há de democrático nas sociedades com um sistema político democrático”.

A crise da “democracia real” tem muitas facetas a serem desveladas. Diz respeito a uma crise de legitimidade política originada por dentro da institucionalidade política e pela prática “dos políticos” e, em certa medida, provocada por setores da elite econômica que se beneficiam direta ou indiretamente desses períodos de colapsos. Segundo Castells (2018, p. 12) “a democracia se constrói em torno das relações de poder social que a fundaram e vai se adaptando à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições”. A crise em curso representa o rompimento dos vínculos subjetivos entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles que são eleitos e responsáveis por investir o dinheiro dos impostos em melhorias da vida das pessoas em sociedade. Isso se

assenta, em grande medida, sobre a tendência da classe política de defender os próprios interesses, a burocratização interna que afasta os militantes do controle dos partidos e de sistemas eleitorais dominados pelo marketing e por estratégias de comunicação, tornando o sistema autônomo em relação à participação dos cidadãos (CASTELLS, 2018, p. 13). Embora o funcionamento do sistema político tem mecanismos de autoproteção para não ser desnudado, o sentimento de frustração permanente e elevado ao extremo, gera indignação. Reforça-se, de tal maneira, o sentimento de não representação, talvez o mais consensual e evidente das manifestações de rua que circundaram as primeiras décadas deste século.

Os dados são alarmantes em relação à falta de representatividade e confiança nos agentes políticos. Mais de dois terços dos cidadãos do planeta julgam que os políticos não os representam, além de ser extremamente alta a desconfiança, por exemplo, dos espanhóis nos partidos políticos (65%) e mesmo os números dos que não confiam no sistema legal (54%), segundo dados apresentados por Castells (2016, p. 14-15). O diagnóstico acerca do que isso representa para a democracia não é tão simples. Há particularidades, como é o caso da afirmação da democracia liberal fundada no binômio democracia representativa e capitalismo neoliberal, que merecem atenção pela incidência sobre o tipo de democracia em vigor. Os processos de globalização acabaram por mascarar os efeitos das decisões políticas sobre a vida das pessoas num contexto de predomínio absoluto do sistema econômico de mercado. Não que os políticos não tenham responsabilidade e que o avanço deste modelo de desenvolvimento econômico não tenha tido colaboração valiosa do Estado, representados por diversos governos, inclusive de tendências ideológicas distintas. Mas a forma como o sistema financeiro é montado exige compromisso político – ou então falta criatividade e ousadia para buscar alternativas – com o funcionamento da economia (especulativa), sob pena de amargar o desgosto de ser responsabilizado pela precarização da vida social. Há interessados em tornar o sistema político e as instituições públicas em geral ilegítimos ao invés de corrigir as mazelas e a qualificarem a partir da participação, do controle social e da recuperação do sentido autêntico e genuíno da política.

Aquilo que poderia ser considerado o binômio que se consolidou no decorrer do século XX, tem revelado sinais de grave desequilíbrio no atual jogo político. Enquanto o capitalismo tem mostrado seu poder, não apenas no campo econômico, a democracia tem sido comprimida a procedimento formal, um modelo que “delega” poder político, cada vez mais condicionado pelos tentáculos de grandes corporações (financeiras), através de eleições regulares. Paradoxalmente, chegamos ao momento em que até sua característica

marcante, a representatividade, dá profundos sinais de fraqueza. Mais grave é a corrosão dos vínculos de confiança entre os indivíduos, que nasce da sensação de inutilidade ao outro e de não contar com a solidariedade dele quando necessitar (SENNETT, 2005, p. 170-171). A esfera pública deixou de produzir encantamento (ARENDDT, 2007, p. 30), e podemos ter chegado ao fim da vida pública (SENNETT, 2015, p. 187), quase como resultado da tirania da intimidade (SENNETT, 2015, p. 192). Diante de tamanha crise, poderia representar algum sinal de esperança o fato de que ao lado do sentimento de falta de representatividade, “a grande maioria continua defendendo o ideal democrático”? O desejo de participação direta é crescente¹ e também expresso nas manifestações de rua.

Mais do que isso, a hegemonia do capitalismo é comprovada ao menos de duas maneiras: uma muito mais evidente e presente no discurso político, outra mais sutil e que exige compreender os meandros das relações sociais e a identificação da lógica que compõe a ação dos indivíduos. Especialmente a partir da década de 1990, somadas a experiências anteriores, os Estados-nação foram adotando políticas econômicas de fisionomia neoliberal, com destaque para práticas como privatização das empresas, flexibilização das leis trabalhistas e baixo investimento em políticas sociais. Em nome da modernização e da lógica de diminuir o “peso” do Estado, tornando-o mínimo, um país atrás do outro foi adotando políticas econômicas desta natureza, com consequente aprofundamento das desigualdades, precarização das condições de trabalho (salário e estabilidade), além da ineficiência e a perda de qualidade no já precário serviço público de saúde e educação. Mas isso não é tudo: o neoliberalismo é um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

Este elemento mais sutil tem consequências profundas em termos de subjetividade, entranhando-se e transformando-se em modo de vida dos indivíduos. Constitui-se em racionalidade que exacerba a sensação de liberdade e autonomia sobre as escolhas individuais, submetendo o sujeito a assumir a responsabilidade sobre o sucesso ou o fracasso. Tal racionalidade acaba por minar laços sociais de generosidade, fidelidade, lealdade, solidariedade e de reciprocidade social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 365),

¹ Esse sentimento difuso é tratado no artigo intitulado “Os sujeitos sociais contemporâneos nas manifestações brasileiras de 2013: representações sociais em análise”, publicado no livro “Ciências sociais em estudo”, organizado por Glauco Ludwig Araújo, Editora UPF, 2019. Em outra oportunidade, participei da elaboração do artigo “Potencialidades e limites político-educativos das mobilizações no Brasil : desafios de tradução” (Linhas Críticas, 2020), coordenado pelo professor Dr. Telmo Marcon e em parceria com Ivan Dourado, outro doutorando do programa de Pós-Graduação em Educação da UPF.

forjando uma ética individualista que enfraquece a coletividade, as relações e a própria personalidade; nas palavras de Sennett (2005), corrói o caráter. Essa racionalidade transforma a norma geral de eficácia que se aplica à empresa em regra de vida do indivíduo, fazendo da obstinação por melhorar o próprio desempenho a única meta. É preciso fabricar para si mesmo um eu produtivo, fazendo da coerção econômica e financeira “*autocoerção e autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 245. Grifos dos autores).

O predomínio do capitalismo sobre a democracia expressa mais uma “convivência amigável” para evitar conflito do que propriamente uma tensão, revelando que, contrariamente ao que se deu com o capitalismo, a democracia nunca foi realidade em seu sentido radical. Tensionar implica levar às últimas consequências o significado da democracia e pressionar as relações capitalistas, quando estas inviabilizam condições socioeconômicas mínimas para uma parcela considerável da população, sem falar da formação política e da capacidade de discernimento sobre os representantes de causas legítimas da população. Para permanecer numa referência do período histórico mais recente, o Estado de bem-estar social, onde de fato foi desenvolvido, representou alguma proximidade maior do que se compreende pela democracia enquanto condições mais equânimes de vida. Sem deixar de considerar que a democracia radical implica na constituição de um tecido social articulado por redes de pressão por suas demandas, controle da atuação política e direcionados a um projeto coletivo de sociedade em permanente revisão por parte destes grupos de apoio. Mas afinal, o que está em questão quando se fala de democracia e qual a potência que ela carrega em termos de convivência humana em sociedade?

Democracia é “todo processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada” (SANTOS, 2016, p. 133). A democracia carrega em seu DNA um dos elementos invocados nas manifestações brasileiras de 2013, especialmente em sua fase inicial e quando tomada para além da guerra político partidária, o sentimento de participação direta. Aliás, noção muito invocada mundo afora no ciclo de protestos que antecedeu as manifestações brasileiras. Se o espírito capitalista exacerba a individualidade e tende a romper laços duradouros, a democracia promove a autonomia do sujeito, mas não ignora a dimensão da emancipação coletiva. Trata-se de outra maneira de conceber e educar para a participação cidadã, menos afeita às intervenções políticas diretamente oriundas do poder econômico, que reduz a cidadania à participação no mercado, para

reforçar a formação política do sujeito e sua atuação consciente no jogo de forças. A análise crítica das relações sociais e os efeitos sociais das medidas políticas e econômicas sobre a vida dos trabalhadores e dos cidadãos, concebidos como todos os que integram a sociedade, são alguns dos elementos considerados numa compreensão mais radical de democracia, uma noção que pertence à natureza própria da democracia.

Se a mutação em curso nas relações democráticas é uma provocação interessante para a pesquisa, investigar as implicações da educação para a democracia, ganha um ingrediente ainda mais instigante. Isso porque olhar para a educação implica num duplo sentido: a dinâmica de produção de uma racionalidade predominante e o movimento educativo intencional, que pode reforçar ou problematizar tal lógica. Nosso objetivo é investigar as possibilidades e implicações da educação para a democracia, considerando distintas formas em que se deu o exercício histórico da democracia e sua relação com o desenvolvimento econômico e as racionalidades e subjetividades que se constituem em torno destas. Neste sentido, interessa compreender o que sustenta e como se caracteriza a racionalidade de desempenho, a existência de outras racionalidades mais afeitas à democracia e reguladoras do ímpeto capitalista, bem como analisar sob quais condições socioculturais e educativas a democracia pode ser transformada em realidade. Esta tarefa exige um desdobramento em alguns objetivos específicos: compreender as bases do capitalismo de mercado, sua racionalidade e subjetividade correspondentes; identificar experiências de democracia em que os sinais de equidade social estiveram mais próximos e equilibrados com a democracia política; desvelar como determinadas racionalidades e subjetividades se constituíram e foram legitimadas culturalmente; identificar realidades e fazer um exercício epistemológico e sociológico de constituição de novas experiências democráticas a partir da contribuição de práticas educativas; apontar elementos formativos capazes de constituírem racionalidades afeitas à cooperação e subjetividades abertas e dispostas a compartilhar e não competir com os outros; apresentar uma perspectiva formativa ampla, aberta e emancipatória para promover redes de relações democráticas.

Ao discutir o tema da natureza de um objetivo e associá-los à educação, John Dewey (2007) afirma que a validade dos objetivos está em impedir que sejam impostos “de fora”. Quando definidos externamente à ação desenvolvida e ao grupo, não estimulam a inteligência intrínseca à situação dada e não passam de ordem vazia de significado.

Em vez de se relacionar com as atividades atuais de maneira direta, é remoto, divorciado dos meios pelos quais deve ser alcançado. Em vez de

sugerir atividades equilibradas mais livres e melhores, é um plano limitado de ação. Na educação, a vigência desses objetivos impostos externamente é responsável pela ênfase depositada na noção de preparação para um futuro remoto e pela transformação do trabalho, tanto do professor como do aluno, em algo mecânico e servil (DEWEY, 1979, p. 27).

A natureza da democracia estimula o envolvimento do conjunto dos atores, a fim de que o planejamento e a execução das atividades tenham por ponto de partida a participação dos responsáveis pela ação, portanto, que os objetivos sejam definidos pelos próprios sujeitos. Evidentemente que em termos de sociedade há de se pensar estratégias e possibilidades que promovam a participação direta através de espaços públicos, contando sempre com os limites da inviabilidade de todos estarem presentes na definição do futuro de uma cidade, por exemplo. O que fica evidente é que o modelo democrático em vigor foi pouco criativo para pensar estratégias nesta direção, o que se pode reduzir a práticas como a dos conselhos paritários, da atuação de movimentos sociais, além de práticas mais institucionalizadas como a dos próprios partidos políticos e outras mais “eventuais”, como é o caso de manifestações de rua, estas em caráter mais reivindicatório. Neste sentido, há que reconhecer o papel dos partidos na condução de processos governamentais, o que implica preparação, convicção teórico-política e competência operacional para desenvolver processos participativos eficientes diante da dificuldade de mobilização.

Retornando a Dewey (2007, p. 11), pode-se afirmar que as finalidades da educação dizem respeito à habilitação dos indivíduos a continuarem sua educação ou à capacitação para o desenvolvimento permanente. É importante frisar que o autor condiciona a validade de tais objetivos ao fato de tratar-se de uma sociedade democrática, explicitando as condições desta sociedade: “quando a relação de um homem com o outro é mútua e existem condições adequadas para a reconstrução de hábitos e instituições sociais por meio de amplos estímulos originados da distribuição equitativa de interesses” (DEWEY, 2007, p. 11-12). Ainda sobre os fins da educação, outro critério fundamental diz respeito à capacidade de os grupos sociais determinarem seus próprios objetivos, sem assumir como suas imputações exteriores a eles e que estão distantes da realidade desses agrupamentos (DEWEY, 2007, p. 12). Essas afirmações de Dewey ajudam a pensar sobre a criação de estratégias para que as pessoas consigam explicitar seus propósitos e assim consigam fazer valer esses objetivos no campo da educação. Há uma complexidade nisso porque as pessoas manifestam o que têm por objetivos a partir de compreensões e noções, por isso a atenção necessária a pertencimentos, condicionamentos e mediações da realidade.

A relação mútua entre os homens e a reconstrução de hábitos e instituições orientados pela distribuição equitativa de interesses aponta para uma realidade fundamentada em outra racionalidade que não a concorrencial. Que racionalidade seria essa? Se a referida racionalidade é hegemônica, por suposto existem outras, mesmo que estejam em condições de submissão. Também neste caso convém questionar-se que racionalidade(s) seria(m) essa(s) e se merece(m) atenção a ponto de sustentarem um confronto com a lógica predominante. Faz-se mister identificar que práticas estas racionalidades sustentam, a possibilidade de ampliação que elas têm, se há consistência teórica mínima para merecerem crédito e o potencial que elas têm de intensificar a democracia. Educar para a democracia encontraria desta forma um ponto de contato com o desenvolvimento de racionalidades que se sustentam em outra lógica que não a concorrencial. Que racionalidades seriam essas? Apontamos para a perspectiva da “cooperação”, que requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto (SENNET, 2013) e para o desenvolvimento de práticas de diálogo intercultural (SANTOS, 2021) e da construção de zonas de contato entre diferentes experiências formativas amparadas no pensamento crítico, na emancipação social e que fundam projetos coletivos de sociedade.

A temática geral da nossa pesquisa, portanto, diz respeito à educação para a democracia. A proposição do tema no contexto atual carrega três pressupostos: é possível um processo formativo que conduza à sociedade democrática; há problemas na atual configuração democrática, formalmente democrática, socialmente “fascista”; investigar esse tema é tarefa deveras complexa, à medida que tomamos a educação no sentido de processos sociais que interferem na subjetividade e legitimam ou questionam práticas político-econômicas, mesmo sem o fazer de modo direto e consciente. Nosso problema de pesquisa ganha, assim, a seguinte redação. Como vamos, através da educação, criar/ fortalecer experiências democráticas de alta intensidade (SANTOS, 2016), considerando o fato de o contexto atual ser marcado pela racionalidade concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016), pelo empobrecimento subjetivo (CASARA, 2018) e pela crise de representatividade que atinge a política? Parece importante explicitar mais a questão de estarmos nos referindo à educação como processo social, portanto, a tarefa não se reduz à educação formal, e aqui está parte da tese, implica a articulação de ações e sujeitos distintos e complementares. Investigamos a forma como a racionalidade concorrencial captura a política e se apropria ou conta com o apoio de espaços formativos, incluindo

universidades, grande mídia e até igrejas, para justificar e legitimar ações que acabam por esvaziar o sentido da democracia, e ignorar toda realidade que não se guia pelo princípio do cálculo do interesse pessoal. Isso significa que esse consenso neoliberal que nos conduziu até aqui foi constituído a partir de circunstâncias e estratégias e que interferir nessa história, na única história, implica pensar estrategicamente e que deslegitimar tal pensamento único é uma tarefa importante a ser desenvolvida e que também está em curso.

A tese se inscreve nesta possibilidade de que a sociedade conte com sujeitos individuais e grupos que atuam em diferentes campos para construir uma “nova hegemonia cultural”, baseada nos princípios da cooperação, do reconhecimento recíproco e da utopia (coletiva). Não se trata da reinvenção ou de recomeço porque não é possível “descer da nave” e reorientar a rota, mas continuar e ampliar processos e estabelecer novos embates acerca de temas e concepções que regem as relações na atualidade. Também não se trata de ignorar avanços significativos da humanidade, tecnologias e valores, como é o caso da liberdade e da autonomia individuais, mas de (re)direcionar essa potência para projetos coletivos. Aliás pensar nisso não remete apenas a um horizonte futuro, mas a povos ancestrais e suas práticas “comunitárias” e de uso comum de recursos naturais e mesmo outros ritmos de vida. “Na sociedade do trabalho e do desempenho de hoje, que apresenta traços de uma sociedade coativa, cada um carrega consigo um campo, um campo de trabalho. [...] Nós nos otimizamos rumo à morte, para melhor poder funcionar. Funcionar melhor é interpretado, fatalmente, como melhoramento do si-mesmo” (HAN, 2017, p. 115).

A perspectiva que apontamos implica em dois movimentos, um propriamente formativo-intelectual, se associa à formação cultural ampla, e implica em simplificar quando a complexidade impede o esclarecimento e desvendar a realidade, e explicitar novas questões e, de alguma forma, “complexificar” quando a simplificação encobre, esconde, camufla ou manipula. A segunda tarefa refere-se a processos formativos a partir da prática e da articulação de atores individuais e coletivos em vista da intervenção mais ampla na sociedade, o exercício permanente de cidadania. Trata-se de um movimento amplo e articulado de pensar-se em sociedade e que pressupõe fazer frente ao modo “empreendedor”/competitivo e implica apresentar um modo de vida “cooperativo”, que problematiza hierarquizações e desigualdades e promove processos sociais e experiências de educação escolar/formal marcadas por relações equilibradas, equânimes, recíprocas e justas, expressões da democracia radical. Esse movimento depende de uma contribuição valiosa da educação (pública de qualidade) formal, enquanto promotora formação cultural

ampla – com espaço para a artes, as humanidades e os clássicos – e não restrita à preparação técnico-profissional e de uma “autorização” individual a concepções de mundo predispostas ao outro. Os processos formativos têm um nível de autoformação. Também se necessita de um movimento de natureza social, que nasce e se constitui no interior da sociedade, através de pequenos grupos que se articulam em torno de demandas específicas e que dialogam com outros grupos e forjam a participação no nível político, para transformar o atual estado das coisas. É esse movimento complexo e articulado que permite transformar a estrutura de desigualdade, através de ações políticas e que tornam o Estado defensor do Estado de direito e, ao mesmo tempo, mudar a mentalidade dominante, da racionalidade concorrencial na direção do princípio da cooperação.

Olhando para a trajetória pessoal percebemos que a educação para a democracia ainda não foi objeto de investigação, embora nunca tenha estado distante e que o tema da democracia pode agora transformar-se em tema aglutinador ou ponto de contato entre os estudos realizados. Retomar os estudos feitos remete a pensar como o tema da educação para a democracia pode ser transformado em fio condutor da trajetória pessoal, recolocando elementos pesquisados como pano de fundo ou elementos secundários diante do que assumo agora como tarefa. Três considerações ainda são importantes neste primeiro olhar para trás: o processo de amadurecimento para discutir uma temática mais exigente e complexa; uma delimitação com maior potência e relevância social; o clamor do contexto sociopolítico e educacional atual. Outra perspectiva que identifica a trajetória é a análise crítica dos efeitos reducionistas do capitalismo em diferentes fases, a começar pela monografia da Filosofia, sobre os limites da liberdade propostas pela filosofia política de John Locke, perpassando estudos acerca da fase neoliberal mais recente.

Uma característica que pode ser identificada desde o primeiro estudo realizado é a compreensão de que a pesquisa faz parte de um projeto político, o qual ajuda a definir muita coisa na pesquisa sem comprometer o resultado do objeto pesquisado. Negar isso pode levar à afirmação da “neutralidade científica”, o que na área das ciências humanas pode implicar em enganar o leitor, quando não ao próprio pesquisador. Outro risco quando se quer fugir a todo custo da subjetividade na pesquisa é ignorar o movimento necessário para tratar com seriedade as fontes e buscar evitar conclusões precipitadas, ou então forçar a fonte de pesquisa a comprovar a hipótese do pesquisador. Esse equilíbrio é muito difícil e o risco de abordagens lineares exige vigilância permanente. De toda forma, cremos que uma transparência mínima quanto ao compromisso político traga mais ganhos que perdas,

desde que se evite precipitações ao estilo conspiração, mesmo com as complicações de momentos em que a defesa do Estado de direito e a democracia sejam confundidos com posicionamento em um dos pólos da suposta polarização. Se a neutralidade não é uma possibilidade, a seriedade e a busca da imparcialidade no trato do objeto e na interpretação das fontes, garantem validade e justeza da pesquisa.

Enquanto objeto de estudo é importante considerar que cada pesquisa constrói seu caminho e transforma-se em novo empreendimento. De outra parte, pode-se identificar um movimento que se sustenta no pensamento crítico, que problematiza a realidade marcada pelas hierarquias transformadas em desigualdades, e busca identificar lógicas contra-hegemônicas em práticas existentes. Há uma complementaridade entre a atuação dos movimentos sociais e a tentativa de interpretação acadêmica de tais fenômenos enquanto esforço intelectual. Os movimentos sociais foram objeto de estudo em pelo menos quatro ocasiões distintas, a começar pelo curso livre de Teologia que realizei, ocasião em que a pesquisa se voltou para o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais MMTR (atualmente MMC), seu nascimento enquanto movimento específico de luta por direitos das mulheres do campo e seus dilemas. No Mestrado em Educação defendi a dissertação intitulada, “Contribuição dos movimentos sociais populares para a educação formal: perspectivas políticas críticas e emancipatórias”, sob orientação do professor Dr. Telmo Marcon. Na especialização em Educação em Direitos Humanos analisei a atuação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, a partir de um grupo que buscava o direito à moradia localizado no bairro São Luiz Gonzaga, de Passo Fundo². Na última especialização cursada antes de ingressar no Doutorado tomamos por objeto de investigação as manifestações brasileiras de 2013, identificando atores de participação mais fluída e plural, ao mesmo tempo, que foi possível localizar lógicas na pluralidade de bandeiras “hasteadas”³. O tema dos movimentos sociais na perspectiva abordada dialoga com a noção de democracia enquanto aprofundamento de direitos, de modo especial reforçando a dimensão da luta coletiva por demandas construídas a partir de necessidades específicas, bem como da forma de pressão e participação direta e permanente da política para corrigir distorções da política representativa.

² O artigo resultante da pesquisa, intitulado “Direito humano à moradia e outros direitos”, está publicado no livro “Educação em Direitos Humanos: sistematização de práticas de educação não formal”, organizado por Paulo César Carbonari et al, Editora Ifibe, 2011.

³ Artigo citado na nota 1.

O tema da democracia, embora nunca tenha sido objeto específico de minhas pesquisas, foi alvo de algumas incursões, normalmente incorporada numa concepção educacional de mediação, problematizadora e em vista da emancipação dos sujeitos, uma concepção que concebe os envolvidos no processo como sujeitos em formação. Na dissertação a democracia foi sustentada como um princípio pedagógico relevante ao lado da cidadania. Os movimentos sociais, segundo Gohn (2006, p. 251), atuam na criação de campos políticos e representam a radicalização da democracia a partir do tema específico de carência que transformam em demanda. “O respeito às diferenças e no combate às desigualdades é, em síntese, o significado radical da democracia” (MEZADRI, 2007, p. 77). No artigo de conclusão da especialização em Supervisão escolar, intitulado “A coordenação pedagógica: do movimento da escola à escola em movimento”⁴, essa concepção de relações democráticas foi confrontada com realidades de tendência à centralização de decisões e à falta de formação desde a realidade escolar. Sustentou-se a ideia de que relações pedagógicas democráticas devem ser a aposta e a convicção, para que seja possível vivenciar experiências em que os estudantes assumam suas responsabilidades com liberdade e que a busca do conhecimento seja carregada de sentido e significado.

O empreendimento aqui posto é completamente novo, ao mesmo tempo, em que não seria o mesmo sem o suporte do caminho traçado. Olhar para a trajetória significa contemplar a satisfação do já percorrido e a oportunidade de buscar respostas mais qualificadas e contundentes, projetando sempre novas questões. A tarefa assumida aqui é o de olhar para a democracia enquanto fenômeno histórico-cultural, buscando identificar traços característicos e elementos fundamentais para compreendê-lo enquanto dinâmica social. Afinal, que democracia é essa? Quais são suas qualidades essenciais e quais os limites, os dilemas? É possível pensar um movimento de correção de rota deste fenômeno pensando especialmente em seus efeitos benéficos para a sociedade contemporânea? Que papel a educação, e aqui de modo especial a educação formal, pode desenvolver na consolidação de relações democráticas em seu sentido radical, enquanto maximização de situações de equidade e de respeito à diferença, e minimização de desigualdades e injustiças de qualquer natureza?

Do ponto de vista profissional minha atuação sempre se deu no campo da docência e/ou funções de gestão na educação básica e superior, atuando em disciplinas de Filosofia e

⁴ Publicado, em parceria com o orientador, no livro “Gestão Educacional: formação em cursos de especialização Faed/UPF”, organizado por Jerônimo Sartori, Editora UPF, 2017.

Sociologia no ensino privado, de modo especial no Ensino Médio, com Metodologia Pastoral e Sociologia no Ensino Superior, e/ou como coordenador pedagógico e/ou de curso, e mais recentemente na função de orientador educacional. São realidades bem distintas e que apresentam inúmeros desafios nas relações e na forma de condução dos processos, o que geram muita inquietação a quem está buscando permanente qualificação e, ao mesmo tempo, encontra inúmeros obstáculos quanto ao alcance do próprio trabalho. Há algum tempo trabalho em duas instituições e elas apresentam perfis completamente diferentes, não apenas porque uma é de educação básica, atuando no Ensino Médio, na tarefa de orientador educacional, e outra no ensino superior, num curso de Teologia, em que atuo como coordenador pedagógico e estou retornando à docência. Minha realização profissional passa muito pela aposta em processos formativos permanentes em que é possível refletir a partir da prática. Em outro ambiente esse processo é possível no diálogo direto com os estudantes, em que se aposta no reconhecimento do outro na perspectiva de constituir-se enquanto sujeito. Uma das crises atuais é que o objeto de estudo não é o objeto de atuação profissional direta e que os princípios e critérios acumulados ao longo da trajetória acadêmica encontram resistências distintas nos campos de atuação.

A pesquisa é de caráter bibliográfico, documental e estatístico, constituindo-se em diálogo com um contexto amplo em que vão se configurando lógicas e racionalidades que interferem de maneira decisiva na definição das políticas educacionais. Esse tipo de pesquisa exige rigor, capacidade de aproximação de conceitos oriundos de campos distintos para consolidar-se como contribuição para a área da educação. Trata-se de um trabalho hermenêutico, de discernimento e interpretação socioeducacional, mediado e auxiliado por pesquisadores e dados, que são sempre recortes e aproximações da realidade. A originalidade deste movimento de pesquisa está na especificidade da temática/objeto de investigação e na exigência de um trabalho de doutoramento, somado à responsabilidade de evoluir em termos de rigor, capacidade analítica, sistematização, tratamento e ampliação das fontes. Nessa tarefa foi importante a filiação à perspectiva dialética, por permitir melhor observação da complexidade dos fatos que compõem a realidade e se distanciar de interpretações lineares que tendem a reduzir e a compor uma realidade fictícia e determinista.

A tese está estruturada em cinco capítulos, incluindo o introdutório e o das considerações finais. O segundo capítulo está focado na tensão entre capitalismo (com destaque para seu caráter neoliberal ou de mercado) e democracia. A tarefa é discutir a

crise do modelo político-partidário e sindical representativo, ao lado de elementos como a destruição das subjetividades partilhadas e dos pressupostos democráticos através da exacerbação do individualismo e do predomínio da mentalidade competitiva, explicitando esses processos no contexto de participação decisiva dos poderes transnacionais do mercado. Os principais autores que embasam esta abordagem são Manuel Castells (2018), Ricardo Antunes (2018), Richard Sennett (1988), Boaventura de Sousa Santos (2008, 2009), Christian Laval & Pierre Dardot (2016).

O terceiro capítulo faz um diagnóstico da democracia no século XXI e contextualiza os problemas centrais da democracia, tendo a crise da representatividade como pano de fundo. Está em questão o grau e a intensidade do descrédito na democracia, os obstáculos impostos pela democracia representativa e seus limites circunstanciais, entre os quais a perversão e a precariedade de condições de grande parte da população, resultantes da desigualdade e da exclusão socioeconômico do capitalismo atual. Discute-se, também, outras formas e experiências democráticas, como as noções de democracia participativa e comunitária. Noções como a da cooperação e da participação ativa na política, e de projetos coletivos em vista de condições equitativas para o conjunto da população servem de pano de fundo deste capítulo na perspectiva do fortalecimento da ideia de democracia radical. Boaventura de Sousa Santos (2009, 2016 e 2021) continua sendo um autor de destaque e outros se juntam a ele neste diagnóstico da “história recente da democracia”, entre eles, Steven Levitsky e Daniel Ziblato (2018), David Runciman (2018), Leonardo Avritzer (2016 e 2019), Adam Przeworski (2020) e Martha Nussbaum (2015). Recebem destaque neste capítulo também dados estatísticos reveladores da desigualdade alarmante e crescente, extraídas de entidades como a Oxfam.

O quarto capítulo amplia o diagnóstico, focando na temática da educação e se propõe a apresentar desafios e possibilidades da formação para a democracia, considerando a pluralidade do social e a emergência de múltiplas identidades socioculturais, a relevância da superação de fundamentalismos de naturezas distintas (científico, religioso e mesmo militar ou de concepção sobre a ideia de segurança pública, entre outros). Diante deste quadro, o desafio é responder à pergunta sobre a qualificação de espaços de participação, o que se pretende fazer a partir da identificação de experiências em construção, de manifestos em defesa da democracia, do resgate do político como espaço público e da afirmação da democracia como modo de vida. Educar para a democracia implica num movimento complexo, plural e articulado entre diferentes instâncias da sociedade, com

importante contribuição das instituições de ensino e o conjunto das forças sociais, no sentido de problematizar a lógica puramente concorrencial e dar legitimidade a processos pedagógicos e sociais de fortalecimento da autonomia e da emancipação social. Além de fazer frente a práticas formativas inconsistentes ou reducionismos acerca dos objetivos propostos, defende-se a formação cultural ampla como tarefa da educação formal e espaços formativos desenvolvidos no interior da sociedade e que sustentam o pensamento crítico e a mudança da estrutura social a partir da participação política direta. Entre os autores em destaque para o desenvolvimento desta tarefa estão Rubens Casara (2018; 2021), Richard Sennett (2005), Martha Nussbaum (2015), Boaventura de Sousa Santos (2016; 2021).

2 TENSÃO ENTRE CAPITALISMO (NEOLIBERAL) E DEMOCRACIA

No jogo dialético da história os consensos são forjados a partir da participação de diversos atores, com suas ferramentas de interpretação e com o emprego das estratégias de que dispõem. O jogo ou o consenso que interessa compreender/explicitar neste capítulo é aquele que tornou hegemônica, no final do século XX, a democracia enquanto regime governamental, associada a um capitalismo de economia de mercado, com desigualdade estrutural marcante e liberdade econômica infinita. O modelo democrático formal/eleitoral experimentado na atualidade é resultado da consolidação de processos e circunstâncias históricas, representando, em termos gerais, um consenso mínimo válido na quase totalidade de países. É preciso entender a fundo as bases sobre as quais foi sendo construído este consenso e a participação dos principais atores para que fosse possível atingir uma estabilidade social razoavelmente duradoura. Esse modelo tem sofrido duros golpes, como a deflagrada no ciclo de manifestações ocorridas na primeira metade da segunda década deste século e a eleição de figuras que zombam dos próprios princípios democráticos (MARCON, DOURADO e MEZADRI, 2020, p. 1-18). Quando a principal marca do atual modelo, a representatividade, é questionada: “Não nos representam!”, parece indicativo suficiente para investigar a natureza e a profundidade da crise que se abate sobre a democracia no início do século. Nossa hipótese é de que no centro da crise está o binômio capitalismo-democracia, à medida que a proteção política da economia de mercado, com custo altíssimo para grande parcela da população, pouco apresenta de real em termos democráticos. Isso porque o capitalismo quer apenas perpetuar-se e torna-se permissivo em relação ao autoritarismo e sua articulação com a democracia é condicionada por seus interesses. Assim, participar da escolha dos “representantes” e ficar assistindo à deterioração das condições de vida não é opção, além de ser a prova de que “nem tudo é democrático numa sociedade com sistema político democrático” (SANTOS, 2016, p. 133).

Sustentamos uma concepção de democracia como modo de vida, calcado na reciprocidade e no exercício da autonomia dos sujeitos envolvidos, portanto, como compromisso coletivo pela efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais, com o mesmo afinho e em complementaridade aos civis e políticos. Trata-se de uma democracia mais espessa e radical, enraizada na vida das pessoas e promotora de equidade de condições. Democracia compreendida como “forma de aperfeiçoamento da convivência humana” ou “gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e

sociedade”, em expressões de Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 50-51). Democracia é “todo o processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada. Onde quer que haja luta contra o poder desigual, há processo de democratização.” (SANTOS, 2016, p. 133). Para sermos bem específicos, a desigualdade abissal, a pobreza e miséria, a falta de acesso às condições básicas de saúde, saneamento, educação e cultura são sinais suficientes para expressar os limites da tradução de uma efetiva democracia.

As fragilidades deste modelo liberal-representativo, que agora parece convencer mais gente de que está em colapso, não são novos. A tentativa de pressionar a democracia para que ela fosse mais consistente em termos de conteúdo social já existia por parte de movimentos sociais organizados e simbolicamente o evento Fórum Social Mundial, que nasceu em Porto Alegre e depois tornou-se itinerante, representa em parte a busca da articulação em vista de “outro mundo possível”. O momento e os eventos sociais são outros, agora muito mais intensos e a uma temperatura alta, quando finalmente parece haver certa “autorização” para se discutir a crise da democracia. Como em qualquer momento de tensão e certa ebulição social e política não há nenhuma garantia de que avançaremos para a revisão e o aprofundamento da democracia, mas o exercício de diagnóstico e projeção nunca se fez tão importante. A centralidade no binômio capitalismo-democracia se constituiu em parte da estratégia para o funcionamento do capitalismo de mercado, produzindo amarras ou limitações severas quanto à vitalidade da democracia. No capítulo 3, retornaremos a este debate acerca do “conteúdo” da democracia e de seu potencial para além da representatividade ou do que cabe na caixa do regime governamental democrático. Neste, o foco é a configuração da democracia liberal e a participação decisiva de alguns atores, bem como as principais estratégias empregadas na sustentação do projeto do mercado financeiro, através da atuação em dois campos distintos e complementares, o cultural ideológico e o econômico-produtivo.

2.1 CONSENSO NEOLIBERAL E LIMITES DA DEMOCRACIA

“O século XX foi efetivamente um século de intensa disputa em torno da questão democrática” (SANTOS, 2009, p. 39). Seguindo o raciocínio de Santos (2009, p. 39), é possível identificar que um primeiro movimento, o que está no nível do desejo, deslocou o pêndulo claramente para o lado da democracia, justificando seu predomínio “no mundo das

ideias” enquanto perspectiva geral. Vale destacar que a “substituição” de uma mentalidade predominante por outra se vincula à combinação do desgaste de práticas e de correntes de pensamentos identificadas com elas, ao lado de crises político-econômicas. Num primeiro momento, é muito difícil distinguir a natureza e os vínculos das crises e a contribuição de outras circunstâncias históricas no agravamento do quadro atual da democracia. Quando a dinâmica política segue certa rotina de estabilidade, o nível de anuência e até resignação é maior, porém, “em situação de crise econômica, social, institucional, moral, aquilo que era aceito porque não havia outra possibilidade deixa de sê-lo” (CASTELLS, 2018, p. 14).

O movimento histórico que estamos analisando evidencia um consenso geral em torno da democracia enquanto regime de governo, mas parece separar deste o debate acerca das implicações ou do conteúdo democrático propriamente. Segundo Santos (2009, p. 40-41), expectativas sobre os procedimentos, possíveis virtualidades distributivas, implicações sobre a limitação da propriedade privada, reconfigurações na direção da democracia participativa, popular ou desenvolvimentista, que aludisse “ganhos democráticos reais” estavam em aberto antes da estruturação de um modelo hegemônico. De alguma maneira, apesar da complexidade e das narrativas que pretendem salvar decisões econômicas e políticas, a crise atual reabre o debate sobre o potencial e os limites da democracia. Ainda em termos gerais, não se pode esquecer que a modernidade, enquanto processo histórico amplo e complexo, tem efeitos profundos na configuração da positividade de valores como a liberdade e a autonomia do indivíduo, contra um sistema opressivo representado pelo Estado, a Igreja e a própria dinâmica familiar. A conquista da liberdade e a sensação de estar por ‘própria conta’, de não haver limites predefinidos, tornam a modernidade líquida mais aberta e versátil (BAUMAN, 2001, p. 37), e se sobrepõem ao sentimento de impotência que poderia gerar o enfrentamento solitário dos problemas. A narrativa neoliberal se apropriou e direcionou a noção de individuação para a lógica do mercado, potencializando a ideia de responsabilidade individual sobre conquistas e fracassos.

Observado em seu conjunto, o século XX é um misto de experiências positivas e traumáticas em relação aos efeitos das capacidades racionais e dos dramas da convivência e de decisões políticas. Ao mesmo tempo que já é possível tirar lições em termos dos riscos do poder centralizador, o capitalismo se consolida quase em fusão com a industrialização e se transmuta embalado pela dialética do crescimento e das crises, sempre encontrando alvos fora de sua própria dinâmica para responsabilizar pelos infortúnios. Ao longo do

século, duas grandes crises produziram mutações relevantes na fisionomia de funcionamento do capitalismo, com transformações gigantescas em termos de sistema produtivo, exigindo criatividade, velocidade e domínio de informações (muitas vezes privilegiadas) para sobreviver aos sobressaltos do caminho. Retomamos o básico das relações capitalistas: propriedade privada, liberdade (econômica), relações de trabalho assalariado regida por contratos cada vez mais flexíveis e o princípio da acumulação como estímulo ao crescimento econômico. O capitalismo, em outras palavras, “tem a capacidade de fazer uma distribuição universal de bens políticos sem colocar em risco suas relações constitutivas, suas coerções e desigualdades. Isso tem implicações de grande alcance para a compreensão da democracia e das possibilidades de sua expansão” (WOOD, 2011, p. 23).

A história caminhou a partir das condições que seus protagonistas conseguiram produzir/utilizar, tirando lições dos fracassos e com a participação de distintos sujeitos e grupos, que defenderam diferentes interesses e com as estratégias que tinham à disposição. É nessa dinâmica social que são feitos e refeitos “consensos” responsáveis por produzir uma sensação mínima de estabilidade para a funcionamento da sociedade. Assim, foi produzido o “capitalismo social” como resposta à crise de 1930 e em substituição ao liberalismo clássico, e o consenso neoliberal como resposta à crise de 1970. Alguns autores veem algumas semelhanças entre o capitalismo das décadas de 1920 e 1930 e o que se torna hegemônico a partir da década de 1990. “As duas épocas revelam um capitalismo cada vez mais poderoso em sua capacidade de criar e destruir, de transformar a concorrência em monopólio, de praticar o protecionismo, de instabilizar as moedas nacionais, de causar o desemprego de homens e a paralização de máquinas” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 155). O que marca todas as fases do capitalismo, especialmente às do liberalismo clássico e do neoliberalismo, na relação com a democracia, é que se constituem em arranjos que não problematizam desigualdades e hierarquias, e tendem a descaracterizar organizações cidadãos de movimentos e grupos, através da captura do poder do Estado.

No processo de constituição dos consensos muita coisa precisa ser levada em conta, desde as crises e a capacidade de apresentar saídas viáveis para os problemas diagnosticados até as narrativas que vão sendo construídas em torno da interpretação e dos vínculos que vão se constituindo em torno de vilões e de prodígios. No que diz respeito ao consenso neoliberal, vamos buscar decifrar como foi sendo construída a interpretação da crise e a produção da sensação de esgotamento de uma perspectiva, a falta de criatividade

para construir repostas plausíveis e o fortalecimento de uma ideia hegemônica como única saída viável, além da participação de atores na tomada de decisões políticas e a constituição de um “banco de ideias” com o engajamento de setores como a mídia e as universidades, bem como o envolvimento da classe média e da burguesia. O ponto pacífico é considerar o neoliberalismo resposta a uma crise instaurada. É fato que a crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos por meio da combinação de desemprego em alta e inflação acelerada (HARVEY, 2014, p. 23). A segunda consideração refere-se ao ingresso na neoliberalização como “resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como ‘Consenso de Washington’” (HARVEY, 2014, p. 23).

O movimento complexo de transformação da doutrina econômica neoliberal em força hegemônica passou por muitas fases e foi experimentado em muitos lugares, cada um com peculiaridades e circunstâncias que foram moldando uma teoria em práticas viáveis naquele contexto. Um fato histórico ganha relevância pelo pioneirismo e por se transformar no grande referencial teórico que viria a revolucionar a economia política anos mais tarde. Trata-se do evento denominado Mont Pelerin Society, que ocorreu na Suíça no ano de 1947, e reuniu economistas, historiadores e filósofos, entre eles Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper, congregados em torno do filósofo político Friedrich von Hayek (HARVEY, 2014, p. 29). Citamos um pequeno trecho das preocupações do movimento.

Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desaparecem. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário (Apud HARVEY, 2014, p. 29).

O destaque dado à individualidade, sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas, revela um possível ponto de contato com o movimento iluminista e o posicionamento firme diante dos riscos do totalitarismo comunista. O evento ganhou importância por desencadear uma espécie de “escola do pensamento neoliberal”, grupos de adeptos e defensores da corrente de pensamento que não demorou para dominar as esferas econômica e política. As primeiras experiências históricas, embora não sejam mera aplicação da referida teoria, a tomaram como parâmetro, adaptando os princípios básicos

às singularidades de seu entorno geopolítico. A pergunta sobre como e por onde começou a instauração do neoliberalismo é respondida por Harvey da seguinte maneira:

A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder. Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento⁵ político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições (HARVEY, 2014, p. 49).

Experiências “que dessem certo” seriam transformadas em lugares-símbolo, assim como em outros momentos da história, na implantação do ideário, fundamentais como parâmetro e legitimidade do movimento mais amplo. Neste sentido, destacam-se a cidade de Nova York e o modo como isso se deu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A cidade de Nova York, segundo Harvey (2014), foi um desses lugares em que um projeto arrojado de modernização urbana foi implementado sob a liderança da iniciativa privada com carta branca e apoio institucional do governo local e que foi construído à revelia dos direitos da população. “A reestruturação capitalista e a desindustrialização vinham havia anos corroendo a base econômica da cidade, e a rápida suburbanização deixara boa parte do centro da cidade empobrecida. O resultado foi uma insatisfação social explosiva da parte de populações marginalizadas na década de 1960” (HARVEY, 2014, p. 54). Diante da crise fiscal e urbana que se agravava nos anos seguintes, a mudança radical chegou quando um grupo de banqueiros se recusou a rolar a dívida e levou a cidade à bancarrota. A quebradeira colocou a cidade sob a administração de um novo grupo de instituições, com liberdade para priorizar acionistas ante investimentos em serviços essenciais. O resultado foi congelamento de salários, cortes no emprego e nos serviços, com os sindicatos pressionados a moderar as exigências diante do risco de perder os fundos de pensão em caso de falência (HARVEY, 2014, p. 55). Mais que isso, Nova York foi transformada em lugar de bem estar corporativo, não social, e epicentro da experimentação cultural e intelectual pós-moderna e do turismo (HARVEY, 2014, p. 56).

⁵ O próprio autor aproxima a noção de consentimento no sentido empregado à ideia de senso comum na abordagem de Gramsci, para diferenciar de bom senso, que implica na abertura ao engajamento crítico. No caso do senso comum empregado inclui o sentido de ser algo enganoso, que escamoteia ou obscurece problemas reais do ponto de vista do preconceito cultural (HARVEY, 2014, p. 49).

Os negócios da cidade passaram a ser crescentemente realizados por trás de portas fechadas e houve uma redução do conteúdo democrático e representacional da governança local. [...]

A redistribuição de renda através da violência criminoso se tornou uma das poucas opções reais para os pobres, e as autoridades reagiram criminalizando comunidades inteiras de pessoas empobrecidas e marginalizadas. As vítimas foram consideradas culpadas, e (Rudolf) Giuliani, o então prefeito, ficou famoso pela vingança que promoveu em favor de uma burguesia cada vez mais abastada de Manhattan, cansada de ter de enfrentar na porta de casa os efeitos dessa devastação (HARVEY, 2014, p. 57-58).

O que aconteceu na cidade de Nova York reforça uma característica geral do neoliberalismo. O governo e o Estado têm como funções primordiais criar um clima favorável aos negócios muito mais que cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral (HARVEY, 2014, p. 58). A cidade de Nova York representou, inclusive em articulação com o governo federal quanto às medidas locais, salvo proporções e particularidades, uma mostra do que viria a ocorrer nos Estados Unidos. Além disso, é possível explicitar outras funções de governança, inclusive questionando a ideia geral de Estado mínimo, muito disseminada pelo senso comum e construído com base no jornalismo especializado que tende a reduzir e defender a ausência do Estado. O que ocorre, no entanto, é a reconfiguração de sua atuação, decisiva na desregulamentação e flexibilização das transações financeiras e engajado diretamente na contenção de possíveis resistências através do uso do poder de polícia. Apesar da crença na “mão invisível do mercado” também é chamado a atuar no campo econômico, na limitação do investimento social, visto como grande entrave do crescimento econômico, na isenção de impostos como forma de atrair empresas e para salvar empresas “grandes demais para quebrar”.

Mas não foi sempre assim em relação à repulsa ao Estado. Neste sentido, é importante dar um passo atrás e prestar atenção na linha que separa e na que aproxima o keynesianismo do neoliberalismo. Pode-se dizer que a relação entre mercado e Estado é controversa, na própria visão dos neoliberais, mas o fundamental é que a apropriação e o uso do segundo pelo primeiro parece a realidade mais recorrente. É claro que isso depende da concepção dos poderes que circulam em torno do Estado, do “consenso” que se cria em torno de sua função e efetivamente de quem toma o poder político, para além da presença temporária de determinado governo. Estado é sempre chamado a atuar na necessidade, quando o processo de acumulação está em crise, mas sua atuação está condicionada a garantir estabilidade social. E neste sentido o “Estado social” pode ser visto, no conjunto da experiência capitalista, como o que cumpriu um importante papel.

O *New Deal* demonstrou que era possível governar o ciclo econômico num ambiente de liberdade e de conquistas sociais. Só a ação coletiva, empreendida através do Estado democrático, impediu o mergulho da sociedade americana no desconhecido. Seria difícil imaginar o destino das economias capitalistas, sem que a mão visível do Estado as tivesse protegido do autoflagelo da mão invisível do mercado. [...] O Estado regulou as relações econômicas fundamentais e o *New Deal* preparou o imaginário das sociedades para a defesa da democracia no embate com o nazi-fascismo e para a reorganização econômica social e política, que orientou o estrondoso sucesso do capitalismo no pós-guerra (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 21-22).

Porém, no final dos anos sessenta e início dos setenta esse arranjo “virtuoso” passou a dar sinais de desorganização. Belluzo e Galípolo (2017, p. 26) apontam três fenômenos como os mais importantes na dissolução do consenso keynesiano: a) a subida do patamar inflacionário; b) a criação do euromercado e das praças *off-shore*⁶ e; c) a substituição das taxas fixas de câmbio por taxas flutuantes. Diante da crise do petróleo a medida da reciclagem dos petrodólares parece ter contido parcialmente a crise. O sinal claro de mudança e o agravamento da crise, principalmente aos endividados, como o caso do Brasil, foi o chamado choque de juros ocorrido em outubro de 1979, medida acionada pelo presidente do Banco Central americano, Paul Volcker (BELLUZZO; GALÍPOLO; 2017, p. 27). “Esse momento foi o divisor de águas. O chamado ‘consenso keynesiano’ arrastou seu declínio na companhia da estagflação da década de 1970” (BELLUZZO; GALÍPOLO; 2017, p. 27). Mas a agenda neoliberal não foi uma cartilha seguida assim à risca e sim um movimento que buscava se desvencilhar das amarras institucionais criadas no pós-guerra. “A ideia era desregular, liberalizar, promover a ‘desrepressão’ financeira” (BELLUZZO; GALÍPOLO; 2017, p. 27).

Claro que sempre é possível identificar outras motivações e outros interesses envolvidos no desejo da neoliberalização e da globalização.

A década de 70 é também o momento da aproximação China-EUA, promovida por Nixon e Kissinger. De uma perspectiva geopolítica e geoeconômica, a inclusão da China no âmbito dos interesses americanos é ponto de partida para a ampliação das fronteiras do capitalismo, movimento que iria culminar no colapso da União Soviética e no fortalecimento dos valores e propostas do ideário neoliberal (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 159).

Isso posto, fica em evidência que as medidas adotadas para evitar riscos e catástrofes na crise de 1929 não eram mais úteis. A privatização, com destaque para as

⁶ Esse é um tema que ganha relevância à medida que se transforma em ponto de contato e desencadeador de uma das faces mais agressivas e produtora de concentração econômica, rompendo com um dos pilares tradicionais do capitalismo que é a extração do lucro pelo investimento na produção. Retornaremos ao assunto mais adiante.

indústrias farmacêuticas, e a reversão da pressão exercida pelos sindicatos foram ações prioritárias nos Estados Unidos. “Bastaram seis meses em 1983 para reverter quase 40% das decisões tomadas nos anos 1970, que ao ver do capital eram demasiado favoráveis ao trabalho. Para Reagan, qualquer regulamentação (exceto do trabalho) era negativa” (HARVEY, 2014, p. 62). O desemprego foi a oportunidade esperada para atacar as formas de trabalho organizado e retirar ganhos, além de ser “promovido” em processo de desindustrialização semelhante ao da Inglaterra. A justificativa? “A teoria neoliberal sustenta convenientemente que o desemprego é sempre voluntário. O trabalho, diz o argumento, tem um ‘preço de reserva’ abaixo do qual prefere não trabalhar. O desemprego surge porque o preço de reserva do trabalho é demasiado alto” (HARVEY, 2014, p. 63). O suporte ideológico não tardou. “A imprensa especializada com a grande liderança do *Wall Street Journal*, se apropriou dessas ideias e passou a defender abertamente a neoliberalização como a solução necessária para todos os males econômicos” (HARVEY, 2014, p. 64).

Os processos de formação da renda e do emprego típicas do “fordismo” foram progressivamente desarticuladas. A desrepressão e liberação da finança impuseram novas formas de administração privada da poupança coletiva das camadas assalariadas. Em sua configuração pós-fordista, as relações intercapitalistas retornaram às formas que levaram a “economia global” à Grande Depressão (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 29).

Bem ao estilo norte-americano, o neoliberalismo avançou a passos largos, criando um ambiente propício aos negócios, diga-se de passagem, em grande parte eles estavam se preparando para um processo em que o país e suas empresas estivessem preparadas para enfrentar e levar vantagens nas possibilidades abertas do mercado global que se inaugurava. Com enorme poder de persuasão, com grande expectativa de bons negócios por parte da alta classe média, com o suporte da academia e a predisposição da grande mídia, implementaram-se medidas de liberalização econômica. Entre os principais argumentos estavam a ideia de que o corte de impostos provocaria aumento da atividade econômica e o conseqüente maior retorno dos impostos, uma vez que a intervenção do Estado era antes problema que solução. Entre as conseqüências a reestruturação produtiva com desdobramentos significativos em termos de desemprego e de flexibilidade das leis trabalhistas.

Na Inglaterra, o enfraquecimento da classe trabalhadora e da organização sindical, obsessão e compromisso da primeira ministra com os aliados, foi longo, doloroso e carregado de decisões políticas conturbadas. Antes disso é importante reforçar: “Embora

houvesse muitos elementos a partir dos quais construir o consenso para uma virada neoliberal, o fenômeno Thatcher não teria surgido, e muito menos vencido, não fosse a séria crise de acumulação do capital durante os anos 1970” (HARVEY, 2014, p. 67). A combinação inflação e desemprego, somada à reivindicação salarial da classe trabalhadora que tinha histórico vitorioso de lutas e contava com a simpatia da opinião pública, acabou produzindo uma situação embaraçosa ao governo trabalhista. Diante de medidas de restrição orçamentária e austeridade, apoiadores e funcionários públicos com compromisso histórico com o trabalhismo inglês se revoltaram e entraram em greve, gerando paralisia generalizada (HARVEY, 2014, p. 68).

A corrente principal da mídia atacou com força total sindicatos gananciosos e perturbadores da ordem pública, e o apoio público aos trabalhadores caiu bastante. O governo trabalhista se desfez, e na eleição que se seguiu Margaret Thatcher obteve uma ponderável maioria, com um claro mandato emitido por seus apoiadores de classe média para restringir o poder sindical do funcionalismo público. (HARVEY, 2014, p. 68)

O desgaste junto aos apoiadores, a ineficiência em apresentar soluções de recuperação econômica e a inoperância do governo trabalhista acabaram por reforçar inesperadamente o novo consentimento e deixar o caminho livre para a mudança. Era mais que o esperado para chegar ao poder e ainda assegurar legitimidade à primeira ministra em suas medidas de contenção da pressão sindicalista e cumprimento dos compromissos assumidos com a classe média.

O efeito geral, em apenas dez anos, foi transformar o Reino Unido num país de salários relativamente baixos e com uma força de trabalho relativamente obediente (considerando os demais países da Europa). Quando Thatcher deixou o governo, a atividade de greve caíra para um décimo de seu nível anterior. Ela erradicara a inflação, controlara o poder sindical, dominara a força de trabalho e, no processo, construíra suas políticas o consentimento da classe média. (HARVEY, 2014, p. 69)

Privatização e desmantelamento do Estado de bem-estar social estavam entre as metas do governo de Thatcher, mas haviam, neste último quesito, implicações talvez não suficientemente avaliadas no combate a atitudes arraigadas na classe média alta, além da resistência da opinião pública britânica à ideia de “neoliberalização de tudo”. A batalha foi difícil e duradoura. “O melhor que ela pôde fazer foi tentar implantar à força uma cultura do empreendedorismo e impor estritas regras de controle, responsabilidade financeira e produtividade a instituições, como as universidades, em que essas medidas não eram muito adequadas” (HARVEY, 2014, p. 71).

Do ponto de vista da legitimidade ideológico-cultural é importante considerar a relevância do trabalho da academia e da mídia como espaços de elaboração e divulgação (quase de tradução e simplificação das ideias econômicas consideradas complexas demais), respectivamente. Outro dado saliente é o que reporta à *Mont Pelerin Society* e que indica a existência de uma teoria pronta, uma base teórica clara e que já conta com certa predisposição de determinados grupos sociais influentes e que se veem contemplados na lógica do livre comércio. A crise, neste caso, era sinal de oportunidade. Os Estados Unidos desempenham um papel de extrema relevância, com competência e agilidade no quesito engajamento na construção da unidade, quase uniformidade, e da hegemonia do pensamento econômico. Segundo Harvey (2014, p. 64), por volta de 1990 a maioria dos departamentos de economia das grandes universidades que faziam pesquisas e das escolas de negócios foi dominada pelo pensamento neoliberal. O fato não pode ser subestimado porque as chamadas universidades acadêmicas dos Estados Unidos foram e continuam sendo campos de treinamento para muitos estrangeiros, entre as quais estão as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo, além de servirem de base para instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas - ONU (HARVEY, 2014, p. 64).

Em termos estratégicos a atuação se deu em vários níveis, desde a produção de conteúdo mais “robusto” e sua tradução em linguagem popular com analogias à “administração doméstica”⁷. Estratégia importante na construção de um “consenso social” foi fornecer subsídios para os já engajados e chegar àqueles que ainda não se engajaram apresentando pontos de contato entre seus anseios pessoais e o projeto neoliberal. E não se podia perder tempo, já o momento de debelar a crise precisava apresentar claramente os vilões, o gasto social, os altos salários e a inflação, entre outros fatores. O diagnóstico, à medida que decreta o fim do Estado de bem-estar social, apresenta parte do remédio, a forte atuação na liberalização do mercado através da desregulação estatal. Como é de supor, haviam muitos interesses em jogo e muitos engajados nas possibilidades abertas, considerando riscos e “ameaças”. Em cada país a articulação foi se dando com setores distintos, sempre tendo a classe média ou a burguesia nacional como fiéis da balança. Reforça-se que a adesão de grande parte da mídia e do mundo acadêmico foi fundamental para governos fossem encorajados ou então pressionados a caminharem nesta direção.

⁷ Aliás tanto Dowbor quanto Belluzzo e Galípolo veem esta comparação como inadequada, porque representam realidades bem distintas, sendo uma delas a inexistência de taxações do tipo imposta no orçamento doméstico.

Os canais por meio dos quais se fez isso foram diversificados. Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil – universidades, escolas, Igrejas e associações profissionais. A “longa marcha” das ideias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de ideias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado (HARVEY, 2014, p. 50).

No jogo pela legitimação ter bons trunfos para se obter atenção e adesão de novos grupos, especialmente na ampliação do “consenso” não é algo que se possa desprezar. Valores como a liberdade e a escolha individuais exerceram um papel decisivo, pela associação positiva estabelecida e pelo vínculo negativo da experiência pessoal amplificada, para que o pensamento neoliberal ganhasse credibilidade. Noções e valores como “liberdade individual” e “justiça social”, mesmo que em flagrante contradição foram de grande valia para capturar diferentes correntes políticas. “Os movimentos de esquerda não conseguiam entender ou confrontar, e menos ainda transcender, a tensão inerente entre buscar liberdades individuais e lutar por justiça social” (HARVEY, 2014, p. 52). A noção de liberdade de escolha do consumidor, decidir entre este ou aquele produto e também quanto ao estilo de vida, formas de expressão e sobre práticas culturais caiu como uma luva diante do desejo dos neoliberais de adentrar para a cultura popular e, ao mesmo tempo, promover o consumismo e o libertarianismo individual (HARVEY, 2014, p. 52). “O individualismo, a liberdade de iniciativa e a liberdade de expressão eram concebidas como opostos à inépcia burocrática enrijecedora do aparato de Estado e do opressivo poder sindical” (HARVEY, 2014, p. 66).

Acontecimento emblemático na compreensão do avanço do pensamento neoliberal e da articulação entre medidas e sua consolidação ideológica foi o memorando enviado por Lewis Powell à Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em agosto de 1971, quando estava prestes a ser nomeado membro da Suprema Corte pelo presidente norte-americano Richard Nixon (HARVEY, 2014, p. 52-53). O conteúdo era enfático contra quem resistia ao sistema norte-americano de livre mercado, afirmando ter chegado o momento de usar a engenhosidade, os recursos dos negócios, medidas duras e meticulosamente planejadas para mobilizar o poder político em vista de uma ação conjunta e de alcance nacional. Chegou a sugerir que a Câmara do Comércio lançasse um ataque a universidades, escolas,

meios de comunicação, mercado editorial e cortes da justiça a fim de mudar a maneira como as pessoas pensam sobre corporações, direito, cultura e indivíduo.

É difícil dizer que influência direta teve essa injunção à entrada na luta de classes. Todavia, sabemos que a Câmara do Comércio depois disso ampliou sua base de 60 mil empresas em 1972 para mais de um quarto de milhão dez anos mais tarde. [...] a Câmara reuniu um imenso conjunto de recursos para fazer lobby junto ao Congresso e promover pesquisas. A Business Roundtable [Mesa-Redonda de Negócios], organização que reunia CEOs (chefes executivos) “comprometidos com a busca ativa de poder político para as corporações”, foi fundada no mesmo ano, tornando-se mais tarde a base de uma ação coletiva favorável aos negócios. As corporações envolvidas equivaliam a “cerca de metade do PIB dos Estados Unidos” na década de 1970 e gastavam perto de 900 milhões de dólares por ano (o que na época era uma quantia considerável) em questões políticas. Formaram-se com apoio corporativo bancos de ideias [...] tanto para polemizar como para, se necessário [...], elaborar bem fundados argumentos técnicos e empíricos, assim como político-filosóficos, de apoio amplo a políticas neoliberais (HARVEY, 2014, p. 53).

A atuação determinada e estratégica por parte de alguns grupos e setores na direção dos processos de liberalização e da constituição de um ambiente favorável aos negócios, ancorada em valores sociais com forte apelo social, foi contundente. A classe média simboliza esse engajamento e a justificativa está em partes na simbiose quanto a concepções e compreensões de mundo e de objetivos traçados. São mais afeitos ao empreendedorismo e se sentem mais preparados, também pelo lugar social que ocupam, para encarar mudanças e oportunidades abertas pelo mundo do mercado. Ao lado da atuação de classe, em direção inversa ao movimento de expansão de direitos sociais e trabalhistas e do crescimento econômico mais compartilhado do período do Estado de bem-estar social, ocorre uma forte concentração econômica e de poder. Para Harvey, este processo pode ser pensado como parte de uma estratégia. “O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço pragmático de defesa da causa das liberdades individuais poderia construir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe”. (HARVEY, 2014, p. 50). Em outro trecho, Harvey (2014, p. 79) recoloca a questão, questionando o discurso de suposta equidade. “O pressuposto neoliberal de perfeito acesso a informação e de igualdade de condições na competição parece ser ou inocentemente utópico ou um escamoteamento deliberado de processos que vão levar à concentração de riqueza e, portanto, à restauração do poder de classe”.

A participação do Estado na constituição da revolução neoliberal é decisiva, mesmo que, em teoria, os neoliberais alimentem ojeriza à ação estatal. A força do Estado através do emprego de estratégias para modificar o sistema produtivo, no processo de

desindustrialização local por exemplo, flexibilizar a legislação trabalhista e debelar greves fora decisiva e exemplar em países em que as práticas neoliberais tornaram-se referência como nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mais que provocar a “saída do Estado”, as medidas de neoliberalização produziram uma reconfiguração de sua atuação e a redefinição de seu papel. “Aos neoliberais não interessa reduzir o tamanho do Estado, senão capturar suas forças para apoiar a difusão da concorrência em todas as esferas da vida” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 38). “Em sua sabedoria sistêmica, o neoliberalismo promoveu a apropriação do Estado pelas forças da grande corporação transnacional empenhada na concorrência global (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 39).

O Estado produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócios etc. em muitos casos das parcerias público-privadas, em especial no nível dos municípios, o governo assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros. Se necessário, o Estado neoliberal além disso recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento (por exemplo, regras antipiquete) para dispensar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo (HARVEY, 2014, p. 87).

De papel ativo na promoção do crescimento econômico e na manutenção de um sistema produtivo vinculado às empresas estatais, capaz de garantir empregabilidade em condições salariais razoáveis, e de promover melhorias na infraestrutura, o Estado passa a limitar a própria ação nestes campos e liberar a atuação da iniciativa privada. Exerce certo papel regulador, mas promotor de ambientes favoráveis aos negócios, e o grande garantidor e “avalizador” das empresas privadas, assumindo para seu próprio agir as regras próprias e a “ética” do sistema de mercado. Portanto, de promotor de desenvolvimento social e definidor do agir das empresas privadas, o Estado transforma-se em guardião do funcionamento do mercado “autorregulado”, com um detalhe, se o mercado promover crescimento, fica com o bônus, se fracassar, o ônus é do Estado. A crise de 2008 escancara aquilo que talvez fosse conhecido apenas pelos economistas mais atentos e críticos.

Não se trata de exaltar o sistema estatal, ignorando que ele também é portador de práticas opressivas e carrega um conjunto de contradições. A discussão diz respeito ao papel exercido pelo Estado no processo de liberalização e seus efeitos sobre o esvaziamento do “conteúdo” da democracia. O movimento feito limitou e deu as costas para a diversidade de organizações e formas de pressão sobre o processo político que garantia o mínimo de equidade, tornando-se refém da concentração de poder e reduzindo os benefícios a um pequeno grupo. O reordenamento entre o Político e o Econômico removeu os obstáculos ao

poder das finanças, com efeitos profundos. “Esse processo levou consigo a apropriação da ‘racionalidade econômica’ pelos senhores da grana. As decisões que outrora, no imediato pós-guerra, couberam às instâncias da política democrática passaram ao comando dos ‘mercados eficientes’” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 28).

Observando o que se projetou para os Estados na lógica do pensamento neoliberal, é possível compreender seus desdobramentos e a quase incompatibilidade com a democracia.

Os Estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecer a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de modo crível, por programas políticos consagrados institucionalmente, que não vão intervir na “economia” – ou, caso intervenham, que só vão fazê-lo para impor e defender a justiça de mercado sob a forma de remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para isso, é necessário neutralizar a democracia, entendida no sentido da democracia social do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar adiante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas (STREECK, 2018, p. 107-108).

Esse é um ponto de tensão que não pode ser ignorado. À medida que o capitalismo se reconfigura, resgatando em certa medida aquilo que fora central no liberalismo, que é sua “ação livre” e que consegue colocar o Estado a seu serviço, a democracia perde vitalidade e transforma-se em mera regra de escolha dos dirigentes. A questão é que a escolha de um gestor público está condicionada por uma forte mentalidade que foi se instalando em vários pontos-chave da sociedade. Segundo Harvey (2014, p. 13), os defensores da proposta neoliberal ocupam posições de considerável influência no campo da educação, nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado e em instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Desta maneira, “A ‘impotência política’ dos governos tem origem na ocupação do Estado e de seus órgãos de regulação pelas tropas da finança e dos graúdos interesses corporativos, aí incluídos os das megaempresas de mídia” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 79).

Se é a racionalidade concorrencial que conta para os neoliberais, isso tem consequências ainda mais paradoxais quando a razão privada toma conta da governança da coisa pública, criando sérias dificuldades a um governo que venha a ter compromisso político e responsabilidade com a equidade social. A conclusão é clara: “O projeto ocidental da cidadania democrática e igualitária não ‘cabe’ no espartilho amarrado na ilharga das sociedades pela ‘racionalidade’ do capitalismo contemporâneo” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 38). E se levarmos a sério o que pensam sobre a democracia, temos

uma realidade mais preocupante, uma vez que a condicionam e suspeitam de que ela possa colocar em risco as garantias individuais. “Os teóricos neoliberais têm, no entanto, uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais” (HARVEY, 2014, p. 77). Essa tendência de contar com especialistas e com a elite na função de governo mostra bem as preferências e os vínculos profundos do pensamento neoliberal. O que fica em aberto é: até onde vai o compromisso com a democracia? Até que ela sirva aos princípios neoliberais e aos interesses das grandes corporações? Fica, assim, esvaziado o significado das conquistas individuais e coletivas, dos direitos políticos e uma concepção radical de democracia, em nome da estabilidade social para os negócios.

O tema das fragilidades impostas à democracia passará por novo exame ao longo do texto, por hora chamamos a atenção para algumas questões numa espécie de breve apresentação dos pontos centrais da pesquisa. Os condicionamentos ou a impotência política sob os quais estão submetidos os processos democráticos numa sociedade com DNA capitalista e fisionomia neoliberal estão vinculados às estruturas de poder constituídas junto às grandes corporações financeiras e à racionalidade que toma conta do modo de pensar na contemporaneidade. Ambas têm fortes vínculos com os princípios da escolha e das liberdades individuais, fundamentalmente quando traduzidas em iniciativas econômicas, e enfraquecem os compromissos e vínculos sociais de natureza coletiva. Esse tipo de análise abrangente e contextualizada é, a nosso ver, o primeiro passo para pensar a educação para a democracia, ao menos numa perspectiva que considere a educação como um processo intrínseco às interações sociais. Diante da racionalidade instrumental e do cálculo do benefício individual, a educação para a democracia precisa se preocupar com uma formação ampla e com o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e de processos coletivos e recíprocos. O conceito de experiência formativa ganha força à medida que seu viés problematizador vai se debruçar sobre a subjetividade concorrencial, além de avaliar a viabilidade de princípios e critérios sob outra perspectiva. A educação para a democracia é, portanto, um processo complexo e que necessita da articulação de currículos compatíveis com a formação humana ampla, baseada no pensamento crítico e em processos sociais comprometidos com uma noção mínima de equidade e reciprocidade social.

A tarefa que temos diante de nós é discutir a educação para a democracia, considerando-a nesse processo social de interação social, que vai se constituindo ao longo

da vida e que tem suas perspectivas distintas entre as contribuições relevantes. Uma formação sistemática e intencional proposta na escola e na academia articulada com experiências vividas, especialmente, em coletivos em que se prima pelo pensamento crítico e pelo compromisso político da “cooperação” e do “comum”. Nesta empreitada, é preciso considerar o movimento complexo sobre o qual as práticas democráticas veem sendo constituídas, com as potencialidades, que precisam ser resgatadas, e os limites, que a reduz à lógica de regime governamental e serve ao pensamento econômica hegemônico. Neste capítulo, seguimos com o objetivo de explicitar como o avanço do “capitalismo de mercado” tem conseguido concentrar e multiplicar recursos financeiros na mão de poucos e como as grandes corporações têm usado este poder na esfera política para obstaculizar a democracia de fato. A conjuntura revela que tendo a funcionalidade e a lucratividade de seus negócios pouco importa com quem é preciso se associar e que o discurso “fascista” nem é tão ruim.

2.2 MUTAÇÕES CAPITALISTAS RUMO À RACIONALIDADE CONCORRENCIAL

A plasticidade do capitalismo e a capacidade de perpetuação de sua lógica própria de transformar crises cíclicas em oportunidade estratégica para retomar/ampliar a acumulação de até a industrialização e a constituição do Estado moderno, chegando aos nossos dias várias transformações ocorreram, e uma das questões que chama a atenção é a noção e a atuação do Estado em conexão cada vez maior com a economia de mercado. Essa conexão ora é traduzida como sintonia de medidas ora como o primeiro assumindo para si as regras da segunda e na quase totalidade das vezes o Estado assumindo o ônus do risco e do fracasso, e deixando para o setor privado o bônus do sucesso. Nas duas últimas mutações mais estruturantes, as transformações são permanentes e atendem pelos nomes de Estado de bem-estar social e neoliberalismo, respectivamente. Enquanto o primeiro predominou entre as décadas de 1940 a 1970, o segundo teve suas primeiras experiências na década de 1970, transformando-se em sistema político e econômico hegemônico a partir dos anos 1980 e, no Brasil, se consolidou da década de 1990. A fase neoliberal se destaca não apenas por sua capacidade de contar com a parceria e os serviços do Estado, praticamente sem resistência dos governos independentemente de seu espectro ideológico, pela configuração de uma mentalidade que orienta não apenas o campo econômico, mas

adentra para a subjetividade dos indivíduos e consolida de forma inédita o poder das grandes corporações.

O capitalismo financeiro é uma das faces mais marcantes, resultado de uma série de mutações internas e que cada vez menos implica no reinvestimento no setor produtivo, que, aliada ao emprego de alta tecnologia e da chamada flexibilização, abre novas possibilidades aos lucros, intensificando a concentração de renda e riqueza, e precarizando as relações de trabalho. A realidade do trabalho expressa bem o compromisso ilimitado com o lucro que, acima de qualquer outro princípio, regra ou valor, se justifica pela concorrência levado ao extremo. O funcionamento sistêmico e a complexidade das relações entre corporações de grande porte e pequenas empresas prestadoras de serviço relativizam o peso das ações individuais. A lucratividade das grandes corporações se faz sentir por transferência bancária ou mesmo pela valorização de suas ações, sem vínculo nenhum com os trabalhadores precarizados que sustentam os referidos lucros com trabalho extenuante.

A eficácia da nova governamentalidade, em seu duplo sentido de poder político e subjetividade, está em parte em aproveitar-se do momento de crise da institucionalidade estatal para colar no liberalismo econômico a noção de liberdade individual. Leva tempo e exige atenção e pensamento crítico para desvelar que as estratégias empregadas, de criar esses vínculos, não passam do estímulo, um desejo inatingível à maioria embora disponível a todos, que subtrai a coletividade e põe cada um na luta contra todos. A concorrência está sempre aberta, mas é tão evidente a olho nu quanto escondido de todos que o sucesso e o fracasso já estão definidos nas regras do jogo e nas estratégias empregadas. Todas as informações estão disponíveis a todos aqueles que tiverem o privilégio de pagar por boas assessorias e o privilégio da decisão em suas mãos. A sutileza e o emaranhado complexo acabam por obscurecer os meandros das decisões e produzem consequências graves para a maior parte da população que, na maior parte das vezes, fica iludida e manipulada, aguardando presente de onde vem a pancada.

Trata-se, na sequência, de explicitar como se dão as relações guiadas pela racionalidade vigente na contemporaneidade a partir de enfoque específicos e que ajudam a compreender as estratégias, as articulações e a atuação de alguns atores na constituição de uma realidade que em nome da escolha e da liberdade individual concentra renda e dinheiro, e captura o poder político de grande parte da população. Esse é um movimento de todo capítulo, mas aqui através de dois enfoques: as transformações pelas quais passa(ra)m

as relações produtivas e as forças de trabalho nesse contexto; a tentativa de traçar um perfil do sujeito guiado pela racionalidade que marca a face neoliberal do capitalismo.

2.2.1 Reestruturação do mundo do trabalho

O trabalho é uma realidade humana que carrega uma história de significados dissonantes. Ao longo do tempo já fora considerado castigo ou necessidade de camadas populares que não pertenciam à elite de proprietários e/ou nobreza, passando à condição que dignifica e dá sentido à vida humana, à medida que a transformação da natureza transforma quem age sobre ela. De realidade restrita à pequena parcela da população, o trabalho passou a ser disseminado como necessidade e condição de pertencimento social. Com uma pitada de ironia, Berardi (2005, p, 46) justifica a necessidade do trabalho “porque a sobrevivência econômica se torna mais difícil e porque a vida metropolitana se torna tão triste que vale a pena trocá-la por dinheiro”. A partir da chamada terceira revolução industrial ou do desenvolvimento de novas tecnologias de interconexão entre os campos da informática e da comunicação, a sociedade passou a produzir mais que o necessário para a sobrevivência e o consumo da humanidade, mesmo dispensando parte da mão de obra disponível. “Essa tendência se desenhava desde princípios da década de 1970, quando deslanchou o processo de reestruturação produtiva do capital em escala global” (ANTUNES, 2018, p. 56). Paradoxalmente, quando o significado do trabalho se consolidava como constituinte da identidade individual, ocorre uma profunda alteração, que relativiza a ideia de carreira profissional longa e o desemprego ganha contornos estruturais.

Entre os fatores responsáveis pela constituição do “exército de reserva” estão o emprego de alta tecnologia e a substituição do trabalho humano pelas “máquinas inteligentes” em diferentes e nos mais diversos setores. O desemprego nasce contingencial, se revela estrutural e, a partir daí, transformado em estratégia para minar a organização coletiva dos trabalhadores, levando ao rebaixamento salarial geral, em especial dos trabalhos que exigem menos qualificação. Se a realidade do trabalho carrega um sentido de realização pessoal e participação social, Antunes (2018, p. 26) identifica um dilema profundo quando este for associado ao capitalismo. O sentido do trabalho que estrutura o capital é desestruturante para a humanidade, enquanto o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é tendencialmente desestruturante para o capital. A melhor perspectiva parece a que possibilita ao trabalho humano o desenvolvimento de seu

potencial emancipador e transformador, recusando seu formato explorador, alienante e degradante ao ser social. Cabe analisar se é este o formato que o capitalismo flexível tem produzido com as recentes transformações no sistema produtivo e na vida da “classe que vive do trabalho”.

Dando um passo atrás verifica-se que, no século XVIII, a família era o grande centro físico da economia e do desenvolvimento do “ofício industrial”. Na época, “em cidades como Paris ou Londres, os ofícios também eram praticados na morada familiar” (SENNETT, 2005, p. 36). Na casa do padeiro conviviam, faziam as refeições juntos e dividiam o espaço da casa para repousar em muitas situações diaristas, aprendizes e a família biológica do padeiro (SENNETT, 2005, p. 36). Passou-se, rapidamente, de um sistema do trabalho em série e da produção em grande escala, para variações do fordismo-taylorismo, ainda marcado pelo controle do trabalho, a hierarquia e funções bem definidas e a produção de grande estoque, para trabalho em equipe do sistema toyotista⁸. Neste, a pressão pela produtividade é exercida pelo próprio grupo e pelos integrantes, que estabelecem metas a serem batidas no período seguinte. Sem a necessidade de estoque, a produção passa a ser controlada pelo consumo, na ideia do *just in time*. Em grandes traços históricos, a livre circulação da moeda e o surgimento do livre mercado foram elementos decisivos na configuração da nova divisão do trabalho (SENNETT, 2005, p. 39). A padaria de Boston, onde Sennett conversava com os trabalhadores do setor, revela um lado da crescente heterogeneidade na dinâmica do trabalho contemporâneo. Nela as transformações mais sentidas referem-se ao uso de máquinas sofisticadas em que cabe ao trabalhador apertar botões e não mais envolver-se com seus conhecimentos e seu toque pessoal na produção de pães, produzindo a sensação de ilegibilidade em seu trabalho (SENNETT, 2005, p. 79) e limitando-o a “exercer sua profissão” no âmbito restrito de sua casa (SENNETT, 2005, p. 83).

As transformações, porém, não extinguiram os operários industriais e outros tantos profissionais da face da terra. “A globalização ampliou muito o ciclo do trabalho industrial, transferindo-o para as periferias pobres do planeta e reduzindo-o a condições de semi-escavidão. A desterritorialização capitalista assumiu um ritmo rápido, infinitamente mais

⁸ Sistema de organização do trabalho que implica na produção com base na demanda e com minimização de estoques, atrasos e defeitos, e onde o trabalho em equipe é um fator importante quanto à organização e ao controle do próprio trabalho dos envolvidos, com o objetivo de obter aperfeiçoamento contínuo dos processos produtivos. (BEZERRA, Juliana. Taylorismo, fordismo e toyotismo. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/taylorismo-fordismo-e-toyotismo/#:~:text=Por%20sua%20parte%2C%20o%20Fordismo,a%20competitividade%20de%20uma%20empresa.>> Acesso 16 mar./2022).

rápido do que os tempos lentos que são precisos para que os operários possam construir sua comunidade” (BERARDI, 2005, p. 48). A inauguração da era neoliberal, compreendida como processo amplo de liberação e suporte estatal para o desenvolvimento do mercado privado, tornou o sistema produtivo mais complexo, heterogêneo e flexível. A acumulação produtiva (e improdutiva) que ganha novos contornos e possibilidades, levando as empresas a disporem de mais informações para investir onde há maior rentabilidade e dando a elas maior poder de pressão política na obtenção de cenários favoráveis a seus negócios. A possibilidade de ampliar seus mercados com o rompimento das barreiras físicas a partir da utilização da tecnologia da comunicação e da informática dá aos capitalistas uma perspectiva mais segura no que diz respeito ao cálculo dos custos com a produção, entre eles com matéria-prima e mão de obra. O estudo detalhado do investimento, incluindo a existência de organizações coletivas que possam produzir resistência à flexibilização de direitos, a participação do Estado e a promoção da concorrência entre países, estados e cidades são algumas das garantias de bons resultados. Não se pode ignorar a articulação das grandes empresas com o Estado, através dos representantes políticos, e mesmo do Judiciário, para flexibilizar a legislação e transformar o setor público em fiador dos negócios privados.

Assim vai se constituindo a “nova morfologia do trabalho”, que aponta para uma relevante alteração, com tendência de queda do proletariado industrial, especialmente nos países do capitalismo central e uma acentuada participação de quem atua no setor de serviços (ANTUNES, 2018, p. 27). Entre as principais características da nova dinâmica do trabalho estão flexibilidade (tempo, regulamentação...), heterogeneidade de funções e ampliação gigantesca da desigualdade quanto à remuneração, envolvimento cognitivo e emocional, intensidade e envolvimento no campo das tecnologias de informação e comunicação, com uma forte tendência à precarização das condições, especialmente nos postos de menor exigência de qualificação. As transformações ampliam seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de trabalho excedente, expulsando grupos significativos – desde jovens qualificados a imigrantes sem qualificação – e produzindo o aumento de bolsões de trabalhadores descartáveis, subempregados e desempregados (ANTUNES, 2018, p. 30-31).

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos

empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (ANTUNES, 2018, p. 25. Grifos do autor).

A pragmática que invade o universo da empresa flexível é a comandada pelo capital financeiro e transfere aos trabalhadores, em nome do lucro, a pressão pela maximização do tempo, altas taxas de produtividade e contratos cada vez mais frágeis, sem falar no carro chefe da flexibilidade, o pacote da terceirização (ANTUNES, 2018, p. 31). É emblemático porque mascara as relações entre capital e trabalho, como se fosse acordo entre empresas (a empresa jurídica e a “empresa de si”) e desconstitui o que se compreende por autonomia e liberdade, exigindo mais do trabalhador, que obtém quase nada em troca. “Com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora de trabalho, a terceirização ganha relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo gerador de valor” (ANTUNES, 2018, p. 32). A flexibilidade ganha contornos bem abrangentes e se manifesta de diferentes formas, com indefinição quanto à jornada e ao espaço de trabalho, insegurança quanto à remuneração, fragilidade no que diz respeito aos direitos e à proteção social oriunda do sindicato (ANTUNES, 2018, p. 36). Há algo nefasto nesse processo, à medida que atíça o desejo pessoal aguçado pela subjetividade concorrencial, criando a ilusão do sucesso e encobrendo a realidade da precarização.

O panorama geral da realidade atual do trabalho evidencia a precarização sob às formas de contratos de curto prazo, forte instabilidade e insegurança quanto aos direitos, além da crescente terceirização que se distingue cada vez menos da informalidade. A empregabilidade fracionada à beira do trabalho temporário, encobrem a precarização geral das condições e burlam o vínculo de trabalho, permitindo jornadas extenuantes sob ameaça permanente do desemprego. O quadro da informalidade é composto por *trabalhadores em atividades de prestação de serviços* como costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes, camelôs e empregados domésticos, pelos *informais assalariados sem registros*, com destaque para a indústria têxtil, de confecções e calçados e pelos *trabalhadores informais por conta própria*, produtores simples de mercadorias, muitas vezes pequenos negócios vinculados às grandes corporações e que atuam nas áreas da produção, comércio e prestação de serviços (ANTUNES, 2018, p. 68-70). Em similaridade

de condições estão a indústria de confecções, localizada no centro da capital paulista com jornadas de até 17 horas e contratação informal de trabalhadores bolivianos ou peruanos, os trabalhadores africanos, submetidos a trabalhos extenuantes no ensacamento e na embalagem de produtos têxteis e de confecções também em bairros da grande São Paulo, além dos cortadores de cana empregados do agronegócio do açúcar, submetidos à concorrência e à exaustão para superarem as próprias metas por um salário miserável (ANTUNES, 2018, p. 71-72). Para citar outras situações emblemáticas mais globais, no Japão existem os “ciber-refugiados”, trabalhadores jovens da periferia de Tóquio e que utilizam os cibercafés para um cochilo e usar a internet em busca de trabalho (ANTUNES, 2018, p. 72). A realidade dos imigrantes merece nota por serem os trabalhadores submetidos às piores condições de trabalho, entre os quais podem ser citados “o *Gastarbeiter* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, o *chicano* nos Estados Unidos, o imigrante do Leste Europeu (poloneses, húngaros, romenos, albaneses etc.) na Europa ocidental, o *decasségui* no Japão, o boliviano (entre outros latino-americanos) e o africano no Brasil etc.” (ANTUNES, 2018, p. 72).

Na composição desse quadro geral de aumento da exploração ou da passagem à *superexploração* da força de trabalho, que atinge a todos os países cada um em suas peculiaridades. A particularidade do que segue é tratar-se de um diagnóstico oriundo dos próprios trabalhadores e revelado através de manifestações ocorridas em vários países. Na França, em 2005, os imigrantes e trabalhadores pobres destruíram carros, em 2006, estudantes e trabalhadores se manifestaram em Paris contra o Contrato de Primeiro Emprego. Na virada da década, na Grécia, o alvo foi o receituário do Banco Central e seu atrelamento ao do FMI, o que se seguiu com as revoltas no mundo Árabe, iniciada na Tunísia. Em Portugal movimento semelhante se deu em 2011, reunindo trabalhadores imigrantes, jovens em condição de precarização e tendo por alvo principal a perda de direitos. Na Espanha, os maiores protagonistas foram os jovens em luta contra o desemprego e a falta de perspectiva de vida (geração *ni estudia, ni trabaja*). Ainda se pode citar o levante de jovens pobres, negros, imigrantes e desempregados motivado pela morte, pela polícia, de um jovem negro taxista e o movimento *Occupy Wall Street*, que denunciou a hegemonia do capital financeiro, o aumento do desemprego e o trabalho precarizado (ANTUNES, 2018, p. 56-57). Essas formas de expressar consciência das condições gerais de precarização têm natureza difusa e não chegam a se constituir como força política

(duradoura), mas revelam um sinal importante do que se imagina como uma das marcas da democracia radical.

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de *classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam seja predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (ANTUNES, 2018, p. 31).

Ao observar o cotidiano da vida, essas questões ganham maior concretude e explicitam os dilemas pessoais que estão por trás das mudanças. Richard Sennett, em *A corrosão do caráter*, revela a perplexidade dessa realidade através dos personagens Enrico e Rico, pai e filho, e de concepções que marcam as distintas gerações envolvidas em contextos profissionais e familiares. O comportamento de Enrico é a tradução de uma geração marcada pela linearidade do tempo, pelas conquistas gradativas, pelo propósito de servir à família, com uma narrativa de vida, com base no sonho americano de mobilidade ascendente para os filhos (SENNETT, 2005, p. 13-14). “Rico e outros jovens encaminhados para cima na escada social às vezes traíam vergonha pelo sotaque operário e as maneiras rudes dos pais, mas com mais frequência se sentiam sufocados pelas infundáveis estratégias sobre centavos e o cálculo do tempo em passos minúsculos” (SENNETT, 2005, p. 16). Essa atitude revela menos paciência para alcançar resultados mais ambiciosos e parece disposto a assumir os riscos da instabilidade. Acima de tudo, representa a existência de outra lógica dominante, a do capitalismo flexível, onde as possibilidades são proporcionais aos riscos, assumidos cada vez mais exclusivamente pelos indivíduos.

A noção de corrosão do caráter se dá como resultado do rompimento dos laços sociais e do fim do senso de mútua dependência, por sua vez, um dos princípios fundamentais da confiança (SENNETT, 2005, p. 25). A falta de confiança também pode ser oriunda do exercício flexível do poder (SENNETT, 2005, p. 169), ao estilo laço de unidade criada numa empresa em momento de crise, tão forte a ponto de ser substituído pela demissão. Ocorre que o contexto competitivo do capitalismo flexível obstaculiza a confiança nos outros, uma vez que se afirma na exaltação das qualidades e no

encobrimento das vulnerabilidades. A fome de mudança e a motivação do mercado baseada no consumidor fazem da empresa flexível autoridade que decreta o fim do longo prazo. A inexistência do longo prazo corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, uma vez que mudar significa abandonar a rotina, o compromisso e, ainda mais, o sacrifício (SENNETT, 2005, p. 23-24). “Como se podem manter relações duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?” (SENNETT, 2005, p. 27). Nesse contexto, se explicita o dilema representado por Rico, “o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (SENNETT, 2005, p. 27). Fica ainda mais evidente quando o profissional se depara com a função paterna. Quer resistir à ácida erosão das qualidades de caráter, como lealdade, compromisso, propósito e resolução, que são de longo prazo. Aí se dá conta que a inexistência do longo prazo desorienta e afrouxa os laços de confiança e divorcia a vontade do comportamento. “O comportamento flexível que lhe trouxe o sucesso está enfraquecendo seu caráter de um modo para o qual não há remédio prático.” (SENNETT, 2005, p. 33)

À medida que o diagnóstico vai ficando mais completo, são percebidas, em escala mais ampla e nas diversas dimensões, os efeitos das transformações no mundo do trabalho. Elas vão desde as estratégias empregadas pelas empresas para garantir maior lucratividade, passando pela mudança no cotidiano do trabalho (envolvimento cognitivo-emocional), até no que se refere à responsabilidade assumida pelo trabalhador sobre o sucesso ou o fracasso, produto do fim das redes de proteção e da deterioração dos vínculos sociais. Há nisso tudo, um conjunto de questões que vão se constituindo em racionalidade, numa espécie de circuito de formação das consciências e aprisionamento da subjetividade. Não se pode esquecer da sutil e sistemática educação de mentes e corações por parte da mídia, de setores da academia, e também de outros discursos – entre eles o eclesial – que legitimam certas narrativas, mesmo que de forma parcial. Ao lado da linguagem compreensível para a população em geral, a ancoragem na palavra de *experts* dá autoridade à classificação de erros e acertos das decisões políticas e econômicas, apresentando respostas objetivas e direção segura. O efeito é a legitimação de concepções e modos de vida baseados no cálculo do interesse pessoal, tornando desprezíveis decisões que consideram o bem do outro. No que diz respeito à realidade do trabalho, por exemplo, a lucratividade da empresa é legitimada, enquanto a garantia de direitos é analisada sob a

ótica custo da empresa. Ao trabalhador, levado a pensar exclusivamente em seu próprio desempenho, parece não haver outra alternativa porque depende da renda e não pode perder nenhuma oportunidade.

Há uma questão decisiva que está no centro das transformações recentes do mundo do trabalho e que envolve o lugar social da “nova classe trabalhadora”, o que se poderia traduzir pela noção de “novo padrão profissional”, com perfil mais “intelectual” e que faz uso da tecnologia digital. É preciso considerar tratar-se de um grupo em expansão, da enorme heterogeneidade e o fato da atuação no campo da tecnologia da informação e comunicação apresentar uma dupla faceta: um percentual em expansão na área específica e a incorporação crescente dessas tecnologias, no todo ou em partes, pelas demais áreas. É preciso relativizar a importância da atuação neste campo e da exigência intelectual no trabalho, porque se criou uma expectativa de uma nova realidade do trabalho, com “*status* de classe média” e que estes profissionais pertenceriam a um seleto grupo em que a liberdade, a autonomia e a criatividade seriam os grandes pilares, com condições profissionais proporcionais ao *status* projetado. Disseminou-se um imaginário de que o conjunto dos trabalhadores seria beneficiado, ao menos em parte, pela evolução no mundo do trabalho. Haveria maior flexibilidade e, portanto, menor rigidez e controle, com melhores condições físicas, além de altas expectativas quanto à remuneração. Associa-se a este contexto também a ideia do fim do trabalho, enquanto atividade manual, para alguns, fim da exploração pelo trabalho, já que a liberdade, a autonomia e a criatividade colocariam o trabalho humano em outro patamar.

O que a nova classe que vive do trabalho encontra não é exatamente a tradução da expectativa, mas uma realidade que acompanha as condições dos demais trabalhadores, inclusive com rebaixamento geral em termos financeiros e de acesso a direitos. A instabilidade e a desregulamentação contratual puxam para baixo e antecipam o que vai ocorrer com parcela dos operários tradicionais que possuíam direitos adquiridos do período do Estado de bem-estar social, ao menos em alguns países em que governos e/ou a proteção sindical represaram o movimento neoliberal mais radical. Em muitos casos, a expectativa em torno da ação inventiva e criativa se depara com o trabalho repetitivo, enquanto o ideal de autenticidade e inovação encontra no aprisionamento do tempo a escravidão digital. Isto porque as exigências da empresa também são alteradas.

Para entender essa mudança na percepção da empresa, é preciso levar em consideração um fato decisivo: enquanto o trabalhador industrial colocava no serviço assalariado suas energias mecânicas, segundo um modelo repetitivo,

despersonalizado, o trabalhador *high-tech* empenha na produção sua competência singular, suas energias comunicativas, inovadoras, criativas, em suma, o melhor de suas capacidades intelectuais (BERARDI, 2005, p. 41).

Quando o empenho pessoal não é percebido como exploração do intelecto, mas como pertencimento emocional à categoria de trabalho inventivo, fica anulado o possível senso crítico e há a captura da subjetividade que faz suportar as adversidades. Segundo Berardi (2005, p. 37), “não se rebelam porque foram atraídos e caíram na armadilha digital pela promessa de pertencerem a uma elite e pela mentira infinitas vezes repetida de que cada um pode construir a própria sorte, se a merecer”. À medida que o trabalhador é físgado pela mentalidade da meritocracia, assume o compromisso com o próprio desempenho, se fechando à análise crítica do sistema que o explora e do compromisso coletivo com seus pares expostos a condições similares. Isso representa um passo sutil, complementar e decisivo, na comparação com o combate dos sindicatos durante as primeiras experiências dos governos neoliberais. Foi o caso de Margaret Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, ainda na década de 1980 e, para não deixar de lado a realidade brasileira, a fase crucial se deu na década de 1990, iniciando com Fernando Collor e concluída nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994 a 2002. Dispersar as greves e mobilizações significou um recado do empenho do governo em diminuir a resistência dos trabalhadores em movimento, enquanto o contexto da captura da subjetividade canalizou a energia cognitiva e emocional para a atuação profissional, criando ainda mais obstáculos à formação da consciência da própria condição do trabalhador. Foi um período marcado por privatizações do patrimônio público, através de medidas que agilizaram o processo do chamado Plano Nacional de Desestatização - PND, como as emendas nº 7, que abria a navegação brasileira para empresas estrangeiras, muitas delas, a nº 8, que permitiu a exploração de serviços de telecomunicação e radiodifusão pela iniciativa privada e a de nº 9, que permitiu a contratação pela União, de empresas estatais ou privados, para atividades de exploração de petróleo (ALMEIDA, 2010, p. 333). Fernando Henrique chamou moral com as medidas de controle da inflação e avançou para a privatização e seus feitos não ficaram sem reconhecimento, sendo comparado, pela revista inglesa *The Economist*, à Era Tatcher (ANTUNES, 2004, p. 39).

Na realidade, se verifica o aumento do tempo médio de trabalho (BERARDI, 2005, p. 41-42), sendo que “o tempo aparentemente liberado pelas tecnologias é transformado em cibertempo, tempo de trabalho mental absorvido pelo processo de produção ilimitado do ciberespaço” (BERARDI, 2005, p. 42). Além do que, a lógica felicista da nova economia,

que dissemina a afeição ao trabalho como estratégia para alcançar dinheiro e poder, inviabiliza em geral a capacidade do gozo do tempo livre. “Quanto mais tempo dedicamos à obtenção de meios para poder consumir, tanto menos nos resta para podermos gozar do mundo disponível” (BERARDI, 2005, p. 44-45).

Até agora, apesar da precariedade dos contratos, da imposição de horários infernais e do salário que, descontando taxas e impostos, se reduz a um salário-padrão de operário, pouquíssimos têm coragem de mandar a nova economia da ilusão para os quintos dos infernos. A miragem de participar de um circuito que está na moda, a miragem de poder um dia ter a ideia que nos tornará finalmente milionários prevalece sobre a frustração e o cansaço. Mas o que acontecerá no dia em que os *net slaves* se derem conta de terem simplesmente sido tratados como imbecis? (BERARDI, 2005, p. 37).

Embora este não seja um tema que mereça a atenção de determinados setores, como é o caso da grande mídia de forte tendência conservadora, os dados revelam a existência de índices preocupantes de adoecimento e de patologias psicológicas vinculadas ao modo de vida e ao estresse do trabalho⁹. Muitas vezes os processos de adoecimento escondem no seu imediato que por traz deles estão à exposição aos processos competitivos e a meta obrigatório em nossos dias, da felicidade. Segundo Berardi (2005, p. 59), os psicólogos sociais veem duas patologias entre as mais comuns na atualidade: o pânico e a depressão. “A depressão está intimamente ligada à ideologia da auto-realização (sic) e ao imperativo felicista.” (BERARDI, 2005, p. 58). O pânico, por seu turno, ainda carece de melhores análises, mas, para Berardi (2005, p. 59-60), se vincula à incapacidade de acolher em nossa consciência a infinita gama de estímulos disparados e à velocidade infinita de exposição de sinais vitais para a sobrevivência na percepção do organismo e que o sujeita ao estresse perceptivo, cognitivo e psíquico, culminando com a perigosa aceleração das funções vitais. Neste contexto, Berardi chama atenção para o uso de psicofármacos e para a cultura política que não quer ver os efeitos da sociedade competitiva, e sentencia: “Quando um apologista da economia usa a palavra ‘oportunidade’, você deve estar atento: alguém está querendo lucrar com seu trabalho e o leva a acreditar que, se você não estiver disposto a se deixar espremer, corre o risco de perder alguma coisa” (BERARDI, 2005, p. 62. Grifos do autor).

⁹ Os grandes canais de televisão aberta no Brasil, embora recentemente parecem pertencer a espectros políticos diferentes, em grande parte isso não passa de um dado cultural que pode ser situada entre a direita e o ultradireita, o conservadorismo e o ultraconservadorismo. Isso tem relação com sua origem vinculada a grupos econômicos e a segmentos político-ideológicos que sustentam e/ou compactuam com a manutenção da estrutura de desigualdade e das diferentes formas de hierarquia social. A forma como isso se constituiu é relatado em “Mídia & Democracia”, por Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz .

Acerca do pertencimento à classe média por parte dos trabalhadores digitais e dos quais é exigido envolvimento intelectual e emocional, é importante discutir a complexa dimensão relacional que abarca objetividade e subjetividade. As classes médias conformam uma noção ampla: são “compostas pelos que exercem trabalho predominantemente intelectual (não manual), o que essencialmente as distingue da classe operária. E, mais, as classes médias buscam uma clara diferenciação em relação à classe operária também na esfera do consumo, em seu ideário, nos seus valores simbólicos” (ANTUNES, 2018, p. 53-54). É relevante também situar que o imaginário das classes médias com frequência transita na esfera de valores da classe dominante, embora vivenciem um cenário de maior oscilação e incerteza porque destituídas dos meios materiais e simbólicos da classe à qual sonham pertencer (ANTUNES, 2018, p. 54). Os segmentos internos se distinguem, com maior aproximação valorativa dos segmentos mais altos das classes proprietárias, enquanto os extratos mais baixos, se aproximam objetivamente da classe trabalhadora. Isso alimenta o ideário de que a consciência da classe média aparece mais como não pertencimento de classe, ora aproximando-se das classes proprietárias, mais comum em seus segmentos altos, de gestores, administradores e setores dos profissionais liberais, ora mais próximos de ideários e práticas da classe trabalhadora, especialmente seus segmentos mais proletarizados (ANTUNES, 2018, p. 54).

Essa associação de expectativas, realidade e noção de pertencimento coloca-nos no caminho da classe média porque, a nosso ver, há um elemento chave para pensar possibilidades e, principalmente, limites das relações de trabalho a partir do protagonismo dos trabalhadores. Na composição deste quadro temos vários elementos já mencionados: o efeito do desemprego estrutural, o enfraquecimento dos sindicatos – e nem exploramos os equívocos e a tendência pragmática e visão imediatista que diminui o seu poder político –, a deterioração dos vínculos sociais e a captura da subjetividade do trabalhador. O posicionamento da classe média e o poder que exerce em composição com outros segmentos sociais acaba impactando fortemente nos rumos políticos dos Estados-nação e servindo de base para arranjos e articulações globais. Enfatizamos não se tratar do poder em si da classe média, mas de sua composição, que, em muitos casos, representa muito mais perdas internas que ganhos, especialmente para seus segmentos mais baixos. Entra em jogo o princípio da distinção social e o desejo de estar no topo da pirâmide, como critérios que conduzem a classe média a tomar decisões e alinhar-se, preferencialmente, aos setores da alta sociedade e a não compor com a classe trabalhadora. Na prática, parcela

grande da classe média vive a realidade “trabalhista” do “proletariado”, submetida à instabilidade da flexibilização e da precarização, mas se apega ao valor e à ambição distintiva, que nas metamorfoses mais recentes estão representadas pelo “trabalho intelectual” e pelas tecnologias digitais.

Isso faz da nova classe que vive do trabalho uma realidade “mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX” (ANTUNES, 2018, p. 89). É uma classe “mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável, mais facilmente atraída por ‘políticas populistas’, suscetíveis de acolher inclusive apelos ‘neofascistas’” (ANTUNES, 2018, p. 58). A tese do trabalho criativo não pode ignorar que o envolvimento intelectual e emocional é também condicionamento e pressão em vista da produtividade. A flexibilização interessa enquanto possibilidade aberta, mas na prática há um grupo muito restrito que consegue galgar postos com alta remuneração e não sem abrir mão de devotamente quase absoluto, quando não abandonar modos de vida e vínculos de toda natureza. O outro lado do sucesso é o fracasso, da instabilidade, e de inúmeras maneiras de precarização e vulnerabilidade dos vínculos empregatícios, sob forma de terceirização, informalidade, entre outras. A metamorfose do trabalho não representa apenas a passagem de uma lógica para outra, mas da configuração de uma realidade movediça e flexível que, por si só, produz maior dificuldade na organização, do ponto de vista da consciência de classe e da conquista de direitos. Soma-se a isso um movimento político à direita que, no caso brasileiro, tem, nos últimos anos, desconstituído o que ainda restava de segurança trabalhista conquistada a duras penas e ancorado uma subjetividade que vê o outro trabalhador como concorrente.

O ingresso de um conjunto mais difuso de trabalhadores, especialmente no setor de serviços, somado ao contexto de exaltação dos valores individuais e do enfraquecimento dos laços de solidariedade fragmentou a atuação enquanto classe. A consciência de classe exige um sentimento mínimo de pertencimento coletivo, que também é resultado de construção conjunta. Esse processo é dificultado pela expectativa/sentimento de pertencer a extratos sociais “superiores”, pelas fragilidades na articulação das diferenças e pela multiplicidade prática de situações que dificultam o próprio contato físico, como é o caso dos vínculos temporários e da instabilidade profissional. Não se pode esquecer da dificuldade dos próprios sindicatos organizados, burocratização e falta de dinamismo na atuação junto a outros setores sociais, além da governança neoliberal, que mina os laços de

solidariedade. A comparar com as manifestações ocorridas no Brasil entre 2013 e 2016, evidentemente, sem dar a mesma direção política a todas elas, vivemos momentos caóticos, de rebeldia difusa e dificuldade na interpretação desses gritos, e com capturas e traduções eleitorais contraditórias. Os sinais de consciência crítica e a lucidez no diagnóstico parecem encobertas pelas narrativas e estratégias que não param de liberar cortinas de fumaça (MARCON, DOURADO, MEZADRI, 2020, p. 1-18).

A metamorfose do mundo do trabalho tem exposto o trabalhador, paradoxalmente, a condições físicas de trabalho extenuante, mas parece que é a condição subjetiva e sua crise de pertencimento emocional um dos fatores mais desgastantes da atualidade. A identidade fluída da “classe média digital” é emblemática à medida que evoca o papel de liderança social no manifesto devotamento e na forma voluntária com que defende a flexibilização trabalhista e os vínculos instáveis de toda forma de “desterritorialização globalista”. Esse pertencimento ao topo, muitas vezes mais valorativo e de desejo do que real, passa a ser decisivo na articulação e no posicionamento político para que determinada racionalidade hegemonize não apenas o mundo do trabalho, mas predomine também nas subjetividades e no modo de vida. A lógica dominante sustenta que os vínculos sociais não ultrapassem a noção de equipe porque teme os efeitos do “Estado assistencial” (SENNETT, 2005, p. 167), preferindo e submetendo os trabalhadores à pressão da concorrência. Há algo de sutil e psicológico que precisa ser considerado. O trabalhador é submetido à mesma mentalidade vencedora, predominante na sociedade, e quando se sente vulnerável, perde a confiança em seu desempenho, único antídoto de que possui em seu estado psicológico individualista.

Esse é o efeito mais profundo da racionalidade de desempenho na subjetividade do trabalhador, a ponto de perder não apenas os vínculos sociais, mas também não vislumbrar nem em seu horizonte esta possibilidade. Para Sennett (2005, p. 169), a confiança é elemento fundamental neste processo e ela nasce do sentimento de perceber-se necessário ao outro e é “quando as coisas dão errado e a necessidade de ajuda se torna aguda”. Se é a necessidade do amigo que testa a amizade, mas a vergonha de expor a vulnerabilidade impede o compartilhar do sofrimento, não se chega às relações de confiança, fundamentais para vínculos sociais. Nas relações de trabalhos, a confiança é construída pelo compartilhamento de sentimentos que expressam a sensação de “estar na mesma situação”, o que as novas relações de trabalho com metas a serem batidas dificultam porque tendem a expor as fragilidades individuais como problemas para a equipe. Por isso, fica tão difícil

restaurar a confiança no outro, que “exige menos medo de vulnerabilidade em nós mesmos” (SENNET, 2005, p. 170). A explicitação da racionalidade de desempenho e a captura da subjetividade humana vão evidenciar ainda mais seus efeitos nas relações cotidianas.

2.2.2 Racionalidade concorrencial como modo de vida predominante

Já afirmamos que as regras que regem a economia se estenderam para todas as dimensões da vida, sendo transformadas, portanto, em racionalidade hegemônica no atual estágio de desenvolvimento da sociedade. Interessa aqui explicitar como se deu este processo e em que medida esta governança neoliberal se constituiu em modo de vida que responsabiliza os indivíduos pelo sucesso ou pelo fracasso, limita o exercício da cidadania e fragiliza sobremaneira a democracia, reduzindo-a ao modelo que apresenta sinais de profunda crise: a democracia representativa liberal. É um elemento importante para nossa tese, à medida que desvela como foi se constituindo uma mentalidade que dominou diferentes instâncias da sociedade, passando pela academia e pelos meios de comunicação, entre outros mecanismos utilizados, para consolidar uma subjetividade. Compreender este modo de vida é fundamental na análise e na prospecção de processos formativos que deem suporte a uma perspectiva democrática que supere o formalismo atual.

A subjetividade que se impõe como tendência é o resultado de uma combinação entre concepções, princípios e, fundamentalmente, a noção de concorrência como pilar do progresso, do desenvolvimento e da evolução humana em sociedade. Tais valores contaram com a simpatia de grande parte da população, seja porque foram associadas à positividade de noções consagradas pela humanidade, algumas delas porque estiveram sob ameaça em períodos imediatamente anteriores, como é o caso da liberdade e da autonomia individuais. Ocorre que não se trata simplesmente da “retomada” de determinados princípios, até porque eles só existem contextualizados, mas de um direcionamento muito associado à liberdade de mercado e àquilo que se poderia classificar como interesses privatistas. Para usar uma expressão que causa frisson entre os neoliberais, a liberdade foi sendo associada ao empreendedorismo, ao direito do livre mercado, de investir e fazer o dinheiro gerar mais dinheiro, realidade que já esteve diretamente ligada à lógica produtiva, mas que cada vez mais ganha contornos financistas. As concepções neoliberais, entre elas a de liberdade como capacidade de empreender, são reducionistas, condicionam as relações

de trabalho e minam os vínculos sociais de solidariedade, porque se orientam pela subjetividade concorrencial.

A tarefa é compreender as condições da formação do sujeito neoliberal e sua capacidade de transformar a concorrência em princípio inquestionável, com validade em todos os âmbitos da vida, das transações econômicas às relações cotidianas. Nesta empreitada, é preciso fugir de duas armadilhas: da ideia que tal subjetividade tenha se configurado naturalmente, sem uma “intervenção estratégica”; da interpretação de haver um complô pró-mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24), marcada pela existência de uma predeterminação da vida, na qual não passaríamos de marionetes pré-programadas, atuando em uma peça teatral. É preciso fugir da conspiração predeterminista e da ingenuidade que não percebe as estratégias e o poder de indivíduos, instituições e corporações. A história é carregada de disputas em que a leitura dos acontecimentos e a capacidade de projetar intervenções são decisivas nos rumos, sempre provisórios e que possibilitam novos arranjos de tempos em tempos. O neoliberalismo enquanto este movimento histórico teve sua originalidade “no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas ‘outro regime de acumulação’, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24). Se o neoliberalismo equivale “à mercantilização implacável de toda a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 23), como se chegou a isso?

Compreender *politicamente* o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde 1930. Ele traz em si uma ideia muito particular da democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um *antidemocratismo*: o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma do sufrágio universal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8).

A racionalidade concorrencial é resultado de embates e confrontos com diferentes perspectivas político-econômicas, inclusive entre diferentes visões sobre o próprio capitalismo, construída como resposta diante de circunstâncias históricas. Entre os atores importantes que ajudaram na arquitetura da opinião pública estão as universidades e a mídia, sem esquecer da participação de governos, que aproveitaram para reconstruir as bases da sociedade num momento em que a crise não era apenas de acumulação de capital, mas também de governamentalidade, ou das formas dominantes de poder até o momento (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26). Aliás, um dos temas do qual devemos fugir da simplificação e que carrega divergência entre os neoliberais diz respeito à participação e ao

papel do Estado, em especial em assuntos de economia. Para compreender o tema em sua amplitude é importante associá-lo ao debate da ética e da democracia. “O que perturba a perfeita democracia do consumidor e abre o caminho para o despotismo totalitário é a intrusão de princípios éticos, heterogêneos ao processo do mercado, que não sejam o do interesse” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 137). O que preocupa os neoliberais é, portanto, “a ideologia da democracia ilimitada, baseada no mito da soberania do povo e da justiça social” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 137).

Para alguns, como Hayek, a não intervenção do Estado baseia-se na concepção de que o mercado é regido por leis naturais, base para uma ordem espontânea que promove o crescimento e sustenta o princípio da evolução humana (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 164-165). É preciso atentar, porém, para a intenção de questionar o Estado de bem-estar, visto como o “socialismo liberal”, e tomar distância do próprio liberalismo clássico e de sua perspectiva de consentimento da maioria, para isentar o direito privado de qualquer controle da “vontade coletiva”. Hayek mostra o que pensa ao afirmar sua preferência pela ditadura liberal a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 183-184). Contrariamente à ideia de Estado mínimo, o neoliberalismo tem promovido um *Estado forte* e transformando-o em *guardião do direito privado* e promotor engajado da ideologia de mercado. O Estado tem sido feito o primeiro e mais forte instrumento de formação do novo sujeito de desempenho, um agente que pressiona os indivíduos para a lógica da concorrência e para o modelo de empresa: “o mercado moderno não atua sozinho: ele foi sempre amparado pelo Estado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19). Um fator conhecido como instrumento de pressão para a promoção dos princípios do mercado pelos órgãos internacionais, nomeadamente Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) foi o financiamento da dívida dos países¹⁰. “Foram os Estados e as organizações econômicas mundiais, em estreita convivência com os atores privados, que criaram as regras favoráveis a esse rápido crescimento das finanças de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28).

No campo do trabalho, como já indicado, se deu mais um embate ideológico com grande repercussão para a propaganda pró-mercado e a constituição de um dos elementos importantes do ponto de vista da subjetividade de desempenho. A substituição de uma

¹⁰ É bom que se diga que o chamado ajuste estrutural, além dos juros flutuantes, condicionou os países endividados a seguir as regras estabelecidas pelo Consenso de Washington com a promessa de salvar os países da crise. Na prática, a principal consequência foi agravamento da desigualdade social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 198).

legislação com certas garantias trabalhistas produz forte enfraquecimento das organizações coletivas e responsabilização individual pelas condições de trabalho e pela empregabilidade. O combate ao desemprego não deve ser, portanto, preocupação governamental ou do Estado, pois a sociedade é regida pela concorrência, e o regime de trabalho entra na lógica dos sistemas de recompensas, punições e estímulos próprias do mercado, guiado pelas escolhas e pela conduta dos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 217). Prevalece o ideário transformado em senso comum de que os direitos trabalhistas geravam a falta de iniciativa pessoal e a acomodação social com o recebimento de benefícios. O ataque ao estado assistencial, tratando os beneficiados como parasitas sociais e dependentes do Estado e do trabalho dos outros expressa a postura neoliberal (SENNETT, 2005, p. 167). O embate sai do campo das finanças e invade o moral, atribuindo passividade e desresponsabilização do indivíduo, enquanto o ideal é promover a iniciativa pessoal.

Esse controle da subjetividade somente é operado de maneira eficaz dentro de um contexto de mercado de trabalho flexível, em que a ameaça de desemprego está no horizonte de todo assalariado. [...] O cúmulo do autocontrole, que também mostra o mecanismo perverso que transforma cada um em “instrumento de si mesmo”, ocorre quando o assalariado é convidado a definir não somente as metas que ele deve atingir, mas também os critérios pelos quais ele quer ser julgado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229).

A noção de eficiência atua no aumento da produtividade, com a conseqüente elevação das taxas de lucratividade das empresas, não surge de forma espontâneo, mas reúne estratégias de ação deliberada em favor do estabelecimento de relações concorrenciais. A internalização das normas de eficiência produtiva e de desempenho individual¹¹ se dá com tal intensidade que independentemente do espectro político, os governos adotam medidas questionáveis do ponto de vista dos efeitos para os trabalhadores, com tendência crescente à terceirização. A estratégia foi criar o máximo de situações de mercado que levassem o indivíduo a fazer sua escolha pressupondo que as regras do jogo estavam dadas e que o cálculo deveria ter por base o interesse pessoal. Os condicionantes de ser um sujeito ativo, calculista e à espreita das melhores oportunidades (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 223) induz à esperteza de levar em conta o mais vantajoso para si. À medida que o indivíduo internaliza o “desejo de vencer” no jogo da concorrência, as conseqüências vão sendo reveladas com novas exigências para se atingir o

¹¹ Os autores usam como exemplo o fato de políticos com tradição de esquerda assumirem perspectiva semelhante, ignorando compromissos históricos. Citam Tony Blair, primeiro-ministro britânico no período de 1997 a 2007 (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 309).

prêmio. É como num *game* onde passar de fase implica em dificuldades extras e em que o desejo de superação é o combustível que mobiliza.

Um novo “consenso”, resultante de embates e evidências fabricadas senão por toda a população com participação decisiva de uma “elite” com poder econômico e cultural, se constitui em torno de imaginários que propagam o fracasso da ação pública, estigmatizando-a como retrógrada, fonte de desperdício e trava da prosperidade. O Estado, através de seus representantes alinhados ao mercado, assume para si o discurso de sua incompetência e cria condições para estimular os princípios da livre concorrência. O indivíduo incorpora os princípios do empreendedorismo em atitude de atualização e adaptação ao novo mundo, baseando suas decisões no cálculo do interesse pessoal. Mas é preciso atentar, uma vez mais, para a engenharia de instauração da nova subjetividade e constituição do novo sujeito.

Os sujeitos nunca teriam se “convertido” de forma voluntária ou espontânea à sociedade industrial e mercantil apenas por causa da propaganda do livre-câmbio ou dos atrativos do enriquecimento privado. Era preciso pensar e implantar, “por uma estratégia sem estrategistas”, os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo. Foi esse dispositivo de eficácia que forneceu à atividade econômica os “recursos humanos” necessários, foi ele que produziu incessantemente as mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo. Em uma palavra, a nova normatividade das sociedades capitalistas impôs-se por uma normatização subjetiva de um tipo particular (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 324. Grifos dos autores).

Vai ficando cada vez mais claro não se tratar de conspiração, de movimento espontâneo, nem de simples resultado de decisão pessoal, mas uma soma de fatores que constituem a normativa capitalista de tipo peculiar. O novo sujeito se distingue “nas práticas discursivas e institucionais” da figura do homem-empresa engendrado no fim do século XX, à medida que se instaura uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que têm o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de novo tipo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). A reorganização completa da sociedade, das empresas e das instituições se deu pela multiplicação e intensificação de mecanismos, relações e comportamentos de mercado e implica no devir de outro sujeito (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). “O *sujeito produtivo* foi a grande obra da sociedade industrial”, processo que consolidou a norma da eficácia econômica, tornando hegemônica a subjetividade do “homem-empresa” com o advento do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 325-326. Grifos dos autores).

A constituição do novo sujeito coincide com o que Bauman classifica como a passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores. “Na era líquido-moderna da sociedade de produtores, a satisfação parecia de fato residir, acima de tudo, na promessa de segurança a longo prazo, não no desfrute imediato de prazeres. Essa satisfação, se alguém se entregasse a ela, deixaria o sabor amargo da imprevidência, se não do pecado” (BAUMAN, 2008, p. 43). Neste momento os bens duráveis e a exibição pública de riqueza tinham a solidez e a durabilidade como critérios fundamentais. Já a sociedade de consumidores inaugura também uma nova concepção de tempo “agorista”, “pontilhista”, marcado por instantes intensos, urgências e aceleração. Para qualquer pessoa que deseja agarrar uma chance nenhuma velocidade é alta demais, não havendo tempo para reconsiderar ferramentas que falharam (BAUMAN, 2008, p. 50-51). “Assim, quando os objetos dos desejos de ontem e os antigos investimentos de esperança quebram a promessa e deixam de proporcionar a esperada satisfação instantânea e completa, eles devem ser abandonados – junto com os relacionamentos que proporcionaram um ‘bang’ não tão ‘big’ quanto se esperava” (BAUMAN, 2008, p. 51. Grifos do autor).

Por sua vez, o sujeito neoliberal é “o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322. Grifo dos autores). O representante legítimo do neossujeito é aquele que assume para si a responsabilidade sobre sua própria formação, enquanto busca de qualificação para competir pelos (melhores) postos de trabalho. Este novo indivíduo é forjado moralmente e pressionado a fazer suas escolhas, a tomar suas decisões, obviamente, assumindo, com exclusividade, as consequências de tais opções. Mas é, acima de tudo, a positividade da liberdade de fazer suas escolhas, de planejar seu futuro, de buscar as melhores técnicas disponíveis no mercado para ampliar seu capital humano e conseguir as melhores oportunidades, projetando-se ativamente e engajando-se em busca da realização em todas as dimensões da vida, que se lança o “novo” homem. É um sujeito predisposto a romper barreiras e a assumir riscos, a exemplo de Rico na abordagem de Sennett, embora as temeridades pareçam atenuadas pelas oportunidades abertas.

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos. Os novos paradigmas que englobam tanto o mercado de trabalho como o da

educação e da formação, “formação para toda a vida” (*long life training*) e “empregabilidade”, são modalidades estratégicas significativas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333. Grifos dos autores).

A produção de si mesmo, enquanto capital humano, em vista da concorrência passa a ser obsessão pessoal na nova subjetividade. Há muitas maneiras de atender ao objetivo da formação de si mesmo, com destaque para duas estratégias complementares: a primeira refere-se à oferta de uma gama de treinamentos ao sabor da escolha pessoal; a segunda vincula-se ao estabelecimento de metas e à mensuração dos resultados por parte da empresa. As técnicas na linha do *coaching*, da programação neurolinguística, da análise transacional ou de procedimentos ligados a “escolas” ou “gurus” cumprem seu papel nesta direção. São métodos em formato de *training*, que partem do princípio grego de que “aquele que é incapaz de se governar é incapaz de governar os outros” e prometam aumentar o domínio de si, do estresse, das relações com clientes ou colaboradores, chefes ou subordinados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 339). O lema desses empreendimentos pessoais é: “fazer o que for preciso para conseguir o que realmente se quer” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 340-341).

O pano de fundo na tarefa de transformar-se em especialista de si mesmo, empregador de si, inventor e empreendedor de si mesmo está na crença de que todos os recursos necessários para isso estão de posse do indivíduo que busca. É próprio da racionalidade neoliberal intimar o eu a agir sobre si mesmo como forma de fortalecer-se para a sobrevivência no mundo da competição. As técnicas empregadas possuem um fundo psicológico associado a fórmulas e depoimentos de sucesso para produzir o efeito esperado. A comunicação é outro campo de atuação de tais métodos, pois o controle de quesitos elementares desta área torna possível o emprego da palavra certa para a obtenção do objetivo almejado, em muitos casos, a venda de um determinado produto. É uma espécie de reprogramação cerebral, baseado na ativação de motivações, no reforço à autoestima, que vai permitindo o planejamento e a projeção de objetivos claros, numa espécie de simplificação dessas metas, as quais atingem desde o campo dos relacionamentos até e, especialmente, o profissional e financeiro. O pressuposto desta racionalidade é a transformação do indivíduo através da incorporação do princípio do domínio de si em vista do poder de influência sobre os outros, a começar desde muito cedo com a criança transformando-se em “empreendedora de seu saber” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 336).

Mas as técnicas de *training* e *coaching* não são suficientes para garantir o desempenho almejado. “A instauração de técnicas de auditoria, vigilância e avaliação visa a aumentar essa exigência de controle de si mesmo e bom desempenho individual [...] A ‘avaliação’ tornou-se o primeiro meio de orientar a conduta pelo estímulo ao ‘bom desempenho’ individual” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 350-351). A avaliação de desempenho é uma técnica utilizada inicialmente no setor privado e que foi se aprimorando a partir do estabelecimento de metas, da análise do rendimento cotidiano e da superação das próprias. Tal prática aplica-se cada vez mais para o setor público, mesmo em temas em que o critério da mensurabilidade é frágil. Esse é mais um elemento que reforça o quanto não se trata de processo espontâneo, mas “fabricado”, através da constituição do sujeito que passa a ser mensurável pela sua participação enquanto força de trabalho, relativizando também a formação acadêmica. “A técnica de si mesmo é uma técnica de bom desempenho num campo concorrencial. Ela não visa apenas à adaptação e à integração, ela visa à intensificação do desempenho” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 352-353).

Em torno do mundo do trabalho, que ganha ainda mais centralidade, como já indicado no item anterior, são destacadas as categorias liberdade, autonomia e criatividade. A conjunção entre aspirações individuais e objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e empresarial, constitui-se em nova ética do trabalho, o que só se torna possível se cada indivíduo assume a si como empresa; “pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 334). “A empresa de si mesmo é uma ‘entidade psicológica e social, e mesmo espiritual’, ativa em todos os domínios e presente em todas as relações”, tornando possível a substituição do “contrato salarial por uma relação contratual entre ‘empresas de si mesmo’” (DARDOT; LAVAL, p. 335). O encargo pessoal, a competência e a ambição são atitudes de primeira grandeza e constituem-se em amálgama da mentalidade empreendedora.

A racionalidade empresarial apresenta a vantagem incomparável de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso. Nesse sentido, o léxico da empresa contém um potencial de unificação dos diferentes “regimes de existência”, o que explica os governos terem recorrido largamente a ele. Em particular, permite articular os objetivos da política adotada a todos os componentes da vida social e individual. [...] Estabelecendo uma correspondência íntima entre o governo de si e o governo das sociedades, a empresa define uma nova ética, isto é, certa disposição interior, certo *ethos* que deve ser encarnado como um trabalho de vigilância sobre si mesmo e que os procedimentos de avaliação se encarregam de reforçar e verificar (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331-332)

Nem há necessidade de revelar que a (grande) empresa privada, aquela que investe, aplica, produz, emprega, demite, que concorre e que busca o menor custo e a maior margem de lucratividade, tem reconhecimento e exerce autoridade sem precedentes. A empresa tende a ser a principal instituição distribuidora de regras, categorias e proibições, com legitimidade para estabelecer regras e identidades sociais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 361). O enfraquecimento do papel de força mobilizadora que tem como fim a coletividade por parte das igrejas, dos sindicatos e de outras organizações sociais, a submissão do Estado à lógica do mercado, a crescente mercantilização no campo do Ensino Superior e o investimento em “ciência e tecnologia útil” por parte das empresas colocam o indivíduo numa encruzilhada com uma única via de acesso. O modo de agir apresentado como modelo a ser seguido, reforça a ideia de governança neoliberal, minimiza riscos, prendendo a subjetividade ao ideário do “empreendedor de si mesmo”. Assim, o impulso de se preocupar com o outro e o desejo de reciprocidade dão lugar ao perigo da dependência e de perder a capacidade de selecionar a melhor onda ou pular do barco nos momentos de turbulência (BAUMAN, 2008, p. 67). Consciente ou não o indivíduo assume responsabilidades a ele imputadas.

O risco profissional, hoje normal, põe o indivíduo numa situação de vulnerabilidade constante, que os manuais de gestão interpretam positivamente como um estado de exaltação e enriquecimento (“uma prova que nos faz crescer”). Quando o sujeito empresarial vincula seu narcisismo ao sucesso de si mesmo conjugado com o da empresa, num clima de guerra concorrencial, o menor “revés do destino” pode ter efeitos extremamente violentos. A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 363. Grifos dos autores).

A racionalidade neoliberal é a da liberdade, da responsabilidade pelo próprio desempenho, a que apresenta a lógica do mérito como prêmio. Mas será mesmo o indivíduo o verdadeiro premiado ou é desejo da empresa aumentar de forma contínua a produtividade e seus lucros às custas da mão-de-obra barata e do trabalhador que vive pressionado de todos os lados? Será que esta nova racionalidade, amparada na noção da reciprocidade do mercado, é a consagração da era capitalista em que todos ganham? “Se o indivíduo deve ser aberto, ‘sincrônico’, ‘positivo’, ‘empático’, ‘cooperativo’, não é para a felicidade dele, mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do ‘colaborador’ o desempenho que se espera dele” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 343-344). Grifos dos autores). Ou será que há um preço alto a ser pago e uma conta que não é dividida de forma

proporcional, como a responsabilidade pelos riscos está a apontar? A flexibilização das leis trabalhistas, com a conseqüente precarização do trabalho, a projeção das mudanças na previdência, o baixo investimento público em temas como saúde e educação, que forçam as pessoas a assumirem custos com serviços privados não são todas formas de terceirização das responsabilidades? Somando o conjunto de fatores a ética individualista parece mais “oportunidade de jogar todos os custos nas costas do sujeito, por mecanismos de transferência do risco que não tem nada de ‘natural’”¹² (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 350).

Um detalhe da liberdade de escolha é que a consequência, em qualquer das hipóteses, é o aprofundamento de um modo de vida para uma lógica sem retorno¹³. Jogar o jogo exige desenvolver uma das principais qualidades que se espera do indivíduo contemporâneo: a “mobilidade”, associada ao desapego e à indiferença que dele resulta. Por sua vez, esse tipo específico de desprendimento corrói os laços sociais de generosidade, fidelidade, lealdade, solidariedade e de tudo o que faz parte da reciprocidade social e simbólica no cotidiano do trabalho (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 365). Essa é a crise vivida por Rico, no relato feito por Sennett (2005), expressa pela ética do trabalho que enfraquece a coletividade e corrói a estabilidade das relações e da própria personalidade. Rico não consegue ver coerência de vida e resiste em adotar no âmbito familiar os princípios válidos para o mundo do trabalho. O enfraquecimento da coletividade e da reciprocidade é uma realidade em ascensão.

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329. Grifo dos autores).

Assumir os riscos por conta própria passou a ser o preço pela escolha de produzir-se em todos os campos, desde o corpo, às predisposições psicológicas, ao planejamento da tão sonhada estabilidade financeira. Tudo parece depender da capacidade de fazer planejamento e montar boas estratégias tendo o próprio eu como principal recurso. É desta maneira que a racionalidade neoliberal consegue produzir o sujeito de que necessita,

¹² Os autores contestam aqui a noção de que o mercado, por ser considerado por Hayek como elemento de reciprocidade, seja um elemento natural. Segundo eles, trata-se de uma construção artificial.

¹³ A dificuldade de mudar o cenário se dá no sentido de que melhorar de vida exige maior competência e empenho no mesmo modo de vida. Mudar de direção significa, ao mens num primeiro momento, em estabelecer formas de resistência, abrindo mão de “jogar o jogo”, jogo cujas regras subjagam a sociedade.

“ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328). Afinal, “trata-se de fazer com que a norma geral de eficácia que se aplica à empresa seja substituída, no nível individual, por um uso da subjetividade destinado a melhorar o desempenho do indivíduo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 343). A sociedade digital amplifica esta perspectiva individualizada porque se constitui como enxame e não como massa, portanto, sem capacidade de unidade. “El enjambre digital consta de individuos aislados. [...] El enjambre digital, por contraposición a la massa, no es coherente em si. No se manifesta em una voz. Por eso es percebido como ruído” (HAN, 2015, p. 27). Assim, tornar-se-á possível atingir o fim último: “criar populações de consumidores ávidos de gozo perfeito, sem limites e viciante” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 370-371).

O novo sujeito, guiado pela racionalidade de desempenho, vive alguns dilemas, mesmo que estes sejam atenuados em nome da liberdade de escolhas e da autonomia pessoal. Por outro lado, deve se entregar ao trabalho e curvar-se às exigências mundanas da vida. Se é exigido dele que o faça, é enquanto empresa de si mesmo, de modo que o eu pode apoiar-se num gozo *imaginário* pleno num mundo completo” (DARDOT; LAVAL, p. 372). Em outras palavras, a liberdade tornou-se uma obrigação de desempenho. A gestão neoliberal de si mesmo consiste em “fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 345). É a crença suprema de que a fonte da eficácia está no indivíduo e não mais numa autoridade externa. Faz-se necessário um trabalho intrapsíquico em busca da motivação profunda. “Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em *autocoerção* e *autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 245. Grifos dos autores).

Há elementos patológicos que completam o quadro clínico do novo sujeito obcecado pelo próprio desempenho, pelo sucesso, pela realização. O impacto de possíveis fracassos, embora não sejam vistos como resultados possíveis da “propaganda oficial”, é proporcional ao investimento emocional, psicológico, de tempo e até de vínculos perdidos. Se quando o sucesso vem o efeito narcísico se manifesta, o revés não deixa de produzir seus efeitos, com intensidade também proporcional. Soma-se a isso a cultura “agorista”, em que “querer que o tempo pare é sintoma de estupidez, preguiça ou inépcia. Também é

crime passível de punição” (BAUMAN, 2008, p. 51). O estresse, o assédio e outras questões desta natureza produzem patologias mentais e estão, muitas vezes, conectadas à intensificação do trabalho, aos fluxos tensos e às consequências perversas da redução do tempo de trabalho sobre exigências de produtividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 362). Isso faz do neossujeito um indivíduo de dupla fisionomia: “o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontrolláveis” e condenado ao jogo duplo: “mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 374).

A racionalidade de desempenho parte do pressuposto de que o sujeito contemporâneo não passa de um indivíduo autoprogramado à liberdade do bom desempenho, da concorrência e do cálculo do interesse pessoal. No contexto atual há uma tendência generalizada à oferta de situações que submetem o indivíduo à lógica do mercado, auxiliando a forjar a subjetividade concorrencial. Se a história revela uma tendência de aprofundamento desta racionalidade, é também na história que é possível perceber sinais de esperança. Afinal, ela é aberta e não predeterminada. Por mais que a resistência seja difícil, a crença de que as coisas mudam por si mesmas, naturalmente, não se sustenta. É preciso imaginação sociológica e epistemológica para identificar alternativas sustentadas em outras lógicas, para fortalecer iniciativas existentes, criar novas e articular práticas amparadas na democracia, na emancipação, no compromisso coletivo e na política do comum. A educação, pensada para além da resposta ao mercado de trabalho, mas como enquanto processo criativo e emancipatório, tem uma valiosa contribuição a dar.

Até aqui reconstruímos, em linhas gerais, como se chegou ao atual estágio do capitalismo e de como ele se constituiu, para além de um conjunto de regras sobre o funcionamento da economia, em racionalidade que rege o modo de vida contemporâneo. As estratégias econômicas e o suporte teórico-ideológico foram decisivos para captar a atenção e capturar o poder político a ponto de limitar a democracia, enquanto capacidade social de fazer valer a diversidade de objetivos, realidades e demandas sociais. A amarra da subjetividade já foi abordada, seguimos com o aprisionamento do poder político por parte das grandes corporações e com as contradições e os desequilíbrios aí originados.

2.3 CAPITALISMO IMPRODUTIVO E DÉFICIT DEMOCRÁTICO

Seguindo nossa linha de raciocínio, de que a democracia tem implicações profundas em todas as instâncias da vida, e que, portanto, vão muito além da escolha de “representantes” para funções de governo, o que se analisa na sequência são os efeitos socioeconômicos, desde o acesso a recursos, passando pela participação nas decisões sobre como gerir a economia ou mesmo nas implicações políticas de quem dispõe de grande volume de recursos. Falar da participação dos cidadãos nos rumos da economia significa ruptura com a concepção predominante, que atribui essa tarefa a especialistas, preferencialmente peritos que submetam o tema a uma “limpeza ideológica” e que tenham habilidade para simplificar o tema e estabelecer critérios seguros para agir na trilha do único caminho capaz de garantir o sucesso de todos. “Cientistas têm de chegar às suas conclusões depois de pesquisar e avaliar as evidências, mas, em economia, conclusões podem vir primeiro, com economistas gravitando na direção de uma tese que se encaixa em sua visão moral do mundo” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 9). Não se pretende plebiscitar o tema da economia, mas desnudar as decisões políticas e suas implicações para o conjunto da sociedade, problematizando os interesses a que servem, bem como os resultados para o funcionamento da economia. Interessa saber quem e com quais objetivos são respaldadas decisões com grandes indícios de equívocos, como as análises de risco pré- crise de 2008, e seus impactos na economia e para a população em geral.

Já mencionamos que o neoliberalismo e os processos de globalização adotados como resposta à crise do Estado de bem-estar social não foram implantados linearmente e não se sabia previamente quais etapas seriam adotadas. Em outras palavras, as divergências entre as correntes teóricas e o confronto com a vida real, com suas contradições, capturas de poder e estratégias fez surgir o que hoje se pode denominar como capitalismo financeiro. Para citar dois temas polissêmicos entre os ideólogos neoliberais a intervenção do Estado e o investimento no setor produtivo estão entre eles. Passadas duas décadas do século XXI e pelo menos cinco das primeiras experiências neoliberais, parece que esses e outros temas tenham ganhado contornos bem definidos, consideradas as peculiaridades de países e regiões, a partir das decisões governamentais e da recepção do conjunto da população, em especial do setor privado. Predominou a liberdade de mercado com um processo de alta financeirização, baixíssimo controle estatal, mas alta participação do Estado como avalista do setor privado, diga-se de passagem, avalizando-o em diversos

equivocos porque cresceu a tal ponto de ser considerado “grande demais para quebrar”. Para citar um dado acerca do quadro pintado, o 1% mais rico tem mais recursos do que os 99% restantes do planeta.

São fortunas tão grandes que não podem ser transformadas em demanda, por mais consumo de luxo que se faça. Assim, são reaplicadas em outros produtos financeiros. E a realidade fundamental é que a aplicação financeira rende mais do que o investimento produtivo. O PIB mundial cresce num ritmo situado entre 1% e 2,5% segundo os anos. As aplicações financeiras rendem acima de 5%, e frequentemente muito mais. Gerou-se portanto uma dinâmica de transformação de capital produtivo em patrimônio financeiro: a economia real sugada pela financeirização planetária (DOWBOR, 2018, p. 33).

A realidade é resultado da soma de fatores que reestruturaram a economia, com a abertura das economias nacionais e a reorganização produtiva, agora de olho muito mais no consumo do que na capacidade de produção em si. Os processos produtivos repensaram sua engenharia, desde a agricultura, a indústria e o setor de serviços, no que se classificou como hiperindustrialização, basicamente se especializando em determinado campo de atuação, considerando o cálculo da margem de lucro, gerando e gerindo uma forte tendência ao achatamento salarial por conta da concorrência pelos empregos, como já indicado. “Filhas diletas da aceleração do tempo e encurtamento do espaço, a globalização financeira e a deslocalização produtiva levaram à exasperação os desencontros nas relações entre a integração dos mercados, a estratégia da grande empresa transnacional e os espaços jurídico-políticos nacionais” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 75-76). Hiperindustrialização – ou “desindustrialização”, à medida que fragmenta a produção, gerando aumento expressivo do setor de serviços –, por um lado, hiperconcentração de riqueza e renda, com deslocamento do investimento produtivo para a especulação financeira, por outro.

O capitalismo improdutivo inaugura, além da “exploração por espoliação, uma nova forma de concentração de riqueza, mais veloz e intensa. Passamos a abordar este movimento, dividido em dois momentos: o primeiro focado na concentração de poder provocada pelo crescimento gigantesco das grandes corporações; o segundo que apresenta o desequilíbrio social gerado pela desigualdade econômica. As consequências são dramáticas e minam o funcionamento da democracia.

2.3.1 Poder e riqueza contra a economia

A compreensão mínima sobre o funcionamento da economia e a maneira como o poder e a riqueza foram se consolidando sob o domínio de poucos grupos financeiros e corporações, avançando decisivamente sobre a política e constituindo um modo de vida que exige alto desempenho pessoal e permissividade de negociações entre as grandes empresas, ajuda a desvelar algumas das amarras postas sobre a democracia na atualidade. Com base em Dowbor (2018; 2020) e Belluzzo & Galípolo (2017; 2019), é possível afirmar que a lógica recente da liberalização financeira gera problemas de natureza democrática quando analisadas em suas consequências mais profundas, estando a desregulamentação e a falta de controle ou contrapeso sobre o funcionamento do mercado, entre as principais causas. A liberalização e a globalização econômica foram movimentos que concentraram poder nos bancos e nas grandes corporações. Amparados no tripé Estado, academia e mercado financeiro essa articulação foi decisiva na legitimação “política” e no financiamento, legal ou através de esquemas vultuosos de corrupção, progressivo do poder das finanças. É preciso dizer, porque paradoxal e emblemático, contra e não a favor o funcionamento da economia no médio e longo prazo. Se fosse a economia efetivamente autorregulada, e não resultado de acordos e regras políticas, denominaríamos esse fenômeno de autossabotagem.

A referência “histórico-conceitual” ajuda a desvelar traços gerais acerca da estrutura econômica. O chamado Estado de bem-estar social (*new deal*), marcado pelo financiamento do Estado ao crescimento econômico com certas garantias de direitos sociais¹⁴, foi um hiato temporário relevante entre o liberalismo em vigor até a década de 1930 e o neoliberalismo, predominante internacionalmente a partir da década de 1990. Como já apontado, a mudança tem por base a crise experimentada, num diagnóstico que carrega consigo a prescrição do remédio a ser aplicado. Assim, o peso do Estado, através do excesso de gastos sociais, abriu as portas para a nova experiência liberal. “O movimento de ‘liberalização dos mercados’ promoveu simultaneamente a chamada globalização financeira e a centralização do controle da riqueza líquida nas instituições financeiras ‘grandes demais para falir’” (BELLUZO; GALÍPOLO, 2017, p. 29). De fato, a reestruturação dos campos político e econômico removeram os obstáculos ao poder do dinheiro. “Esse processo levou consigo a apropriação da ‘racionalidade econômica’ pelos

¹⁴ Essa abordagem serve como referência geral, com variações óbvias compatíveis com cada país. No Brasil, por exemplo, os melhores indícios de um Estado de bem-estar social estão vinculados às garantias legais da Constituição de 1988, apesar dos limites e contradições uma constituição cidadã.

senhores da grana. As decisões que outrora, no imediato pós-guerra, couberam às instâncias da política democrática passaram ao comando dos ‘mercados eficientes’” (BELLUZO; GALÍPOLO, 2017, p. 28. Grifos dos autores).

O alcance da reestruturação capitalista é tamanho que constitui uma verdadeira revolução na estrutura econômica mundial. Há três grandes transformações concomitantes que, segundo Belluzzo e Galípolo (2017, p. 40), quando considerados conjuntamente, auxiliam melhor na compreensão: “a reorganização da estrutura produtiva; a onda de fusões e aquisições que transformou o sistema financeiro; e a centralização da propriedade”. A reorganização empresarial produziu, segundo os autores, as cadeias globais de valor. “A reestruturação produtiva das últimas décadas atingiu todos os setores da economia mundial, levando a uma redução drástica do número de empresas. Toda a economia mundial passou a ser dominada por pouquíssimas empresas, em geral, de países altamente desenvolvidos” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 40). Para Dowbor, não se pode ignorar que esse movimento vai além do princípio da competição no ambiente cada vez mais agressivo do mercado. “Em geral, nas principais cadeias produtivas, a corrida termina quando sobram poucas empresas que, em vez de guerrear, descobrem que é mais conveniente se articular e trabalharem juntas, para o bem delas e dos seus acionistas. Não necessariamente, como é óbvio, para o bem da sociedade” (DOWBOR, 2018, p. 39). E o autor vai além:

Controlar de forma estruturada e hierárquica uma cadeia produtiva gera naturalmente um grande poder econômico, político e cultural. Econômico, pelo imenso fluxo de recursos, maior que o PIB de numerosos países. Político, pelo da apropriação de grande parte dos aparelhos de Estado. E cultural, pelo fato da mídia de massa mundial criar, com pesadíssimas campanhas publicitárias, uma cultura de consumo e dinâmicas comportamentais que lhes interessa, gerando boa parte dos problemas globais que enfrentamos (DOWBOR, 2018, p. 39).

Dowbor (2018, p. 39-41) identificou, em documentos das Nações Unidas e numa pesquisa do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, a constituição de uma *rede mundial de controle corporativo*. A referida pesquisa aponta para a seguinte conclusão: “A estrutura da rede de controle das corporações transnacionais impacta a competição de mercado mundial e a estabilidade financeira” (DOWBOR, 2018, p. 42). O desenho da pirâmide do poder revela como as corporações detêm a participação de determinados atores que também desempenham funções em outras empresas. “Os resultados são fortes: apenas 737 dos principais atores (*top-holders*) acumulam 80% do controle sobre o valor de

todas as empresas transnacionais”. (DOWBOR, 2018, p. 44) Outro estudo¹⁵, este realizado por professores da Universidade de Massachussets Amherst, reforça a fluente “circulação das ideias vencedoras” na “porta giratória” entre a academia, a finança privada e o Estado: dos 19 economistas incluídos, 13 (70%) ocupava postos no setor privado, sendo que um dos economistas trabalhava para dois bancos, num deles como presidente, noutra como diretor (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 86). As conexões financeiras e a defesa de princípios como a isenção de impostos sobre os ricos fazem cada vez mais sentido enquanto perspectiva de controle e poder por parte de um grupo ou classe social. “Algumas implicações são bastante evidentes. Ainda que na avaliação de alguns analistas, citados pelo *New Scientist*, as empresas se comprem umas às outras por razões de negócios e não para ‘dominar o mundo’, não ver conexão entre esta concentração de poder político constitui ingenuidade ou evidente falta de realismo” (DOWBOR, 2018, p. 46. Grifo do autor).

O fato de uma classe social monopolizar os meios de produção e controlar o crédito lhe confere o poder de determinar a renda desta sociedade. Portanto, para que as necessidades pessoais e coletivas sejam satisfeitas é necessário que os agentes detentores dos meios de produção e crédito gerem mais dinheiro do que o investido inicialmente. O destino desta economia depende da decisão de gastar, investir e se endividar dos capitalistas. A complexidade reside no fato desta decisão nem sempre se dar de forma a gerar a melhor renda e emprego para a sociedade (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 121).

Está posta a “tendência de dominação geral dos sistemas especulativos sobre os sistemas produtivos” (DOWBOR, 2018, p. 49). E a justificativa está no objetivo da produção social em uma economia capitalista: a acumulação de riqueza monetária. O “dinheiro funciona como estímulo e como obstáculo, pois os capitalistas podem preferir se refugiar na riqueza já acumulada, evitando o risco da iliquidez” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 121). Mas os efeitos perversos da concentração de riqueza e poder não param por aí, uma vez que é posta em jogo a fragilidade sistêmica da economia mundial (DOWBOR, 2018, p. 47). A existência de milhões de empresas, faz da concorrência algo real, impedindo o mercado de ditar os preços e o uso dos recursos públicos, uma vez que o grande número de pequenas e médias empresas, exerce a função de contrapeso, produzindo alterações pontuais e assegurando certa resiliência sistêmica. Por sua vez, na escalada do poder corporativo atual, as oscilações tomam uma dimensão

¹⁵ O estudo foi realizado pelos professores Gerald Epstein e Jessica Carrik e buscava entender as razões do silêncio “da maioria que não latiu, sequer gemeu” no período em que foi deflagrada a crise de 2008 (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 85).

estrutural, e a volatilidade dos preços, do petróleo em particular, sofre efeitos diretos dessas estruturas de poder (DOWBOR, 2018, p. 47). Os dados apontados pela pesquisa também dispensam a necessidade da justificativa pela via da conspiração. “Nesta articulação em rede, com um número tão diminuto de pessoas no topo, não há nada que não se resolva no campo de golfe no fim de semana. Esta rede de contatos pessoais é de enorme relevância. Sobretudo, sempre que os interesses convergem, não é necessária nenhuma conspiração para que os membros deste ‘clube de ricos’ sejam defendidos solidariamente” (DOWBOR, 2018, p. 49-50. Grifo do autor).

Outra ponta do iceberg na articulação das grandes corporações e do sistema financeiro, gerando crescimento financeiro estrondoso, blindagem para seu funcionamento e garantia de ampliação progressiva do poder político são os paraísos fiscais. Esse processo resolve, de forma concomitante, a fuga de qualquer controle do ponto de vista econômico, para evitar o pagamento de impostos, e omite informações que dificultam também o julgamento ético. “As jurisdições e os bancos centrais se movem nas esferas nacionais, enquanto o oligopólio sistêmico financeiro se move no espaço planetário” (DOWBOR, 2018, p. 83). Muda também a noção de ilha quando se refere aos paraísos fiscais. De lugar isolado e com alguma dificuldade de acesso, para o sentido de “rede sistêmica de territórios que escapam das jurisdições nacionais”, possibilitando que os fluxos financeiros driblem as obrigações fiscais e camuflam a origem e/ou destino dos recursos (DOWBOR, 2018, p. 83). “As ilhas que imaginamos constituírem os paraísos fiscais na realidade são pontos de apoio que sustentam o conjunto da rede corporativa mundial” (DOWBOR, 2018, p. 90).

A atuação agressividade é outra marca das grandes corporações, atacando as falhas do sistema, e buscando, ao mesmo tempo, apropriar-se das regras para jogar o jogo e transformar as Leis para deixá-los mais à própria feição. Dispondo de muita informação e dos melhores profissionais na área jurídica, as grandes corporações conseguem atuar na fronteira entre as jurisdições nacionais e sua organização internacional. A maioria dos grupos econômicos criam suas próprias empresas nos chamados paraísos fiscais, constituindo uma ampla câmara mundial de compensações, uma espécie de zona de segredo com imposto zero, liberdade relativa e fora do controle, beneficiando-se da fragmentação dos dados financeiros, que podem reaparecer em outros lugares e com outros nomes (DOWBOR, 2018, p. 83-84). Uma das consequências mais diretas está a já mencionada tendência ao investimento em produtos financeiros, com desdobramentos

profundos como a falta de investimento na economia produtiva e na geração de emprego, aliás um belo argumento dos ideólogos neoliberais para a isenção de impostos dos ricos. O impacto desse funcionamento vai mais longe que a falta de retorno público via imposto, camufla e torna irreais os dados econômicos dos países, distribui a riqueza para cima e os riscos para baixo, além de utilizar-se do velho truque da transferência, com lucros *offshore*, para escapar dos impostos, e custos *onshore*, com a dedução dos impostos (DOWBOR, 2018, p. 85). Criou-se um mecanismo que atinge a todos de formas distintas, seja através da lógica injusta dos impostos, no controle dos preços e na ocultação do funcionamento do sistema financeiro (DOWBOR, 2018, p. 87).

A realidade é que se criou um sistema que torna inviável qualquer controle jurídico e penal da criminalidade bancária. Praticamente todos os grandes grupos estão com dezenas de condenações por fraudes dos mais diversos tipos, mais em praticamente nenhum caso houve sequelas judiciais como condenação pessoal dos responsáveis. O sistema criado envolve uma multa, acordo judicial (*settlement*) que libera a corporação, mediante pagamento, do reconhecimento de culpa. Basta a empresa fazer, enquanto pratica a ilegalidade, uma provisão financeira para enfrentar os prováveis custos do acordo judicial (DOWBOR, 2018, p. 87).

Não se pode esquecer que a reestruturação econômica é sustentada pelo consenso neoliberal e contou com a participação de um conjunto de atores e estratégias, com destaque para o tripé já mencionado, Estado, academia e sistema financeiro, em articulação coesa. Na era da informação e da consultoria, a importância da chancela da opinião autorizada é tão comum que levou a Universidade de Columbia a exigir de seus professores a revelação das empresas às quais prestam serviços de assessoria de qualquer natureza para fins de esclarecimento sobre o conflito de interesse (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 89). “A ação estatal cuidou, ademais, dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 49). A capacidade de transformar a racionalidade do cálculo pelo benefício econômico em mentalidade e modo de vida hegemônico passa pela contribuição de estratégias de marketing na tradução de seus princípios e valores e por sua veiculação sistemática pela grande mídia através de distintas linguagens e aplicadas nas mais diversas realidades¹⁶. “Por rádio, televisão e

¹⁶ O marketing e a propaganda são parte importante deste processo e exercem um papel muito importante na formação de concepções e na vinculação de imagens positivas acerca de temas relevantes, muitas vezes sem o devido esclarecimento. Citamos como exemplo uma propaganda da Monsanto veiculada em 2004, na região de Passo Fundo e que em sua mensagem explícita, sem falar da subliminar, relacionava orgulho à

jornal as pessoas são ‘informadas’ que precisam se sacrificar, aceitar cortes nos gastos sociais e menos direitos e benefícios trabalhistas, ou encarar a destruição da economia – tudo em nome da ciência econômica. O ajuste se transformou em uma ferramenta para justificar cortes seletivos” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 96. Grifo dos autores). O processo sistemático se dá através do fortalecimento de uma mentalidade, que passa a ser assumida como valor pessoal e transforma o indivíduo propagador de tais princípios. Chegado neste estágio contestar medidas difundidas como assertivas pelo senso comum predominante passa a ser tarefa bem exigente.

As estratégias e a articulação foram eficientes a ponto de transformar a genuflexão diante dos poderes da finança a palavra de ordem, como foi evidenciado na última crise financeira. “Poderosas na formação de consensos e na captura dos corações e mentes mediante patranhas midiáticas, as tropas da finança abusaram da prepotência e de malfetorias quando incumbidas de definir os critérios de avaliação do risco no festival de falcatruas que levou ao colapso de 2008” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 70). A legitimidade social é facilitada pela aparente funcionalidade das regras do mercado e pelo fato de basear-se num conjunto de pressupostos razoavelmente simples. Entre eles destacam-se: a tomada de decisões individuais com base em expectativas racionais; os mercados funcionam, com um sistema de preços e a alocação de recursos eficiente; as flutuações da economia decorrem de “choques exógenos”, como mudanças tecnológicas ou preferência dos consumidores; os mecanismos automáticos de ajuste oferecem segurança e agilidade; a demanda de moeda é estável; os ativos financeiros são altamente intercambiáveis; o consumo depende do valor descontado de todas as receitas futuras e não da receita corrente; certa camuflagem da taxa de desemprego e sua desvinculação da alta da inflação e da advertência dos perigos do estímulo à demanda (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 94).

Ao lado da constituição da legitimidade social, ocorre a captura do sistema financeiro mundial (DOWBOR, 2018), como pode ser verificado na figura a seguir. Entre os destaques estão a articulação do mundo corporativo para assegurar riqueza e poder e a

produção de alimentos a partir de produtos transgênicos e ao cuidado com o meio ambiente e com o menor usos de herbicida. A propaganda foi condenada ao pagamento de multa pelo TRF-4, conforme pode ser verificado no site: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=8410. Propaganda similar, criada em 2003, porém, que relaciona o transgênico à imaginação de um mundo melhor, continua disponível como se pode verificar: <https://www.youtube.com/watch?v=7y4EnsSW814>. Ao lado da estratégia de “troca de cabeças” ou da “dança das cadeiras”, o marketing, para expressar que se trata de uma empresa saudável do ponto de vista econômico e insinuar uma atitude ética, é apontado como medidas que inclusive conseguem melhorar a imagem das grandes empresas, mesmo depois de escândalos (DOWBOR, 2018, p. 86-87).

inversão jurídica produzida para condenar o Estado a pagar multas pelos potenciais lucros impossibilitados por salvaguardas ambientais, entre outras. Na ausência de legislação ou no hiato entre as Leis nacionais e a inexistência de regras internacionais as empresas se aproveitam para não pagar impostos e aumentar lucros, sem apresentar benefícios sociais porque não investem no sistema produtivo. O Estado ainda se vê na obrigação de salvar no momento de crise diante do risco econômico imediato. Na existência de legislações que coíbam certas práticas, levam vantagens porque acusam o Estado de inibir seus lucros. É emblemático e revelador a forma como o Estado é levado a ajoelhar-se diante do poder das finanças.

A forma como se constituem os grandes oligopólios, bem como sua sede ilimitada por tornar-se ainda maior, se mostram prejudiciais diante da necessidade de democratização do acesso aos bens e serviços. Exemplo disso é a apropriação do excedente social por parte das grandes intermediárias e do controle financeiro das *commodities*. Em geral, não há interesse em tornar mais transparentes os dados



Representação do sistema financeiro. DOWBOR, 2018, p. 92.

acerca da produção e comercialização desses produtos, muito menos explicitar os gargalos que revelam como e quem gera a inflação e os que são responsáveis por gerar lucros extraordinários sem agregar valor proporcional (DOWBOR, 2018, p. 99). “São os elos da cadeia produtiva que inflam os preços e travam a expansão do ciclo produtivo” (DOWBOR, 2018, p. 99). Para se ter uma ideia da lucratividade das grandes empresas de intermediação neste campo, as cinco maiores, estimuladas pela participação do Brasil, da China e da Índia, renderam, no ano de 2010, o valor de 629 bilhões de dólares, ficando logo abaixo das cinco corporações financeiras e em patamar superior às vendas das principais *players* de tecnologia ou telecomunicações (DOWBOR, 2018, p. 100). “O impacto crítico é a deformação do acesso a bens essenciais como a alimentação, a energia e

matérias primas” (DOWBOR, 2018, p. 102). O autor ainda afirma que outro vetor de deformação é o segredo, mantido pela pequena visibilidade mundial. As informações ficam restritas a especialistas o que ocorre no pequeno clube, sem que ninguém tenha autoridade formal para exigir os dados¹⁷.

A oligopolização significa que, na prática, além das cinco operadoras principais, poucas são as que têm importância sistêmica. Isto significa que estas corporações têm como definir os preços e manipular a oferta de maneira organizada. Chamam isso de mercado na imprensa, mas não se trata de mercado no sentido econômico, de livre jogo de oferta e procura. Na ausência de concorrência efetiva, os mecanismos de manipulação tornam-se prática corrente (DOWBOR, 2018, p. 102).

Se a reestruturação do capitalismo, como estamos verificando, tem produzido oligopólios, o que aliás contradiz um princípio basilar do neoliberalismo, a concorrência, o gigantismo também tem consequências importantes no funcionamento da economia. Entre elas, destaca-se a atuação dos grandes bancos internacionalizados, sobretudo americanos, na administração em escala global da rede de relações débito-credito. “Ao comandar a circulação de capitais entre as praças financeiras, tornaram-se senhores dos ‘fundamentos econômicos’ com poder de afetar a formação das taxas de juro e de câmbio” (BELLUZO; GALÍPOLO, 2017, p. 30). A estratégia submeteu os Estados aos ditames da finança globalizada, alterando a estrutura e favorecendo a participação dos bancos no financiamento e na reestruturação do jogo da concentração patrimonial e produtiva (BELLUZO; GALÍPOLO, 2017, p. 30). Em termos gerais, essas práticas têm como resultado a dupla dinâmica de intervenção para proteger os interesses sistêmicos e, através de um poderoso corporativismo, gerar o caos competitivo que trava o funcionamento racional do sistema (DOWBOR, 2018, p. 50). “O gigante corporativo, que abraça muito mais recursos do que a sua capacidade de gestão, é demasiado fechado e articulado para ser regulado por mecanismos de mercado, e poderoso demais para ser regulado por governos eleitos. [...] O resultado é que o sistema financeiro mundial gira solto, jogando com valores que representam muitas vezes o PIB mundial” (DOWBOR, 2018, p. 50). Outras dimensões do gigantismo são a instabilidade financeira sistêmica, que leva a reavaliar a obrigatoriedade de todos na manutenção de tamanhos privilégios (DOWBOR, 2018, p. 48), e a diluição da responsabilidade gerada pelos vários níveis hierárquicos existentes e pela complexidade organizacional, as quais dificultam que as instruções sejam cumpridas na

¹⁷ Como forma de colaborar com a explicitação de algumas informações, Dowbor (2018, p. 103-113) lista as principais empresas, apresentando um breve histórico de fundamentação, além de dados de atuação e movimentação financeira.

base e que alguém saiba o que de fato esteja acontecendo no topo (DOWBOR, 2018, p. 69).

As principais estratégias de captura do poder político desenvolvidas pelas grandes corporações, segundo Dowbor (2018), são: expansão dos *lobbies* tradicionais, financiamento direto de campanhas políticas, captura da área jurídica com a geração de um sistema paralelo, controle da informação, controle do ensino e das publicações acadêmicas, erosão da privacidade com o controle direto das pessoas, apropriação dos governos pelo endividamento público, a atuação política dos paraísos fiscais, exigência de rentabilidade financeira e a pirâmide do poder corporativo e a captura do processo decisório da ONU. Destacamos aqui três desses procedimentos, sendo o primeiro a expansão dos chamados *lobbies* tradicionais, que aliás chama atenção pela forma escancarada e primitiva de funcionamento. “A Google, por exemplo, tem hoje oito empresas de *lobby* contratadas apenas na Europa, além de financiamento direto de parlamentares e de membros da Comissão da UE. É provável que tenha de pagar seis bilhões de euros por ilegalidades cometidas na Europa. Os gastos da Google nesta área já se aproximam dos da Microsoft” (DOWBOR, 2018, p. 116). A conclusão soa banalidade: “O dinheiro e a pressão das corporações hoje penetram por toda parte” (DOWBOR, 2018, p. 116).

O segundo e o terceiro pontos destas estratégias que aqui vamos destacar é porque apresentam relação entre si e se vinculam mais explicitamente, ao menos no modo como compreendemos, ao tema da formação que será abordado no terceiro capítulo da nossa tese, são eles, o controle da informação e o controle do ensino e das publicações acadêmicas. No primeiro tema são utilizadas referências importantes para explicitar a dificuldade de enfrentar certas propagandas vendidas como verdades pela indústria da informação: foi difícil vincular o fumo ao câncer, assim como revelar o interesse no controle do petróleo como motivo das guerras dos EUA, assim como é difícil enfrentar a mudança climática porque exige transformações como a da matriz energética (DOWBOR, 2018, p. 120). Há aí um princípio determinante: “A vinculação da dimensão midiática entre o poder e o sistema corporativo mundial é em grande parte indireta, mas muito importante” (DOWBOR, 2018, p. 120). De extrema relevância é também a relação entre publicidade, audiência e o objetivo da própria propaganda: o consumo. A pergunta que precisa ser levada a sério é a verdadeira prioridade entre manter a sociedade informada e produzir uma sociedade consumista. Acerca do ensino e das publicações é preciso considerar que o controle das concepções e visões acadêmicas avançou consideravelmente nas últimas

décadas por meio dos financiamentos corporativos diretos e, particularmente, por meio da influência nas publicações científicas (DOWBOR, 2018, p. 122). O tema é complexo, mas é preciso mostrar preocupação com o controle editorial, considerando que enquanto os cinco maiores editores eram responsáveis por 15% dos artigos em 1995, o percentual aumentou para 66% em 2013 (DOWBOR, 2018, p. 123). A conclusão é que o controle corporativo das publicações acadêmicas favorece pseudopesquisas de interesse privado e o mais grave, a fabricação da controvérsia científica como parte do jogo (DOWBOR, 2018, p. 124-125).

A sede pelo poder e riqueza ao lado da estrutura organizacional condiciona os envolvidos e cria uma espécie de mecanismo de sustentação que tende a manter o sistema de funcionamento das grandes corporações, mesmo com a substituição gradativa de alguns quadros. A imposição da performance “vencedora” é mantida a qualquer preço. “Em um sistema menos primitivo, mais típico de mercados emergentes, o poder é transmitido pelo dinheiro: subornos, propinas e contas de bancos no exterior. Apesar do *lobby* e contribuições de campanhas desempenharem um papel central no sistema político americano, a corrupção à moda antiga é hoje provavelmente uma atividade secundária” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 77). Para quem acha que é privilégio do setor público e defende a saída do Estado do controle da economia, do investimento em infraestrutura e do setor produtivo por conta da corrupção é importante prestar atenção. “Essas corporações enfrentam um problema de governança, fraudes, corrupção e desorganização de dar inveja a qualquer setor público. Prova disso é que praticamente todas elas estão pagando bilhões de dólares de multas por atividades ilegais em grande escala. Prova disso é que praticamente todas elas estão pagando bilhões de dólares de multas por atividades ilegais em grande escala” (DOWBOR, 2018, p. 61). Estratégia próxima à da corrupção é a da manipulação das regras do jogo ou a apropriação das próprias instituições que definem as regras do jogo. “Mudar a lei pode ser muito mais eficiente do que contorná-la. E quando quem já é mais forte passa a ser o dono da caneta, tudo é possível” (DOWBOR, 2018, p. 113). O interesse público é quem fica novamente em segundo plano, aflorando por poucos momentos e apenas quando estiver pressionado por manifestações ou protestos, ou pela ação de algum político independente ou pelo posicionamento da mídia alternativa (DOWBOR, 2018, p. 115).

A reestruturação capitalista produziu condicionamentos e amarras, interferindo na compreensão sobre o funcionamento e o papel do Estado, com efeitos sobre a dinâmica e a

vitalidade da democracia, enquanto exercício político livre da sociedade civil, através da participação dos cidadãos individuais ou em entidades de grupo. O aprisionamento do Estado se dá de distintas maneiras, sendo uma delas o fato de os mecanismos de exploração atuarem em nível planetário, recorrendo ao refúgio dos paraísos fiscais (DOWBOR, 2018, p. 132), enquanto as instâncias reguladoras ou a política anticartéis está fragmentada em 200 países (DOWBOR, 2018, p. 47-48). Outro fator é o próprio envolvimento na “promiscuidade entre os acadêmicos da área financeira, o setor privado e certas funções públicas estratégicas” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 86). A legitimação social é tanta que parece haver um comprometimento racional, que soa a fanatismo na crença da “mão invisível do mercado”, vendo-a como solução única solução para todos os problemas socioeconômicos. “A ciência moderna apresenta-se como a teoria oficial da racionalidade liberalizante, aventurando-se na reinvenção do receituário que já conduziu a humanidade à maior tragédia econômica e política até agora registrada na história do capitalismo” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 97). O compromisso com a teoria econômica liberalizante é tanta que um manual de microeconomia, que analisa os mercados competitivos, se ocupa em demonstrar como a lei norte-americana de 1984, que proíbe a venda de partes do corpo, gera uma ineficiência no “mercado de rins humanos” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 101). E a explicação não é genérica, mas desenha que o impedimento dos doadores (vivas ou de entes queridos falecidos) de aquecer o mercado torna a oferta limitada, com custo de oportunidade zero. Afirma que com a escassez de oferta e excesso de demanda é altamente ineficiente, propondo exercícios matemáticos sobre oferta e demanda de rins humanos.

A racionalidade predominante e o treinamento do pensamento proporcionado pela formação dos economistas é, como tendência, tão estreita que pode levar ao hábito de ignorar as objeções empíricas aos seus postulados teóricos, tendo, por exemplo, dificuldades de aceitar a existência de desemprego involuntário. “O problema é tratado como se a decisão de permanecer desempregado estivesse na alçada do próprio desempregado, e não como consequência da baixa atividade econômica que inibe a contratação de mão de obra por parte das empresas. O desemprego, portanto, seria importante, pois ao dar agulhadas nos trabalhadores eleva a eficiência do sistema econômico” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 100). Mensurar o dilema dos governos diante disso não parece muito difícil. Por um lado, “os governos nacionais se tornam em grande parte impotentes” (DOWBOR, 2018, p. 132). Por outro, os gestores públicos

podem “evitar o aborrecimento de tomar responsabilidade política por suas escolhas: Nós temos de fazer! O orçamento determina! O socorro aos bancos aparece tão inevitável quanto o desamparo aos idosos e trabalhadores” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 95). Não se pode esquecer que sobrevivência política, neste ambiente implica alinhamento “pró-mercado”. “É fundamental compreender a transformação e as implicações da apropriação do direito sobre o produto social por meio do endividamento público e privado por parte dos sistemas financeiros, o que não exclui, mas é um passo adiante em relação à apropriação da mais-valia pelas unidades empresariais que pagam mal os trabalhadores (DOWBOR, 2018, p. 132).

A lógica da acumulação de capital mudou. Os recursos, que vêm em última instância do nosso bolso (os custos financeiros estão nos preços e nos juros que pagamos), não só não são reinvestidos produtivamente nas economias como sequer pagam impostos. Não se trata apenas da ilegalidade da evasão fiscal e da injustiça que gera a desigualdade. Em termos simplesmente econômicos, de lucro, reinvestimento, geração de empregos, consumo e mais lucros – o ciclo de reprodução do capital –, o sistema trava o desenvolvimento. É o capitalismo improdutivo (DOWBOR, 2018, p. 91).

A hegemonia de pensamento não representa, porém, a ausência total de lucidez. O próprio Hayek alertou sobre o papel do crédito na deformação das leis naturais da economia, o que implica uma violação do princípio sagrado da evolução em equilíbrio das economias de mercado (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 114). Keynes apresentou preocupação com a redução das taxas de juro para estimular a indústria porque ela pode representar fuga de investimento para onde for melhor remunerado, como é o caso dos produtos financeiros, que, de lambuja, pode evitar o pagamento de impostos (DOWBOR, 2018, p. 85). Alguns economistas adaptaram as justificativas, afirmando: “As flutuações da economia são fenômenos compatíveis com o progresso tecnológico, o aumento do bem-estar e o equilíbrio a longo prazo. A condição para que isso aconteça é deixar aos mercados competitivos a incumbência de produzir os incentivos para a alocação mais eficiente da riqueza ao longo do tempo” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 115). Outros não passam de “surfistas ideológicos”, sendo levados pelo vento para o keynesianismo “intervencionista”, mas, ao identificar a nova onda financista mais promissora e principalmente mais rentável surfaram nela também (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 90).

Estar no topo, pertencer a um grupo seletivo, ao “clube dos ricos”, talvez esteja entre os sentimentos mais mobilizadores da atualidade, emoção esta que sustenta o funcionamento do capitalismo corporativista-financista e é capaz de relativizar todas as

preceitos e valores. Mas é preciso questionar o serviço que as grandes corporações têm prestado à sociedade e avaliar o fato de tais gigantes, que são grandes demais para quebrar, também não são grandes demais para existir. O ideal de ganhar dinheiro e a prioridade do departamento financeiro sobre os demais, mesmo que encubra práticas antiéticas, devem ser os critérios definitivos? A mídia, sustentada pela publicidade, faz reportagens investigativas com o mesmo rigor sobre as práticas governamentais, independentemente da cor partidárias dos partidos envolvidos ou quando podem colocar empresas privadas sob suspeita¹⁸? O funcionamento da economia não pode ter como único critério a crença na liberalização econômica, fruto do treinamento do pensamento pró-mercado, quando isso implica no abandono da preocupação com a vida em sociedade e com a democratização do acesso aos bens e serviços produzidos.

2.3.2 Desigualdade social e “subcidadania”

Saber se uma sociedade é democrática ou não vai além de descobrir se ela adotou o regime governamental democrático e se faz a escolha de seus representantes através de eleição. Não que isso seja desprezível, antes pelo contrário. No capítulo 3 vamos olhar para a questão da institucionalidade democrática, considerando algumas das regras distintas entre países. Por enquanto, deixamos claro que não se trata de ignorar o regime governamental democrática, mas antes apontar sua insuficiência. Uma sociedade é democrática quando o regime eleitoral é articulado com a participação ativa de seus cidadãos, a transparência sobre as implicações das decisões políticas e com o de acesso a serviços públicos de qualidade e para o conjunto da população sob a jurisdição de determinado ente federado. Sem as noções de equidade e justiça social articulados com os princípios de cooperação e reciprocidade, e isso só ocorre com um processo formativo constante e deliberado, a ideia de democracia terá sempre seu alcance limitado. Aliás, a democracia é um conceito que carrega com sigilo a ideia de inacabado e incompletude, marcada muito mais pelo processo de estar em movimento do que pelo resultado. Ela nunca será ou deverá ser vista como algo que se possa olhar para a experiência e dizer, chegamos ao melhor possível, é isso. Mas o que vivemos está muito longe enquanto

¹⁸ Um exemplo do funcionamento perverso deste sistema é o que ocorreu com a GSK, a sexta do ramo farmacêutico. Ela vendeu Wellbutrim, um poderoso antidepressivo como pílula de emagrecimento, o que é criminoso; vendeu Avandia, escondendo o resultado das pesquisas que indicava o aumento do risco cardíaco. A condenação da empresa só aconteceu porque técnicos denunciaram (DOWBOR, 2018, p. 72).

concepção e, enquanto sociedade, do que se quer e pretende com a experiência democrática.

Se olharmos para a saúde da democracia atual a partir do critério da “democracia econômica”, por exemplo, não fica difícil perceber que a representatividade política fica restrita à pequena parcela da população já representada pelo seu pertencimento a outras formas hierárquicas de poder. A sensação que temos ao olhar para este tema é de que não se produz, enquanto sociedade, mais que efeitos paliativos temporários sem a efetiva preocupação com o combate à pobreza e à desigualdade social. O tema parece não ser tomado a sério, desde que e porque não interfere no crescimento econômico e na capacidade das grandes empresas, das nações e dos indivíduos de lucrarem ou obterem bons resultados financeiros. Por isso, estamos sempre engatinhando ou mitigando os efeitos mais perversos das desigualdades e da pobreza extrema, sem mexer na estrutura histórica e sem conter o avanço de novas formas de desigualdade. “Os principais países capitalistas acreditam que podem proteger o comércio mundial, com vacinas e alguma nova forma de organização internacional da saúde. Mas não demonstram nenhum interesse com o grande tema que preocupa a medicina social: a miséria e a pobreza em escala mundial” (DAVIS, 2020, p. 7). Enquanto tendência geral, o mapa da desigualdade é grave, gravíssimo, mas recebe pouquíssima atenção dos grandes líderes políticos, outras vezes nem a seriedade merecida de líderes políticos de esquerda e não interesse à agenda econômica. Discutir aqui os dados da desigualdade, embora pareça um tema sempre fora de moda, objetiva revelar seu vínculo com o debate democrático, tendo no horizonte que a sociedade deve ser projetada para o conjunto de seus integrantes. A democracia, para combinar com uma sociedade com maior equidade social, precisa ser reestruturada numa perspectiva participativa.

O tema da desigualdade reporta à identificação de tendências ao longo do período histórico e à aproximação de modelos ou medidas político-econômicos que possam acentuar ou atenuar essa realidade. Há outras questões importantes antes de apresentar alguns dados e mesmo discutir os parâmetros de mensuração dos números. Uma delas, e que está posto como pano de fundo da discussão feita ao longo do capítulo, diz respeito aos rendimentos do capital ou à taxa de remuneração do capital e sua tendência a ultrapassar o crescimento da economia. Outra refere-se à compreensão acerca da temática da meritocracia associada à riqueza ou a um alto padrão de vida como resultado de uma vida dedicada ao trabalho e/ou às escolhas acertadas do ponto de vista profissional. São

elementos que se vinculam ao modo como se compreende e à maneira como a sociedade justifica ou problematiza as disparidades socioeconômicas. “A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos” (PIKETTY, 2014, p. 27). Essa combinação decorre de arranjos políticos e econômicos, que são feitos em acordo com os interesses e concepções dos envolvidos e ganham estofamento na organização estrutural da economia e acontece num momento conjuntural específico.

A expressão mais visível do sucesso retumbante da revolução neoliberal consiste no aumento constante da desigualdade de rendimento e patrimônio nos países do capitalismo democrático. [...] A distribuição dos rendimentos, por exemplo, tornou-se progressivamente mais desigual ao longo dos anos – não só em países com desigualdade relativamente elevada, como a Itália, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, mas também em países relativamente igualitários, como a Suécia e a Alemanha (STREECK, 2018, p. 99).

A desigualdade é intrínseca ao capitalismo e se sustenta na ideia de lucro e da vantagem financeira nas transações econômicas como incentivo e estímulo ao desempenho pessoal. A análise que observa um período histórico maior aponta para períodos cíclicos, mas com desigualdades estruturais que se mantêm e de novas formas que vão sendo incorporadas, além de períodos de crescimento acentuado como é o caso do momento atual. “O aumento das desigualdades tem sido tão acelerado e tão grande que é adequado ver as últimas décadas como uma revolta das elites contra a redistribuição da riqueza com a qual se põe fim ao período de uma certa democratização da riqueza iniciado no final da Segunda Guerra Mundial¹⁹” (SANTOS, 2005, p. 34). Isso permite levantar a hipótese acerca da associação entre a crise e a diminuição da margem de lucro das grandes empresas, porque elas resistem à crise ou dão sinais que obrigam os Estados a agir, o primeiro deles é a ameaça ou a decisão da demissão. Apesar da aparente obviedade, considerar a realidade da desigualdade como fenômeno histórico, além de deixar o futuro em aberto, provoca para o debate sobre a participação política na distribuição da riqueza,

¹⁹ No Brasil esse processo pode ser verificado muito claramente nas transformações políticas provocadas na década de 2010. Uma rápida retomada analítica do período permite identificar uma atuação governamental que busca conciliar o crescimento econômico, com exorbitantes lucros bancários, a políticas sociais como o programas de combate à pobreza extrema e a recuperação do salário mínimo e, logo em seguida, em combate veemente a qualquer sinal de “benefício social”. As reformas Trabalhista (2016) e da Previdência (2018) simbolizam o ataque às conquistas sociais. A revolta das elites fica evidente a partir da metade das manifestações de rua de 2013 e das que se sucederam e culminaram no afastamento da presidente Dilma Rousseff e no combate político sistemático ao Partido dos Trabalhadores por parte da mídia e de correntes políticas espectro de direita e extrema-direita.

contra o determinismo econômico. Não se pode ignorar que a estruturação da economia é, em boa medida, fruto de decisões políticas, no mínimo, por omissão ou cumplicidade. A dinâmica da repartição da riqueza “revela uma engrenagem poderosa que ora tende para a convergência, ora para a divergência, e não há qualquer processo natural ou espontâneo para impedir que prevaleçam as forças desestabilizadoras, aquelas que promovem a desigualdade” (PIKETTY, 2014, p. 27).

A corrente político-econômica que se consolidou como hegemônica – e aí é importante lembrar a queda do “socialismo real” como força moral e simbólica do fim da resistência –, depositou fé, ou então utilizou-se estrategicamente para se legitimar, da ideia de que a desigualdade de renda diminuiria de forma automática nos estágios avançados do capitalismo. A filosofia econômica era traduzida pela seguinte expressão: “O crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos” (PIKETTY, 2014, p. 18). O que foi se mostrando não passa de uma falácia, pois “Não há motivo algum para acreditar que o crescimento tende a se equilibrar de forma automática” (PIKETTY, 2014, p. 23). Outra falácia é a utilização do combo justificativa moral do mérito e da noção de empreendedorismo como símbolo da inovação e da inventividade para dar legitimidade aos donos de grandes fortunas, sem investigar a origem da riqueza. No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, há muito a ser analisado, e não se pode ignorar que o chamado capital “não humano” será tão indispensável no século XXI quanto fora nos anteriores e que a riqueza herdada tem importância decisiva para o padrão de vida de uma família (PIKETTY, 2014, p. 28-29). Deve-se também avaliar a taxa de remuneração do capital, considerando duas situações: ao longo da história até o final do século XIX ultrapassou substancialmente a taxa de crescimento da economia e tudo indica que retorne a estes patamares no século XXI (PIKETTY, 2014, p. 33); a partir de determinado limiar, a riqueza segue sua dinâmica própria e o capital pode seguir se multiplicando por conta de seu tamanho, podendo chegar a se recapitalizar integralmente (PIKETTY, 2014, p. 429).

O ideal que brada que “o progresso da racionalidade tecnológica deveria conduzir automaticamente ao triunfo do capital humano sobre o capital financeiro e imobiliário, dos executivos habilidosos sobre os grandes acionistas, da competência sobre o nepotismo” (PIKETTY, 2014, p. 28) fica, portanto, desacreditado. “Se assim fosse, a desigualdade se tornaria, por natureza, mais meritocrática e menos estática (embora não necessariamente mais baixa) ao longo da história: a racionalidade econômica levaria à racionalidade democrática” (PIKETTY, 2014, p. 28). O peso da fortuna herdada sobre uma vida de

trabalho e os altos níveis de concentração do capital são “potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e os princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas” (PIKETTY, 2014, p. 33). Desta forma, embora algumas publicações, como as da revista Forbes, intencionem ser uma “ode ao empreendedorismo e à fortuna útil e merecida” (PIKETTY, 2014, p. 431), uma análise com o mínimo de rigor não permite esta conclusão, pois “os métodos utilizados pelas revistas geram uma subestimação significativa das fortunas herdadas” (PIKETTY, 2014, p. 430). É bom que se diga que a noção de justiça que desconsidera o acesso a bens e serviços básicos ao conjunto da população, abandonando-a à sorte das leis de mercado é, no mínimo, questionável.

O poder financeiro, sabe-se, não é o único e nem a única força com capacidade de exercer algum tipo de domínio ou opressão sobre os demais envolvidos na relação. As estratégias psicológicas, o conhecimento e/ou a informação, a força da imposição física são outras possibilidades. Também é conhecido que o poder é relação e que nem todo ele é exercido sobre ou outros ou opressivo, além do que existem formas explícitas, como é o caso da violência física, e outras muito mais sutis e sofisticadas de exercer poder sobre os outros. A desigualdade extrema é, a nosso ver, uma forma de violência arguta – nesse sentido comparável ao racismo e sexismo, e que por isso tão graves quando somadas – potencializada por um contexto que superdimensiona e hipervaloriza o poder do dinheiro traduzido pelo poder de consumo. Esse processo tem feito com que a noção de cidadania seja ressignificada, passando a ser mensurada não mais pela participação no debate sobre as questões e políticas públicas e sim pelo *status* de pertencimento do indivíduo a determinado grupo social. Numa sociedade de consumidores, quem consome tem as credenciais de pertencimento e quem não o faz é como se não existisse. “A centralidade na lógica consumista, da compulsão pela substituição de objetos e sua particular inserção social de tendência privatista, substitui a participação social como caminho para o exercício da democracia e da cidadania. Assim, consumir passa a ser atribuição tão fundamental para uma determinada racionalidade, que transforma o consumidor em cidadão, relegando ao não consumidor o reconhecimento social” (MEZADRI, 2017, p. 172). É como se a arena da participação e do exercício da cidadania fosse hoje o “mercado”, o que já teve no shopping o seu templo, mas que fora ultrapassado na velocidade da virtualidade e pela incapacidade de dimensionar as transações financeiras, o que os bancos e as bolsas de valores o fazem.

O problema da desigualdade tem sido ignorado muitas vezes tanto no campo político quanto no econômico e a sensação é que um dos motivos pode ser o fato de ser identificado como bandeira ideológica: é coisa de esquerdista ou socialista/marxista apegado a um tema do passado. Acontece que esta postura acaba por criar obstáculos à compreensão da economia política e criando narrativas fragmentadas e distorcidas sobre os mecanismos e estratégias que regem a economia. Alternativa mais aceita é o discurso de combate à pobreza e à miséria, estabelecendo uma barreira de separação do tema da desigualdade com o da miséria, e, principalmente, tomando precauções para que o crescimento econômico, nunca a desigualdade, seja apontado como causador dos males. Em relação aos pobres, “devem adotar-se medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem, a exclusão, já que esta é um efeito inevitável” (SANTOS, 2005, p. 35). O que não se pode ignorar é que a “nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial” (SANTOS, 2005, p. 35). Na verdade, as desigualdades de todos os tempos têm relação muito mais com a distribuição dos recursos, que com a falta deles. Esse tema é central à medida que decide sobre quem recai a responsabilidade e o tipo de solução possível, frequentemente reduzido ao nível da individualidade.

Há grande quantidade de informações sobre a desigualdade social, embora pesquisas detalhadas, de longo alcance histórico e baseadas em dados ou no trato rigoroso deles seja mais difícil também pela falta de investimento em temas desta natureza. Seguir o caminho da circulação do dinheiro e da constituição da riqueza, com base em dígitos sobre patrimônio, propriedade e herança, bem como superar a fragmentação dos números que distinguem os ganhos do investimento produtivo dos lucros bancários são realidades de difícil acesso. Entre as pesquisas de longo alcance, Piketty (2014) é uma das que atinge um nível relevante na produção, no cruzamento e na análise dos subsídios disponíveis, bem como na produção de dados, tarefas que encontram inúmeros obstáculos nos estudos em geral. Em termos de amostragem de grande escala e para dimensionar tendências históricas e movimentos conjunturais da distribuição da riqueza, encontramos subsídios bem relevantes. As pesquisas por amostragem tem normalmente o caráter unidimensional, quando o critério da renda per capita é utilizado como mensuração da pobreza, ou multidimensional, quando “engloba as várias privações que as pessoas em situação de pobreza vivenciam em seu cotidiano – como saúde, trabalho e educação precários, falta

de empoderamento, ameaça de violência, más condições de habitação, de acesso a água e eletricidade, entre outras²⁰” (PNUD Brasil, 2019, p. 3).

Entre os dados que vamos utilizar, a Oxfam utiliza como principal critério de mensuração a desigualdade de riqueza, por acreditar que “ela promove a captura de poder e da política e perpetua a desigualdade através de gerações” (OXFAM, 2020, p. 7). O objetivo aqui é apresentar alguns dados que revelem da forma mais completa possível a lógica predominante em termos de distribuição de riqueza, sem entrar no mérito dos indicadores utilizados, mas com o compromisso de apresentar os critérios e/ou os métodos para a coleta à medida que auxiliam na explicitação da realidade. Além da identificação de tendências ao longo do tempo, com destaque para os impactos de fenômenos recentes como da crise de 2008 e da pandemia do Corona vírus, interessa traçar breves comparativos em nível global e com países de referência do capitalismo atual como os Estados Unidos. Evidente que o desenho da reflexão já supõe o interesse na coleta de dados enquanto tendência do atual movimento do capitalismo e da democracia social do início do século XXI. Destaca-se, além das noções gerais sobre a desigualdade, a associação destas informações com as dimensões de gênero e cor/raça.

Um dos dados mais emblemáticos e recorrentes entre as publicações de pesquisas e páginas de livros é a proporção, já citada, de 1% dispor de recursos equivalentes aos demais 99% da população. “Neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta” (OXFAM, 2017, p. 11). Historicamente, estima-se que o ano de 2015 tenha sido a referência do dado equivalente 1/99. Embora o capitalismo e a distribuição de riqueza sejam dinâmicos e, portanto, variáveis, a comparação com o 1% com maior concentração de riqueza é bastante utilizado, em datas e com alusões distintas. “O 1% mais rico, cerca de 45 milhões de adultos sobre 4,5 bilhões, possui um patrimônio médio da ordem de 3 milhões de euros (trata-se, *grosso modo*, da população que ultrapassa 1 milhão de euros de patrimônio individual), o que equivale a

²⁰ Exemplo desta análise foi que serviu de base para o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), que classifica o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Ao todo são dez indicadores, divididos em três categorias. “Sob a classificação ‘Saúde’, a agência mede a nutrição e a mortalidade infantil. No quesito ‘Educação’, são avaliados os anos de escolaridade e a frequência escolar. Em ‘Padrões de vida’, o organismo investiga dados sobre a disponibilidade de combustível ou energia para cozinhar alimentos, saneamento, água potável, eletricidade, moradia e recursos isto é, sofria privações no acesso a saúde, educação, água e saneamento, eletricidade e padrões de habitação adequados.” (PNUD Brasil, 2019, p. 3).

cinquenta vezes o patrimônio médio, de modo que a participação no patrimônio total é de 50%” (PIKETTY, 2014, p. 427). Piketty faz a estimativa em ordem de grandeza a partir de dados extraídos de relatórios mundiais sobre a riqueza do Crédit Suisse, um dos principais bancos suíços, fonte seguidamente citada pela Oxfam. Com informações mais recentes, a entidade estima que o 1% do mundo tem mais do que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas (OXFAM, 2020, p. 4). Afirmado tratar-se de uma desigualdade econômica fora de controle, a mesma entidade afirma que, em 2019, os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. As estimativas do Banco Mundial revelam que quase metade da população no mundo sobreviva com menos de US\$ 5,50 por dia e que a taxa de redução da pobreza tenha caído pela metade desde 2013 (OXFAM, 2020, p. 5).

Recorrendo a dados do final do século passado, pode-se verificar que a comparação entre países também é contraditória. O relatório do PNUD de 1999 revela que 20% da população mundial que vive nos países mais ricos detinham 86% do produto bruto mundial, enquanto os 20% mais pobres detinham 1%; o mesmo quinto mais rico dispunha de 93,3% dos utilizadores de internet (SANTOS, 2005, p. 34). O mesmo relatório aponta que as 200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre 1994 e 1998 e que as três bilionários excedem a soma do produto interno bruto de todos os países menos desenvolvidos do mundo onde vivem aproximadamente 600 milhões de pessoas (SANTOS, 2005, p. 34). Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, “os países pobres tem a seu cargo 90% das doenças que ocorrem no mundo, mas não têm mais de 10% dos recursos globalmente gastos em saúde, e enquanto 1/5 da população mundial não tem qualquer acesso a serviços de saúde modernos e metade da população mundial não tem acesso a medicamentos essenciais” (SANTOS, 2005, p. 35). Quanto à diferença de rendimento entre os 20% mais rico e o quinto mais pobre era de 30 para 1, em 1960, passando de 60 para um, em 1990, e 74 para 1 em 1997 (SANTOS, 2005, p. 34). Dados de 2010 sobre os rendimentos revelam que “nos países ricos se constatou que a renda do capital (lucros, juros, dividendos, aluguéis etc.) girava em torno de 30% da renda nacional. Com uma relação capital/renda de 600%, isso significa que a taxa de remuneração média do capital era de cerca de 5%” (PIKETTY, 2014, p. 58).

Em síntese, “a desigualdade mundial contrasta países cuja renda média por habitante é da ordem de 150-250 euros por mês (África Subsaariana e Índia) com países onde a renda média por habitante alcança um patamar entre 2.500-3.000 euros por mês

(Europa Ocidental, América do Norte, Japão) – ou seja, onde as pessoas ganham vinte vezes mais” (PIKETTY, 2014, p. 69). Na China, os rendimentos se aproximavam da média global, entre 600-800 euros mensais (PIKETTY, 2014, p. 69). De tão enraizada na história da humanidade, o contraste praticamente se confunde com ela.

Em todas as sociedades conhecidas, em todas as épocas, a metade mais pobre da população em termos patrimoniais não possui quase nada (em torno de 5% da riqueza total), o décimo superior na hierarquia da riqueza detém a maior parte da riqueza disponível na sociedade (em geral mais de 60% da riqueza total, por vezes chegando a 90%), e a população entre esses dois grupos (ou seja, 40% da população) detém algo entre 5% e 35% do patrimônio total (PIKETTY, 2014, p. 328-329).

Quando o recorte de informações recai sobre as individualidades mais abonadas, os números são ainda mais impressionantes. “No topo da pirâmide da economia global, uma pequena elite é inimaginavelmente rica. Sua riqueza cresce exponencialmente ao longo do tempo, sem muito esforço e independentemente de qualquer agregação de valor à sociedade” (OXFAM, 2020, p. 5). Segundo dados do PNUD de 1999, as “200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre 1994 e 1998” (SANTOS, 2005, p. 34). Os valores dos três mais ricos bilionários do mundo excedem a soma do produto interno bruto de todos os países menos desenvolvidos do mundo onde vivem 600 milhões de pessoas” (SANTOS, 2005, p. 34). Alguns picos de concentração chamam a atenção neste sentido. De acordo com o estudo da Oxfam, os bilionários do mundo, que, em 2019, somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas, o equivalente a cerca de 60% da população mundial (Oxfam, 2020, p. 6). Segundo a Forbes, em 2018, o número de bilionários era de 2.208 pessoas. A lista de 2020 contava com 2.095, 58 a menos que no ano anterior, sendo que dos bilionários da lista, 51% estavam mais pobres que na lista do ano anterior. Em termos de fortuna acumulada, porém, os bilionários têm “cerca de US\$ 11,4 trilhões, com base nos cálculos da Forbes, que usou como referência a cotação das ações da última sexta-feira, 11 de dezembro. Isso representa um aumento de 20% em relação à riqueza coletiva de US\$ 9,5 trilhões em 31 de dezembro de 2019” (PETERSON-ITHORN, 2020, p. 2).

A pandemia produziu efeitos distintos entre os que até então compunham a lista de bilionários da revista Forbes. Se alguns sentiram (os 51%), outros se beneficiaram dela, como o caso do primeiro colocado, Jeff Bezos, que teve um impulso de 15% nas ações da *Amazon* desde o levantamento de 2019, e já figura pelo terceiro ano consecutivo na ponta da lista, valendo em 2020 US\$ 113 bilhões, mesmo tendo repassado 36 bilhões em acordo

de divórcio (DOLAN, 2020, p. 2). Na comparação com ao levantamento anterior, 267 pessoas deixaram a lista pela crise dos negócios, 21 pessoas morreram e 278 são novos integrantes da lista, oriundos de 20 países diferentes. O ranking continua com os Estados Unidos sendo o país com o maior número de bilionários, com 614, seguido pela China, com 456 bilionários classificados (DOLAN, 2020, p. 3). A Forbes também encontrou 50 novos bilionários no setor da saúde em 2020, entre eles médicos e cientistas, que se destacaram na descoberta das vacinas e outras formas de tratamento seguro, e empresários da área da saúde, incluindo o fornecedor de frascos para o armazenamento dos remédios (TOGNINI, 2020, p. 3). Já na comparação a parte inferior da pirâmide, verifica-se que a “metade inferior da população mundial possui, sem dúvida, menos de 5% do patrimônio total²¹” (PIKETTY, 2014, p. 427). A Oxfam (2020, p. 6) fez uma analogia sugestiva em seu relatório: “Se todos se sentassem sobre suas riquezas empilhadas em notas de 100 dólares, a maior parte da humanidade ficaria sentada no nível do chão. Uma pessoa de classe média em um país rico ficaria sentada na altura de uma cadeira. Os dois homens mais ricos do mundo ficariam sentados no nível do espaço sideral”.

A questão que vem à mente diante de tamanho contraste econômico é se ele se justifica e se há limite tolerável no processo de concentração. Uma primeira resposta vinda da racionalidade concorrencial financista parece óbvia, se cabe na “lei de mercado”. Noutra direção, sob o critério do bem estar humano e coletivo, à medida que carrega o fardo da pobreza e da miséria torna-se injustificável, além do nível atual ter excedido todos os limites. À medida que se busca reaproximação com o funcionamento da economia no contexto atual, tem-se mais elementos para avaliar a (i)legitimidade da desigualdade. Com uma taxa de rendimento do capital alta é possível compreender como as disparidades econômicas se estruturam e se multiplicam a passos largos. O fator mais importante é que “a taxa de rendimento do capital sempre foi ao menos dez ou vinte vezes superior à taxa de crescimento da produção e da renda²²” (PIKETTY, 2014, p. 345). O dito popular que dinheiro gera dinheiro é verdadeiro. “O capital tem por natureza rendimentos voláteis e imprevisíveis e pode facilmente gerar diversos ganhos – ou perdas – de capital, imobiliários ou nas bolsas, equivalentes a várias dezenas de anos de salário. No topo da

²¹ Os números são extraídos da revista Forbes e tem por base o ano de 2010.

²² A conclusão de Piketty é baseada na análise das dotações de capital das universidades americanas nas últimas décadas (final do século XX e primeira do XXI). Entre os fatores que chamaram a atenção do autor foram os altos rendimentos proporcionais aos altos valores disponíveis, o que segundo ele, estão relacionados também à capacidade de dispor de equipes qualificadas para conseguir as melhores cartas de investimento (PIKETTY, 2014, p. 436-439).

hierarquia das fortunas, esses efeitos são ainda mais graves” (PIKETTY, 2014, p. 435). A dinâmica dos rendimentos voláteis carrega mais um segredo impressionante, se analisado o desenvolvimento histórico: a tendência de maior rendimento dos grandes patrimônios em períodos de crise ou de baixo crescimento mundial (PIKETTY, 2014, p. 419-420).

Um dos fatores que permite esses retornos exagerados é o colapso da tributação dos super-ricos e das maiores empresas do mundo em decorrência de alíquotas fiscais cada vez mais baixas e da evasão fiscal deliberada. Ao mesmo tempo, somente 4% das receitas fiscais globais provêm da tributação da riqueza e estudos indicam que os super-ricos evitam até 30% de seus impostos. Uma tributação de empresas extremamente baixa os ajuda a aumentar indevidamente os lucros de empresas das quais são os principais acionistas: entre 2011 e 2017, os salários médios nos países do G7 aumentaram 3%, enquanto os dividendos para acionistas ricos cresceram 31% (OXFAM, 2020, p. 8).

As referidas situações ajudam a evidenciar que: “Toda fortuna é, ao mesmo tempo, em parte justificada e potencialmente excessiva. O roubo puro e simples é raro, assim como o mérito absoluto” (PIKETTY, 2014, p. 433). Em outro trecho, o autor dá mais detalhes, afirmando que o rendimento do capital “mistura, muitas vezes de maneira indissociável, elementos de um verdadeiro esforço empreendedor (absolutamente indispensável ao desenvolvimento econômico) com outros, que dependem da sorte em seu estado mais bruto (estar na hora certa para comprar um ativo promissor a um bom preço), e ainda com outros que mais parecem puro e simples roubo” (PIKETTY, 2014, p. 435). A desigualdade social está também associada ao nascimento/crescimento de uma nova classe capitalista transnacional no rol de desenvolvimento do capitalismo neoliberal e dos processos de globalização (SANTOS, 2005, p. 32). Para Boaventura de Sousa Santos, essa classe tem uma situação comum de privilégio socioeconômico e o interesse comum de classe nas relações do poder político e controle social. “O ramo internacional, a burguesia internacional, é composta pelos gestores das empresas multinacionais e pelos dirigentes das instituições financeiras internacionais” (SANTOS, 2005, p. 33). Por assim dizer, essa classe é responsável pela “administração” das grandes fortunas.

Embora haja um verdadeiro culto a determinadas personalidades, na tentativa de consagrar trajetórias pessoais valorizando o princípio da meritocracia, em grande parte isso se explica pela “necessidade incontrolável das sociedades democráticas modernas de dar um sentido às desigualdades” (PIKETTY, 2014, p. 433). Por mais que do ponto de vista da dinâmica do capitalismo essas contradições sejam justificáveis porque amparadas na racionalidade de desempenho, as consequências para grande parte da população não podem ser aceitas. Enquanto a classe de proprietários e as pessoas mais ricas têm condições de se

dedicar a outros afazeres, porque “podem simplesmente sentar e observar o crescimento da sua riqueza” (OXFAM, 2020, p. 7), “quase metade da população do mundo luta para sobreviver com US\$ 5,50 por dia ou menos, de acordo com dados recentes do Banco Mundial” (OXFAM, 2020, p. 9). Na ponta inferior da pirâmide sobram as migalhas e muitas vezes são os programas sociais que garantem o básico para a sobrevivência, numa realidade em que a precariedade está em toda parte, desde o saneamento e à alimentação, passando pela moradia, e a vulnerabilidade se perpetua porque o acesso à educação e outras formas de acessar renda são limitadas.

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD de 2019, 10% das pessoas com menores rendimentos *per capita* recebia o equivalente a 0,8 do total de rendimentos. A metade da população tinha rendimentos correspondentes a 15,6% dos ganhos, enquanto aos 10% com maiores rendimentos cabia o equivalente a 42,9 das receitas totais (IBGE de 2020, p. 50). Segundo o mesmo relatório os dados são próximos, em termos gerais, aos levantamentos feitos em 2012 e em 2015. O Brasil ocupa a posição de número 156 de menores desigualdades, portanto, um dos mais desiguais, havendo apenas 8 países que superam o Brasil pelas informações disponíveis. Em 2012, tendo como parâmetro o índice Gini²³ – em que “zero” é considerada uma situação de igualdade e “um” o maior nível de concentração possível – o Brasil era avaliado pela taxa 0,540, em 2019, o indicador era de 0,543 (IBGE de 2020, p. 52). Analisando a distribuição da renda domiciliar *per capita* do país no período entre 2012 e 2019, o que chama atenção é o aumento nos índices com a perda de renda de quem já era pobre. Enquanto os 10% da população com menores rendimentos perderam 17,5% de seus rendimentos, a camada imediatamente superior perdeu 4,7% (IBGE, 2020, p. 53).

Quando falamos das camadas mais pobres da população, os números e os parâmetros passam a ser outros: salário mínimo, programas sociais e valor considerado mínimo para distinguir pobreza de pobreza extrema. Na realidade brasileira, um dos programas muito importantes nos últimos anos para o atendimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social tem sido o Bolsa Família. A referência para o cadastro no Cad-Único, forma de acesso aos programas sociais do Governo Federal, por parte da população

²³ É um instrumento para medir o grau de concentração de renda de determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O Índice de Gini costuma utilizar como parâmetro comparativo ou se concentrar nos 20% mais pobres e nos 20% mais ricos (Ipea - https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem).

foi por longo tempo o salário mínimo. Receber até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* ou 3 salários por domicílio dava o direito a acessar programas como esse; já $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* era critério para o Benefício de Prestação Continuada, direito assegurado a idosos e/ou pessoas com deficiência (IBGE de 2020, p. 60). Com a política de valorização do salário mínimo e a falta de regularidade no reajuste, os programas passaram a ser concedidos a quem declarasse renda familiar *per capita* de até R\$ 178,30, sendo considerado extremamente pobre quem manifestasse rendimentos domiciliar *per capita* de R\$ 89²⁴ (IBGE de 2020, p. 62). Cabe informar que o Brasil define institucionalmente requisitos para atender o público que cumprir os requisitos estabelecidos para o atendimento pelos programas sociais (IBGE, 2020, p. 62). Para efeitos comparativos, o Banco Mundial estabelece o valor de US\$ 1,90 por dia, com base do Poder de Paridade de Compra – PPC, para identificar a extrema pobreza, US\$ 3,20 para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 para indicar a linha de pobreza em países com renda média-alta (IBGE de 2020, p. 63).

Os dados de 2019 revelam que 11,8% da população vivia com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* mensal, cerca de R\$ 250, e quase 30% com até $\frac{1}{2}$ meio salário mínimo *per capita*, valor de R\$ 499,00 (IBGE, 2020, p. 59). Para se ter uma ideia da realidade brasileira, o público-alvo potencial do Bolsa Família em 2019 era de 16,2 milhões de pessoas, porém, se tomássemos os dados internacionais como referência esse número mais que triplicaria, atingindo 51 milhões de pessoas (IBGE, 2020, p. 64). Pelo critério de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 29,2% das pessoas deveriam ser cadastrados no CadÚnico do Governo Federal e um número entre 8,5 e 13,7 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza (IBGE, 2020, p. 64). Outra constatação alarmante diz respeito à tendência ao agravamento da situação que atinge aos mais pobres. Se, aposentados e pensionistas com rendimentos superiores a 3 salários mínimos *per capita* tiveram um aumento de 14,1% em seus vencimentos no período de 2012 a 2019, o peso dos rendimentos de quem recebe até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo baixou de 8% em 2012 para 7% em 2019. Os dados gerais revelam um aumento de 18,1% para 20,5% nos rendimentos domiciliares oriundos de aposentadorias e pensões para o período (IBGE, 2020, p. 60). A desigualdade e a extrema pobreza têm incidências diferentes nas diversas regiões do país, com tendência de melhores condições e menores índices de desigualdade (embora distantes das aceitáveis) nas regiões Sul e Sudeste, e contradições mais acentuadas com pobreza mais severa na região Nordeste, e

²⁴ O parâmetro tem por base os dados do ano 2020.

em alguns aspectos também na Norte. Em termos gerais, chama atenção o fato de que, no período de 2012 a 2019, os grupos sociais dos 10% com maiores rendimentos *per capita* tiveram melhora na participação de renda, enquanto os setores com piores desempenho tiveram queda, acentuando o já grave (IBGE, 2020, p. 53) e contrastante com a perspectiva apontada na Constituição de 1988 e com sinais de melhora no início dos anos 2000.

A desigualdade social e a pobreza tem alvos ainda mais definidos, e é bom destacar não é fruto de má sorte ou acaso, mas de estruturas econômico-sociais e culturais que sustentam, acentuam e criam novas estratégias de distinção social. Esses rostos que estão na ponta da pobreza e da pobreza extrema têm cor de pele negra ou parda e pertencem, em maior número, ao sexo feminino, muitas vezes com filhos e outros dependentes para tomar conta. Em 2019 o arranjo familiar, mulher com filhos menores de 14 anos, representou 24% da população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 1,90 e 62,46% com rendimento inferior a US\$ 5,50 por dia (IBGE, 2020, p. 67). Segundo estudo, as mulheres e meninas dedicam gratuitamente 412,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado, sem contar o trabalho com baixíssima remuneração por essa atividade. A estimativa é que esse trabalho agregue pelo menos US\$ 10,8 trilhões à economia, transformando-se em benefício financeiro revertido aos mais ricos (OXFAM, 2020, p. 5-6). O rendimento médio domiciliar *per capita* da população negra ou parda, por sua vez, permaneceu entre 2012 e 2019, segundo dados do IBGE, cerca da metade (R\$ 981) do observado pela população branca (R\$ 1948). No total da população brasileira, segundo índices de 2019, os brancos representam 42,7% e os negros ou pardos 56,3%, sendo que este último grupo representa 77% da população no primeiro décimo com baixos rendimentos (IBGE, 2020, p. 55), mais precisamente considerados abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2020, p. 67). O cruzamento de dados entre sexo e cor ou raça do IBGE mostra que as mulheres de cor preta ou parda se destacam entre os pobres: elas formam 28,7% da população e representam 31,8% dos pobres e 39,8% dos extremamente pobres (IBGE, 2010, p. 67). Comparativamente, “os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África” (OXFAM, 2020, p. 4)

Olhando para os dados da realidade brasileira de 2019 e utilizando como parâmetro a média de rendimentos da população, é possível aproximar estes dados dos relativos à escolaridade e à ocupação. Quase metade das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* de até 50 % da média geral (valor estimado em R\$ 703) não tinham instrução ou tinham o fundamental incompleto, enquanto no segmento médio eram quase 40% e entre

aqueles com maiores rendimentos, 18% (IBGE, 2020, p. 70). Por sua vez, ensino superior completo era a realidade de mais de 1/3 da população do topo da distribuição, atingindo apenas 6,4% do segmento médio e 1,8% do inferior de rendimento (IBGE, 2020, p. 70). Em termos de ocupação, a população em geral atingia o percentual de 37,2% com carteira assinada, sendo que no segmento médio e superior de rendimento o percentual de ocupados chegava a 40% e entre os mais pobres não chegava a 20% com carteira assinada. Neste último grupo, prevalecia as ocupações por conta própria, 35,5%, e empregados sem carteira, 25,2%. A maior participação no estrato superior de rendimento era ocupada por militares, funcionários públicos e empregadores, com 13,8% das ocupações (IBGE, 2020, p. 72). Quanto ao rendimento domiciliar *per capita* é possível identificar que a média geral da população brasileira, em 2019, foi de R\$ 1406, tendo a região Sudeste com a maior média (R\$ 1720) e a Norte com a menor (R\$ 878), números analisados com base no chamado índice mediano, correspondente ao que até metade da população tem acesso (IBGE, 2020, p. 57). O rendimento domiciliar *per capita* mediano equivalia a aproximadamente 60% do rendimento médio, que, no período, era de R\$ 861,00, o que significa dizer que era inferior ao valor do salário mínimo, que era de R\$ 998,00 (IBGE, 2020, p. 57).

Os Estados Unidos exercem o papel de símbolo do capitalismo, destacando-se em partes pelo estímulo ao desenvolvimento do sujeito empreendedor, além de exercer e/ou se autoproclamar, representante da democracia liberal. A realidade socioeconômica é marcada pela lógica que atravessa o mundo capitalista atual, transformando-o em país símbolo também de outra forma. “Desde a década de 1980, a desigualdade social tem vindo a aumentar, tanto que os EUA são hoje o país mais desigual do mundo. A metade mais pobre da população tem hoje apenas 12% do rendimento nacional, enquanto o 1% mais rico tem 20% desse rendimento. Nos últimos quarenta anos o neoliberalismo ditou o empobrecimento dos trabalhadores norte-americanos e destruiu as classes médias” (SANTOS, 2020, p. 3). Boaventura ainda critica a inexistência de sistema de saúde pública e de programas sociais estruturados, afirmando que uma em cada cinco crianças passa fome no país, a ideologia falaciosa do “milagre econômico” como um mar de oportunidades e a discriminação étnico-racial, com a afronta aos negros, latinos e imigrantes em geral (SANTOS, 2020, p. 3-4).

O questionamento que brota deste breve olhar sobre os números, que escondem a miséria e o sofrimento de pessoas reais e com mínimas oportunidades para desenvolverem

suas potencialidades, é o seguinte: há equilíbrio na participação política e na forma de pressão para fazer valer seus interesses entre os bilionários e administradores das grandes corporações e as pessoas que dependem de programas sociais? Supondo que ambos tenham formação política para acompanhar e dominem os referenciais políticos e econômicos para fazer suas escolhas nas eleições, existem outras amarras que limitam a ação de políticos, conjecturando que sejam coerentes com seus discursos e do Estado? É possível dimensionar como a racionalidade hegemônica e o *lobby* das grandes corporações condicionam a ação política do Estado, através da pressão e da dependência para “manter a economia funcionando”? Qual a importância da participação de setores como a academia e a mídia na construção de um referencial teórico-metodológico transformado em racionalidade de desempenho ou concorrencial pró-mercado com legitimidade social e assimilada como subjetividade e assumida como modo de vida? Parece que estamos girando em círculo e aprisionados na mente viciada que não vê alternativa porque absorta pelo modelo concentrador de dinheiro e poder, sem capacidade para ver as mazelas como o próprio risco de colapso da economia. Será?

2.4 CAPTURA DO POLÍTICO E SEQUESTRO DA DEMOCRACIA

O fenômeno que experimentamos na contemporaneidade alude transformações antropológicas oriundas, em grande medida, da maneira como valores e noções típicas de trocas e pactos financeiros invadiram as demais dimensões da vida em sociedade. Um dos campos afetados de forma mais contundente foi o Político, que passou de indutor e decisivo sobre o Econômico para condicionado e prisioneiro deste. Não estamos falando que a Política tenha se isentado de participar, mas que, em processo semelhante com o que ocorreu com o indivíduo, assumiu para si o “espírito do capitalismo”, agindo com base nesses princípios e não como mediador dos processos sociais entre indivíduos, grupos, instituições e empresas privadas. Longe de ser um movimento natural e espontâneo, contou com a participação de outros atores através de estratégias de justificação e legitimação social como já indicado. O mais irônico é que o mercado reivindicou e obteve valiosa ajuda do Estado na conquista de sua liberdade e acabou por aprisionar o Estado, tanto através da compra de seus representantes quanto pelo “controle mental”. O domínio do modo capitalista de agir sobre o Estado é tanto que este perde a dimensão do risco da funcionalidade da economia e o poder de pôr limites no gigantismo corporativo e na

lucratividade das transações financeiras. Processo semelhante se dá na dimensão da subjetividade, à medida que perde a noção da coletividade e dos vínculos de confiança, imprescindíveis para uma sociedade democrática.

A captura da política se constitui, portanto, através de um movimento amplo e sistêmico, subdividido em duas dimensões distintas e complementares, a da subjetividade orientada pela racionalidade de desempenho, que coloniza todas as instâncias da vida, e a da economia de mercado, que não apenas dá garantias ao livre comércio mas também cria ou negocia condições favoráveis para o aparecimento de grandes oligopólios com enorme poder econômico e político²⁵. A mudança na subjetividade, todavia, nasce muito antes e será desvelada mais adiante, quando é possível visualizar que a cidadania fora substituída, enquanto apelo social, pelo consumismo. Ela nasce na crítica ao “consenso keynesiano” que, apesar de dar sinais de esgotamento nos anos de 1970, havia garantido “trinta anos de progresso material, redução das desigualdades nos países centrais e altas taxas de crescimento na América Latina e na Ásia emergente” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 97). Havia quem interpretasse o problema em forma de advertência e recomendação: “era preciso dar adeus a tudo aquilo. O mal é a política, o intervencionismo do Estado, o poder dos sindicatos, o controle público da finança, os obstáculos ao livre movimento de capitais” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 97).

Se o mal é a política, a solução é a supressão do Estado de bem-estar social e a responsabilização plena do indivíduo. “O remédio que se deve dar a essa situação é evidente: diminuir as transferências de uns para os outros. A única guerra contra a pobreza que se sustenta é a volta aos valores tradicionais: ‘Trabalho, família e fé são os únicos remédios para a pobreza’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 212). A racionalidade que deve prevalecer se baseia na livre escolha e no financiamento da escola dos filhos, e no valor supremo do enriquecimento, apontado como razão eficaz para o incentivo ao esforço pelo melhor desempenho por parte dos trabalhadores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 212).

Se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. A palavra-

²⁵ Com base em Dowbor (2018) e Belluzzo & Galípolo (2017 e 2019), pode-se afirmar que a crítica não diz respeito ao funcionamento da economia em si num regime capitalista, ou o mérito não é propriamente este. O ponto central da crítica recai sobre a falta de freios ou travas aos lucros exorbitantes obtidos pelas grandes corporações em aplicações financeiras e o deslocamento de fortunas para paraísos fiscais, sem nenhum retorno para o conjunto da população, em forma, por exemplo, de emprego.

chave da sociedade de risco é “autoregulação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213. Grifo dos autores).

A moral produzida pela aplicação dos princípios da racionalidade de desempenho em todas as instâncias da vida tem no princípio do cálculo pelo interesse individual a fragmentação psicossocial dos vínculos sociais. O enfraquecimento das lutas sindicais e de outras de caráter coletivo tem no outro lado do acordo político entre empresas e governos os efeitos da nova subjetividade forjada pela irrupção dos valores do mercado. Compreender esta transformação subjetiva é importante para evitar interpretações moralistas acerca das decisões tomadas pelos próprios trabalhadores, que encontram dificuldades práticas quanto à empregabilidade e também de fazer um diagnóstico assertivo diante da complexidade da realidade. Falar em tensão entre capitalismo e democracia, especialmente, no estágio atual do capitalismo implica sim num debate de fundo teórico-ideológico e político, no sentido de que a noção de liberdade e autonomia do indivíduo, ou melhor do sujeito, na perspectiva democrática aqui defendida, implica em sua relação com a vida em sociedade. A subjetividade de desempenho se conectou com as identidades modernas fluídas e adaptáveis, minando os vínculos de solidariedade social e as relações de confiança importantes na constituição de identidades coletivas. Sem ignorar a realidade, a “subjetividade democrática” precisa identificar e estabelecer conexões com identidades abertas aos princípios da reciprocidade e do bem comum.

A captura do poder política por parte das grandes corporações transnacionais parece um processo de entendimento mais fácil, o que não significa que haja transparência nas transações ou contribuição, e nem interesse claro, da mídia no desvelamento dos acordos e negociações. A prática do *lobby*, inclusive considerado legal em alguns países, é bem conhecida e mesmo o uso de recursos para a aprovação de medidas políticas que favoreçam determinadas empresas é algo difícil de ser desnudado, entretanto, fácil de ser compreendido. Há noções e criatividade na interpretação de como procedimentos desta natureza funcionam, o que não significa conhecimento das nuances e do conteúdo de informações privilegiadas ou de atores que atuam em diferentes empresas ou que o fazem, concomitantemente, nos setores privado e público. Não se pode ignorar o poder que o dinheiro exerce sobre o político, num contexto em que 28 corporações trabalham com um capital médio consolidado na ordem de 1.82 trilhões de dólares, na comparação com o PIB norte-americano de 15 trilhões, o brasileiro, 7ª potência mundial, na faixa de 1,6 trilhões e com os 40 bilhões anuais que as Nações Unidas dispõem para o conjunto das atividades (DOWBOR, 2018, p. 58-59). Exemplo do poder exercido pelas gigantes é a dificuldade de

fazer avançar no imposto progressivo anual sobre o capital, considerada a melhor solução. “Com ele, é possível evitar a espiral desigualadora sem fim e ao mesmo tempo preservar as forças da concorrência e os incentivos para que novas acumulações primitivas se produzam sem cessar” (PIKETTY, 2014, p. 556). A medida esbarra na falta articulação e de cooperação internacional, única maneira de fazer frente ao poder das transnacionais.

A “porta giratória” que compartilha informações privilegiada e profissionais entre setores privados e público, ou entre academia, mídia e as gigantes, garante dois pontos de contato fundamentais: os princípios teórico-ideológicos e certo controle das decisões. Ignorar que esse pertencimento implica em privilégio direto, porque as decisões políticas serão influenciadas por seus representantes, e indireto, à medida que suas decisões internas terão a leitura mais adequada sobre os impactos das medidas governamentais. Esse processo todo dá subsídio para pensar na “restauração/constituição da classe dominante”. Afinal, o que faz um grupo com informações privilegiadas, que interage com políticos, e que dirige as principais corporações, muitas vezes exercendo funções distintas em mais de uma? Na outra ponta, resta a miséria ou a pobreza extrema, e a esperança de mudar isso na próxima eleição. A pobreza e a riqueza não resultam de processos naturais e espontâneos, nem fruto exclusivo do mérito ou do demérito individuais, são sim consequências de processos e procedimentos sociais, econômicos, culturais e políticos, que dependem sim de decisões pessoais, mas também de decisões e de oportunidades desencadeadas pela estrutura de funcionamento da sociedade.

É preciso, portanto, democratizar a sociedade contemporânea e pôr freios no capitalismo financeiro em desenvolvimento. A desigualdade ganha índices astronômicos e coloca o paradoxo brutal da incapacidade de usufruir dos bens porque não há capacidade produtiva para produzir bens de consumo tão sofisticados para atender aos bilionários e dos milhões de pessoas que não dispõem de US\$ 1,90 por dia, considerado o mínimo para o atendimento das necessidades primárias com a alimentação. Isso cabe na democracia formal, todavia, limitar a democracia a isso é uma afronta aos princípios elementares da cooperação e da vivência em sociedade. Como também negar a estes também a única forma de participação democrática seria um desserviço. A sociedade precisa se repensar como tal e esse é o conteúdo da democracia, a reestruturação permanente até que a equidade e a justiça social viabilizem condições de vida, e não se trata de condições mínimas, a todos os integrantes da sociedade. O atual estágio de desenvolvimento econômico exige que, além de repensar as realidades internas de cada país, se avance em

termos de articulação e cooperação internacional. Um dos maiores desafios é que a cultura predominante é excludente e vê o outro como concorrente e não parceiro de diálogo em busca de soluções conjuntas.

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade privada exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da codecisão – não há obrigação política sem participação em uma mesma atividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Neste primeiro capítulo focamos o debate na tensão da democracia com o capitalismo, buscando desvelar o funcionamento da sociedade capitalista com destaque para o atual estágio de desenvolvimento e as consequências dramáticas. No capítulo 3, o foco vai recair sobre a “institucionalidade” ou a dinâmica da democracia, diagnosticando mazelas, conquistas e fazendo prospecções.

3 AMBIGUIDADES E POTENCIALIDADES DA DEMOCRACIA INAUGURADA NO SÉCULO XXI

A democracia carrega a potência de ser uma dinâmica social portadora de utopia revolucionária e subversiva em relação às formas de hierarquia política e de concentração econômica. Enquanto prática histórica, porém, se cristalizou como procedimento de escolha de representantes eleitos por tempo predeterminado, produzindo efeito regulador de demandas e servindo de estratégia de estabilização das relações sociais. Tem, portanto, um potencial aberto ao infinito, mas experimentada de maneira restrita, com destaque para seu caráter formal e esvaziado de conteúdo. Deste modo, embora no último quarto do século XX tenha dado claros sinais de expansão enquanto regime político, seu caráter contestador em relação às diversas formas de desigualdade fora sequestrado pela lógica de um modelo específico de capitalismo e pelo desejo incontrolado de crescimento econômico, sobretudo, pela oportunidade por ele criada de concentração ou extração das movimentações financeiras. Protegido no imaginário universalizado de que o crescimento econômico beneficia a todos parece, as decisões políticas tornaram reais oligopólios, restringindo o benefício do crescimento a poucas pessoas e grandes corporações, aliás, medidas tomadas, em sua grande maioria, por lideranças democraticamente eleitas. Se o modelo de desenvolvimento econômico condiciona e as grandes corporações exercem poder sem precedente sobre as democracias vigentes, obstaculizando os efeitos distributivos da democracia, existem outras realidades que, associadas, limitam e sequestram o potencial transformador da democracia enquanto “gramática social”. O modelo democrático vigente é produto da configuração cotidiana, que se constituiu no jogo de forças e na disputa de poder, sustentada na subjetividade e na racionalidade e expressa no modo de agir em sociedade. É como dizer que a democracia é traduzida por leis escritas e estruturas sociais, instituições e partidos, e também de normas e acordos não escritos, nutridos socioculturalmente por princípios e critérios, em retroalimentação constante. Em nome da “educação para o lucro” (NUSSBAUM, 2015, p. 15), abandonou-se uma perspectiva coletiva, do bem comum e a noção da “coisa pública”, a tal ponto que a crise da democracia atual indica sinais de um colapso civilizatório.

O diagnóstico proposto neste capítulo visa desvendar a natureza da crise, o grau e a amplitude do descrédito na democracia e os obstáculos impostos a ela na atualidade, além de jogar luz ao potencial oriundo de experiências de democracia de alta intensidade. Busca-se elucidar se se trata de uma crise radical e que tende a pôr fim na “governança”

democrática ou se esta crise pode ser oportunidade para corrigir equívocos e levar ao exercício mais pleno da democracia. Analogamente, passar em exame a democracia contemporânea implica diagnosticar a gravidade da doença, se tem cura, o remédio a ser aplicado e, no caso de uma realidade social, pensar sobre os sujeitos envolvidos, a predisposição, as alianças e articulações, além de possíveis resistências. Em perspectiva propositiva, implica na busca de pontos de contato entre o futuro almejado e as circunstâncias históricas. Considerando que o novo nunca é inteiramente novo e que se desenvolve e articula com o velho, além de o nascimento do novo e a morte do velho não estarem necessariamente – em termos sociopolíticos – em sintonia histórica, desvendar potencialidades e vetores de transformação ocultos na complexidade, nos barulhos e nos silêncios das relações sociais, pode ajudar a compreender tendências e conexões importantes entre o já e o ainda não.

Essa tarefa exige que se dê atenção às experiências democráticas vividas e às contingências em torno das quais essas iniciativas se desenvolveram. Temos por meta continuar explicitando as bases sobre as quais a democracia liberal-representativa foi se constituindo e confrontar com experiências de perspectiva participativa, sendo assim capaz de avaliar o potencial democrático que parte da história e dialoga com a utopia. Analisar a democracia no século XXI é uma tarefa tão difícil quanto necessária num contexto de turbulências políticas e de polarizações caricatas que vem se revelando nas primeiras décadas do século. Entre os eventos políticos recentes que têm produzido grande impacto e recolocado o debate do futuro da democracia em pauta, destacam-se, paradoxalmente, a busca da participação direta na definição dos rumos da política e o discurso antidemocrático explícito têm encontrado espaço de ressonância na sociedade. As manifestações de rua ocorridas em vários países, entre as mais marcantes a “primavera árabe”, no final de 2010 e início de 2011, as mobilizações no Brasil desde 2013 (MARCON, DOURADO, MEZADRI, 2020, p. 1-18; MEZADRI, 2019, p. 167-196) e a eleição de figuras emblemáticas como Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e Jair Messias Bolsonaro no Brasil, em 2018, são episódios relevantes. Tais eventos mexem e jogam luz à aparente estabilidade democrática fundada no procedimento eleitoral e no modo de governo em crescimento gradual desde o último quarto do século passado. Se em sua totalidade a tarefa é impraticável para a ocasião, desvelar os principais traços característicos da democracia de nosso tempo se torna importante e viável na medida em que se delimitam alguns referenciais analíticos e bibliográficos. Captar o sentimento de

não-representatividade e o desejo de participação mais direta, estão entre os elementos fundamentais. Entre os principais autores que embasam esse debate estão Boaventura de Sousa Santos (2009, 2016), Manuel Castells (2018) e Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018). Ao longo do capítulo, contudo, vamos recorrer a outros autores para avançar nos objetivos do que pretendemos e também para desdobrar temáticas específicas associadas ao nosso objeto de investigação.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL-REPRESENTATIVA

Elucidar a natureza, a profundidade e o grau de intensidade da crise que implicam a democracia exige “passar a limpo” concepções e o conteúdo invocado ao pronunciar o termo democracia. A grandiosidade da tarefa exige cuidado com noções e traços característicos contextualizados histórico-culturalmente. Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 14) recolhe duas expressões reveladoras do significado da democracia enquanto forma de governo do século XX. A primeira é de Amartya Sen que, ao ser questionado sobre o acontecimento mais importante do século XX, afirmou ser a emergência da democracia. A segunda expressão é de Immanuel Wallerstein, que assegurou que a democracia passou de aspiração revolucionária no século XIX a *slogan* universal, mas vazio de conteúdo, no século XX. A primeira consideração reforça o fato de que a democracia como forma de governo passou a ser uma prática adotada de forma gradual e crescente, transformando-se em formato hegemônico, ganhando força a partir do período pós-Segunda Guerra e ainda em ascensão no início do século XXI. Isso torna ainda mais relevante o debate em torno dos eventos políticos recentes e em andamento e seus desdobramentos em termos de ambiguidades das práticas desenvolvidas e dos efeitos da “recessão democrática”, dimensões problematizadas por Wallerstein.

O regime político baseado no procedimento eleitoral deu estabilidade política e social por um longo período e, mesmo com percalços e turbulências aqui e ali, possibilitou crescimento econômico e um grau relativo de aceitação, tolerância e coexistência entre concepções e perspectivas que visavam radicalizar os direitos socioeconômicos e culturais e outras que pretendiam minar os mesmos, reduzindo a noção de direitos ao da liberdade individual. A democracia foi condicionada aos direitos civis e políticos e à liberdade de escolha ao direito de fazer o que quiser com o dinheiro. E o mais grave: com a participação do Estado, criaram-se condições e regras que apadrinharam o nexos privatista e de corrida

pela conquista de interesses pessoais em detrimento de vínculos sociais e recíprocos. O mais irônico é que causa estranheza o fato de os políticos lutarem por seus interesses, quando de posse de oportunidades sem igual ao disporem de seus mandatos, exatamente seguindo o cálculo do interesse pessoal tornada hegemônica pela racionalidade de desempenho, a “subjetividade neoliberal”. Obviamente não se pode defender tais práticas, especialmente quando encobrem práticas de corrupção. Olhando por outro ângulo, os políticos, em sua grande maioria, incorporaram as piores práticas e criaram sistemas de autoproteção para se manterem nos cargos, limitando o acesso de mais pessoas em seus grupos partidários. A lógica privatista passou a homogeneizar subjetividades de agentes do setor privado e que atuam no próprio Estado, promovendo decisões compatíveis com os princípios que a orientam. Por quê a surpresa?

Compreendida neste contexto a crise política e democrática da atualidade ganha contornos mais adequados, a nosso ver, sem correr o risco de ser reduzida a uma crise eminentemente política. Os atores da política participam deste movimento mais amplo desencadeado no interior da sociedade, produzindo consensos decorrentes deste modelo democrático com desdobramentos nos mais variados campos, e que agora dá sinais claros de colapso. O diagnóstico ora proposto busca fazer um caminho analítico seguindo a seguinte trajetória: explicitar a democracia liberal-representativa, seus pressupostos e circunstâncias históricas, observando seus limites e potencialidades; avançar em termos do potencial que a democracia carrega, apresentando sinais históricos de sua radicalidade e prospectando o que dela ainda não foi explorado enquanto gramática social. As concepções e seus sinais históricos serão analisados tendo em vista a localização de obstáculos e potencialidades já experimentadas e novas articulações possíveis, carregando as tintas nos movimentos desenvolvidos no século XXI e nas conexões conjunturais e estruturais com o pêndulo democrático.

A democracia liberal-representativa é “produto” de uma combinação específica de liberalismo econômico com um modelo político de mesma perspectiva e que se assenta fundamentalmente na liberdade econômica e conta com a regulação estatal como garantidor de tal princípio, tendo na escolha regular e temporária de “representantes” na condução e na condição de governança sua marca. Em outras palavras, o que pode ser considerado uma concepção minimalista de democracia, um “arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições” (PRZEWORSKI, 2020, p. 29). Como se trata de um “consenso” que foi sendo forjado e se constituindo em meio a disputas, o que é

característico de questões desta natureza, é preciso dar atenção para uma série de implicações possíveis na forma como a hegemonia foi sendo produzida em meio a embates de caráter político e suas articulações a grupos com raízes profundas no campo econômico. Com o cuidado de não fazer uma abordagem linear, parte-se de referenciais históricos, buscando explicitar na sequência a participação de diferentes sujeitos e os interesses em jogo no debate acerca do modelo democrático.

A forma liberal de organização do Estado surgiu em oposição ao Estado absolutista e aos entraves à livre expansão do capital. O liberalismo foi sendo consolidado conforme foram sendo constituídas formas republicanas e parlamentares de organização do poder político e foi sendo estendido o processo de mercantilização capitalista, tendo a revolução francesa e a Declaração dos Direitos do Homem a legitimá-lo (SADER, 2009, p. 651).

A reconfiguração contemporânea, porém, carrega em sua trajetória a marca da reestruturação após a crise dos modelos alternativos que, por sua vez, serviram de base para a reconstrução pós a crise de 1929. O “socialismo soviético”, o fascismo e o keynesianismo, responderam, cada um a seu modo, num período de meio século desde a grande depressão, passando pelo pós II grande Guerra, mas também entraram em crise, abrindo espaço para o novo projeto hegemônico, uma combinação de “Estado mínimo” e extensão inédita das relações mercantis, sob a batuta do neoliberalismo (SADER, 2009, p. 651). A crise de alternativas gerou uma afirmação ideológica de contornos retumbantes. “O mundo parecia refeito à imagem e semelhança da utopia liberal” (SADER, 2009, p. 651).

De lá para cá, o número de países democráticos não parou de crescer. O aumento se deveu, sobretudo, à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes. Segundo o Polity Project (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo), em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial. Em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 7-8).

Como afirma Jairo Nicolau, no prefácio do livro “Como as democracias morrem”, a partir da década de 1980 a realidade e a literatura sobre a transição democrática estava em alta. Na realidade brasileira, por exemplo, este foi o momento da “passagem de um governo militar para um regime político aberto” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 7). É um indício de que foi dado um passo na direção do que Boaventura classificou como movimento de desejabilidade da democracia (SANTOS, 2009, p. 39), ainda sem revelar muito sobre a qualidade ou o conteúdo da democracia almejada. Não deixa de ter importância à medida que figuras de espectro político-ideológico distintos como o filósofo

Karl Marx e o historiador e político conservador Thomas Macaulay tenham apontado para a incompatibilidade entre propriedade privada e sufrágio universal, o que parecia óbvio à época. “Um exame da história mostra que deveríamos nos surpreender com a coexistência de capitalismo e democracia. Em sociedades nas quais apenas algumas pessoas desfrutam da propriedade produtiva e nas quais a renda é distribuída desigualmente por mercados, a igualdade política, combinada com o governo da maioria, representa uma ameaça à propriedade” (PRZEWORSKI, 2020, p. 41). Apesar da estranheza, a realidade caminhou noutra direção. “Em alguns países – especificamente treze – a democracia e o capitalismo coexistiram sem interrupções por pelo menos um século, e em muitos outros por período mais curtos, porém mesmo assim consideráveis, na maioria até hoje” (PRZEWORSKI, 2020, p. 42-43).

3.1.1 O consenso minimalista: democracia formal e capitalismo “real”

A questão fundamental parece revelar as razões atribuídas à incompatibilidade e a forma como foram superadas as “diferenças” aparentemente inconciliáveis e mesmo se e de que maneira este debate volta à baila com a deflagração da crise democrática experimentada na atualidade. Fazendo um exercício meio fictício é como que grupos com interesses e objetivos diferentes e contraditórios fizessem um acordo em prol do conjunto dos interessados, estando todos cientes de que deveriam abrir mão de algo para que tal consenso vigorasse. Expressamos tratar-se de um movimento fictício porque o movimento da sociedade é complexo tornando difícil a elaboração de termos de um pacto que desse conta de realidades tão plurais ou que minimamente considerasse o interesse coletivo. Mas o jogo de força encontra atores e grupos que contam com estratégias de comunicação que, se não têm a capacidade de abarcar a totalidade da realidade, tomam algumas referências particulares e a transformam em subjetividade e modo de vida com validade universal. É a afirmação da racionalidade de que, no fundo, a efetivação dos desejos mais individuais e egoístas já abarcam e produzem o que há de melhor para a humanidade como um todo. E pelo que já foi indicado no capítulo anterior e a julgar pela adesão em levar adiante o consenso pretendido, seus propagadores têm sido competentes em seus propósitos. O consenso pode ser traduzido em termos políticos da seguinte forma:

Partidos operários que contavam com a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos perceberam que esse objetivo era inviável e aprenderam a valorizar a democracia e a administrar economias capitalistas sempre que as eleições os levaram ao poder. Os sindicatos, também vistos de início como uma ameaça mortal ao capitalismo, aprenderam a moderar suas demandas. O

resultado foi uma acomodação: partidos operários e sindicatos aceitaram o capitalismo, e partidos políticos burgueses e organizações patronais aceitaram algum redistribuição de renda. Governos aprenderam a organizar esse entendimento: regular condições de trabalho, desenvolver programas de seguridade social e igualar oportunidades, e ao mesmo tempo promover investimento e contrabalançar ciclos econômicos (PRZEWORSKI, 2020, p. 42-43).

Embora não seja uma interpretação completa e longe de ser a única, a ideia de acomodação contida nela não deixa de ser reveladora. Não se trata de uma assembleia onde as partes interessadas estavam em lados opostos e havia um mediador imparcial – aliás a imparcialidade no contexto atual merece destaque porque alude a uma ideia que quanto menos real mais precisa ser invocada – exercendo o papel de conciliador e revelando às partes que ambos precisariam ceder em vista do bem geral. Obviamente trata-se de uma caricatura, mas é importante pensar que se trata de uma imagem com poder simbólico sobre as pessoas porque esse é o discurso econômico da contenção de direitos e que sempre justifica o ajuste fiscal e o baixo investimento público, ou mesmo para aplacar as crises econômicas como a de 2008 e que, geralmente, contam com um grande aporte financeiro por parte dos governos para socorrer setores privados (especialmente bancos). São as empresas grandes demais para quebrar e que o investimento nelas se justifica para não gerar dano maior para a economia, para manter os empregos e manter o sistema funcionando. O que se está chamando atenção é sobre a importância que exerce sobre os indivíduos as justificativas “pré-prontas” e o quanto determinados setores da sociedade exercem esta tarefa de traduzir, justificar e legitimar o funcionamento da economia para o “bem geral”, sem revelar informações sobre o funcionamento dessas empresas. O efeito da legitimidade sistematicamente produzida é de acomodação diante de processos de concentração do poder e dos bens.

Para Castells, o consenso da democracia liberal foi construído sob o pacto do

respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império protegido pelos tribunais; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; eleição livre, periódica e contrastada dos que ocupam os cargos decisórios em cada um dos poderes; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos; possibilidade de rever e atualizar a Constituição na qual se plasmam os princípios das instituições democráticas. E, claro, exclusão dos poderes econômicos ou ideológicos na condução dos assuntos públicos mediante sua influência sobre o sistema político (CASTELLS, 2018, p. 11-12).

Sabe-se que aquilo que é acordado precisa de guardiões para que não se esqueça do pacto da separação e da autonomia dos poderes e da efetivação dos direitos para que tudo

funcione razoavelmente. Não que não existam tensões, mas a democracia é um regime afeito à administração de conflitos e aí a democracia liberal-representativa foi se afirmando, tendo por guardiões do pacto as instituições democráticas e os governos eleitos periodicamente, estando o debate de fundo político-ideológico restrito ao período pré-eleitoral. Quanto mais os bastidores da política como é o caso da “porta giratória” entre representantes eleitos em diferentes cargos e instâncias governos e o setor privado e as verdadeiras motivações das decisões políticas se mantiverem fora do debate – aqui não vamos abordar a questão da honestidade da defesa de “projetos”, a coerência dos discursos assumidos pelos “representantes” e nem a propaganda que usa táticas de ofensa pessoal – maior é a chance de estabilidade e de legitimidade do modelo vigente. Neste sentido, é fundamental explicitar como a participação é elemento decisivo do poder econômico ou ideológico, considerando que, não por acaso, nominamos a democracia vigente e em crise como liberal-representativa. O liberalismo, embora se assente na afirmação da liberdade e na autonomia individuais suposta e realmente conquistadas na modernidade, carrega a bandeira do capitalismo e da ideologia burguesa, enquanto do pensamento socialista herdase a pressão sobre a democracia representativa para que seja participação mais direta²⁶ (BOBBIO, 2015, p. 80). Com isso, destaca-se a naturalização de uma perspectiva ideológica que compõe o sistema político vigente, além do caráter formal que toma conta deste regime capaz de assegurar estabilidade política ao longo de cinco décadas.

A democracia liberal-representativa passa a ser conhecida, desta maneira por uma concepção minimalista ou eleitoral de democracia, em que a garantia de eleições periódicas e a razoável possibilidade de remover governos de que não gostem através deste mesmo procedimento seja uma garantia aos cidadãos. Assim, democracia “é simplesmente um sistema no qual ocupantes do governo perdem eleições e vão embora quando perdem” (PRZEWORSKI, 2015, p. 29). O autor aponta outras questões quase como condições para o funcionamento da democracia. Um deles diz respeito ao fato de os conflitos políticos serem processados em liberdade e paz civil (PRZEWORSKI, 2015, p. 32). Para isso, os conflitos não podem ser nem pequenos nem grandes demais. “Os riscos são baixos demais quando os resultados não têm consequências na vida das pessoas, e altos demais quando infligem custos intoleráveis aos perdedores” (PRZEWORSKI, 2015, p. 32-33). Os governos precisam poder governar e o fazer com competência. “Para governar com

²⁶ A escolha de conselheiros municipais pelo voto na Coluna de Paris é a referência indicada pelo autor para explicitar a compreensão do tema (BOBBIO, 2015, p. 80).

eficácia, governos precisam satisfazer a maioria, mas sem ignorar as opiniões de intensas minorias. Quando conflitos são violentos e a sociedade está altamente polarizada, encontrar medidas aceitáveis para todas as forças políticas importantes é difícil, quando não impossível (PRZEWORSKI, 2015, p. 33).

Não se pode negar, e retornaremos em breve a este ponto, que o desenvolvimento dos Estados a partir da modernidade, sua estruturação burocrática e, com todos os limites possíveis de legitimidade especialmente no sentido de dar conta da complexidade e pluralidade de realidades sociais, a democracia representativa produziu efeitos duradouros quanto à estabilidade. A funcionalidade e o formalismo estão entre as qualidades mais destacadas do regime democrático. O procedimento eleitoral, independentemente das nuances de cada país quanto à organização partidária e ao modo como são organizados os processos eleitorais – se existem ou não primárias ou outras formas de definição dos candidatos –, apresenta uma razoável oportunidade para que diferentes perspectivas político-ideológica sejam viabilizadas me perspectiva governamental. Estamos longe de dizer que a “representatividade” resolve todos os problemas da democracia, mas que no nível da formalidade as condições estão dadas. Do ponto de vista histórico e da maneira com que as instituições e partidos vão se configurando, é fácil identificar problemas como a burocratização e a desconexão dos partidos com os cidadãos/eleitores de um modo geral e a corrupção sistêmica que tem tomado conta, com raríssimas exceções, sem esquecer que a racionalidade “privatista” condiciona a problematização e a apresentação de propostas com implicações radicais porque elas projetariam uma prévia rejeição eleitoral. A concepção predominante de democracia é a que a considera “um regime no qual todos os cidadãos adultos têm direitos políticos – onde existe, em poucas palavras, o sufrágio universal” (BOBBIO, 2015, p. 75).

A constituição de uma corrente hegemônica é o resultado da forma como alguns embates foram sendo resolvidos e, de alguma maneira, são reabertos quando tal modelo entra em crise. A democracia liberal se torna hegemônica, segundo Santos (2016, p. 16), a partir do momento que os embates vão sendo decididos em torno do que classificou como “solução elitista”. Entres os principais embates estão o que diz respeito às condições estruturais para a democracia, que aproximava as práticas democráticas de um caráter redistributivo, vinculando-as ao que a experiência da social democracia representou. Algumas interpretações foram decisivas para a configuração deste modelo predominante, segundo Santos. Amartya Sen colabora com este movimento, ao afirmar a não existência

de condições estruturais uma vez que todos os países podem se preparar por meio da democracia (SANTOS, 2016, p. 16). Stuart Mill, Robert Dahl e Joseph Schumpeter participam do debate da democracia em escala ampliada, posicionando-se na defesa da afirmação da democracia representativa como a solução mais viável diante da dificuldade da democracia direta. Dahl considera que a unidade de grande extensão acaba por justificar a delegação do poder para lidar com problemas relevantes (SANTOS, 2009, p. 48), enquanto Mill vê a assembleia como miniatura do conjunto da sociedade e, portanto, representativa em termos de expressão das tendências dominantes entre os eleitores (SANTOS, 2009, p. 48). Por sua vez, Schumpeter autoriza os líderes na tomada de decisões considerando que o cidadão comum não tem capacidade nem interesse político senão na escolha de seus líderes (SANTOS, 2016, p. 17). Norbert Bobbio (2015, p. 69-70) estimula o viés de modelo único ao limitar democracia direta a situações históricas inadequadas à sociedade moderna, como um Estado pequeno o suficiente para reunir cidadãos, a simplicidade de costumes e à igualdade de condições e fortunas. E sentencia: “Que todos decidam sobre tudo em sociedades sempre mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível” (BOBBIO, 2015, p. 71). Tais abordagens recolhem, quase simbolicamente, diferentes sentimentos que justificam e legitimam a democracia liberal-representativa, consolidando-a como fórmula mais adequada e modelo inquestionável no final do século XX e início do XXI.

A hegemonia, todavia, não a torna imune das críticas para quem concebe a democracia em sentido mais radical. “Quanto mais se insistia na fórmula clássica da democracia liberal, de baixa intensidade, menos se explicava o paradoxo de a extensão da democracia ter acarretado uma enorme degradação das práticas democráticas” (SANTOS, 2016, p. 17). Em outras palavras, “a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise” (SANTOS, 2009, p. 42) e revelou duas “patologias”, a da participação e a da representação (SANTOS, 2016, p. 17). A primeira torna-se visível no abstencionismo dos eleitores e encontra justificativa no slogan: “para que participar se, qualquer que seja meu voto, nada muda”. A patologia da representação é traduzida no sentimento dos cidadãos de se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram e de os eleitos esquecerem das plataformas de campanha e servirem a interesses pessoais ou de grupos poderosos aliados. O autor conclui que as patologias eram “o resultado esperado pelas teorias democráticas liberais elitistas que dominaram o debate ao longo do século XX, uma vez que desencorajaram a mobilização social em prol da ampliação e do

aprofundamento dos processos democráticos” (SANTOS, 2016, p. 17). Boaventura ainda aponta a prestação de contas e a representação de agendas e identidades múltiplas como dificuldades do referido modelo democrático, sugerindo que a abordagem mais apropriada de tais questões estaria no diálogo/embate da democracia representativa com a democracia participativa (SANTOS, 2009, p. 49-50).

A democracia numa acepção mais alargada considera a dialética entre seu potencial utópico e revolucionário e sua viabilização histórica. A democracia representativa se consolidou como hegemônica porque teve a capacidade de se viabilizar e objetivar em instituições sociais que garantiram sua existência histórica. Ela se constrói em torno de relações fundadas no poder social, adaptando-se ao desenrolar das relações e privilegiando o poder institucional cristalizado, como já afirmamos com Castells (2018, p. 12). O que ocorre é que sua potência utópica encontra sempre limites em termos de efetivação histórica e esta avaliação de seus limites busca brechas no tecido social para questionar e pressionar pela ampliação de seu alcance. Não resta dúvida de que há outros interesses e que se manifestam em desejos inversos, buscando limitar o conteúdo e restringindo seu espectro de atuação ao meramente eleitoral, pressionando e/ou confrontando também governos eleitos que quiserem dar passos para além da igualdade como elemento puramente jurídico. O pano de fundo deste debate vai encontrar vínculo com as diferentes correntes político-ideológicas, mesmo que esta identificação muitas vezes não passe de um verniz sem profundidade no interior dos partidos e seja também limitado pela racionalidade hegemônica de cada época. Este é um dos sinais da crise contemporânea.

Em teoria, esse desajuste se autocorrige na democracia liberal com a pluralidade de opções e as eleições periódicas para escolher entre essas opções. Na prática, a escolha se limita àquelas opções que já estão enraizadas nas instituições e nos interesses criados na sociedade, com obstáculos de todo tipo aos que tentam acessar uma corriola bem-delimitada (CASTELLS, 2018, p. 12-13).

E a classe política e, se quisermos, também amplos setores da grande mídia e o próprio sistema de Justiça tem dado sua contribuição para que o descrédito se estabeleça, uma vez que o mínimo de equidade que se espera numa sociedade democrática não corresponde à realidade. A burocracia interna, o distanciamento da militância partidária e a prática comum da corrupção quando em exercício de mandato estão entre as realidades mais detestáveis entre os integrantes da maioria dos partidos. Segundo Castells (2018, p. 13), a classe política e os partidos apresentam sua forma própria de oligopólio e burocratização interna, afastando-se do controle das decisões dos militantes, funcionando

quase como um sistema autônomo e independente em relação aos cidadãos. Em busca da eleição de seus quadros fazem uso abusivo do marketing e de estratégias de comunicação, utilizando-se de linguagem apelativa e focando no discurso que tem adesão dos eleitores, sem que isso corresponda ao compromisso político efetivo. O tema da corrupção, que deve ser separado da bandeira política para atacar o adversário, gera asco e é um dos grandes responsáveis por minar a confiança, tendo em vista que os representantes pagos pelos próprios cidadãos proporcionam a si mesmos generosos salários extra aproveitando-se do cargo que ocupam (CASTELLS, 2018, p. 24). Sobre o tema o autor faz outras duas considerações importantes e que se associam ao nosso debate, estando a primeira enraizada na sociedade atual. “É a ideologia do consumo como valor e do dinheiro como medida do sucesso que acompanha o modelo neoliberal triunfante, centrado no indivíduo e em sua satisfação imediata monetizada” (CASTELLS, 2018, p. 25). O segundo fator apontado é a prática comum entre as grandes empresas de “comprar favores ao regulador ou ao contratador de obra pública. E como muitos o fazem, é preciso entrar no jogo para poder competir” (CASTELLS, 2018, p. 25).

Ao mesmo tempo em que as bases da democracia liberal-representativa foram se consolidando e conseguindo adesão de um conjunto maior de países e sendo realidade para mais da metade da população mundial, a delegação das responsabilidades políticas para instituições e representantes eleitos parece ter minado sua vitalidade. A desmobilização dos cidadãos e o deslocamento de seu ímpeto para a participação no mundo do mercado acabou por enfraquecer uma tensão importante para o direcionamento das decisões políticas. Sem o mínimo de vigilância dos cidadãos, através de distintas formas de organização – e o enfraquecimento do sindicato como estratégia mercantil não pode ser esquecida –, a democracia eleitoral não passa de um formalismo estéril e que apresenta pouca consistência em suas alternativas. Não se pode negar que há pessoas e grupos interessados no esvaziamento das práticas democráticas, o que, aliás, tem revelado novas faces recentemente, quando mais pessoas tem se mobilizado para fazer ataques explícitos à democracia, algo que há algum tempo não se via. Tanto a crítica aberta quanto à sutil e interessada mais em fazer passar objetivos contrários ao interesse público produz efeitos semelhantes. Os sinais de crise reabrem o debate e, ao que parece, os poderes instituídos precisam ser postos em exame para identificar intenções obscuras.

A naturalização da democracia liberal se fez crescentemente sob sua variante norte-americana – com campanhas eleitorais midiáticas, partidos cada vez menos diferenciados, financiamentos milionários, substituição das ruas e praças pela

privacidade das casas. Sua ideologia busca identificar o cidadão com o consumidor e o processo eleitoral com o mercado, que seria – nas palavras de George Soros – mais democrático que as eleições. A formação da opinião pública, por sua vez, é feita cada vez mais pela ação dos grandes meios de comunicação, que cada vez mais são condicionados por critérios comerciais de busca de audiência e de publicidade. Ao mesmo tempo era naturalizada também a economia capitalista de mercado como a forma por excelência de organização da economia. Esse par constitui o núcleo da hegemonia liberal contemporânea (SADER, 2009, p. 653).

A canonização de determinada subjetividade ou racionalidade condicionou os diversos âmbitos da vida social e afirmou a democracia liberal como única, produzindo esvaziamento dos parlamentos, descaracterizando ideologicamente os partidos políticos e tornando as eleições um jogo de marketing, sem representar disputa por alternativas. Se a eleição, que era praticamente a única tensão e oportunidade de mexer nos arranjos políticos e mudar os rumos das decisões parecem mais uma formalidade, algo mais profundo necessita ser analisado. “Uma versão bastarda dos modelos liberais foi se impondo, fragilizando a política e o Estado, em favor da financeirização e do primado da economia sobre toda a vida social” (SADER, 2009, p. 655). A estabilidade duradoura conquistada a duras penas fora abalada, reabrindo o embate sobre as questões de fundo vinculadas à natureza da democracia, como é o caso do caráter redistributivo da democracia. O governo representativo, como conjunto de regras para a formação de maiores e a noção de representação como autorização para agir em nome dos interesses coletivos, dá sinais de esgotamento tanto em termos de modelo quanto a suas práticas. Parece importante voltar-se para os termos da crise, uma vez que a paciência dos tempos de calma parece ter dado lugar à indignação. Se em situações de normalidade a tranquilidade impera, “em situação de crise econômica, social, institucional, moral, aquilo que era aceito porque não havia outra possibilidade deixa de sê-lo” (CASTELLS, 2018, p. 14). A frustração atinge níveis insuportáveis, e aí se confirma que “as emoções coletivas são como água: quando encontram um bloqueio em seu fluxo natural, abrem novas vias, frequentemente torrenciais, até inundar os exclusivos espaços da ordem estabelecida” (CASTELLS, 2018, p. 17).

3.1.2 Compreendendo a crise da democracia

Se o final do século XX e início do XXI revelaram ascendência da democracia, noutra direção hoje temos fortes indícios de que a onda democrática não está apenas perdendo força, mas inaugurando um ciclo pessimista em relação às práticas

desenvolvidas, inclusive, podendo representar o colapso dos processos democráticos. O contexto de declínio da democracia pelo mundo e os indícios políticos colocam sob avaliação democracias já tradicionais. A estabilidade e o avanço progressivo dão lugar à sensação de que algo está fora de ordem, fora de lugar, no sistema político. Entretanto, este é um ponto que exige análise criteriosa. Há um problema com duas facetas a serem consideradas: a ameaça de colapso da democracia parece dificultar que se pense na possibilidade de que as coisas retornem “para o seu lugar”; a “ordem das coisas”, por sua vez, implica na estabilidade social e no respeito às instituições democráticas, mas também tem se mostrado insuficiente quanto à intensidade e a seus efeitos reais. Por isso, a necessidade de analisar a extensão da crise e os fundamentos que sustentaram a consolidação da democracia no final do século passado e início deste. Sob quais consensos tal democracia se consolidou e por que agora dá sinais de recessão? Existem outras possibilidades ainda não compreendidas e valorizadas suficientemente e que poderiam responder de forma consistente à “governança” democrática? Sem uma revisão nas práticas desenvolvidas e sem respostas novas, na direção da democracia “real”, parece que o caminho mais evidente é o fracasso já sinalizado por alguns acontecimentos políticos recentes. É preciso articular aprofundar as experiências históricas e compreendê-las em seu contexto histórico para não pôr tudo a perder, pois os sinais de contestação estão aí e, ao seu lado, o desejo de muitos por mais democracia.

Entre 2011 e 2013, o período das revoltas da indignação (movimentos Occupy nos Estados Unidos, indignados no sul da Europa, Primavera Árabe na Tunísia e no Egito, protestos de junho de 2013 no Brasil etc.) foi dominado, na maioria dos casos, pela reivindicação da “democracia real” ou da “democracia já”, o que implicava que a democracia não existia ou, se existia, tinha sido sequestrada por forças antidemocráticas que a perverteram ou esvaziaram de conteúdo popular. Três anos depois, domina o desencanto, e na maior dos casos as expectativas de renovação democrática resultaram em frustração, com a relativa e talvez precária exceção de Espanha e Portugal (SANTOS, 2016, p. 7).

Essas manifestações simbolizam o sentimento de indignação, o momento em que extrapola o limite da paciência dos governados em relação aos governantes e ao funcionamento do sistema político. Um sentimento plural e difuso que toma conta da subjetividade e se agrupa em torno de concepções e perspectivas distintas, muitas vezes sem o entendimento do porquê e dos principais promotores de tal colapso. É preciso compreender esse momento histórico: as motivações da crise da democracia e o que elas revelam em relação ao modelo democrático hegemônico e às circunstâncias associadas ao seu desenvolvimento. A tarefa é exigente porque implica em desvelar processos

sociopolíticos, econômicos e até culturais de um período longo de tempo e, embora não seja fenômeno uniforme, configura uma tendência em nível global. Uma das dificuldades está na compreensão da complexidade do jogo de forças e de interesses que produziram a atual configuração da globalização, identificando acordos, com indivíduos e grupos que ingressaram em melhores condições de sucesso. Os sintomas manifestos de esgotamento da paciência com os políticos e a política é o mais evidente.

O sentimento de rejeição à política e a falta de legitimidade dos políticos se confunde e ganha contornos impressionantes. “Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos” (CASTELLS, 2018, p. 14). É quase unânime a percepção dos cidadãos de que a pior profissão é a de político. Na Espanha esses números cresceram de forma vertiginosa. “Se, em 2000, 65% dos cidadãos não confiavam nos partidos políticos, a desconfiança subiu para 88% em 2016” (CASTELLS, 2018, p. 15). Realidade parecida é enfrentada pelo parlamento e pelo governo, onde a desconfiança aumentou, respectivamente, de 39% em 2001 para 77% em 2016 e de 39% para 77% no mesmo período (CASTELLS, 2018, p. 15). Embora em menor intensidade o sistema legal espanhol também teve abalada a confiança: se em 2001 a confiança era de 49%, em 2016 passou para 54% (CASTELLS, 2018, p. 15). Como se constitui, de onde vem e o que significa esta angústia? Há três indicativos que podem ser apontadas e, se compreendidas de forma complementar, apresentam explicações razoáveis. Uma delas é produzida pelo próprio campo político e resulta da configuração do jogo e de suas regras.

A política se profissionaliza, e os políticos se tornam um grupo social que defende seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar: forma-se uma classe política, que, com honrosas exceções, transcende ideologias e cuida de seu oligopólio. Além disso, os partidos, como tais, experimentam um processo de burocratização interna, predito por Robert Michels desde a década de 1920, limitando a renovação à competição entre seus líderes e afastando-se do controle da decisão de seus militantes. E mais, uma vez realizado o ato da eleição, dominado pelo marketing eleitoral e pelas estratégias de comunicação, com escasso debate e pouca participação de militantes e eleitores, o sistema funciona autonomamente em relação aos cidadãos (CASTELLS, 2018, 13).

A segunda evidência diz respeito à configuração da própria democracia, elemento que retoma a abordagem do item anterior do texto.

A segunda década do milênio está dominada, talvez como nunca, pelo monopólio de uma concepção de democracia de tão baixa intensidade que

facilmente se confunde com a antidemocracia. Com cada vez mais infeliz convicção, vivemos em sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas [...]. Até quando o fascismo se mantém como regime social e não passa a fascismo político, essa é uma questão em aberto (SANTOS, 2016, p. 13).

Completa o cenário o processo de desregulação e liberação do mercado financeiro, o que acabou por produzir a globalização e a reestruturação do sistema produtivo e a chamada desindustrialização, como já explicitada no capítulo anterior. Neste sentido, é preciso deixar claro que a democratização foi circunstancial, contra o desejo de alguns dos mentores do liberalismo econômico, para os quais o fundamental era a implementação do modelo econômico. O liberalismo político não passara de consequência por coerência mínima quanto ao princípio da liberdade e à mentalidade de superação das concepções absolutistas. Como foi observado e aqui se explicita, o estado de crise produz efeitos imediatos e de forte pressão por mudança, o que não significa que caminhamos em direção à evolução humana e ao desenvolvimento equânime. A globalização, por exemplo, foi apresentada como solução diante de um momento de crise quanto à manutenção do Estado de bem-estar social por parte dos Estados-nação. Parecia lógico, para quem não observava os termos reais sobre os quais se assentava o acordo e pelo marketing feito sobre o campo de oportunidades aberto a todos²⁷. Cada país fez o que pode para se inserir na lógica global, sonhando com o crescimento econômico interno e oportunidade sem precedentes para as empresas localizadas em seus territórios se expandirem e negociarem com outras, além da multiplicação dos empregos em vários setores, fazendo os governos correrem para atender as exigências “do mercado”. Como era de se esperar, as empresas e nações melhor preparadas, especialmente, porque sabiam e produziram planos em termos que as beneficiaram a curto e médio prazo, restando uma verdadeira disputa por migalhas para a grande maioria. Hoje vivemos, em parte, a frustração e o revés da globalização, novamente em termos inadequados e em perspectiva reacionária, como é o caso da reação xenofóbica contra a imigração promovida por governos e empresas para flexibilizar para baixo o custo do trabalho.

As grandes corporações se reorganizaram na forma e no campo de atuação, obtendo a maior parte de seus dividendos não da produção, mas da aplicação e não sentem esse revés, antes pelo contrário, ficaram com o bônus e terceirizaram o ônus, as mazelas da história. E contaram para isso com valiosa participação do Estado. Não vamos retornar ao

²⁷ Sem querer apresentá-los como videntes porque o futuro não acontece antes, mas não faltaram analistas, estudiosos e movimentos sociais alertassem para muitos dos riscos sociais, e mesmo ambientais, que hoje são desnudados como consequências do neoliberalismo e dos processos de globalização.

tema acerca de como se deram estas decisões, mas apenas para considerar os efeitos da invasão das relações mercantis em todos os espaços sociais, incluindo a reorganização e reorientação estatal. “Reformar o Estado deixou de ser sinônimo de sua democratização para ser confundido com a redução de suas funções reguladoras, com sua readequação ao objetivo – assumido como – superior do ajuste fiscal” (SADER, 2009, p. 654). Desta maneira, os projetos de reforma política enviados pelos governos aos parlamentos passaram a ser medidos pela economia que desejavam nos gastos do Estado e pela quantidade de direitos cassados dos trabalhadores para atingir o referido objetivo (SADER, 2009, p. 654). Os sindicatos, por sua vez, perderam capacidade de organizar trabalhadores e o poder de monopólio nas negociações e representações de classe, assim como os partidos socialistas perderam suas origens classistas e a distinção ideológica e política (PRZEWORSKI, 2020, p. 43). “O efeito mais visível dessas mudanças é a queda brusca na parcela de rendimentos do emprego no valor agregado e, pelo menos nos países anglo-saxônicos, um aumento acentuado da desigualdade de renda. Combinada a uma desaceleração do crescimento, a desigualdade faz muitas rendas estagnarem e a mobilidade declinar” (PRZEWORSKI, 2020, p. 43).

Duas décadas de hegemonia desse tipo de valores e de modelo de sociedade desarticularam boa parte da estrutura produtiva dos países do hemisfério sul, fragilizaram suas economias pela hegemonia do capital financeiro e pela dependência do capital especulativo, enfraqueceram a capacidade de seus Estados para garantir direitos e para dirigir processos de democratização social, aumentaram rapidamente a mercantilização da cultura e enfraqueceram todos os elementos que compõem a política – além do Estado e dos governos, os partidos, os parlamentos, as campanhas eleitorais, os debates políticos, a cultura política, o interesse pelo destino das sociedades (SADER, 2009, p. 654-655).

Por que se dá atenção a aspectos não apenas políticos, mas também à natureza econômica e à dimensão dos valores predominantes, na análise democrática? Porque a qualidade da democracia não pode ser mensurada apenas pelo funcionamento de suas instituições, em seu sentido estrito, mas na capacidade das instituições e instrumentos disponíveis pressionarem para processos de democracia política e de sua tradução em equidade socioeconômica. O que se vê é que a democracia foi condicionada e confinada a formalismos infrutíferos quanto ao seu resultado para o conjunto da sociedade. Do ponto de vista democrática, portanto, isto significa o profundo esvaziamento de espaços de resistência e pressão social pela efetivação dos direitos e a completa desmobilização dos cidadãos, através do dismantelamento de organizações representativas ou mediadoras das demandas de grupos sociais situados na ponta intermediária inferior da sociedade. É neste

sentido que faz falta a contribuição das diferentes formas de associação alimentadas pela democracia direta, como estratégia de pressão sobre as autoridades constituídas na democracia representativa. Por outro lado, encontra na funcionalidade dos seus órgãos estruturados a interferência direta, pelo financiamento econômico, e indireta, pela racionalidade predominante, dos grandes oligopólios. Ao cidadão comum resta o voto como único instrumento de pressão e de manifestação de seus desejos de transformação da situação em que se encontra. Trata-se de um jogo de forças extremamente desleal e desequilibrado, o que representa a vulnerabilidade do cidadão comum e a constituição do que alguns autores, entre eles Harvey, aponta a dinâmica de liberalização econômica como estratégia de constituição de uma nova classe dominante.

De fato, os teóricos liberais arquitetaram o regime democrático para garantir que essa distância existisse (elitismo) e que a participação não fosse demasiada ativa (procedimentalismo). O medo das massas ignorantes e potencialmente revolucionárias está na raiz da DR. Do ponto de vista da teoria, podemos apenas falar de patologia quando a distância entre representantes e representados ou quando a falta de participação ultrapassa certo limite considerado disfuncional para manter o *status quo* (SANTOS, 2016, p. 120. Grifo do autor).

Ao mesmo tempo em que parece tão nítido e visível que o combo da globalização, conduzida pela perspectiva da economia de mercado e esvaziamento da democracia a um nível formal, esteja na raiz da crise política, tais processos são omitidos dos cidadãos comuns, não estando entre os segredos revelados pelos “noticiários diários”. Até porque uma mídia que sobrevive de publicidade não tem interesse em “desvelar os segredos” de suas próprias fontes de sustentação. Se não é tão nítido para o conjunto da população a relação entre a crise de legitimidade política e a reestruturação financeira, menos claro está que aí pode estar a origem do colapso do funcionamento da própria economia e do desemprego que resulta da instabilidade produtiva, segundo Castells (2018, p. 20), uma crise do modelo de capitalismo financeiro global. Em outras palavras, o aprofundamento da crise se deve a um misto de promessas não cumpridas pelo modelo representativo liberal, de falsas as expectativas depositadas sobre ela e de amarras e freios utilizados contra a própria democracia. Se o discurso do crescimento econômico camufla as táticas e estratégias que estão por trás da realidade, os efeitos perversos são sentidos em primeira mão pela população, especialmente a que fica exposta a todo tipo de insegurança e vulnerabilidade socioeconômica. E esta crítica não pode ser direcionada com exclusividade à classe política, a quem tal atribuição o senso comum já se encarrega de vincular. Todos os atores zelosos pelo funcionamento da economia de mercado, para os quais a

reestruturação do trabalho e a especulação financeira rende dividendos, devem ser alvo deste julgamento. Para uma análise mais fidedigna da política eleitoral, convém levar em conta ambiguidades desta natureza.

As eleições regulares são um desses arranjos e continuam a ser o grande alicerce da política democrática. Mas também envolvem corpos legislativos democráticos, tribunais independentes e uma imprensa livre. Todos eles podem continuar a funcionar da maneira habitual, mas sem nos proporcionar o que deveriam garantir. Uma versão esvaziada da democracia tem o perigo de nos acalantar com uma falsa sensação de segurança. Podemos continuar a confiar na democracia e recorrer a ela como salvação, ao mesmo tempo que fervemos de irritação com sua incapacidade de corresponder às nossas expectativas. A democracia pode entrar em falência mesmo permanecendo intacta (RUNCIMAN, 2018, p. 10).

O momento em que vivemos parece levar ao extremo a ideia de que a política é essencialmente emoção, além de explorar os sentimentos negativos e exacerbar a antipatia em relação ao outro, ao diferente, identificando o que pensa diferente como inimigo. Ao agir assim, encontra-se enorme dificuldade de transformar a indignação política em antídoto para os equívocos políticos, aprofundando o obscurantismo e cegueira ao invés de produzir discernimento. O resultado provável é o que estamos experimentando desde o segundo quarto da década passada no Brasil, por exemplo, quando um estado de pânico e “confusão mental” toma conta e move o sujeito a escolhas equivocadas e em direções contrárias não apenas contextos sutis, mas de ataque e afronta explícita à democracia. Estaria este sentimento reflexo da confiança traída e do agravamento do processo de corrosão da legitimidade política? E esta preocupação está sendo interpretada de maneira correta ou pode estar distorcida ao direcionar o ataque ao sistema político que, embora cúmplice, serve a objetivos mais amplos e se articulam com a “nova classe dominante”? Talvez o “fenômeno” do colapso financeiro de 2008 tenha despertado o senso crítico de uma parcela mais ampla da população, ao escancarar a contradição do discurso do Estado mínimo e o salvamento de instituições financeiras por parte de governos. Mesmo com os cuidados da mídia, para livrar a economia de mercado de qualquer responsabilidade, antes apresentando-a como solução, o “bode estava na sala” e tomou a forma da crise. “O vínculo entre o pessoal e o institucional se rompe. O círculo se fecha sobre si mesmo. Enquanto isso, procuramos às cegas uma saída que nos devolva aquela democracia mítica que pode ter existido em algum lugar, em algum tempo” CASTELLS, 2018, p. 28).

Por falar em democracia mítica, o Brasil foi coroado, em 2018, com “mito” na presidência, e só este fato já dá o que falar e apresenta desafios analíticos suficientes. Isso retrata bem o que pode acontecer quando o que há de pior nas entranhas fica à flor da pele

e entra em desequilíbrio com outras dimensões também humanas. Um dos enigmas da ciência política e da estabilidade democrática, a confiança, que exige correr o risco de que possíveis perdas no processo eleitoral valham a pena, parece abalado. “Os ricos precisam confiar que os pobres não irão tomar seu dinheiro. Os militares precisam confiar que os civis não irão tomar suas armas. Muitas vezes, essa confiança acaba. E é então que a democracia desmorona” (RUNCIMAN, 2018, p. 9). Não bastasse isso, fica evidente que as democracias não morrem apenas por suas formas tradicionais e pelos tanques tomando as ruas, embora muitos não deixem de manifestar suas paixões arrebatadoras por tais figuras, na atualidade, mais decorativas. “Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos [...] com mais frequência, decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 15). O mais grave é também sutil e diz respeito ao funcionamento institucional ou formal da democracia, entretanto um modelo permissivo em relação a desigualdades e hierarquias socioeconômicas, sem compromisso com as condições de vida de suas populações. Passar em exame essa crise e seus efeitos é tarefa proporcionalmente grandiosa quanto necessária.

3.1.3 Limites e possibilidades da democracia representativa

O aprofundamento dos traços característicos da potência da democracia ou das implicações intrínsecas ao modo de vida democrático apresenta também um caráter mais propositivo, embora seja sempre um movimento dialético em que a tarefa analítica já carrega a semente do que propõe. Sabe-se que a tradução prática do que se projeta como alternativa é sempre imperfeita e imprecisa. Mas é de imperfeições e de experiências incompletas e inconclusas que são produzidas as realidades humano-políticas, além do que as transformações necessitam de sinais e da confirmação histórica para servirem de parâmetro. Aprendemos com Danilo Gandin (1994, p. 17), que a realidade e o sonho, ou a realidade existente e a realidade desejada, necessitam de pontos de contato, por mínimos que sejam, para tornar possível o caminhar. Sobre esta relação entre o já e o ainda não, também é importante considerar que há momentos na história em que uma realidade já dá sinais de desaparecimento sem que outra esteja pronta para a “substituir”. Entre a realidade e a utopia há um oceano e a travessia não ocorre sem percalços, contratempus e imprevisibilidades, especialmente quando considerarmos as inúmeras variáveis dos processos sociopolíticos. É preciso apegar-se ao fundamental, a certos princípios e critérios inerentes à noção de democracia como modo de vida, caso do respeito à demanda coletiva, além de desencadear processos que ajudem a gestar esta nova perspectiva.

Convém evidenciar que não se trata de ignorar a contribuição da democracia representativa, nem indicar a exclusão desta em relação a formas de democracia direta. Ao contrário, e com base em autores como Santos, Przeworski, Castells, Runciman, entre outros, destacam-se relevantes pontos de contato entre as perspectivas representativa e formas de democracia participativa, popular, concepções democráticas mais mobilizadoras. Não obstante a lastimável sensação de ilegitimidade e desconfiança na representação política, sobressai em grande parte da população a fé e a defesa do ideal democrático (CASTELLS, 2018, p. 16). Apesar da média geral que apoia a democracia ter caído 7,2% em dados percentuais, o hábito de escolher governos transformara-se em gosto viciante (PRZEWORKI, 2020, p. 128-129).

A democracia representativa (DR) é o regime político no qual os cidadãos (inicialmente uma pequena porcentagem da população) concentram seu poder democrático na eleição dos decisores políticos. Uma vez eleitos, estes passam a ser os titulares do poder democrático que exercem com mais ou menos autonomia em relação aos cidadãos. Essa autonomia dos representantes é algo paradoxal. Se, por um lado, é um requisito para que a democracia funcione, por outro, é um fator de tensão entre representantes e representados, a ponto de em algumas situações a maioria dos representados não se reconhecer nos representantes, não se sentir representada por estes (a patologia da representação). Todos os cidadãos, de muitos países, recordam situações particularmente críticas em que a opinião dos cidadãos, captada por meio de sondagens encomendadas pelos próprios poderes públicos, foi totalmente desrespeitada pelos decisores públicos democráticos (SANTOS, 2016, p. 119).

É essa delegação do poder sem mecanismos de mediação, que segundo o autor, permite atitudes governamentais como a invasão ilegal do Iraque, ou que o governo Obama não implemente um sistema de proteção social à saúde nos Estados Unidos, embora o tenha defendido como plataforma de campanha (SANTOS, 2016, p. 119-120). No caso do sistema de saúde pública, o principal empecilho são as seguradoras, as farmacêuticas e os serviços médicos, que pressionam em sentido inverso por conta dos interesses financeiros, para Santos (2016, p. 120), um verdadeiro escândalo. Não há como desvincular fenômenos desta natureza ao papel exercido pelas instituições democráticas num quadro de intercessão entre múltiplos campos e distintos modos de persuasão. A intenção não é menosprezar o procedimento eleitoral enquanto base de sustentação da experiência democrática e nem minimizar os problemas institucionais no que diz respeito ao seu funcionamento, senão reposicionar o tema em relação ao que está ao seu alcance. A garantia de eleições periódicas, com grau razoável de competitividade entre os concorrentes, e em condições efetivamente democráticas não é pouco, embora as condições iniciais mínimas pareçam ameaçadas. O reconhecimento da legitimidade do adversário e a predisposição para o

debate de ideias são pressupostos fundantes do procedimento democrático, todavia têm sido com frequência ignorados.

A crítica que recai sobre a democracia representativa diz respeito ao fato das eleições apresentarem opções limitadas na correção de problemas arraigados na sociedade e de tensões mais profundas no sistema político, incluindo partidos e segmentos sociais, e nas instituições de mediação sociopolítica. Segundo Santos (2016, p. 120), as eleições podem mudar muito pouco as coisas quando a distância entre representantes e representados é realidade recorrente, pois produz a impotente sensação de que o voto não muda as coisas. Esse conjunto de questões reabre o debate sobre a confiança nos arranjos institucionais e supõem algumas condições fundamentais para o conjunto da população. Um mínimo de bem-estar econômico, certo nível de confiança cidadã nas instituições políticas ou um nível básico de ordem pública estão entre essas qualidades (PRZEWORSKI, 2020, p. 27). Eleições competitivas implicam na real possibilidade de diferentes espectros da política-ideológica se apresentar como alternativa e exibir suas propostas em nível de equidade na disputa. E nem estamos falando da dificuldade de problematizar a mentalidade consagrada pela opinião pública, como é o caso da lógica do livre mercado. Quem pretende avaliar os arranjos institucionais e garantir confiança aos princípios democráticos deveria considerar ainda temas candentes como a ruptura com o Estado de direito, o desgaste do poder independente do judiciário, a severa desigualdade e o uso da repressão para preservar a ordem pública (PRZEWORSKI, 2020, p. 29). Sem respeitar essas e outras condições mínimas e códigos de conduta como tolerância mútua e reserva institucional (LEVITSKI; ZIBLAT, 2018, p. 103), tem-se um caminho perigoso, de esgarçamento da democracia e o esvaziamento de seu conteúdo.

A história do último século revela que a democracia morre de duas formas: fascismo político ou centralização e controle do poder na mão de grupos cívico-militares, normalmente alinhando liderança autoritária e a intervenção armada; fascismo social ou centralização e controle de recursos econômicos na mão de grupos empresariais articulados entre si e ágeis no campo político para regulamentarem acordos que garantam crescimento econômica quase ilimitado às custas da miséria de muitos. Nada impede a coexistência de ambas as realidades, intercalando-se em termos hegemônicos e presentes sob diferentes roupagens e caricaturas em diferentes momentos históricos. Por mais anacrônico que possa parecer o longo período orientado pelo período democrático não deixou de conviver com representantes destas formas fascistas ser e pensar em diferentes setores da sociedade. A

mentalidade conservadora, preconceituosa e de distinção social por critérios como sexo, raça/etnia, classe social se faz muito presente em atores sociais formadores de opinião e em autoridades dos três poderes ao longo da história brasileira, por exemplo. É essa realidade que vincula o debate democrático à base de valores constituintes da sociedade contemporânea e da hierarquia entre eles, não sendo possível reduzi-lo ao funcionamento do sistema institucional.

3.1.3.1 O risco do fascismo social

O “Observatório sobre crises e alternativas”, vinculado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, atribui a criação do conceito de fascismo social a Boaventura de Sousa Santos, que intencionava dar conta das várias formas de dominação nas sociedades contemporâneas: “Partindo da analogia com a noção de fascismo político, o fascismo social manifesta-se como um regime social e de civilização” (MENDES)²⁸. Trata-se de efeitos semelhantes nas relações sociais aos produzidos em fascismos tradicionais: “convivência com o medo, o colapso total das expectativas, que é o fato de a pessoa viver sem saber se amanhã estará viva, se terá emprego, se terá liberdade” (SANTOS, 2001, p. 1). A abordagem considera não tratar-se de um tipo de fascismo que está sendo produzido por um Estado fascista, pois constitui-se de forma democrática, com existência de partidos, assembleias, leis e instituições públicas. Porém, “há uma população, cada vez maior, que não tem acesso a esses direitos” (SANTOS, 2001, p. 1).

Para Santos, o crescimento da desigualdade social foi agravado pelo processo de globalização neoliberal baseado exclusivamente no cálculo econômico e que desconsidera as necessidades reais da população, tendo a relativização dos direitos fundamentais e a decadência das políticas públicas sociais entre os desdobramentos imediatos e de grande impacto social (SANTOS, 2001, p. 1). Esse fenômeno compõe um cenário classificado por Casara (2018, p. 25) como crise ou superação do Estado Democrático de Direito e fim dos limites impostos pelo poder estatal ao exercício arbitrário do poder. Desta forma, os direitos e garantias fundamentais, derivados da Constituição e dos tratados e convenções internacionais, considerados o conteúdo material da democracia, são relativizados e tudo e todos são transformados em objetos negociáveis, alterando profundamente o Estado, a sociedade e o indivíduo (CASARA, 2018, p. 26). Integra a noção de fascismo social as máfias privadas, grupos armados – conhecidos como “bandas”, em Medellín, na Colômbia

²⁸ Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&pag=7738&id_lingua=1> Acesso em 9 set. 2021.

– como os que atuam no Rio de Janeiro e em São Paulo e que exercem o poder de Estado, com funções de justiça, por exemplo, mas que apresentam certo hibridismo com o Estado, à medida que atuam de forma articulada em muitas polícias (SANTOS, 2001, p. 1). Nessas condições em que a democracia não passa de um formalismo e perde a capacidade distributiva, onde alguns grupos são excluídos do contrato social enquanto outros têm poder de veto sobre os demais, vive-se o fascismo social.

Por isso a insistência na explicitação e na problematização dos termos do acordo da democracia liberal-representativa sobre bases da econômica neoliberal, ao lado da discussão sobre os consensos e ambiguidades do sistema político e suas crises próprias. A tensão entre capitalismo e democracia e seu acordo por mais capitalismo, mesmo que isso implicasse em maior desigualdade ou na desestruturação de ganhos reais para um conjunto da população, revelou-se eficaz no prejuízo causado aos trabalhadores, iniciando pelo desmantelamento de legislações protetivas e atingindo os diferentes níveis até os já fragilizados pela informalidade e por outras formas de precarização. O discurso da democracia representativa perdeu conexão com a realidade, necessitando, para ganhar consistência e enraizamento no interior da sociedade, ser respaldado através de mediações institucionais e sociais e no reconhecimento da diversidade, da pluralidade e das múltiplas existências socioculturais, étnicas, religiosas, ideológicas e de gênero. Toda forma de negação do outro, seja do ponto de vista de seu modo peculiar de ser ou de sua condição econômica, é uma forma de fascismo e atitude antidemocrática. O que tem ocorrido de diferentes modos, com destaque para algumas manifestações de rua em seu modo difuso e até contraditório, é o desnudamento da insuficiência e da inconsistência do consenso porque não garantiu o mínimo prometido, produzindo uma estabilidade social artificial. A emergência e universalização da democracia parecem ter custado, de fato, o seu esvaziamento, e agora os arranjos da estabilidade se mostram inadequados e insuficientes.

A tensão entre capitalismo e democracia é de longa data e um dos pontos simbólicos deste embate diz respeito a “intervenção” do Estado na economia, o que já vimos tem implicações mais discursivas, porque na prática o debate é qual o papel a ser exercido por ele. Na Europa a trégua foi “pactuada” sob a condição de o socialismo deixar de ser o horizonte das lutas democráticas. O capitalismo cederia até o ponto em que isso não afetasse sua reprodução alargada (SANTOS, 2016, p. 123).

Respeitando as particularidades de cada país ou região, essa liberdade assistida e autorização limitada à democracia é a tendência geral exercida pelo domínio capitalista. O preço mais alto é pago pelos perdedores, os grupos sociais considerados com pouca

participação no jogo do poder e do dinheiro. Os ganhadores foram os que conseguiram, através de ações estratégicas junto aos poderes constituídos, um melhor posicionamento no campo produtivo-financeiro em mutação constante e acelerada com os processos de globalização. “Vale ressaltar que essa ofensiva da direita foi premeditada, planejada, amplamente promovida por todos os grupos de especialistas imagináveis e imposta pela influência dos Estados Unidos nas instituições financeiras internacionais com o código Consenso de Washington” (PRZEWORSKI, 2020, p. 139-140). No capítulo dois assinalamos dados sobre a desigualdade social, o que evidencia a consequência cotidiana desta disparidade às camadas sociais “inferiorizadas” quanto ao acesso à alimentação em quantidade e qualidade necessárias, entre outras. A tradição marxista ganha contornos de destaque na perspectiva econômica e ela faz bem em centrar o debate na dimensão econômica se olharmos o quanto as finanças são decisivas sobre a vida cotidiana.

Embora defendido por teóricos neoliberais e integre o nexos mental hegemônico, a desigualdade não é processo natural e nem consagração dos melhores, mas daqueles melhor posicionados e que dispõem de informações privilegiadas e instrumentos mais adequados para jogar o jogo e/ou transformá-lo a seu favor. O fim do Estado de bem-estar, onde ele efetivamente existiu ao menos, representa forte minimização dos efeitos distributivos da democracia, dando fim a qualquer ilusão de certos marxistas desavisados de que a tensão entre capitalismo e democracia, pudesse resultar na limitação à propriedade e implicaria em ganhos aos setores desfavorecidos (PRZEWORSKI, 2020, p. 40-41). Para citar exemplos, países com tradição de bem-estar como Alemanha e França, diminuíram claramente a relação aumento salarial e produtividade (PRZEWORSKI, 2020, p. 150). Os marxistas mais apegados à ideia de que as mudanças passam pela transformação da relação capital-trabalho eram descrentes que este modelo democrático pudesse ter algum efeito distributivo. As disfunções da democracia representativa não se restringem aos países periféricos, mas se estendem ao “centro do sistema mundial”. Enquanto nos países centrais do Norte Global se acumulam sinais de apropriação política por interesses econômicos minoritários e poderosos – e as medidas tomadas para salvar o capitalismo financeiro na última crise revelam isso – em outros do Sul Global, sobretudo na América Latina, há sinais históricos em que a voz das majorias se impôs (SANTOS, 2016, p. 120).

Em meados da década de 1970, os países africanos saídos do colonialismo português reanimaram momentaneamente a hipótese socialista revolucionária, mas em meados da década seguinte, sob a égide da nova forma do capitalismo global, o neoliberalismo, um novo tipo de normalização democrática, emergia tanto na África como na América Latina e na Ásia: a eliminação da tensão entre

democracia e capitalismo pela retirada do Estado da regulação da economia e da liquidação da redistribuição social tornada possível no período anterior pelas políticas sociais. A eliminação da tensão teve lugar por meio da opção por uma democracia de baixa intensidade, elitista e procedimentalista e, além do mais, saturada de corrupção (SANTOS, 2016, p. 124).

A opção pela “democracia capitalista neoliberal” tinha como consequência inevitável a desigualdade social porque é intrínseco à natureza deste modelo e é a liberdade econômica, assistida e avalizada pelo Estado, o princípio hierarquicamente superior a qualquer outro. Embora haja o problema institucional e ele não deve ser minimizado no conjunto dos problemas enfrentados pela democracia representativa atual, é decisivo recolocar o problema do condicionamento e da captura do poder político por parte das empresas constituídas e transformadas em grandes corporações, grande parte delas com ações muito próximas aos bancos – quando não os próprios bancos com a participação do Estado. Em grande medida, a racionalidade que orienta e abastece os princípios institucionais são os mesmos, os privatistas, que guiam o chamado “mercado”. A captura mental somada ao aprisionamento direto por conta do poder financeiro sobre os demais atores sociais reduz, quando não anula, o efeito da participação do cidadão comum através do voto. Por isso a relevância de se constituírem espaços de mediação entre a democracia representativa e democracia direta, como conselhos permanentes e da atuação de associações e/ou movimentos sociais no interior da sociedade civil. Ou mesmo do reconhecimento de “modelos de democracia alternativos ao modelo liberal: a democracia participativa, a democracia popular nos países da Europa do Leste, a democracia desenvolvimentista dos países recém-chegados à independência” (SANTOS, 2009, p. 41).

É em meio a este contexto de predomínio da liberdade de escolhas individuais e de caráter privatista, de tradição conservadora e intrinsecamente marcado pela cultura da distinção socioeconômica, racial e de gênero que se instala a institucionalidade democrática e se estrutura a política. Ignorar esse fato cria sérios obstáculos ao entendimento da fisionomia democrática que se hegemoniza. Embora conceba a igualdade jurídica, ela nunca fora realidade em termos da proporcionalmente dos grupos representados tanto no que diz respeito aos agentes políticos quanto em setores como o Judiciário, por exemplo. Em outras palavras, a falta de representatividade do conjunto da população é dramática, a ponto de as tragédias reais e cotidianas dos cidadãos comuns não estarem em pauta por pura e simples falta de conexão mínima com o tipo de vida. É por isso que a igualdade jurídica é tão difícil de ser traduzida em igualdade efetiva diante da Lei, porque ela não está fundada socioculturalmente no tecido social. Santos (2016, p. 120)

relaciona isso à raiz da democracia representativa, fundada no “medo das massas ignorantes e potencialmente revolucionárias”. Contextualizar e considerar estes fatos é fundamental para entender a ação, o papel desempenhado, o alcance e os limites das instituições democráticas. Como ignorar os condicionamentos da ação política, bem como as possibilidades e amarras da democracia representativa nestas circunstâncias?

Se o Estado não é opressor no sentido literal de estar a serviço do governo que está no poder para perseguir seus adversários políticos, produz efeito parecido à medida que se articula com as grandes corporações que exercem a dupla expropriação, da natureza e dos dividendos financeiros. Enquanto isso, a maioria da população está submetida a condições precários de trabalho, a salários miseráveis, à informalidade ou mesmo ao desemprego maciço, que absorve os sonhos e expectativas junto com o pouco de dignidade que carregam consigo. De forma similar à negação do adversário e a transformação em inimigo e alvo do ódio e do desejo de eliminação, o fascismo social representa o fechamento das portas do futuro a um grupo significativo de pessoas. A diferença diz respeito ao pertencimento ao “grupo dos escolhidos”, seja pelo privilégio de berço ou pelos caminhos que levam ao sucesso financeiro, ou então ao pertencimento ao grupo político do poder. Ambas as formas de fascismo representam o fechamento ao outro, não contemplando em seus planos e propósitos o conjunto da população. O capitalismo predatório é sutil ou implícito de miséria humana em sentido amplo, longe, porém, de ser menos danosa.

3.1.3.2 *O risco do fascismo político*²⁹

Se a subjetividade concorrencial e o poder dos grandes conglomerados acabam por esvaziam a democracia, as limitações e condicionamentos são também de natureza política e dizem respeito a seu funcionamento institucional. Já foi declarado que as democracias podem morrer de distintas maneiras em diferentes períodos históricos e espaços

²⁹ Fascismo é um regime autoritário, um movimento político totalitário, que atua contra as liberdades individuais em nome do bem da nação, denotando certo patriotismo ou nacionalismo. Enquanto movimento político foi inaugurado na Itália em 1919, por Benito Mussolini, e transformado em partido político dois anos depois. Diz respeito a pessoas com posicionamento político autoritário e anti-democrático e se consolidou como doutrina política com tendências autoritárias, anticomunistas e antiparlamentares, que defende a exclusiva autossuficiência do Estado. Entre as características do fascismo estão a valorização do sentimento nacionalista, da proteção e da defesa da segurança nacional, a centralização do poder nas mãos de um líder, forte presença militar e de preceitos religiosos como formas de controle e manipulação da população, a perseguição e uso de violência contra opositores do regime, a censura e o controle dos meios de comunicação e desvalorização e/ou censura à arte (BEZZERA, Juliana. *Fascismo*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/fascismo/>> Acesso em 8 set./2021).

geográficos, podendo estar sob ameaça em países com governos eleitos e instituições funcionando. “Demagogos potenciais existem em todas as democracias, e, ocasionalmente, um ou mais de um deles faz vibrar a sensibilidade pública. Em algumas democracias, porém, líderes políticos prestam atenção aos sinais e tomam medidas para garantir que os autoritários fiquem à margem, longe dos centros de poder” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 31). E mesmo prestando atenção a possíveis sinais, existem algumas dificuldades. “Muitos autoritários podem ser reconhecidos com facilidade antes de chegarem ao poder. [...] Contudo, nem sempre os políticos revelam toda a plenitude do seu autoritarismo antes de chegar ao poder” (LEVITSKI; ZIBLAT, 2018, p. 31). Os autores citam quatro sinais de alerta que podem ajudar a identificar agentes políticos que possam vir a se transformar em ameaça à democracia: “1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (LEVISTSKI; ZIBLAT, 2018, p. 32).

Manter autoritários em potencial fora da disputa eleitoral, isolando e erradicando os extremistas de flertarem com o poder exige um movimento de isolamento sistemático que deve iniciar nas fileiras partidárias, cujos líderes devem ter consciência de que a prioridade deva ser a democracia, mesmo quando possa custar derrota eleitoral. A liderança partidária corajosa precisa estar ciente de que em tempos extraordinários, o país está à frente de qualquer outro objetivo, a ponto de, se for preciso, abrir o jogo aos eleitores acerca do que está em questão (LEVITSKI; ZIBLAT, 2018, p. 34-35). “A responsabilidade de separar o joio do trigo está, antes, nas mãos dos partidos e dos líderes partidários: os guardiões da democracia” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 34). A ascensão política de *outsider* com perfil fascista na política tem normalmente estratégias equivocadas de lideranças partidárias, que imaginam alguma jogada para beneficiar a si mesmos e o controle sobre determinadas figuras, o que acaba em trampolim político e oportunidade de ouro para políticos sedentos pelo poder centralizador. No Brasil, por exemplo, um conjunto de fatores ajudou a gerar um erro de cálculo gigantesco, fazendo com que políticos experientes e mesmo analistas não conseguissem prever, há poucos meses da eleição de 2018, a ascensão de Jair Bolsonaro, atual presidente da república. Se o primeiro teste seletivo contra os extremistas está na mão dos líderes políticos, o segundo diz respeito a saber se o candidato a fascista irá subverter as instituições democráticas ou será constringido por elas (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 18).

Sem normas robustas, os freios e contrapesos constitucionais não servem como os bastiões da democracia que nós imaginamos que eles sejam. [...] É assim que os autocratas eleitos subvertem a democracia – aparelhando tribunais e outras agências neutras e usando-os como armas, comprando a mídia e o setor privado e reescrevendo as regras da política para mudar o mando de campo e virar o jogo contra os oponentes. O paradoxo trágico da vida eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 19).

Apesar do discurso “fascistóide” e ao lado do ataque ao “modernismo” cultural, a principal ameaça às instituições democráticas no período atual se dá nas ações cotidianas, de maneira sutil, embora não propriamente lenta. “Para muitos cidadãos, ela pode, de início, ser imperceptível. Afinal, eleições continuam a ser realizadas. Políticos de oposição ainda têm seus assentos no Congresso. Jornais independentes ainda circulam. A erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 80). É o verniz de legalidade que faz com que medidas governamentais sejam aprovadas pelo Parlamento e julgadas constitucionais por cortes superiores (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 80-81). “Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável –, como combater a corrupção, ‘limpar’ as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia ou aumentar a segurança nacional” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 81). As instituições judiciárias e policiais são mecanismos de fundamental importância para as pretensões de autoritários potenciais por seu caráter de servir de árbitros neutros para o senso comum em geral, uma vez que, se independentes, podem denunciar e punir abusos governamentais (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 81). “Não obstante, se controladas por sectários, essas instituições podem servir aos objetivos do aspirante a ditador, protegendo o governo de investigações e processos criminais que possam levar ao seu afastamento do poder” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 81). Apesar de toda celeuma envolvendo a mudança no Ministério da Justiça durante o governo Bolsonaro, em 2020, pela possibilidade de interferir na Polícia Federal e a escolha de Kássio Nunes Marques para Ministro do Superior Tribunal Federal, em manifestações sobre a abertura das igrejas em período de restrições por conta da pandemia, em 2021, são exemplos, deste uso político de órgãos públicos.

Campos de interesse estratégico para autoritários eleitos são a mídia e a cultura. Neste caso, grande parte dos autocratas iniciam os mandatos oferecendo posições públicas e benefícios a figuras políticas, do mundo dos negócios e da mídia, quando não suborno direto em troca de apoio ou discrição (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 84-85). “Meios de

comunicação cooperativos podem obter acesso privilegiado ao presidente, ao passo que empresários amigáveis podem receber concessões lucrativas ou fechar contratos com o governo” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 85). Há sempre outra forma de resolver a situação dos jogadores que não podem ser comprados, prisão, exílio ou, se necessário, morte, escondendo a repressão em coloridos legais (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 86). Governos também podem usar seu controle sobre árbitros para marginalizar a mídia de oposição, o que pode ser realizado com processos de calúnia ou difamação (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 86). “Quando importantes meios de comunicação são atacados, outros entram em alerta e passam a praticar a autocensura” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 87) Autocratas eleitos “com frequência tentam silenciar figuras culturais – artistas, intelectuais, estrelas pop, atletas – cuja popularidade ou postura moral faça deles uma ameaça” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 88-89), embora a preferência seja a cooptação (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 89). E mais: para se perpetuarem no poder governos de perfil autoritário não se furtam de mudar as regras do jogo, reformando a constituição, o sistema eleitoral e outras instituições e justificando as mudanças como soluções para os problemas do povo e/ou da nação (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 90-91).

Ao capturar os árbitros, comprando ou enfraquecendo oponentes e reescrevendo as regras do jogo, líderes eleitos podem estabelecer uma vantagem decisiva – e permanente – sobre seus oponentes. Como essas medidas são levadas a cabo gradativamente e com a aparência de legalidade, a deriva para o autoritarismo nem sempre dispara as sirenes de alarme. Os cidadãos muitas vezes demoram a compreender que sua democracia está sendo desmantelada – mesmo que isso esteja acontecendo bem debaixo do seu nariz.

Uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para sua subversão. Aspirantes a autocratas costumam usar crises econômicas, desastres naturais e, sobretudo, ameaças à segurança – guerras, insurreições armadas ou ataques terroristas – para justificar medidas antidemocráticas (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 94).

O momento de crise é sempre paradoxal neste sentido porque, ao mesmo tempo que aumenta a indignação com determinadas práticas políticas por seu distanciamento da realidade, os cidadãos tendem a exigirem medidas mais duras de seus “representantes”, o que paradoxalmente atinge quase o conjunto da população. A tendência à adesão a líderes com “pulso firme” parece passar a sensação de segurança contra o desamparo. O discernimento fica comprometido pelas emoções fortes e pela identificação quase visceral de pertencer a determinado grupo que vai eliminar os responsáveis pelo atual estado das coisas. Os demagogos estão sempre prontos para agir em tempos de crise ou mesmo potencializar uma crise para que ganhe proporções suficientemente relevantes para

justificar medidas radicais. “Reais ou não, autoritários em potencial estão sempre prontos a explorar crises para justificar a tomada do poder” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 97). Diante de contextos como estes, a existência de pesos e contrapesos, de filtros legais e “culturais”, de regras escritas e não escritas passam a ser decisivas para resistir ao assédio de líderes mal-intencionados, que pretendem assaltar o poder e deteriorar a democracia. Vai ficando cada vez mais clara a necessidade de um conjunto complexo e interligado de medidas, desde uma Constituição e de Leis protetivas, de instituições bem constituídas e dos mencionados códigos de conduta: tolerância mútua e reserva institucional. A primeira indica respeito às regras estabelecidas para o jogo e reconhece que os outros têm “direito igual de existir, competir pelo poder e governar (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 103), o que implica em divergir, e mesmo não gostar, sem questionar a legitimidade do outro. A reserva institucional considera a clara noção do significado hierárquico de que a perda para o conjunto da população é compromisso superior à perda partidária, uma grade de proteção decisiva para impedir que a eleição seja transformada em “luta livre”.

Às vezes, pode custar caro e não mais possível evitar efeitos adversos não dar a devida atenção ou considerar insignificantes certos sinais de alerta. No caso brasileiro, a polarização político-ideológica das eleições presidenciais de 2014 refletiram o que as ruas já haviam sinalizado no ano anterior. “O país saíra dividido das duríssimas e polarizadas eleições de 2014. No final, prevaleceu a opção pela continuidade, sem que isso representasse um apoio entusiasmado ao governo” (NETO, 2020, p. 68). Mas há um acontecimento emblemático e com desdobramentos importantes na instabilidade política do país: a contestação do resultado das eleições por parte pelo candidato derrotado (NETO, 2020, p. 55), que acusou a chapa vencedora de uso do aparato estatal para se perpetuar no poder. Naquele momento, e isso já fora observado na “segunda onda” das manifestações de rua, em 2013, as elites políticas e econômicas tradicionais já estavam alinhadas e faziam coro ao lamento do pessedebista Aécio Neves. Embora derrotado, sua articulação com parte do poder que era o partido da vice-presidência, ocupada pelo PMDB de Michel Temer, já articulava através de outra figura emblemática, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, começava a tramar com parcela do Judiciário. A operação Lava-Jato e apoio da mídia conservadora foram decisivos para o processo do impeachment

da petista Dilma Rousseff, não sem envolver o maior líder do partido Luiz Inácio Lula da Silva em episódios constrangedores, coroando assim a narrativa o antipetista³⁰.

Nos Estados Unidos, ainda durante o governo de Barak Obama, aconteceram episódios marcantes do ponto de vista da corrosão da democracia porque implicaram em desrespeito com a autoridade política no uso de sua função presidencial. A tática de desqualificação dos adversários e do não reconhecimento destes como legítimos começou com a atitude de ameaça do congresso norte-americano de não aumentar o limite de endividamento, o que era prática recorrente (LEVITSKI; ZIBLAT, 2018, p. 159). Fora reforçada com a carta de senadores que não reconheceram a autoridade do presidente para assinar o acordo sobre o programa nuclear iraniano (LEVITSKI; ZIBLAT, 2018, p. 160). E teve como terceiro episódio marcante a recusa do Senado à indicação presidencial para a vaga na Suprema Corte (LEVITSKI; ZIBLAT, 2018, p. 161). Também lá a animosidade e a legitimidade dos adversários passaram a ganhar contornos mais radicais e quase inconciliáveis. “Ao longo dos últimos 25 anos, democratas e republicanos se tornaram muito mais do que apenas dois partidos competidores, separados em campos liberal e conservador. Seus eleitores encontram-se hoje profundamente divididos por raça, religião, geografia e mesmo ‘modo de vida’” (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018, p. 162. Grifo dos autores).

As distintas maneiras de formalismo democrático, com conteúdo esvaziado, e a oposição explícita à democracia que vem sendo manifesta de diferentes formas, produzem efeitos parecidos ao processo democrático, levando-o à lona. Mas eles não são a mesma coisa e é possível, a nosso ver, resgatar aspectos positivos e construir novos consensos em vista da superação de uma crise que parece mais profunda que a da institucionalidade democrática. Trata-se de uma crise civilizatória assentada na hipervalorização de alcances técnicos e de sua conexão com a iniciativa individual(ista), e proporcional negação de outras realidades como o vínculo social, a cooperação e a interação como constituintes do humano. Em certa medida, isso antecipa ou provoca para o debate acerca de concepções antropológicas e do papel da formação e a natureza formativo da interação humana em sociedade. Um determinando modo de pensar e agir, que superdimensiona interesses,

³⁰ Alguns documentários retratam os bastidores do processo que levou ao afastamento da então presidente Dilma, entre eles: “O muro – processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff”, “Democracia em vertigem”, O processo. Mas talvez seja o curta “Excelentíssimos” que expressa de maneira mais contumaz como foram construídas articulações entre figuras carimbadas como Aécio, Temer e Cunha, alguns que passaram de composição de governo e governo efetivamente e outros que passaram de oposição a governo mesmo tendo perdido as eleições.

desejos e demandas individuais, assume-se como totalidade, em referência a Santos, ignorando a existência de outras concepções que prezam pelos vínculos sociais e por formas de vida cooperativas e processos coletivos. Quando as regras escritas e não escritas e a estrutura institucional ou qualquer instância de mediação social perde sua natureza aglutinadora, de controle, orientação e estímulo ao respeito mínimo pela coletividade e pelo outro, falta o sentimento básico para a vida em sociedade. De fato, estamos sentindo os efeitos práticos da “inexistência da sociedade”, em referência à expressão de Margaret Thatcher, e do predomínio absoluto do indivíduo. Sem mediações, no entanto, parece que flertamos com o estado animalesco e instintivo, com o agravante do uso da racionalidade e do poder de alguns poucos para aniquilar as condições de vida do outro, do inimigo, identificado no outro lado da escolha político-ideológica ou mesmo da “condição” social, étnico-racial, de gênero, religiosa, entre outras.

A sensação de que as coisas estão fora de lugar se expressa no apego visceral e na projeção de emoções negativas sobre os que não pertencem “ao grupo”, “ao partido”, “à classe”, mais vai ainda mais longe. Há uma hierarquização muito clara de quem “lidera” e de quem “segue”. O líder pode atacar e outro grupo e desprezar de imediato quem deixa de “seguir-lo”. Este já pertence automaticamente a outro grupo, fato que tem ampliado de forma gigantesca os “comunistas”, a ponto de estranhamento, por serem tantos, não terem tomado o poder ainda. É uma realidade relativa que não implica em compromisso com uma perspectiva teórica, ética e não está em debate tratar-se ou não de uma visão aceitável de mundo, mas unicamente vinculação pessoal. Quem ousar discordar da “autoridade” passa de “seguidor” a abominável em fração de segundos, o que revela a fragilidade e incorporação de um narcisismo condicionante e absoluto, aliás algo a ser estudado na relação entre o exercício monárquico/absolutista e o individualismo contemporâneo. A crise de representatividade e das instituições democráticas tem sido produzida pelos próprios políticos, mas cultivada no interior da sociedade sob a bússola da racionalidade concorrencial e na forma de capitalismo financista parasitária e improdutivo.

Tais circunstâncias e referências têm conduzido, equivocadamente, uma parcela da população a desacreditar na saída democrática ao invés de empenhar-se na identificação e superação de amarras e limites que a capturam e aprisionam. Neste sentido, enquanto provocação, a expressão de Churchill serve: a democracia “é a pior forma de governo que existe, à exceção de todas as outras experimentadas de tempos em tempos” (RUNCIMAN, 2018, p. 14). Se o abandono da democracia está na agenda do dia da “nova direita”, os

cidadãos e pensadores que têm apreço por ideias socialistas e revolucionárias devem se ocupar com a democracia, mesmo em seu modelo representativo. Isso porque ela é, segundo Santos (2016, p. 121), a) parte importante, embora apenas parte, de uma tradição democrática mais ampla, na qual cabem outras concepções e práticas democráticas; b) devido à participação neste jogo democrático que as classes populares, em alguns países pelo menos, tiveram vitórias significativas ao longo do último século; c) a crise do socialismo bolchevique revelou que a relação entre democracia e revolução tem de ser repensada em bases dialéticas. Sugere Santos, nesta direção, que se enfatize mais o caráter revolucionário da democracia e se use menos a categoria socialista.

O século XXI e especialmente a partir da década de 2010 as crises e disputas políticas têm se acentuado e ganham contornos particulares em cada país, mas com alguns traços semelhantes em nível universal. Uma compreensão mais adequada do fascismo manifesto nestes tempos atuais exige uma leitura de algumas marcas na subjetividade humana que tem suas raízes no desenvolvimento de um modelo específico de capitalismo e de sua associação com a mediação das tecnologias de comunicação e de seus efeitos no empobrecimento ou encurtamento da experiência da linguagem (TIBURI; CASARA, 2021). O predomínio da racionalidade de desempenho traduz-se socialmente na hierarquia da distinção social que, associada à simplificação da linguagem infla e autoriza alguns sujeitos, incapazes da autocontenção a negarem à alteridade e a não reconhecerem quem não “cabe” em suas noções subjetivas estreitas. A abertura à alteridade é própria de relações equânimes e democráticas, mas não acontece de forma espontânea, sendo resultado da capacidade de reflexão e da busca permanente pela expansão da própria subjetividade. Na visão de Tiburi e Casara (2021), é neste contexto que se desenvolve a personalidade fascista que, já é, estereotipada e sempre caricata à medida que possui uma estrutura psíquica simplificada e é dominada por uma personalidade autoritária. A relação com a linguagem empobrecida e até de um vocabulário limitado pode, portanto, estar associado a um conjunto de instrumentos que passaram a substituir de alguma maneira os espaços formativos, como é o caso de algumas redes sociais, o *facebook*, por exemplo. O encurtamento da linguagem e o empoderamento, seja ele oriundo da posse financeira ou de um lugar de autoridade, senão mesmo a convicção de pertencer a algum grupo “escolhido” produz o aniquilamento da alteridade. A melhor forma de combater este fascismo, que nasce vinculado ao capitalismo predatório atual, é através do estudo, da problematização

da realidade, da reflexão e do resgate do princípio da alteridade e da solidariedade social, como compromisso com a coletividade e a vida em sociedade.

3.2 UM NOVO PACTO PARA UMA NOVA GRAMÁTICA HISTÓRICA

Se o pacto da democracia liberal está em crise, a saída é projetar/viabilizar um novo pacto? Sob quais princípios ou códigos de conduta deveria estar amparado para que seus frutos fossem mais promissores? Se a concepção hegemônica sofreu de contradição entre a mobilização e a institucionalização que acabou por valorizar a apatia e não a participação política, e se a democracia direta fora reduzida por conta de dimensões de escala, a criatividade e a adaptação podem auxiliar. A viabilidade de tal rumo, no entanto, está condicionada ao estabelecimento de estratégias de mediação e construção de consensos, o engajamento de grupos sociais que cultivam concepções mais abertas e radicais de democracia e a articulação de setores para os quais o procedimento eleitoral incorpora todo potencial democrático. A dilatação das experiências históricas democráticas e a aposta no pluralismo da sociedade e no ativismo político estariam entre as pistas para intensificar a democracia e transformá-la em modo de vida. O orçamento participativo, os conselhos municipais e estaduais, o protagonismo dos movimentos indígenas na América Latina (SANTOS, 2016, p. 125-126), somados ao reconhecimento de sociedades multinacionais ou multicivilizatórias como na Bolívia (LINERA, 2010) são pistas de por onde avançar.

A linearidade não abarca a totalidade da história e o seu rumo não é determinado por necessidades e desejos de alguns setores sociais, senão sujeita a inúmeras nuances e circunstâncias, tendo na dialética propriedade inerente. Isso não significa que se deva ignorar que alguns grupos estrategicamente articuladores exercem poder maior que outros na formação da opinião pública, constituindo-se em força hegemônica. Pensar a potência da democracia para além de seu vazio de conteúdo implica, por sua vez, apostar na democracia como nova gramática social e histórica, uma nova “organização da sociedade e de relação entre o Estado e a sociedade” (SANTOS, 2009, p. 51). Esse movimento parte da análise crítica da configuração dos espaços de poder, constituindo-se como processo de continuidade-ruptura do modelo representativo e avançando na direção de novos consensos. A funcionalidade da dinâmica eleitoral e das instituições podem ser mantidas, mas é preciso aperfeiçoar mecanismos de controle e mediação das decisões políticas por parte do conjunto da população e aumentar a participação de grupos sociais afastados das

decisões políticas. A nova gramática pressupõe inovação social articulada à renovação institucional numa construção sócio-histórica sem predeterminismos, reconhecimento dos movimentos sociais e promoção de diálogo aberto sobre o conjunto das significações culturais, constituindo-se num amplo movimento de alargamento do político, aumento da cidadania e inserção de atores sociais excluídos (SANTOS, 2009, p. 51).

Quando a história caminha em direção oposta às necessidades do conjunto da sociedade, ao menos numa concepção que vê na justiça social um critério importante, torna-se mais difícil acreditar que o futuro está em aberto, pois parece controlado. A dificuldade também se faz sentir na complexidade, em algumas incoerências e estratégias utilizadas e na aparente impotência a que determinados grupos sociais estão submetidos ao longo do tempo. Neste jogo, a tarefa de avaliar a potência da democracia implica num esforço teórico-analítico para identificar sinais históricos alinhados com o modo de vida democrático e sua base valorativa, além de desvelar as brechas de diferentes formas de legalismo, formalismo e autoritarismo. Desnaturalizar o movimento de direção única da história faz parte de um movimento intelectual e vivencial, que consiste em desvendar sinais e acreditar, às vezes, contra toda esperança. Se pouco há de democrático em sociedades de regime político democrático, os sinais de desobediência teimosa às diferentes formas de autoritarismo também existem para quem tem olhar aguçado. Assim como pessoas sensíveis tendem mais facilmente a apreciar gestos de sensibilidade, também a democracia não se revela em seu estado puro, podendo estar embaralhada a contradições e incoerências. O olhar para o futuro parte da realidade, mas não pode ficar preso a ela, precisa ser projeção utópica. “A aposta é a única forma de nos fazermos presentes no futuro. Tal como o cego se guia por ruídos, vozes, acidentes palpáveis, nós apostamos com base em indícios, pistas, emergências, tendências, latências, com tudo o que ainda não é” (SANTOS, 2016, p. 135).

3.2.1 A nova gramática social como potência democrática

Romper com o estabelecido em direção a um novo pacto significa impedir que se reduza a democracia a um formalismo, sob o risco de transforma-la em “cavalo de Troia pelo qual o inimigo entre na cidade” (NETO, 2020, p. 262), o que reporta ao episódio do nazismo na Alemanha. A “democracia militante” pode ajudar, através da vigilância permanente e da adoção de medidas para que o regime democrático proteja-se práticas de tendência extremista e impeça sua própria supressão (NETO, 2020, p. 263). É importante

dar atenção aos diferentes modos de a democracia ter fim ou ser esvaziada, às diferentes formas de autoritarismo e à captura pelo “capitalismo extrativo”. Uma forma de fazê-lo é através do controle feito pelos cidadãos para impedir que o pluralismo, marca positiva da sociedade, seja utilizada estrategicamente para sua destruição através do ingresso de figuras comprometidas com o autoritarismo. Resgatar a potência da democracia em sua amplitude implica repensar a relação entre procedimento eleitoral e participação, considerando que a nova gramática promove: a) mudança nas relações de gênero, raça, etnia, reabrindo o debate em torno do privatismo e a função do Estado; b) aumento da participação, ampliando a capacidade de atores sociais transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo; c) nova relação entre representação e diversidade cultural e social, reconhecendo os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias que encontram dificuldade de fazer suas demandas serem atendidas (SANTOS, 2009, p. 54-55). Isso reforça o valor não apenas de articular democracia representativa e democracia participativa, para Santos (2009, p. 55), uma prática promissora na defesa de interesses e identidades subalternas. É preciso dar um passo além, desvendando os vínculos intrínsecos entre as distintas formas democráticas e estimular a retroalimentação entre elas.

Em termos abrangentes, o “novo pacto” ou o equilíbrio das relações democráticas pode ser traduzido nos seguintes termos: viabilidade ou funcionalidade econômica, sustentabilidade ambiental e sociedade justa. Para Dowbor (2021), o capitalismo global transformou-se basicamente numa estrutura de apropriação financeira sem que haja produtividade proporcional. Os mecanismos para isso são vários, a começar pela ampla gama de serviços oferecidos pelo sistema bancário e do funcionamento de um conjunto de setores como lojas, como se fossem bancos emprestadores de dinheiro. Dowbor critica os juros abusivos porque produzem endividamento e transformam a extração de capital uma realidade que atinge patamares aproximados de 16% do PIB. No contexto atual, 62 milhões de brasileiros vivem situação de extrema dificuldade, necessitando trabalhar apenas para pagar os bancos. Na comparação com a China, o crescimento econômico é sustentável porque o dinheiro é majoritariamente investido na produção, fazendo a economia girar. Dowbor chega a classificar o modelo capitalista atual com um novo feudalismo, com a diferença de apropriar-se de margens abusivas de lucro como forma de extorquir o setor produtivo, o que entre os séculos V e XV se dava com a expropriação da produção agrícola. É simplesmente insustentável, para Dowbor, manter a produção de bens

e serviços crescendo em média 2 a 2,5% ao ano, ao passo que as grandes aplicações financeiras rendem entre 7 e 9%³¹.

Quando se discute o avanço na direção do aprofundamento da democracia, de novo pacto ou nova gramática social, a certeza é que “radicalizar a democracia significa intensificar sua tensão com o capitalismo” (SANTOS, 2016, p. 127). Esse debate pode nos colocar diante de terrenos movediços à medida que a crítica ao capitalismo remete a soluções socialistas ou comunistas e a suas experiências históricas malsucedidas. A nosso ver, é chegada a hora de superar a noção de que capitalismo e socialismo são teorias ou ideologias puras, antagônicas e incomunicáveis, e da investida anacrônica do socialismo, deixando de ignorar sua contribuição para a composição de uma sociedade mais justa, dando a princípios como igualdade e liberdade conotações mais abrangentes e reais. O Estado de bem-estar social, por exemplo, soube absorver e valorizar contribuições relevantes de base socialista, mesmo sob a batuta do capitalismo reinante. O século XXI tem mostrado que o modelo capitalista em vigência precisa ser freado e que esta tarefa pode ser desenvolvida pelo aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e pela ampliação da participação especialmente de grupos sociais com pouca ou nenhuma representatividade no modelo liberal. As elites e grupos bem situados economicamente não abrirão mão de seu “lugar de privilégio” por benevolência, mas apenas através de medidas e mecanismos políticos de contingenciamento de seu poder. Essa é uma condição para que a democracia deixe de ser mera formalidade e não seja reduzida ao campo político, mas avance para dimensões socioculturais e econômicas. Dito de outra forma, provocar para a participação de mais gente, criar novos mecanismos e instrumentos para envolver um número maior de cidadãos e/ou grupos ainda não é suficiente, pois se faz necessário considerar a demanda do conjunto da sociedade. Se o interesse coletivo for ignorado, sobretudo a demanda dos que sempre tiveram suas necessidades desrespeitadas, a democracia política estaria solapada pelo fascismo social.

O aprofundamento da democracia se dá com a multiplicidade de espaços, mecanismos e instrumentos utilizados para captar as demandas sociais e provocar a participação do maior grupo possível de pessoas. Ao lado disso, deve-se ter o cuidado para que a participação não seja adotada na perspectiva do cálculo pelo interesse individual, o que implicaria na legitimação de hierarquias e distinções sociais já existentes ou na

³¹ *Qual a economia para a esquerda hoje?* Reflexões feitas por Ladislau Dowbor na live no canal de Paulo Ghiraldelli Junior. (9 abr. 2021). Disponível em <: https://www.youtube.com/watch?v=c-fTJ_yaV6E> Acesso em 9 maio 2021.

ampliação das mesmas. Por isso, a democracia representativa fica mais completa com a participação de setores sociais historicamente excluídos, justamente aqueles que dependem da articulação social entre si, do suporte institucional e da mediação social de partidos, movimentos e organizações sociais e do próprio Estado. A história recente, todavia, revela a captura do Estado por parte da elite econômica. A procuração repassada aos agentes políticos para agirem em nome dos cidadãos nas eleições não tem encontrado correspondência no exercício dos mandatos, antes pelo contrário, deixado enormes contingentes populacionais órfãos, sem prestar contas da tarefa assumida, e ainda sem falar na corrupção, o que é símbolo desta incongruência (SANTOS, 2016, p. 121).

Embora não seja difícil desvendar os segredos e insuficiências da democracia representativa, a dificuldade de avançar na direção da intensidade da democracia está no jogo de forças e na articulação dos atores. “São processos políticos muito tensos porque a democratização em curso gere os impulsos contraditórios das forças socialistas que pretendem radicalizar a democracia e das forças fascistas que procuram por meios antidemocráticos e violentos travar o processo de democratização” (SANTOS, 2016, p. 156). A tensão se manifesta através da sensação de que as desigualdades avançam para além do limite do suportável. “O capitalismo cederia até o ponto em que isso não afetasse sua reprodução alargada” (SANTOS, 2016, p. 123). A manutenção da estabilidade social e a garantia da reprodução do capitalismo legitimam-se em concepções de liberdade, igualdade esvaziadas de seus significados integrais ou condicionadas à concepção capitalista/consumista. Os desdobramentos são o alto custo social para a maioria da população e a desmobilização de atores sociais que poderiam exigir condições mais equânimes de vida. E aí fica em evidência a orientação da racionalidade privatista por parte das instituições e do próprio Estado e sua articulação ou controle dos mesmos por grupos conservadores e pela elite econômica e política.

A democracia de alta intensidade parte do apreço ao modelo representativo e avança para o reconhecimento dos sinais históricos onde isso se fez/faz evidenciar e pela consolidação de três critérios orientadores das práticas em desenvolvimento: 1) fiança na regularidade das eleições com o mínimo de competitividade possível entre as diferentes forças políticas e prestígio do adversário e do resultado do pleito, bem como exercício mínimo de governança, a não ser quando evidenciado flagrante litígio e/ou uso desproporcional e indevido de mecanismos que assegurem disputa justa; 2) qualificação e ampliação de estratégias, instrumentos e mecanismos de participação direta, sejam

individuais e através de grupos, associações e coletivos, e de controle social das ações políticas; 3) legitimidade ao princípio do bem comum e do valor da coletividade em detrimento de interesses privados de identidades pessoais ou jurídicas, em vista da transformação das diferentes formas de hierarquias e desigualdades em processos de autoridade partilhada (SANTOS, 2016, p. 133). Embora o pêndulo tenha pendido, nos últimos anos, para a abolição da tensão e para a democracia de baixa intensidade, elitista e procedimentalista (SANTOS, 2016, p. 124), não se pode negar que a história provou outras experiências e que a própria democracia eleitoral tolerou progressos admiráveis.

Na Índia, por exemplo, a organização federal do Estado tinha permitido vitórias eleitorais aos partidos comunistas em vários estados da União apostados na manutenção de fortes políticas sociais. Por sua vez, na América Latina, as lutas sociais contra as ditaduras militares ou civis eram portadoras de um impulso e de uma aspiração democrática que não se podiam satisfazer com a democracia neoliberal e que, pelo contrário, punham na agenda política a questão da justiça social e, portanto, a tensão entre democracia e capitalismo” (SANTOS, 2016, p. 125).

Um dos pontos de disputa da democracia diz respeito à função atribuída ao Estado e, por consequência, à interpretação de temas como políticas públicas e justiça social. Amparado na concepção do mérito, a lógica neoliberal exige a retirada do Estado da economia, defendendo a autonomia às regras do mercado. A perspectiva da democracia social, por sua vez, defende a mediação do Estado e sua atuação como promotor do desenvolvimento econômico e com papel preponderando sobre garantias de direitos sociais. Na prática, uma das grandes diferenças está na aplicação do dinheiro público, se promove o equilíbrio socioeconômico ou se serve ao grande capital porque se credita a ele função de dinamizador da economia. Em certa medida a ausência de tensão, produzida pela consolidação de um processo hegemônico e sem pontos importantes de oposição ou enfrentamento, promovem um desequilíbrio gigantesco e impedem a constituição de pontos de resistência que causam danos incomensuráveis para grande parte da população. É isso que experimentamos nas últimas cinco décadas com a hegemonia capitalista sob a égide neoliberal, poucos sinais de resistência em governos de esquerda, o que os torna ainda mais relevantes ao lado de eventos como algumas garantias constitucionais, por mais contraditórios e precários que possam ter sido em termos de conquistas duradouras ou estruturais. A resistência ou o “efeito represa” diante de fenômenos de grande impacto como as de liberalização econômica associada a um modelo de desenvolvimento baseado não na produtividade e sim no ganho financeiro representou raros sinais alternativos.

Um olhar mais longínquo é capaz de perceber que a democracia representativa já fora preterida em nome da revolução bolchevique, que apostou na democracia popular, desacreditando na possibilidade de a classe trabalhadora conquistar boas condições. Depois da segunda Guerra continuou em disputa com o comunismo, triunfando sobre o fascismo e tornando-se hegemônica com queda do muro de Berlim (SANTOS, 2016, p. 122). A compatibilidade entre capitalismo e democracia ganhou novos contornos e a crença em algum resultado distributivo novos defensores, talvez porque as circunstâncias revelassem esse drama. “Depois da derrota histórica do comunismo, as forças socialistas explorarão ao máximo as possibilidades da democracia, pois, verdadeiramente, não tem alternativa” (SANTOS, 2016, p. 27). Mas em diferentes períodos históricos a resistência tem encontrado algumas brechas para transformar o ativismo social em práticas políticas com a marca da justiça social, revelando a elasticidade e a potencialidade da democracia em iniciativas de orientação progressista. Quem diria, por exemplo, que práticas como a do orçamento participativo, desenvolvidas com destaque na capital do Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores, ganhasse repercussão e reconhecimento, e fossem recomendadas por órgãos do Banco Mundial (SANTOS, 2016, p. 125). Os conselhos municipais e estaduais com funções consultivas, especialmente nos campos da saúde e da educação, assim como consultas populares e referendos foram reconhecidas como importantes mecanismos de articulação entre a democracia representativa e a participativa. O protagonismo dos movimentos indígenas na América Latina, especialmente na Bolívia e no Equador, atinge o auge com o reconhecimento da democracia comunitária, ponte com a ancestralidade indígena, levando a Bolívia a consagrar na letra constitucional três tipos de democracia: representativa, participativa e comunitária (SANTOS, 2016, p. 126).

Os sinais de democratização de alta intensidade no continente latino-americano têm muito da mobilização das classes populares e da aposta nas possibilidades da democracia representativa e da interferência política nos rumos do Estado contra o descrédito total anterior. “Contrariamente ao que se pretendeu em muitas das lutas sociais de períodos anteriores, não se trata agora de substituir a democracia representativa por outros tipos de democracia considerados mais genuínos (participativos ou comunitários), mas antes de construir uma democracia genuína com base na articulação entre todos os tipos disponíveis” (SANTOS, 2016, p. 126). Ao mesmo tempo que as experiências de lutas pela democracia se multiplicam e permitem ampliar o cânone democrático e produzir teorias que vão muito além da teoria liberal, a maior heterogeneidade neste campo de lutas “é em

seu interior que as forças fascistas e as forças socialistas se defrontam” (SANTOS, 2016, p. 127). Segundo Santos (2016, p. 127), esta realidade contempla um dos grandes desafios da nossa época: “por quanto tempo e até que limite a luta democrática poderá conter essas forças antagônicas?”. A tensão entre ampliação da democracia, na perspectiva progressista e/ou revolucionária, e a democracia de baixa intensidade aliada à ampliação do domínio capitalista, para a qual o fascismo é sempre uma alternativa, foi administrada por um período razoavelmente longo. Segundo Santos, um dos fatores que permitiu essa coexistência foi a relação entre o global e o local. “Os sistemas de dominação como o capitalismo ou o colonialismo apropriam-se das grandes escalas (global e universal) porque são elas que garantem a hegemonia (as que desacreditam as alternativas) e a reprodução alargada. Às escalas menores (locais e subnacionais) é deixada maior margem de liberdade” (SANTOS, 2016, p. 130). O que não se sabe é se haverá rompimento, ainda menos em que condições e sob qual iniciativa e os possíveis desdobramentos desta cisão.

O novo pacto passa, portanto, pelo reconhecimento das experiências históricas existentes e pela ampliação do leque democrático radical e por sua articulação com a democracia representativa. Por acréscimo estaríamos avançando na superação de algumas realidades protocolares em vista da constituição de um modo de vida democrático, a partir da reunião de algumas ideias-força referendadas por Boaventura de Sousa Santos para explicitar a dimensão da transformação imperiosa. Para o autor, “a sociedade é capitalista porque as relações capitalistas determinam o funcionamento de todas as outras relações” (SANTOS, 2016, p. 144). Por sua vez, “a ideia de que os pobres são pobres por culpa própria é hegemônica quando é defendida não apenas pelos ricos, mas também pelos pobres e pelas classes populares em geral” (SANTOS, 2016, p. 201). A terceira expressão é “a democracia representativa tende a ser sociologicamente uma ilha democrática num arquipélago de despotismos” (SANTOS, 2016, p. 132). A concepção hegemônica que culpabiliza os pobres pela pobreza e o predomínio de relações capitalistas acabam por deflagrar a insuficiência da democracia representativa quando se trata da constituição de uma sociedade marcadamente democrática ou equânime em termos sociopolíticos. Isso é reforçado pelos instrumentos de poder utilizados pelos diferentes grupos sociais e o real poder das elites diante do avanço nas conquistas sociais que possa representar freio ao capitalismo e limitação à margem de lucro de determinados setores empresariais. Não é incomum as classes dominantes recorrerem a meios antidemocráticos para desestabilizar a

democracia: “controle da mídia, campanhas de desinformação, obstrução do voto de populações sujeitas ao fascismo social ou sua manipulação” (SANTOS, 2016, p. 134).

Uma sociedade configurada sob essas bases ignora o pluralismo que, por sua vez, permite uma maior distribuição do poder, abrindo assim “as portas para a democratização da sociedade civil e finalmente a democratização da sociedade civil alarga e integra a democracia política” (BOBBIO, 2015, p. 104). A nosso ver, quem melhor tem desenvolvido este papel – embora muitas vezes boicotado pelos próprios partidos que deveriam abrir espaços a eles para fazer emergir na política a orientação progressista ou a configuração de plataformas eleitorais e líderes engajados com o caráter redistributivo da democracia – tem sido os movimentos sociais. Em todos esses casos está subjacente a elasticidade e a necessária articulação da democracia representativa com a justiça social, o que se apresenta como potencial a ser empreendido (SANTOS, 2016, p. 125). Ocorre que como é dos movimentos sociais a origem de grande parte da resistência e das denúncias contra políticas de austeridade, onde quem paga o preço do endividamento público tem sido o conjunto da população mais pobre, estes têm sofrido ataques e têm sido criminalizados pela mídia, que não é apenas aliada das grandes corporações, mas comunga com as ideias do “livre mercado”. A possibilidade de um pacto sob bases progressistas, conquistas sociais e, portanto, política mais à esquerda, em substituição ao que gerou estabilidade social por um período razoável e foi calcado na hegemonia da elite política conservadora e da burguesia econômica, depende, em grande parte, da capacidade criativa, da inovação e da articulação de suas forças. Quanto mais aberta, horizontal e capaz de traduzir a dinâmica social e seus focos de atuação propositiva e alternativa em energia política a serviço do bem público, sem ser capturada pela institucionalidade da política, mais terá chance de sucesso.

Em torno do modo capitalista configura-se um “universo simbólico-cultural suficientemente hegemônico para impregnar as subjetividades e a mentalidade das vítimas de suas classificações e suas hierarquias” (SANTOS, 2016, p. 148). Movimento inversamente proporcional parece necessário para transformar a democracia em universo simbólico-cultural predominante na mente das pessoas, a ponto de que valores como a cooperação e a solidariedade social estivesse no centro das relações e implicasse em vínculos sociais profundos e duradouros. “Trata-se de um procedimento que visa, em geral, a aumentar o interconhecimento entre os movimentos sociais e, por essa via, maximizar as possibilidades de articulação entre eles” (SANTOS, 2016, p. 152). O que segue é

apresentação de algumas iniciativas que possam vir a compor um processo de tradução intercultural e interpolítica que, para o autor, é orientado por três objetivos: aprofundar a compreensão recíproca entre movimentos e organizações políticas e sociais; criar níveis de confiança recíproca entre esses movimentos envolvidos; promover ações políticas coletivas assentadas em relações de autoridade, representação e responsabilidade partilhadas e no respeito da identidade política e cultural das diferentes organizações envolvidas (SANTOS, 2016, p. 152).

3.2.2 Sinais históricos da democracia de alta intensidade

Alguns sinais históricos podem ser reconhecidos como denúncia da realidade que submete muitos cidadãos a constrangimentos, censuras e autocensuras, privando-os de direitos elementares e sujeitando-os “a ações arbitrárias que são estruturalmente semelhantes às que sofreram os democratas durante a vigência dos regimes fascistas” (SANTOS, 2016, p. 132). Mais que isso, essas ações políticas devolvem a cidadania ao “cidadão comum”, reconhecendo-o como sujeito e ator que integra e tem a possibilidade de transformar sua própria realidade em conjunto com seus pares. Seleccionamos algumas experiências que carregam essa marca da democracia radical profundamente enraizada na vida cotidiana, como dinâmica histórica é portadora de ambiguidades e da potência do que pode vir a ser uma nova gramática social e, por isso, de uma democracia real. Como uma espécie de amostragem, elegemos iniciativas que discutem e movimentos que mobilizam diferentes atores e temas sociais para romper com as distintas formas de hierarquia naturalizadas socioculturalmente. Vamos traçar algumas noções acerca de quatro iniciativas/processos político-formativos desenvolvidos em diferentes realidades: a) estratégia de democracia participativa adotada pela prefeitura de Porto Alegre/RS, Brasil, chamada Orçamento Participativo; b) descentralização do planejamento estatal e da dinâmica formativa realizada em Kerala, na Índia; c) a difícil batalha das mulheres moçambicanas contra o patriarcado que entrou para dentro da “dinâmica revolucionária” e, apesar do discurso de defesa dos direitos, naturalizou relações desiguais e fez da presença da mulher na política um instrumento de sobrevivência política; d) a Bolívia e sua realidade de tensão, equilíbrio de forças, arranjos e rearranjos políticos na perspectiva do reconhecimento e da participação indígena na política e na cultura nacional. São todas iniciativas que não se livram de certas ambiguidades, mas carregam uma perspectiva similar: a de dar visibilidade a uma gramática social inexistente ou inútil sob a lógica da

racionalidade concorrencial e, por isso, podem inaugurar o “novo” em termos político-democrático. Somos cientes que a dinâmica social é dialética e que, especialmente quando se trata de democracia, o caminho e o processo se confundem com os próprios resultados e que resultados eleitorais, além de serem temporários, não são garantias de avanços reais em termos democráticos. Portanto, não se trata da defesa dessas práticas em si, mas da perspectiva apontada por eles enquanto iniciativas autênticas porque encarnadas em suas realidades particulares e que, articuladas com outras, produzem uma nova tessitura social.

O orçamento participativo ganha proeminência entre as diferentes formas de participação porque possui uma “herança comum do processo de democratização que levou atores sociais democráticos, especialmente aqueles oriundos do movimento comunitário, a disputarem o significado do termo participação” (SANTOS, 2009, p. 65). E porque se apresenta como forma efetiva de combinação entre elementos da democracia participativa e da representativa (SANTOS, 2009, p. 65). Ao invocar a participação de novos atores, estão recolocadas questões de extrema relevância: a) a relação entre procedimento e participação social, permeada por discussões e rearranjos de questões de gênero, etnia/raça e até classe social; b) redefinição da solução burocracia/participação à medida que as experiências participativas exploraram a capacidade de transferência de práticas e informações do nível social para o administrativo; c) rearranjo da relação entre representação e diversidade cultural e social. “Os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos” (SANTOS, 2009, p. 54). O orçamento participativa reorganiza e rompe com algumas destas barreiras, ampliando a inclusão de atores e dando conteúdo à noção de cidadania e significado ao termo cidadão.

Desta forma, ocorre a ruptura com a trajetória da sociedade e com a lógica estreita do regime procedimentalista. Santos (2009, p. 52) reconstrói os argumentos de Jürgen Habermas para problematizar a condição de desigualdade na esfera privada e a validação de normas e ações a partir do “assentimento dos indivíduos participantes de um discurso racional”. Em outra passagem, Santos invoca Norberto Bobbio e Joshua Cohen para apontar a necessária reconexão entre procedimentalismo e participação fundada no pluralismo e nas diferentes experiências (SANTOS, 2009, p. 53). “Para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação. Portanto, o procedimentalismo democrático não pode ser, como

supõe Bobbio, um método de autorização de governos” (SANTOS, 2009, p. 52-53). E prossegue Santos (2009, p. 53): “Ele tem de ser, como nos mostra Joshua Cohen, uma forma de exercício coletivo de poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais”.

3.2.2.1 O Orçamento Participativo resgata a estima e a potência do “cidadão comum”

Longe de reduzir à única forma possível, mas observando os sinais históricos, o orçamento participativo, enquanto prática política, permite no espaço-tempo determinado uma conexão importante entre o regime eleitoral e a democracia direta. Estamos, segundo Santos (2009, p. 65), diante do surgimento de uma forma efetiva da combinação entre democracia participativa e democracia representativa, através da intenção do Partido dos Trabalhadores de articular o mandato representativa e a deliberação em nível local.

O orçamento participativo surge dessa intenção que, de acordo com Santos, se manifesta em três das suas características principais: (1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum *status* especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; (2) combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; (3) alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros (SANTOS, 2009, p. 66).

É importante observar que o orçamento participativo não é uma invenção teórica ou uma criação descontextualizada, mas iniciativa que vai se constituindo socioculturalmente e atravessa a “nova política” em perspectiva de redemocratização. Com base em Avritzer (2009; 2016), é possível considerar três fatores decisivos para a consolidação da participação social, especialmente entre as décadas de 1990 e 2010, no território brasileiro.

1) O processo Constituinte, com a possibilidade de elaboração de emendas populares abriu novas possibilidades. As campanhas por políticas públicas por parte dos movimentos sociais, o movimento da sociedade civil por saúde e reforma urbana e o envolvimento de atores como Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estão entre os fatores de grande relevância (AVRITZER, 2016, p. 49). 2) “O segundo componente foi a sinergia entre o Partido dos Trabalhadores e o processo de participação social, cujo momento de explosão foram os anos 1990, a partir das primeiras vitórias eleitorais do PT em nível local” (AVRITZER, 2016, p. 50). O terceiro elemento coincide com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, e a adoção do que chama de “orientação genericamente participação” e que implicou

na expansão dos conselhos nacionais e das confederações nacionais (AVRITZER, 2016, p. 50). Os eventos somam 74 durante o governo Lula e 23 no governo Dilma, com destaque para temas da saúde e assistência social, além da influência das conferências nas políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal (AVRITZER, 2016, p. 50).

O caráter revolucionário do orçamento participativo do ponto de vista democrático precisa ser compreendido no contexto histórico vivido no Brasil a partir da década de 1980, de redemocratização, movimento que resultou na Constituição de 1988. É preciso concebê-lo também a partir da realidade específica da cidade de Porto Alegre, do movimento comunitário que se constituiu e do espaço aberto na política para seu fortalecimento, além do compromisso político com uma perspectiva participativa de governo, embora não fizesse parte explícita e originariamente a proposta do orçamento participativo (AVRITZER, 2009, p. 574). O nascimento do projeto se deu, na administração Olívio Dutra, da preocupação com o controle do orçamento por parte do movimento comunitário, da ênfase dada à participação nos conselhos, da iniciativa de descentralizar diversas secretarias e de encorajar a participação popular (AVRITZER, 2009, p. 575).

O orçamento participativo é uma política participativa em nível local que responde a demandas dos setores desfavorecidos por uma distribuição mais justa dos bens públicos nas cidades brasileiras. Ele inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadãos comuns em um processo de negociação e deliberação dividido em duas etapas: uma primeira etapa na qual a participação dos interessados é direta e uma segunda etapa na qual a participação ocorre através da constituição de um conselho de delegados (AVRITZER, 2009, p. 576).

A dinâmica instituída para responder a essas demandas, ao menos na experiência originária em Porto Alegre, inclui a realização de duas rodadas de assembleias regionais intercalada por uma de assembleias locais, tendo como segunda etapa a instalação do Conselho do Orçamento Participativo, órgão de conselheiros/delegados representantes das prioridades orçamentárias indicadas nas referidas assembleias (AVRITZER, 2009, p. 577). O conselho, no modelo adotado na capital gaúcha, é formada por 44 membros, sendo dois conselheiros eleitos por cada uma das 16 assembleias gerais e dois representantes de cada assembleia temática, mais um representante das associações de moradores e um do sindicato dos servidores públicos municipais (AVRITZER, 2009, p. 579). A elaboração do orçamento ocorre, por sua vez no Gabinete de Planejamento da Prefeitura, órgão vinculado ao gabinete do prefeito (AVRITZER, 2009, p. 577). Enquanto as assembleias regionais contam com a participação dos moradores dos bairros de cada uma das regiões

previamente organizadas, as assembleias temáticas são organizadas a partir de cinco áreas – saúde e assistência social, transporte e circulação, organização e desenvolvimento da cidade, cultura e lazer e desenvolvimento econômico (AVRITZER, 2009, p. 577-578). “O critério de participação é o interesse pelo tema e as decisões também são tomadas por maioria. As assembleias temáticas obedecem o mesmo calendário das assembleias regionais” (AVRITZER, 2009, p. 578). O Conselho do Orçamento Participativo tem por atribuições debater e aprovar o orçamento organizado pelo gabinete e rever a proposta orçamentária final, além de acompanhar a execução das obras aprovadas e discutir os critérios técnicos que podem inviabilizar a sua execução (AVRITZER, 2009, p. 579).

O orçamento participativo colabora na constituição de uma nova gramática social a partir de dois elementos em especial, segundo Santos (2009, p. 66), “distribuição justa de bens públicos e negociação democrática do acesso a esses bens entre os próprios atores sociais”. Configura-se assim “um processo de participação ampliada envolvendo um amplo debate público sobre as regras da participação, da deliberação e da distribuição” (SANTOS, 2009, p. 66-67). As pessoas se reuniam em salões de igrejas e outros espaços amplos para discutir e deliberar sobre onde será investido parte do orçamento, e assim a potência da democracia vai ganhando forma e configura a nova gramática social, através da inclusão de novos atores, do fortalecimento/resgate de vínculos sociais e relações mais equilibradas em termos socioeconômicos. À medida que a democracia vai se encarnando no tecido social, rompe-se o mero formalismo da democracia representativa, a política é transformada e o Estado chamado a responder às necessidades de grupos sociais historicamente abandonados. A eficiência de práticas como essa liga-se, em parte, a seu caráter inovador e por não ser identificada previamente como resistência e alternativa ao modelo capitalista de livre-mercado. Isso porque, à medida que o capitalismo se vê ameaçado pela emergência de políticas ao modo socialista impostas por via democrática, não hesita em abrir mão e apelar a meios antidemocráticos.

Já sustentamos, com base no pensamento de Santos, que o aprofundamento da democracia implica em sua tensão com o capitalismo e na luta contra a centralização do poder político. “A democracia de nossos dias é revolucionária na medida em que amplia e aprofunda a democracia social, ao conduzir eficazmente a luta contra o fascismo social, e defender com igual eficácia a democracia política contra as tentativas de desestabilização do fascismo político” (SANTOS, 2016, p. 134). É preciso ainda manifestar devotamento à democracia como valor universal e assumi-la como valor incondicional, contra mera

estima instrumental (SANTOS, 2009, p. 72). O ideal democrático que não limita ao modelo caricatural, está sempre aberto à reivindicação de direitos como moradia, bens públicos, reconhecimento da diferença e à problematização da gramática social e estatal de exclusão (SANTOS, 2009, p. 57). Para Santos (2016, p. 137), existem seis espaços-tempo de relações desiguais que precisam ser reconstituídos: o doméstico, o de produção, o da comunidade, o do mercado, o da cidadania e o mundial. Para ele, para se ter êxito no duelo anticapitalista é preciso lutar contra todas elas e só avançam “na medida em que em cada um dos espaços-tempo as desigualdades de poder diminuam” (SANTOS, 2016, p. 137). A conquista de êxito parcial depende da consciência dessa parcialidade e de contar com o apoio dos movimentos e das organizações sociais que lutam contra outras formas de poder. “O importante é que haja articulação entre os diferentes movimentos e organizações. O poder que atua em constelação só se combate eficazmente por meio de uma constelação de resistências” (SANTOS, 2016, p. 137).

Em tese, a experiência do OP continua em atividade, tendo completado 30 anos de seu nascimento em 2019³², porém, longe de ter o vigor e a participação intensa que contava em seu início. Desde 2017 não são realizadas mais assembleias³³, o que parecia justamente o diferencial e, em grande medida, responsável pela mobilização, debate e pelo exercício permanente da cidadania por uma parcela significativa da população em vista do discussão sobre a aplicação dos recursos públicos nas demandas sociais. Por um lado, é natural que experiências desta natureza sofram certo desgaste após período longo de existência. Por outro, isso também é fruto da falta de compromisso político e de espírito inventivo para encontrar estratégias de renovação destas práticas. Ao que parece, quando falta compromisso político falta também criatividade e inventividade para garantir a participação porque as noções democráticas tendem a ser mantidas apenas no nível da formalidade. Em termos de prática do OP o esvaziamento se dá porque são eleitas prioridades e ocorre a votação das mesmas para que o poder público estabeleça a escala das urgências, praticamente extinguindo o espaço do debate e da participação efetiva da população. Outras práticas tentaram substituir a participação da população na escolha de

³² A Frente Popular - formada por partidos de espectro político à esquerda, entre eles PCB - foi liderada pelo Partido dos Trabalhadores - PT e governou a cidade de 1989 a 2004. A frente partidária e a incidência popular dos quadros partidários foram elementos importantes para a decisão de tornar o orçamento mais participativo. SGARBOSSA, Marcelo. Disponível em: <<https://www.cidademaishumana.com.br/site/2020/01/o-legitimo-protagonismo-do-pt-em-porto-alegre/>> Acesso 25 mar./2022.

³³ Informação de Bruna SUPTITZ. Orçamento Participativo de Porto Alegre pode não ter assembleias em 2021. *Jornal do Comércio*. 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/pensar_a_cidade/2021/07/801841-orcamento-participativo-de-porto-alegre-pode-nao-ter-assembleias-em-2021.html> Acesso em 12 ago./2021.

prioridades em instâncias mais abrangentes, como é o caso da Consulta Pública do Estado do Rio Grande do Sul, processo que ocorre a cada quatro anos de forma virtual, para a eleição de temas que merecem investimento do governo estadual. Também neste caso, o desvirtuamento das iniciativas não conta com o essencial em termos de democracia participação, que é o debate e o envolvimento da população na defesa pública de temas e concepções acerca de como se compreende a política pública.

3.2.2.2 A experiência indiana da descentralização de decisões político-estatais em contextos de múltiplas desigualdades

A segunda experiência das que separamos representa este deslocamento de eixo vem da Índia, onde o desafio democrático ganha contornos ainda mais complexos, porque além das desigualdades de classe, sexo, etnia, religião e regionais, há as diferenças de casta (SANTOS, 2009, p. 67). A ruptura com uma gramática de exclusão ganhou espaço na província de Kerala. “Ali, diferentemente de outras partes da Índia, a infraestrutura associativa não reproduz o padrão dominante de organizações religiosas e de castas que reproduzem uma cultura da desigualdade” (SANTOS, 2009, p. 68). Entre os destaques e explicações estão: realidade com altos índices de sindicalização, atingindo trabalhadores informais, e que conta com uma gama de organizações femininas, estudantis e de juventude; a ruptura foi possível com a constituição de uma gramática associativa e com a contribuição da Frente Democrática de Esquerda em 1996 e o lançamento de campanha popular de planejamento descentralizado; os governos locais assumiram novas funções, com transferência de deliberações em forma de convenções em áreas rurais, participação de mais de dois milhões de pessoas, seminários de coleta de informações e planejamento, envolvimento de mais de 300 mil delegados, e força-tarefa de voluntários, adesão de mais de 100 mil pessoas (SANTOS, 2009, p. 68-69). Foi um “enorme processo de participação desencadeado pela transferência do processo de deliberação sobre o orçamento para o nível local” (SANTOS, 2009, p. 69). O aprofundamento da democracia indiana se deu também na forma de audiências públicas e tribunais populares com o objetivo de “criar constrangimentos políticos e sociais para os governos locais” para pressionar governos a agirem “de forma mais honesta e eficiente” (SANTOS, 2009, p. 69).

Entre os destaques acerca da iniciativa indiana está a problematização do Estado desenvolvimentista e centralizador e a ineficiência da democracia representativa em transformar o regime democrático em sociedade democrática. “Cinquenta e quatro anos de

governo democrático quase ininterrupto pouco contribuíram para a diminuição do alto grau de exclusão de que são vítimas as camadas subalternas” (HELLER; ISAAC, 2009, p. 602). Neste sentido, a arrojada experiência avançou em termos de escala e alcance, descentralizando o poder e compartilhando responsabilidades a ponto de atingir 1.214 órgãos democráticos locais, representando uma reconfiguração do Estado e de sua relação com a sociedade (HELLER; ISAAC, 2009, p. 602). A campanha de descentralização do planejamento conseguiu feitos relevantes, entre eles, dar efetivamente poder a governos locais e comunidades (HELLER; ISAAC, 2009, p. 603), através de ampla mobilização social e do desenvolvimento de “um dos maiores programas educacionais informais jamais empreendidos na Índia” (HELLER; ISAAC, 2009, p. 617). Sob a liderança dos movimentos sociais, a mobilização atingiu muita gente e acabou por pressionar o Estado por ceder em sua prepotência burocrática e clientelista, revigorando o envolvimento político direto e ativista e democratizando radicalmente a institucionalidade estatal. Para se ter uma ideia das mudanças, o período pós 1997-98 teve como resultado a destinação de 35 a 40% do orçamento anual de desenvolvimento sob a responsabilidade de instituições locais autogovernadas (HELLER; ISAAC, 2009, p. 616). Só no primeiro ano, cerca de 115 mil pessoas participaram de algum processo formativo, entre dirigentes eleitos, funcionários públicos e voluntários, sendo que alguns, cerca de 600, estudaram por 20 dias, outros participaram de 10 dias de formação e em torno de 100 mil pessoas estiveram em 5 dias de estudo (HELLER; ISAAC, 2009, p. 602).

Como ponderam Heller e Issac (2009, p. 621), “Ao substituir os sistemas convencionais de responsabilidade vertical dos partidos políticos e burocracias por um sistema de cooperação mais horizontal e fontes autônomas de autoridade, as estruturas de planejamento local da campanha conseguiram envolver os políticos e os funcionários públicos locais em um novo sistema”. Claro que devemos buscar nos afastar da ingenuidade quanto à democracia direta: não existem processos definitivos e garantias prévias de avanços permanentes; não faltarão estratégias e forças políticas interessadas em desestabilizar e/ou esvaziar seu sentido mais profundo. É preciso considerar os avanços, como “a demonstração de que as assembleias populares podem funcionar de forma eficiente”, sem se dar conta que a tendência é que o tempo diminua o ímpeto pela participação, além de contar com maior participação das classes desfavorecidas (HELLER; ISAAC, 2009, p. 635-636). O mais importante em situações como essas é a interpretação que se faz de processo como esses, uma vez que se pode justificar a inoperância da

participação ou, consciente da realidade que a envolve, apelar para a criatividade e buscar permanentemente novas estratégias de promoção da participação. Para os autores (HELLER; ISAAC, 2009, p. 640), ao mesmo tempo que é difícil manter a mobilização provocada pela referida campanha de descentralização do planejamento à medida que vai se tornando rotina, as novas fontes de autoridade democrática proporcionaram lições que não serão facilmente esquecidas. A demonstração da possibilidade e a inexistência de fórmulas prontas junto à necessidade de articulação flexível entre níveis locais e âmbitos mais abrangentes de redistribuição estão entre os aprendizados. A robustez e o avanço para dentro da institucionalidade de práticas desta natureza “costumam surgir de um projeto político que conscientemente inclui a sociedade civil e é construído a partir da lógica criativa e até turbulenta dos movimentos sociais” (HELLER; ISAAC, 2016, p. 642).

Para Santos, “tanto na Índia quanto no Brasil as experiências mais significativas de mudança na forma da democracia têm sua origem em movimentos sociais que questionam as práticas sociais de exclusão através de ações que geram novas normas e novas formas de exclusão do governo pelos cidadãos” (2009, p. 69) As duas experiências nascem do processo de renovação da sociedade e, nos dois casos, “foi preciso que um movimento político partidário tomasse a decisão política de abrir mão de prerrogativas de decisão em favor das formas de participação”, envolvendo processos de elaboração de regras complexas de participação (SANTOS, 2009, p. 69). São comuns aos empreendimentos a proveniência de mudanças de práticas societárias introduzidas pelos próprios atores sociais e o resgate de tradições democráticas locais ignoradas pela acomodação representativa hegemônicas nesses países (SANTOS, 2009, p. 70). Outra semelhança entre os arranjos de Porto Alegre e Kerala refere-se à articulação entre justiça distributiva e transferência de benefícios do nível nacional para o nível local e da sociedade política para disposições participativas, de alguma forma dando legitimidade para que os temas da inclusão social e do reconhecimento cultural entrem no debate político-eleitoral (SANTOS, 2009, p. 76).

As novas democracias devem, se tal perspectiva está correta, se transformar em novíssimos movimentos sociais, no sentido que o estado deve se transformar em um local de experimentação distributiva e cultural. É na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas. Esses potenciais, para serem realizados, precisam estar em relação com uma sociedade que aceite renegociar as regras da sua sociabilidade acreditando que a grandeza social reside na capacidade de inventar, e não de imitar (SANTOS, 2009, p. 77).

3.2.2.3 *A difícil luta contra a desigualdade de gênero na pós-revolução moçambicana*

Da Índia vamos para Moçambique para buscar alguns elementos sobre a luta das mulheres pelo acesso aos direitos e ao poder político. De lá vem uma das mais radicais críticas porque carregada de ambiguidades e camuflada por um discurso impregnado do que simboliza a luta das mulheres como é o caso da presença pública, do rompimento com posições conservadoras/coloniais/tradicionais, sem romper efetivamente com modelos sociais e com as relações desiguais de gênero³⁴ (OSÓRIO, 2009). Moçambique vinha de um período de orientação socialista e o multipartidarismo, introduzido em 1994, se dá num contexto de dominação hegemônica do modelo democrático, sem esquecer que saía de uma situação colonial e de uma guerra civil que dilacerou as pessoas e as instituições (OSÓRIO, 2009, p. 445-446). A ausência de tradição democrática, a debilidade econômica e a instabilidade social são algumas das marcas de uma democracia deficitária e que dificulta a existência de um debate político consistente. O que se verifica é que o compromisso com o “projeto nacional-revolucionário” e com o “partido” acabam por limitar e/ou relativizar a luta das mulheres pelo efetivo acesso ao poder político (OSÓRIO, 2009, p. 421-422). Outra tendência vinculada a esta prioridade, mas também aos apegos à tradição cultural, diz respeito à naturalização das funções e até dos critérios de julgamento das mulheres a partir do “lugar doméstico” e das responsabilidades vistas como ligadas à essência feminina ser dona de casa, mãe e esposa (OSÓRIO, 2009, p. 443-444). Assim, fica garantida a reprodução da desigualdade nos diferentes espaços sociais e o próprio “movimento” que deveria ser o lugar de libertação, por excelência, é mais um lugar onde a “desnaturalização” é difícil.

A luta desenvolvida pelo movimento das mulheres, acontecendo apenas no quadro da organização partidária, tem como resultado a filiação das expectativas de emancipação ao ideário de um partido dominado por homens, na composição da sua direção, nas suas práticas totalitárias e na exclusão da diferença. Portanto, o movimento das mulheres, não se constituindo como movimento social, com a sua identidade, submete-se (sob pena de ser excluído do projeto nacional) a um poder político que define seus objetivos estratégicos. Isto significa que, não sendo postas em causa as formas de dominação masculina, o poder reserva à mulher o papel de “companheira do homem engajado” ou “a que alimenta os combatentes”³⁵. O modelo androcático é, assim, legitimado (OSÓRIO, 2009, p. 429).

³⁴ A reflexão é resultado de uma pesquisa que observou, no período de 1992 a 1999, e entrevistou, entre outubro de 1998 e junho de 1999, 35 pessoas, 28 mulheres e 7 homens, e que tinha por questões centrais compreender os mecanismos de socialização que constroem o acesso da mulher ao poder e como as redes familiares podem ser a principal “motivação” para o acesso ao poder por parte das mulheres (OSÓRIO, 2009, p. 425-426).

³⁵ Referência a expressões do “Hino da mulher moçambicana”.

Completam este quadro diagnóstico a entonação no discurso oficial do acesso ao espaço público e o “estímulo” para que exerça seus direitos, mas fica implícito que esta atuação será orientada pelos interesses definidos na esfera privada, o que significa que o reconhecimento público estará condicionado ao desempenho de seu papel como mãe, esposa e companheira – (“a camarada”) em linguagem local (OSÓRIO, 2009, p. 429). “As mulheres são julgadas, punidas ou premiadas pela fidelidade partidária e pelo desempenho moral. Não foi raro, durante a campanha de estruturação do partido, em 1977, que as acusações mais frequentes feitas às mulheres acentuassem a moralidade judaico-cristã” (OSÓRIO, 2009, p. 429). A ascendência à direção das organizações do partido tem forte predomínio de seu pertencimento familiar dos dirigentes políticos ou com “reserva política” oriunda da luta pela libertação nacional (OSÓRIO, 2009, p. 429-430). Outra constatação importante é que, e aqui talvez se entenda os condicionamentos e a reprodução de lógicas hegemônicas, as mulheres que adentram o aparelho do Estado assumem, enquanto tendência, posições conservadoras em temas como aborto, divórcio e união de fato. “A inclusão das mulheres no campo político faz-se, pois, segundo a reprodução do modelo patriarcal e da manutenção de uma ordem social que preserve como campo, o masculino” (OSÓRIO, 2009, p. 430).

Ao invés de ser um espaço de efetiva emancipação da mulher, a presença da mulher no aparelho do Estado acaba por gerar constrangimento, porque faz transparecer que não é um poder que pertence a ela, mas que é outorgado pela “rede familiar” ou pelo partido. O discurso do direito da mulher e o formalismo das quotas que garantem sua presença na política, associado à sustentação ideológica do projeto revolucionário e aos condicionamentos das relações sociais sustentam uma realidade de esvaziamento do debate sobre a desigualdade de gênero, reforça a mentalidade que naturaliza a hierarquia e oculta a dominação. Algumas expressões utilizadas pelas próprias mulheres revelam como se dá a legitimação da mentalidade hegemônica, por exemplo, quando no exercício do poder político revelam suas responsabilidades com a casa, a maternidade e com a roupa do marido (OSÓRIO, 2009, p. 445). Para um grupo significativo de mulheres que exercem cargos eletivos, a naturalização está tão impregnada que não veem nenhum problema na distribuição desigual de recursos entre homens e mulheres, além de verem que a discriminação como algo resolvido porque está na lei a garantia dos direitos (OSÓRIO, 2009, p. 438). Desta forma, as mulheres “adotadas” pelo grupo familiar ou pelo partido para representarem os interesses do grupo passam a legitimar as práticas subalternas

(OSÓRIO, 2009, p. 439). “A presença delas no aparelho do Estado e nos partidos políticos podem passar uma ideia de avanço, porém esvaziam a luta política pela transformação de relações de gênero e, em certa medida, encobrem as desigualdades, sem questionar a estrutura, as hierarquias e os sistemas de valores que definem o lugar da mulher nas instituições” (OSÓRIO, 2009, p. 422).

Diante de um quadro realmente dramático porque a luta pela efetiva emancipação da mulher parece não ser legitimada por grande parte das próprias mulheres, por não ser visto como problema real, alguns sinais de problematização da realidade servem de alento. Os indícios se dão através da subversão ou da ruptura com um modelo político ou o afrontamento dos mecanismos de funcionamento das organizações políticas (OSÓRIO, 2009, p. 440). O desafio continua gigantesco no sentido de transformar a presença institucional em formas de ação e reconhecimento da diversidade e da diferença. O direito à diferença talvez seja a grande conquista a ser alcançada pelas mulheres moçambicanas, o que exige muita criatividade e ousadia para não serem “domesticadas”. Da forma como está posto o campo político não está aberto à participação política da mulher na perspectiva de um exercício livre e novo de poder, não estimula a inclusão da mulher como sujeito, uma vez que há o reconhecimento de que o conflito passa pela inconformidade com o modelo patriarcal. Se, por um lado, os passos são lentos e o questionamento explícito é difícil, por outro, “começam a surgir, nos discursos individuais das lideranças femininas, um certo desconforto face à desigualdade de status e uma insatisfação/angústia perante a não incorporação do sistema feminino de diferenciações nas práticas de poder” (OSÓRIO, 2009, p. 424). Diante de instituições democráticas que condicionam a inclusão da diversidade, faz-se necessário romper com ambiguidades e potencializar a criação de espaços de liberdade e de inovação, recriando a vida democrática a partir de novos valores como a dimensão emocional e o reconhecimento da diferença (OSÓRIO, 2009, p. 448).

3.2.2.4 A experiência democrática com a marca indígena na Bolívia

De Moçambique viajamos à Bolívia. Uma análise temporal do exercício da cidadania boliviana apresenta traços bem marcantes e que ajudam a pensar a cidadania em seu conjunto, considerando diferentes fases históricas, mas também diferentes realidades que coexistem em arranjos ou combinações peculiares e em mutação. Analisando os

escritos de Linera³⁶ (2010), acerca das diferentes “etapas” da cidadania boliviana, é possível traçar perspectivas ou fases que articulam tendências nesse exercício que se pode dizer, com base no autor, acontecem no interstício entre o Estado, a sociedade civil, as diferentes mediações “associativas” e/ou “moralidades” sociais. O cidadão surge “quando um conglomerado de indivíduos vinculados por múltiplos laços de interdependência supõe que suas prerrogativas políticas estão incorporadas na normatividade estatal e as pratica segundo este entendimento” (LINERA, 2010, p. 99). A cidadania diz respeito à eficiência entre vida civil e como ela é projetada como vida política, enquanto vida compartilhada e gerida com outros (LINERA, 2010, p. 99). Refere-se à sensibilidade coletiva convertida em fato estatal que altera o comportamento social em “dispositivo público normatizador da vida política de todos” (LINERA, 2010, p. 99). “Não é por acaso, então, que os processos de formação cidadã são também os da construção de nações, pois trata-se de duas maneiras de abordar o mesmo problema da constituição do coletivo” (LINERA, 2010, p. 99).

A invenção da cidadania de massas na Bolívia ocorre, segundo Linera (2010, p. 99), após os 50 mil mortos do Chaco, em referência ao conflito armado com o Paraguai, e da Revolução de Abril, insurreição popular de 1952. É da interconexão entre tragédia e destino, dos combates primitivos das relações de forças e dos pactos que daí surgem, que a lei evoca ousadias e servilismos provocador de “um novo lugar de cidadania” e que a pátria deixa de ser prolongamento da fazenda e dá uma virada na noção de direitos (LINERA, 2010, p. 99). Trata-se de um processo longo, conturbado, carregado de ambiguidades e que vamos apontar alguns traços, para explicitar como é possível identificar sinais de uma democracia encarnada na realidade social boliviana, considerando que em termos de democracia ou cidadania, como em política e na realidade social, não existe algo estabelecido ou definitivo. Linera aponta três grandes temas, como se fossem etapas do desenvolvimento da cidadania na Bolívia, destacando a realidade étnico e

³⁶ Álvaro García Linera é um dos mais importantes intelectuais de seu país e da América Latina na atualidade, aliando a tradição do pensamento marxista, militância política e o pensamento crítico em busca de alternativas de transformação revolucionária da realidade. “Álvaro utiliza de forma criadora a dialética como instrumento de apreensão da realidade, fugindo dos dogmatismos e das renúncias teóricas dos grandes problemas do nosso tempo e dos desafios que os processos boliviano e latino-americano têm hoje, na era da globalização neoliberal e da construção de um socialismo comunitário” (Emir Sader). Linera é autor de outras obras: *La condición obrera: estructuras materiales y simbólicas del proletariado dela minería mediana – 1950 a 1999* (2001); *El estado: campo de lucha* (2010); *Identidad Boliviana, nación, mestizaje y plurinacionalidad* (2014); *La condición obrera in Bolívia: ciclo XX* (2014); *Socialismo comunitário: un horizonte de época* (2015); *Democracia, Estado, nación* (2015); *Qué horizonte: hegemonia, Estado e revolución democrática* (2019); *La etnicidad como capital simbólico: estructura social, clase y dominación en la obra de Pierre Bourdieu* (2019); *Democracia, Estado, Rivoluzione: presente e futuro del socialismo del XXI secolo* (2020), entre outras. Além de intelectual e autor, Álvaro Linera foi vice-presidente da Bolívia de 2006 a 2019, em chapa tendo Evo Morales como presidente.

sociocultural e a formação da nação boliviana e aqui sintetizado. Com a ressalva e o risco da interpretação linear dos fatos, quando a realidade é dialética, conflitiva, complexa, contraditória, ambígua e extremamente fecunda, apontamos alguns movimentos na perspectiva da gramática social que busca a todo tempo romper com as hierarquias e desigualdades naturalizadas no interior da sociedade. São elas: cidadania de castas, marcada pela exclusão de mulheres, crianças e dos povos nativos; cidadania corporativa, assinalada pela insurreição da plebe armada; cidadania irresponsável, abalizada pelo voto e a escolha de governantes como decisivo para o modelo democrático. Com base na análise do processo que desencadeou na eleição do primeiro indígena como presidente do país (Evo Morales) e no compromisso político assumido inicialmente na condução do governo, aproximamos este exercício da cidadania popular, por representar um novo bloco de poder político e as melhores condições para uma nova gramática social.

A complexidade, a ambivalência se confundem com a potência democrática e a intensidade com as disputas das diversas forças político-ideológicas bolivianas. A assembleia deliberativa de 1825 e a Constituição de 1826 dão a letra da cidadania de casta ao outorgarem direitos políticos e jurídicos aos possuidores de renda elevada, profissão, aos que sabiam ler e escrever e aos que não se encontrassem em condição de servidão (LINERA, 2010, p. 101). Os indígenas eram desconsiderados para o Estado, enquanto as crianças deveriam esperar a herança e o crescimento biológico, e as mulheres eram excluídas, podendo interferir “na política” por meio de seus arranjos matrimoniais. “Os indígenas, homens e mulheres, apresentaram-se desde o início como exterioridade mais profunda e irredutível do Estado” (LINERA, 2010, p. 102). Assim, o Estado foi consolidando dispositivos administrativos e entrincheirando as classes abastadas em seu interior para confrontar os nativos. “Não há portanto, nem sequer um vislumbre de simulação de incorporar o indígena porque o que define o Estado, as frações sociais unificadas politicamente como poder governamental, é precisamente a conjura permanente contra a indiada” (LINERA, 2010, p. 102). Desta maneira, a cidadania de casta mina tudo aquilo que é intrínseco à cultura/etnia indígena como as estruturas comunais, e a propriedade comum, da cultura oral e da identidade coletiva, em favor da propriedade privada, da cultura letrada e da soberania individual. “A cidadania se apresenta, então, como uma descarada exibição de estirpe: não se faz um cidadão, mas se nasce cidadão. É um enigma de berço e ascendência; sua realização é só um problema de maturidade

biológica, porque a genealogia do sobrenome é aqui a garantia dos direitos políticos” (LINERA, 2010, p. 103).

Historicamente a cidadania corporativa remete à revolução de 1952, onde a plebe armada fez valer a força para dar corpo ao que julgava ser seus direitos. “A sociedade subalternizada irrompeu como sujeito desejoso de fazer-se responsável por seu futuro, como sujeito carregado de intenções em relação ao encargo dos assuntos públicos, criando assim uma nova legalidade de fato” (LINERA, 2010, p. 104). Para o conjunto da sociedade passou-se a ideia de entidade unificada, exercendo pressão para que o Estado corroborasse a cidadania emergente em forma de insurreição como fusão de três elementos: autonomia das classes populares; força suficiente para obter a chancela da institucionalidade sob forma de energia coletiva; generaliza-se em espaço social de soberania territorial nacionalizadora e aglutinadora da sociedade civil (LINERA, 2010, p. 104-105). O rompimento da plebe com a institucionalidade estatal revela que a ambição democrática, quando consolidada e articulada profundamente na base social nem sempre está afim de aguardar a maturidade de processos lentos, mas irrompe quando estão criadas certas condições organizativas de massa. A marca deste período de três décadas foi a presença do sindicato como mediador privilegiado e a pressão exercida por ele sobre o Estado em nome da classe popular, especialmente dos trabalhadores sindicalizados. A grandeza de tal feito se vincula à invenção real de um direito coletivo, através da capacidade de, liderado pelo sindicato armado, impor condições sobre o funcionamento do Estado (LINERA, 2010, p. 105-106). O limite ou a miséria de tal ação da plebe está no “direito de falar, de resistir, de aceitar, de pressionar, de exigir, de impor um rosário de demandas aos governantes, mas *jamais poderá ver a si mesma no ato de governar*” (LINERA, 2010, p. 106). A legitimidade do processo se dava através da garantia de ganhos políticos, culturais e econômicos ao conjunto dos politicamente representados (LINERA, 2010, p. 107). Como o poder do “trabalhismo” sindical se sustentava na articulação do Estado, quando este tirou arbitrariamente o poder do sindicato seu modelo de cidadania entrou em crise e não conseguiu se renovar politicamente (LINERA, 2010, p. 109).

A “fase” da cidadania irresponsável inicia em 1986 com a consolidação do voto como mecanismo de eleição dos governantes, regulada pelo sistema de partidos e, para Linera (2010, p. 109), estruturou “o moderno mercado de fidelidades políticas chamado democracia”, contando com a aliança entre elites endinheiradas e arrivistas de capitais simbólicos e culturais. O paradoxo levantado pelo autor é que, embora as eleições, em tese,

impliquem no respeito à vontade das pessoas e na “sutil mutilação de direitos sociais”, o que normalmente acontece se a democracia se reduzir ao tempo de votar na proporção com a responsabilidade de gerir a coisa pública (LINERA, 2010, p. 109-110). No caso da Bolívia isso significou ignorar o referencial sindical e culturalmente a tradição de propriedade e identidade comunal próprio da realidade indígena, por exemplo, em nome de um “ritual em que a sociedade *abdica* voluntariamente de sua decisão de se governar e de se autorrepresentar como conglomerados coletivos ou fidelidades associadas” (LINERA, 2010, p. 110). Associado a um contexto de globalização da economia em escala planetária, as formas de organização da sociedade com legitimidade pública foram substituídas pelo contingenciamento de grupos operários, flexibilização dos contratos, fragmentação do trabalho familiar, entre outras medidas, justificadas pelo *slogan* do “encolhimento” do Estado. O que ficava oculto eram os interesses das elites e sua pactuação com representantes e partidos e que camuflavam “um conjunto de técnicas sociais, em grande parte burocráticas, que colonizam almas, retorcem hábitos e purgam conhecimentos para impor outros” (LINERA, 2010, p. 111).

Em síntese, pode-se dizer que essa maneira de estruturar a forma de governo e de cidadania está atravessada por uma dupla impostura. A primeira, porque, longe de ampliar os territórios de intervenção democrática da sociedade dentro do próprio espaço político e para os espaços econômicos, culturais etc., os direitos políticos se restringem a uma mera nomeação dos que pensarão e decidirão pela gente. A segunda, porque se simula a concorrência de individualidades privadas e em estado de desprendimento associativo, que são o requisito para a eficácia dos modos liberais de construção da unidade político-estatal, quando na realidade a estrutura social boliviana está trespassada por inúmeros segmentos corporativos, por múltiplas filiações comunais, por densas redes de agregação econômicas e políticas locais de longa tradição histórica que desnudam como uma fraude o ideal liberal da sociedade como mera aglomeração de proprietários privados desenraizados (LINERA, 2010, p. 111-112).

Embora o conceito, às vezes pareça mera formalidade teórica, bem entendido ajuda a pensar as relações. Para Linera (2010, p. 100), “o cidadão não é um sujeito de direitos, ainda que necessite deles para efetuar sua cidadania: antes de tudo é o sujeito que *se assume* como sujeito de direitos políticos, que não correspondidos pela normatividade estatal, ou seja, é um sujeito em *estado de autoconsciência* de certas faculdades políticas”. No fundo, o cidadão exercita-se enquanto “vontade de intervir nos assuntos que o vinculam aos demais cidadãos” e a cidadania enquanto “*responsabilidade política exercida*, como forma de intersubjetivação política” (LINERA, 2010, p. 100). Na Bolívia, apesar de a hegemonia ser, em grande parte do tempo, tomada por forças políticas e econômicas que reforçam as desigualdades e hierarquias sociais, como a tendência do período neoliberal

inaugurado na década de 1980, com forte acento privatista e amparado no capital estrangeiro, essa participação e a luta pela hegemonia política parece constante. Neste sentido, a concepção, o papel e mesmo a pressão sobre o Estado é um dos temas que merece atenção por estar permanentemente em disputa, como já indicado na discussão das distintas “fases” da cidadania boliviana. “O Estado pode potencializar uma maneira específica de cidadania para garantir seu papel dominante; pode sancionar e subalternar modos distintos ou antagônicos prevaletentes, mas não pode inventar o cidadão” (LINERA, 2010, p. 100). Na fase neoliberal o exercício da cidadania foi balizado por “limitações burocráticas e recorrentes buscas de adequações administrativas que agravam o distanciamento entre vontade social geral e gestão estatal” (LINERA, 2010, p. 100). Mas a disputa e a tensão sempre estiveram presentes, passando por nova guinada com a chegada à presidência de um representante do movimento indígena, outra temática/realidade muito particular no país.

A grande questão que articula os dois temas diz respeito ao progresso na direção do reconhecimento de um Estado multinacional e multicivilizatório. Como não poderia deixar de ser, as resistências eram muitas, pois exigia o rompimento com a esquizofrenia de elites que durante séculos sonhavam com uma sociedade moderna e branca, copiando instituições, leis e a lógica da modernização de mercado, num contexto de maioria indígena e onde muita coisa não faz sentido para mais da metade da população (LINERA, 2010, p. 196). Alguns sinais de avanço foram percebidos através de programas políticos de revitalização e promoção da autonomia indígena, em especial na região de aimará, e que tem uma marca radical na relação com os demais movimentos indígenas do continente. “Quando uma etnia conquista autonomia em relação a um sistema de dominação, torna-se nação, e o conjunto de lutas e reivindicações indígenas postos em marcha nas últimas décadas pelo povo aimará, o coloca como candidato potencial a constituir uma identidade nacional-estatal” (LINERA, 2010, p. 197). O prestígio político de identidades culturais ou nacionais e sua incorporação institucional são alguns dos sinais de reconhecimento pela diversidade etnocultural e pela pluralidade civilizatória, mas na Bolívia o tema sempre teve consistência, não como concessão e sim quanto luta pela extinção da discriminação étnica. Exemplo disso é a peleja pela igualdade de condições na carreira burocrático-administrativa para incluir, além de competências técnicas e saberes administrativos, o prestígio dos idiomas indígenas como meios legítimos para acessar os cargos.

Em conjunto, todas essas transformações significariam que, no âmbito dos poderes legislativos, judiciários e executivos, além de distribuírem proporcionalmente sua administração unitária geral e territorial de acordo com a procedência étnica e linguística, as formas de gestão, representação e intervenção social deveriam incorporar múltiplos mecanismos políticos compostos, como a democracia representativa (por meio dos partidos), a democracia deliberativa (por meio das assembleias), a democracia comunal (*ayllus*³⁷) e assim por diante. Trata-se, então, de compor, em escala macro e generalizada, instituições modernas com tradicionais e representação multicultural com representação geral, em correspondência com a realidade multicultural e multicivilizatória da sociedade boliviana (LINERA, 2010, p. 221).

Isso é reflexo de uma realidade que, embora com dificuldades reais de consagrar a igualdade em diversas instâncias, mantém a luta pelos direitos à flor da pele. Em permanente processo de disputa sociopolítico e cultural, a Bolívia é atravessada por diversas fases e por muita complexidade e pluralidade entre o rural e o urbano, a elite e as camadas populares, e de suas articulações com movimentos indígenas e outros grupos, inclusive com a luta armada. Entre os vários momentos de tensão, destacam-se dois, pelas consequências imediatas distintas e pela dimensão da grandiosidade do que estava em jogo. Trata-se do que Linera (2010, p. 315) classificou como “empate catastrófico” e do período da virada do século, quando a Bolívia viveu um dos “momentos de maior intensidade da luta sociopolítica que já se viu” nos últimos 50 anos, quiçá do último século. A noção de empate catastrófico é baseada nas ideias de Gramsci e se refere ao momento em que o equilíbrio de forças é tamanho a ponto de gerar certa paralisia gerada pela confrontação de baixa intensidade e pela indefinição na luta pela hegemonia (LINERA, 2010, p. 315). O cenário de “luta generalizada e ampliada pela reconfiguração do poder econômico, do poder político e do poder cultural, tão conflituoso, pode ser caracterizado como uma época de crise estatal geral” (LINERA, 2010, p. 295). O pêndulo dá sinais de que pode se deslocar à esquerda a partir de sinais de crise do Estado firmado na correlação de forças predominante no período de 1985 e 2000, amparado na concentração, na monopolização do capital burocrático administrativo e na capacidade de decisão e formado pelo bloco de poder do setor exportador, especialmente dos segmentos de mineração e agroindústria (LINERA, 2010, p. 300). Mas não é só porque as promessas de crescimento prometidas (na faixa de 10% ao ano) não foram cumpridas e porque o

³⁷ O termo remonta ao período do império Inca, mas aqui é importante compreender a potência da organização comunal desses grupos, sua mobilização enquanto grupo e o significado na composição dos movimentos sociais bolivianos. Essas comunidades tem tradição no sistema de propriedade da terra que combina, a propriedade individual-familiar com propriedade e posse comunal de terras de cultivo, em certas comunidades, e terras de pastoreio e recursos hídricos, na maioria delas (LINERA, 2010, p. 258). Além disso, a maioria dessas comunidades é formada por “estruturas produtivas, culturais e de filiação que combinam nodos de organização tradicionais com vínculos com o mercado, a migração urbana e lentos processos de diferenciação social interna” (LINERA, 2010, p. 259)

sonho do bem-estar social deu lugar ao aumento do desemprego (passando de 3% em 1994 para 13,2% em 2003) que o modelo vigente foi interrompido (LINERA, 2010, p. 296-297). A tensão foi levada ao extremo arrastando a Bolívia a um campo político extremamente dualizado, confrontando as crenças dominantes no livre mercado, no investimento externo e na democracia liberal e os valores da nacionalização, da descentralização, da autonomia e da perspectiva do governo ou autogoverno indígena (LINERA, 2010, p. 301).

Há um marco importante que reporta a outro momento histórico vivido no país, sob outras circunstâncias e atores sociais. “A rigor, desde o ano 2000, estamos vivendo mais um ciclo de insurgência indígena, dirigida à disputa da condução estatal e da hegemonia político-cultural da sociedade” (LINERA, 2010, p. 304). Entre as características que marcam esses novos movimentos sociais estão a luta pela conquista de necessidades básicas e da defesa de recursos territoriais de gestão comunitária, sua capacidade de reconstruir o tecido social e sua autonomia em relação ao Estado (LINERA, 2010, p. 304). As comunidades indígenas urbanas e rurais, camponesas e dos arredores – considerados as células de outra sociedade – “são a coluna vertebral articuladora de outros grupos sociais e de outros modos locais de unificação, influenciados pela atividade econômica e cultural camponês-indígena, e fazem dessa ação coletiva, mais que um movimento social, um movimento societal, pois trata-se de uma sociedade inteira que se translada no tempo” (LINERA, 2010, p. 305). A articulação de diferentes segmentos ganhou consistência e passou a se identificar em torno de questões como da territorialidade e da identidade indígena e a almejar políticas públicas de nova matriz e a propor a transformação do atual Estado monocultural em institucionalidade multinacional. Depois de um cenário de alto risco e de conflito generalizado pela redistribuição do poder estatal entre setores tradicionais e os segmentos marginalizados das estruturas de decisão do país e de medir forças em nível de equilíbrio (LINERA, 2010, p. 315), parece que a mobilização social de novo caráter teve um desfecho também novo. A vitória eleitoral de Evo Morales em 2005 e o início do governo no ano seguinte tem muito de simbólico porque representa a democracia em termos profundos no interior da sociedade. Significa uma nova coalizão social, um novo bloco dirigente, agora formado por camponeses indígenas com vínculos regulares com o mercado e indígenas camponeses de terras baixas e dos *ayllus* andinos, além de pequenos produtores urbanos e setores de atividade mercantil relativamente avançada e os que podem ser chamados de “empresário de origem popular” (LINERA, 2010, p. 337). Enquanto o antigo bloco social dominante transformou-se, neste período, em

força política minoritária, as classes sociais mobilizadas por quase uma década se constituem como “novo bloco de poder nacional geral dirigente”. À época celebrava-se a conquista popular com forte marca indígena que representava “um novo sistema político, no qual se reconfiguram cinco aspectos: as características classistas e culturais do novo bloco de poder estatal, as novas forças políticas duradouras no país, as novas gerações de lideranças, a distribuição territorial do poder estatal e, claro, o novo sistema de ideias antagonizáveis a curto e a médio prazos” (LINERA, 2010, p. 339).

Entre as lideranças políticas e de movimentos sociais responsáveis pela chegada e com articulação na condução do governo da Bolívia num período de treze anos no início do século XXI estava clara a necessidade de reforma profunda no Estado a ponto de deixar algumas marcas duradouras. Um dos sinais simbólicos de grande impacto em termos do significado para o exercício da cidadania foi o movimento para assegurar na constituição boliviana os três níveis de democracia: representativa, participativa e comunitária, associada e traduzida pela perspectiva político-institucional de tipo plurinacional. Eleito em 2005, fruto de um processo amplo e longo de articulação de movimentos sociais, com forte participação indígena e tendo a na luta contra a privatização da água em Cochabamba um sinal verde para avançar, o governo de Evo Morales e Álvaro Linera leva a cabo uma das bandeiras de campanha, convocando, já em 2006, a Assembleia Nacional Constituinte. É importante citar a contribuição do *Movimento al Socialismo*³⁸ (MAS) e o forte apoio popular oriundo da base popular constituída ao longo de décadas de mobilização e formação como suporte para que o governo tivesse força política para realizar mudanças de tamanha envergadura (NÓBREGA, 2018, p. 170). O movimento de retomada da responsabilidade social do Estado culminou com a nova Constituição, que refunda o papel do Estado em termos de reconhecimento da diversidade cultural-étnica e no que diz respeito à indução da economia, este último aspecto já citado. “Em 2009, após referendo popular, restou aprovada a Nova Constituição da Bolívia, a qual designou o Estado Boliviano como um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias” (NÓBREGA, 2018, p. 169). Dessa maneira, a Constituição da Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo jurídico, econômico, cultural e linguístico, atribuindo ao Estado responsabilidades sobre direitos, políticas públicas e obrigações, redesenhando e

³⁸ Grupo que congrega os interesses da grande maioria dos pobres e explorados da sociedade boliviana, sejam eles brancos, mestiços ou indígenas, mas com concepções ideológicas e raízes profundamente indígenas (NÓBREGA, 2018, p. 168).

redefinindo o próprio conceito de Estado (NÓBREGA, 2018, p. 169). Destaca-se ainda, segundo Nóbrega (2018, p. 170-171), o reconhecimento das “formas de governo próprias dos povos indígenas, suas economias, sistemas jurídicos, medicina, educação e reprodução cultural” (p. 170), portanto, a autonomia dos territórios indígenas, assim como a autonomia e a livre determinação enquanto concepção jurídica mais ampla que a individual (p. 171) e a forma democrática participativa popular ampliada (p. 172). Na perspectiva de Santos, isso implica no reconhecimento de interculturalidades ou de ecologia de saberes.

As lições da experiência boliviana são muito importantes porque reveladoras das singularidades e de como a diversidade profunda vai dando passos na direção de certa unidade em torno de causas coletivas ou comuns. E mais: não na direção da homogeneização cultural, mas de consensos possíveis do ponto de vista político sem ignorar as diferenças de identidades e de tradição cultural e num cenário que é de permanente disputa e conflituosa, em que não se dá nada de graça e tudo é conquistado, negociado e alterado na base da pressão e da mobilização. O paraíso não existe e o sonho da democracia como lugar de chegada e estabilidade social duradoura aos moldes da harmonização das relações não passa de um idealismo. Apostar na democracia é apostar sim no processo e, em certa medida, fugir da segurança inclusive confrontar a lógica da acomodação humana. A realidade atual da Bolívia, mas também o período de maiores conquistas populares é singularmente reveladores dessa quase condição intrínseca à democracia. A perspectiva democrática de alta intensidade ou compreendida enquanto modo de vida como a que estamos buscando discutir é marcada justamente por sua incidência ou seu enraizamento no interior da sociedade. Particularmente na Bolívia é possível verificar como a participação e o envolvimento intenso de distintos grupos sociais em processos de mobilização quase permanentes é que sustentam as redes de articulação entre o sujeito social e seus espaços sociais/grupais comunitários. No caso em análise, as estruturas, forma sindicato, responsável pela formação da identidade mobilizadora de classe (LINERA, 2010, p. 228), a “forma multidão”, em certa medida em substituição e também complementar à primeira e responsável pela manutenção da identidade ou pela dimensão subjetiva que sustenta a mobilização, e a “forma comunidade”, responsável pela tradição cultural e pela inovação na forma de manter vínculos próprios do mundo indígena-camponês e também com a urbanidade.

3.2.3 A história como utopia, não repetição

A proximidade da virada do século levou muitos “profetas”, de distintos matizes, desde os mais apocalípticos, passando por diagnósticos mais realistas e outros de apologia ao “modernismo de mercado” a anunciarem o “fim da história”³⁹. Estes últimos, embora parecessem apocalípticos, invocavam outro sentido do fim, em termos de direção única, de que tudo havia sido descoberto e que o futuro não passaria da continuidade ou do aprofundamento do já arquitetado quanto às adjacências político-econômicas. Ao que parece, essa não é a única interpretação possível, embora tudo o que se almejava era exatamente, a exaltação da visão única e a última versão da história. A unicidade da história, isto sim, diz respeito ao fato de que tudo o que existe, enquanto realidade e possibilidade, cabe na única história, todavia, uma história aberta e dialética, mesmo que, para alguns bem posicionados a continuidade representa a infinidade de conquistas. Para estes, mudar sem grandes rupturas, mudar para continuar a mesma coisa, é tudo o que se espera. Já para os perdedores, por mais que a resignação seja o único valor que se lhe é apresentado, as fendas da história são a esperança de outra realidade. Os sinais de esperança muitas vezes exigem sensibilidade aguçada, diante de mentalidades e modos de vida que se constituem hegemônicos. As experiências históricas exercem uma função muito importante, à medida que se constituem em ponto de contato entre a realidade e a utopia, permitindo o ingresso da utopia na história, e articulando o horizonte projetado com os sinais históricos abertos a um futuro equânime e de justiça social.

É nesta perspectiva que o resgate e o movimento de aproximação entre diferentes iniciativas, sem ignorar o contexto sociocultural onde se desenvolvem, pode se aproximar do procedimento de tradução intercultural e interpolítico à medida que “combinam a luta pela igualdade com a luta pelo reconhecimento da diferença”. Afinal, “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a

³⁹ Com o título, “O fim da história”, o filósofo e economista política nipo-estadunidense Francis Fukuyama, publicou, em 1989, publicou um artigo, transformado em livro em 1992 com o título, “O fim da história o último homem” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Fukuyama). Baseado nas transformações de mentalidade e nos eventos geopolíticos do período Fukuyama defendeu que estaríamos definitivamente passando por uma mudança de pensamento e ingressando numa perspectiva liberal tanto em caráter econômico quanto ideológico. O autor defende nos escritos que a grande disputa ideológica do século XX entre liberalismo, fascismo e comunismo teve fim, com triunfo ideológica da democracia liberal “ocidental” como forma política e a economia de mercado como forma econômica (*CARTA CAPITAL*, Uma nota sobre “O fim da história”, de Francis Fukuyama, publicado em 19 abr./2019. Disponível em: <<https://www.Carta-capital.com.br/blogs/brasil-debate/uma-nota-sobre-o-fim-da-historia-de-francis-ukuyama/>> Acesso em 31 ago./2021).

igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2016, p. 155). O exercício da cidadania é por excelência processo permanente de fuga, por um lado, da inferiorização, por outro, da descaracterização. Por isso, iniciativas como a da promoção da democracia direta como a do orçamento participativo de Porto Alegre e de descentralização do planejamento estatal como a de Kerala, na Índia, se destacam pela inclusão de novos atores sociais nas decisões sobre o investimento público, na tentativa de mitigar as hierarquias que reforçam a classificação e manutenção de certos grupos sociais na condição de inferiorizados. Quando as questões mais evidentes são de descaracterização, parece vincular-se mais diretamente às realidades como à da identidade indígena da Bolívia ou das mulheres moçambicanas que, em nome da revolução político-ideológica, eram induzidas a suportar a naturalização de sua presença subalterna e direcionadas na política.

Já está suficientemente evidente que o aprofundamento da democracia implica no resgate/estabelecimento da tensão com o capitalismo. Por sua vez, progredir em direção à emancipação social e da autoridade partilhada também implica um passo decisivo na direção da libertação da tripla lógica tirânica.

Desmercantilizar, democratizar e descolonizar significam refundar os conceitos de justiça social, incluindo na igualdade e na liberdade o reconhecimento da diferença (para além do relativismo e do universalismo), a justiça cognitiva (a ecologia dos saberes) e a justiça histórica (a luta contra o colonialismo estrangeiro e o colonialismo interno). Quanto mais amplo for o conceito de justiça, mais aberta será a guerra da história e da memória, a guerra entre os que querem recordar e os que não podem esquecer (SANTOS, 2016, p. 145-146).

Contudo, o combate à tripla forma de hierarquização social sugere construir espaços alternativos ao que representou a década de 1980, o ingresso não na década perdida mas em décadas perdidas para países periféricos e semiperiféricos no sentido de interromperem projetos de desenvolvimento econômico com algum avanço na promoção social entre as camadas populares, mesmo sem corrigir as desigualdades (SADER, 2009, p. 655). Contestar políticas de ajuste fiscal e de austeridade econômica ganham contornos relevantes porque, além de serem os responsáveis por inviabilizarem conquistas e direitos sociais, esvaziando, por conta disso, a democracia representativa do conteúdo que gerava tensão com o capitalismo (SANTOS, 2016, p. 164). O cultivo de alternativas à visão única e ao fim da história passa pelo fortalecimento da democracia participativa que, segundo Santos (2009), pode se dar a partir de três teses, sendo a primeira o fortalecimento da democracia. Esta parte da negação da forma única da democracia, afirma-se na sustentação da noção de multiculturalismo, na deliberação pública e no adensamento da

participação, e tem como prerrogativa que o sistema político abra mão de certas decisões em favor de instâncias participativas (SANTOS, 2009, p. 77). A segunda tese refere-se ao fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global, pressupondo que experiências locais bem sucedidas devam ser expandidas para o nível global, a fim de se constituírem como alternativas (SANTOS, 2009, p. 77). A terceira tese afiança a ampliação do experimentalismo democrático, e consiste no caráter inventivo dessas experiências democráticas com origem em novas gramáticas sociais. “É necessário para a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia que se multipliquem experimentos em todas essas direções” (SANTOS, 2009, p. 78).

A transformação da democracia caricatural ou de baixa intensidade, sendo ele um movimento explícito e de confronto aberto ou não, implica na mudança da lógica do modelo único para o reconhecimento da pluralidade, portanto, da imposição do modelo liberal para a democracia. E se a solução não é única, mas está na pluralidade, a criatividade social na busca de alternativas é também um movimento subterrâneo e que se constitui a partir de iniciativas abertas, ou mesmo circunstancial no sentido de atacar a necessidade localizada e que não têm a intenção consciente de configurar outra lógica social. A realidade é mais complexa e diversa, difusa e contraditória, que a perspectiva captada pelos movimentos de articulação política ou analíticos, mas os movimentos sociais desenvolvem certa articulação de grupos através da aglutinação de demandas, sejam elas materiais e/ou simbólicas. Desta maneira, os movimentos, associações e outras formas de agrupamento social exercem um papel importante e não devem ser ignorados quando a intenção for dar intensidade às práticas democráticas. “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos” (SANTOS, 2009, p. 53). Eles têm valiosa contribuição no sentido de dar nova institucionalidade à diversidade cultural, rompendo as barreiras da visão única.

A alternativa não está na substituição de uma lógica por outra e menos ainda na identificação de um único empreendimento, mas na abertura à pluralidade e à diversidade, na multiplicidade de experiências sociais e na forma como ela estimula e cria lastro democrático no interior da sociedade. Nesta perspectiva, o Fórum Social Mundial – FSM⁴⁰,

⁴⁰ Evento que reúne entidades, movimentos sociais, ONGs e pessoas com destacado compromisso e que acreditam na constituição de uma sociedade mais justa e equânime e em alternativas ao modelo econômico neoliberal e que buscam superar a perspectiva meramente formal da democracia. A primeira edição aconteceu em Porto Alegre, em 2001, e tinha entre as motivações marcar simbolicamente a experiência

inaugurado na mesma cidade e em grande medida por conta da experiência e da relevância atribuída ao orçamento participativo, reuniu líderes de inúmeras organizações, movimentos e associações e se transformou em evento-símbolo da resistência e da alternativa ao modelo político-econômico vigente. O FSM tem reunido a diversidade real e promovido a multiplicidade social, e suas primeiras edições, centralizadas e realizadas em Porto Alegre, impactaram de forma significativa porque colocaram no mesmo lugar e em diálogo inúmeras iniciativas dispostas a lutar por “outro mundo possível”. O FSM coloca as forças progressistas do mundo num novo patamar de reconhecimento e dá um caráter auspicioso a elas no início do século XXI (SANTOS, 2016, p. 139). A dinâmica adotada e o fato de ser expressão simbólica de inúmeras iniciativas que emergiam em muitos lugares ao lado da inovação quando à utilização de novas tecnologias da informação assinalaram o debate político da primeira década deste milênio. “É um movimento muito heterogêneo em termos de base social, no qual, ao contrário do que se pode pensar, dominam organizações de trabalhadores, mas que não se apresentam como tal. Apresentam-se como camponeses, desempregados, indígenas, afrodescendentes, mulheres, moradores de bairros degradados, ativistas de direitos humanos, ambientalistas etc” (SANTOS, 2016, p. 140). O *slogan* “outro mundo possível” revela heterogeneidade e sinaliza a articulação de diferentes agendas de transformação social profunda, incluindo o modelo de Estado. E não se trata de delatar apenas os equívocos do capitalismo quanto à tendência homogeneizante, mas de reconhecer que a diversidade e a heterogeneidade celebradas no FSM são resposta também aos fracassos socialistas do século passado, ações centradas no movimento operário e na contradição capital/trabalho, e traduzida mais pelo comando único que pela unidade propriamente (SANTOS, 2016, p. 140).

Foi contra essa cultura política e para superar as frustrações que ela criou que o FSM se apresentou como celebração da diversidade dos movimentos sociais, das concepções de emancipação social, das estratégias e das táticas para alcançar outro mundo possível. E também como celebração da horizontalidade, ou seja, de relações de igualdade na gestão dessa diversidade. Obviamente, a diversidade e a horizontalidade têm um custo elevado quando se trata de construir com base nelas uma frente de luta contra o capitalismo. É que o futuro não se constrói

desenvolvida pela administração municipal da descentralização das decisões sobre as finanças através do Orçamento Participativo. Em 2021 o FSM completa 20 anos de história, com a organização de 13 edições do evento, que passou a ter sede itinerante a partir da 3ª edição, sendo as primeiras três realizadas em Porto Alegre. Os eventos já ocorreram: em Mumbai, na Índia; Nairobi, no Quênia; Mabako e Caracas, cidade africana na República do Mali e capital da Venezuela, respectivamente; Belém do Pará, Brasil; Dakar, capital de Senegal; Túnis, capital da Tunísia; Montreal, no Canadá; Salvador, Bahia, no Brasil; dois eventos foram de forma online, um em 2008 quando foram realizadas atividades em 80 países simultâneos através de um site e o de 2021, por conta das restrições impostas pela pandemia. Informações históricas disponíveis em: <<https://wsf2021.net/20-anos-fsm/>> Acesso em 31 ago./2021.

senão a partir do passado e, por isso, desde o início do processo do FSM tornaram-se visíveis algumas clivagens que vinham do passado: reforma ou revolução? Socialismo ou emancipação social? O Estado como inimigo ou aliado potencial? Dar prioridade às lutas locais/nacionais ou às lutas globais? Priorizar a ação direta ou a ação institucional? A luta armada tem lugar no elenco das formas de luta progressistas? Prioridade aos partidos ou aos movimentos? E a essas juntaram outras suscitadas pela experiência do próprio FSM: partir da luta pela igualdade para a luta pelo reconhecimento da diferença ou o inverso? O FSM como espaço para os movimentos sociais ou um movimento em si e com agenda própria? Como articular lutas culturais ou sobre o estilo de vida a lutas econômicas? Quais são os limites do respeito ou da compatibilidade entre universos culturais tão distintos e agora tão mais visíveis? (SANTOS, 2016, p. 140-141)

O FSM acaba se transformando em evento articulador de inúmeras experiências sociais alternativas e espaço para passar em exame as ações e princípios orientadores da ação política, dando-lhe validade ou indicando novos rumos. A afirmação da diversidade e da horizontalidade somado ao reconhecimento da diferença e à crítica à desigualdade são formas claras de reposicionamento e/ou reafirmação diante de temas fundamentais. Nesta perspectiva, é preciso ter em mente que a opção pela democracia implica um caminho aberto e muito mais apegado ao processo e às relações sociais equânimes que ao resultado, especialmente em termos de crescimento econômico. O desenvolvimento precisa vir junto ao emprego e melhoria de condições de vida, se não vier deve-se questionar a quem serve, sem deixar de denunciar que o atual modelo de crescimento dominante é insustentável (SANTOS, 2016, p. 181). A evolução mais esperada é a social, tendo o resgate dos vínculos e o compromisso com o bem coletivo como critérios fundamentais e principais metas a serem atingidas. É preciso estar disposto a reinventar constantemente as práticas e criar novas estratégias de participação e de envolvimento de diferentes grupos e atores sociais quando a aposta e decisão política se consolida na perspectiva democrática. Quem impõe muitas condições e questiona nas primeiras dificuldades do exercício democrático é porque tem uma noção idealizada, não está predisposto a encarar a realidade ou porque tem interesses escusos e, provavelmente, se assenta em lógicas individuais incompatíveis com os nexos democráticos.

O FSM e o trabalho de tradução são realidades completamente distintas, um é um evento, que nasceu concentrado na cidade de Porto Alegre e depois passou a ser itinerante e descentralizado, outro um exercício epistemológico e sociológico de dar inteligibilidade entre experiências existentes e potencializar outras em desenvolvimento ou possíveis. Ambos exercem papéis semelhantes no sentido de darem voz a um conjunto de atores sociais considerados inexistentes na lógica da racionalidade concorrencial, mas que

ganham relevância enquanto dinâmica de fortalecimento da democracia radical, aquela forma exercitada por movimentos e organizações sociais e que visam, entre outras medidas, a reforma do Estado. É nesta perspectiva que Santos (2016, p. 180) afirma a necessidade de “democratizar a própria democracia, já que a atual se deixou sequestrar por poderes antidemocráticos. É preciso tornar evidente que uma decisão democraticamente tomada não pode ser destruída no dia seguinte por uma agencia de *rating* nem por uma baixa cotação nas bolsas”. Santos reafirma a necessidade de desmercantilizar e descolonizar para resgatar o exercício da cidadania.

Desmercantilizar significa mostrar que usamos, produzimos e trocamos mercadorias, mas que não somos mercadorias nem aceitamos relacionar-nos com os outros e com a natureza como se fossem apenas mercadorias. Somos cidadãos antes de sermos empreendedores ou consumidores e, para o sermos, é imperativo que nem tudo se compre e nem tudo se venda, que haja bens públicos e bens comuns, como água, saúde, educação. Descolonizar significa erradicar das relações sociais a autorização para dominar os outros sob o pretexto de que são inferiores: porque são mulheres, porque têm uma cor de pele diferente ou porque pertencem a uma religião distinta (SANTOS, 2016, p. 180-181).

O modelo da democracia liberal foi construído sobre as bases dos princípios da liberdade das escolhas individuais e a igualdade formal perante a Lei. Como a solução de todos os problemas dependia do indivíduo, as relações, vínculos sociais não apenas foram desprestigiados e desestimulados, mas minados e desconstituídas dinâmicas promotoras de processos de reciprocidade. A crise da legitimidade política é real e expressa que a ausência de instâncias de articulação e mediação social torna insuficiente e artificiais os mecanismos de representação política e mesmo as instituições democráticas. O modelo democrático e seu assento no liberalismo econômico, além de produzir instrumentos corporativos de captura e cooptação do poder político governamental, quase que independente do partido formal e democraticamente eleito, inviabilizou a livre circulação de ideias e projetos no meio social. O exercício da cidadania, só existe, com o perdão da redundância com a existência do cidadão, mas este foi substituído pelo empreendedor-consumidor-capaz de agir com base no cálculo do próprio interesse. “A cidadania requer um ritual ininterrupto de sedução e adesão entre Estado e ‘sociedade civil’, além de fluidos pactos e compromissos em seu interior” (LINERA, 2010, p. 100). É um “*processo de produção do conteúdo e da forma* dos direitos políticos de uma estrutura social. É por meio dela que a sociedade se desnuda em suas capacidades e inépcias para gerir os assuntos comuns, apesar de o Estado também se exhibir em sua consistência material para cooptar as iniciativas que se agitam na ‘sociedade civil’ (LINERA, 2010, p. 101. Grifos do autor). A

democracia de alta intensidade depende, portanto, da recuperação do exercício ativo da cidadania que corresponde a um espírito revolucionário e disposto a fazer valer na história o direito formalizado em Lei.

A cidadania moderna, como “cerimônia de renúncia da vontade política, da vontade de governar, para depositá-la nas mãos de uma nova casta de proprietários privados da política, que se atribui o conhecimento das sofisticadas e impenetráveis técnicas do mando e do governo” (LINERA, 2010, p. 112), precisa ser abandonada. O novo pacto ou a nova gramática social exige um exercício ativo da cidadania e passa pela ampliação dos atores e dos sujeitos envolvidos, a exemplo do que ocorre nas diferentes formas de democracia participativa. “No domínio da democracia participativa, mais do que em qualquer outro, a democracia é um princípio sem fim e as tarefas de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes” (SANTOS, 2009, p. 75). Por sua vez, um dos grandes desafios da democracia participativa “consiste no desenvolvimento de modelos institucionais suficientemente robustos para resistir às pressões dos grupos de interesses tradicionais interessados em subverter ou sufocar o processo deliberativo” (HELLER; ISAAC, 2009, p. 621). Está em questão uma reforma profunda do Estado e uma sociedade civil suficientemente pujante a ponto de controlar as ações estatais a partir de sua participação efetiva e permanente, o que só pode ocorrer através de instrumentos e mecanismos garantidos institucionalmente. A vibração da sociedade civil se dá através do desencadeamento de processos autônomos e que se constituem em redes de articulação social através de movimentos e associações sociais.

3.3 PARA ONDE VAMOS COM A DEMOCRACIA

O futuro é inatingível por antecipação porque é aberto – embora para alguns possa parecer que está dado e apenas nos aprofundaremos nesta “direção única” – e se trata de um movimento em construção que depende de muitos atores individuais e coletivos, das concepções e dos modos de vida que dão sustentação ao pensamento e das relações e ações desenvolvidas ao longo do tempo. Desta forma, o futuro pode ser visto a partir do diagnóstico do passado e de sua interlocução com o presente, em exercício analítico de continuidade e descontinuidade com base em tendências e na dinâmica possível das forças em jogo. O prognóstico será condicionado e/ou potencializado pela capacidade imagética de quem projeta e de sua articulação utópica com sujeitos sociais capazes de sustentarem a

perspectiva projetada. Em se falando de democracia e concebendo-a como modo de vida, ou seja, apoiando-se na noção de que a democracia se efetiva quando ela tenciona e supera as hierarquizações e os exercícios desequilibrados de poder em todas as instâncias da sociedade, parece que os desafios são imensos. Arriscamos afirmar que a democracia, em seu sentido amplo e em constante reinvenção e adaptação, é a melhor descoberta humana para a vida em sociedade enquanto espaço coletivo e projetado para o bem de todos os seres.

De alguma forma, o texto todo e ainda mais este capítulo, é diagnóstico quanto à realidade política ou acerca da crise e da potência da democracia na contemporaneidade. Consolidada ao final do século XX enquanto regime político parece ter perdido rapidamente – ou nunca ter atingido um patamar relevante, a não ser em experiências conjunturais localizadas em Estados-nação ou em esferas geopolíticas e históricas ainda mais demarcadas – consistência em termos de seu significado como modo de vida e orientação que rege as relações sociopolíticas, econômicas e culturais. Como buscamos demonstrar, a crise da democracia pode leva-la ao colapso ou à renovação de seu sentido e alcance, mas este é um processo que precisa estar associado ao debate sobre o modelo de sociedade ou à crise civilizacional. São os fundamentos sobre os quais se constituiu a sociedade dos últimos anos e seus desdobramentos nas relações entre os humanos e para com a natureza que precisam ser discutidos porque o aprofundamento da democracia só acontece se algumas das bases sobre as quais a sociedade atual se constituiu forem problematizadas. Alguns dos principais elementos que representam distintas perspectivas civilizacionais estão contidos nos três cenários apontados por Boaventura de Sousa Santos em, “O futuro começa agora: da pandemia à utopia”. São eles: *capitalismo abissal e Estado de exceção securitário; pele capitalista, mascara socialista* em referência a um novo keynesianismo e; *barbárie ou civilização: alternativas ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado*. A amplitude e a rapidez com que o autor fez a leitura dos fatos a partir de provocações já decorrentes de como diferentes setores da sociedade reagiram à pandemia e sua articulação com a consistência de sua trajetória de pesquisador que interpreta a potência das diferentes manifestações sociopolíticas em termos internacionais contribui para nosso debate.

O cenário apontado como *capitalismo abissal* talvez seja o mais evidente porque implica na continuidade do que estamos experimentando em termos de aprofundamento das desigualdades a partir das amarras que o capitalismo atual produziu sobre o Estado e as

instituições democráticas, como indicado no primeiro capítulo. Este modo predatório é evidenciado, entre outras práticas já reveladas, pelo “comportamento de certos agentes econômicos durante a crise” da pandemia do Covid-19 (SANTOS, 2021, p. 233) e a previsão é de que “se torne ainda mais antissocial e excludente, e ainda menos sensível ao empobrecimento generalizado, à destruição de rotinas e estratégias mínimas de sobrevivência e à devastação de sonhos e expectativas de vida melhor, afetando sobretudo os mais jovens” (SANTOS, 2021, p. 233). Existem algumas variações que dependem de governos e outras formas de controle social, mas a tendência é que: o Estado de exceção antidemocrático seja a forma política preferida. “A democracia, mesmo a de baixa intensidade, dificilmente sobreviverá, se esse Estado securitário se prolongar por muito tempo. A minha previsão é que durará tanto quanto durar o capitalismo abissal” (SANTOS, 2021, p. 234). De forma proporcional às estratégias e às formas hegemônicas já montadas e em expansão no contexto atual: Estado repressivo sob a insígnia das tecnologias do capitalismo de vigilância, “cercos sanitários”, exércitos privados a serviço da lucratividade capitalista (SANTOS, 2021, p. 234), torna-se ainda mais exigente a resistência e a narrativa credível de esperança. Isso porque deverá desvendar a sofisticação das técnicas de vigilância e disciplinamento comprometidas com a sobrevivência do capitalismo (SANTOS, 2021, p. 235). Nesta direção, a pandemia tem servido de termômetro para revelar, senão o desejo explícito de eliminar parte da população considerada descartável ao menos não fazer esforço nenhum para cuidar dela, disseminando embriões de novos tipos de fascismo social (SANTOS, 2021, p. 236).

A curiosidade do segundo cenário apontado por Santos está em sua noção de continuidade no fundamental, mas com uma roupagem que serviria para atender a outros interesses, todavia, com pouca ou nenhuma mudança estrutural. A sensibilidade para o colapso social e humanitária (SANTOS, 2021, p. 236) e para o resgate do papel ativo do Estado na economia, a agenda da redistribuição e de direitos sociais mínimos, como o debate de uma renda mínima e os impostos sobre as riquezas (SANTOS, 2021, p. 237), podem ser interpretados como sinais de mudança. Esse é um debate decisivo à medida que a forma e os atores que pautam esses temas possuem interesses e podem ser mais uma maneira de ludibriar o público em geral e os atores políticos para que algumas agendas não passem de debates rasos e formais sem consequências profundas. Aliás, esse é um debate fundamental para sacudir a esquerda política internacional em termos de temas cruciais que não podem ser reduzidos a formalismos, sem incidência democrática efetiva nos campos

da economia e da cultura, algo que muitos governos conciliadores com a lógica predominante do mercado alijaram enquanto possibilidade de radicalizar em termos de conquistas sociais duradouras. E aí está a preocupação de Santos (2021, p. 236) ao denunciar que o objetivo de certas medidas é tornar os mercados menos inseguros, ao mesmo tempo em que não pretende mexer na sociedade capitalista, colonialista e patriarcal. “No essencial, trata-se de construir condições que tornem possível a continuidade da rentabilidade da economia capitalista. Será uma nova versão da normalidade capitalista, colonial e patriarcal para organizar o período posterior à fase aguda da atual pandemia” (SANTOS, 2021, p. 241). Invocar a ação do Estado, moldado pela lógica neoliberal e condicionado pelo capitalismo de vigilância, por organizações multilaterais, por empresas multinacionais e organizações religiosas e exércitos privados para que salve as “empresas grandes demais para quebrar” não traz benefício para o conjunto da população. “As ‘reformas radicais’ terão pouca eficácia se os modelos e as estruturas de consumo não forem profundamente alteradas” (SANTOS, 2021, p. 241).

O terceiro cenário coloca em pauta a questão civilizacional, situando a modernidade ocidental como uma civilização capitalista, colonialista e patriarcal e propondo “pensar numa nova civilização e lutar por ela, o que implica formular as lutas sociais em termos e horizontes pós-capitalistas, pós-colonialistas e pós-patriarcais” (SANTOS, 2021, p. 242). Para Santos (2021, p. 243), o debate acerca da civilização está associado ao significado antagônico da barbárie, que a partir do século XV adotou o modelo eurocêntrico e do Ocidente contra os povos bárbaros, contrapondo o campo à cidade e subordinando o primeiro ao segundo, sob o domínio da burguesia. O modelo civilizacional foi construído assim com base em cinco monoculturas – a da ciência como único conhecimento rigoroso, a lógica das dicotomias hierárquicas, a do tempo linear, a do universalismo e hierarquia de escalas e a da produtividade definida pelas relações de produção dominantes⁴¹ – e três meta-princípios – a natureza como exterior e inferior em relação aos humanos, o progresso como crescimento infinito, e a cultura e o espírito como distintos e separados da vida

⁴¹ Santos aborda em outras obras estas monoculturas, apontando-as como cinco modos de produção da não existência, porque estariam assentadas na lógica que retrai o presente tornando visíveis apenas a racionalidade hegemônica. Contrapõe a estas monoculturas ecologias correspondentes e que, somado ao trabalho de tradução seriam responsáveis por alargar o presente e criar inteligibilidade entre saberes e práticas alternativas embasadas na pluralidade e na diversidade de saberes e experiências. Ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências; Ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura dos Santos. A gramática do tempo : para uma nova cultura política. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2008 (p. 93-178).

material e do corpo⁴² –, apontando para pulsões utópicas distintas: comunismo ou realização plena dos direitos humanos (SANTOS, 2021, p. 248). Contrariamente ao suposto, ao menos propagado, o colapso do modelo soviético inaugurou “um período de violação ainda mais sistemática dos direitos humanos até chegarmos ao paroxismo da desigualdade, da discriminação, da violência e da destruição da natureza em que nos encontramos hoje” (SANTOS, 2021, p. 249). Já exploramos alguns dados da desigualdade extrema e a pandemia acentuou ainda mais esta realidade, sendo que o patrimônio líquido total dos mais de seiscentos bilionários norte-americanos subiu, em dois meses, de 2,98 trilhões de dólares para 3,382 trilhões e o número de bilionários de 614 para 630⁴³ (SANTOS, 2021, p. 249). A esperança está no fato de que, pela primeira vez em cinco séculos, isso pode estar em conexão com uma pulsão cosmopolita, contemplando a diversidade, a noção de um mundo onde caibam muitos mundos. “A nova pandemia veio dramatizar esse pertencimento dos humanos a uma ‘casa comum’, a noção de que a defesa e a destruição da vida são dois processos globais em que não há isenções confiáveis ou duradouras. O destino comum é agora mais do que nunca a afirmação do futuro comum” (SANTOS, 2021, p. 250).

Falar em mudança civilizacional, novo pacto, nova gramática social ou nova declaração dos direitos e deveres, agora em perspectiva cosmopolita e que tem a natureza como destinatária e o humano como signatária dela, está no rol de noções capitais para uma vida democrática (SANTOS, 2021, p. 252). São expressão de um movimento teórico e prático amplo e heterogêneo que pode desembocar na democracia de alta intensidade ou radical. Ou ainda para se constituir a ideia de democracia como modo de vida a partir de sinais históricos que precisam ser expandidos e assim romper o imaginário do “fim da história” e resgatar a dimensão da historicidade como abertura ao novo a partir do contato com a realidade existente. Qual será o rumo não se pode saber agora. O que se sabe é que depende do jogo de forças, da articulação política e da participação de muitos atores, como buscamos perseguir ao longo do texto, desde grandes corporações que se articulam ao Estado em torno do capitalismo financeiro ou improdutivo, até movimentos e articulações sociais, que estiveram sempre em ação em iniciativas radicais de democracia. Podemos

⁴² A perspectiva apontada pelo autor diz respeito a fugir da lógica centrada na lucratividade, problematizando o uso da natureza e a redução das relações humanas e de trabalho à racionalidade do mercado. Os bens da natureza, por exemplo, devem ser considerados bens comuns e não podem estar sujeitos às mesmas regras de produtos comercializados, além destes produtos de primeira necessidade em casos de epidemias também necessitariam de tratamento diferenciado nesta perspectiva.

⁴³ Os dados são extraídos do *Institute for Policy Studies* e da revista *Forbes* e se referem ao período de 18 de março a 19 de maio de 2020.

citar a incidência e a importância das redes que constituíram o tecido social, oriundas de sindicatos, movimentos e articulações populares, com marcante participação indígena na Venezuela, em experiências como a do orçamento participativo de Porto Alegre, da chegada ao governo e do avanço em termos de equilíbrio das forças e grupos de decisão política nos governos Evo Morales e Álvaro Linera, na Venezuela. Em Kerala, na Índia, a descentralização das decisões políticas foi possível porque havia uma articulação que respondeu e sustentou a iniciativa a partir da base social constituída e em movimento, algo que em Moçambique se constituiu em mais um entrave, exigindo ainda mais resistência e persistência das mulheres compromissadas com a participação na política para além da mera formalidade. Onde se criam/fortalecem vínculos a solidariedade se torna mais viável e este também é um elemento imprescindível para a democracia, como o resgate da noção “comunidade” tem demonstrado em termos de resistência e construção de alternativas. “As organizações e os movimentos sociais mostraram uma enorme vitalidade e criatividade na proteção da vida das suas comunidades e bairros durante a pandemia” (SANTOS, 2021, p. 227).

A transformação da democracia em modo de vida é um processo complexo e exigente, mas possível, à medida que pode ser espelhada na dinâmica que tornou hegemônica a racionalidade capitalista-concorrencial. Se uma sociedade é capitalista não porque todas as relações econômicas e sociais são capitalistas, mas porque estas determinam o funcionamento de todas as outras relações econômicas e sociais existentes na sociedade (SANTOS, 2016, p. 144), para se ter uma sociedade democrática as relações econômicas e sociais devem ser pautadas na equidade e na reciprocidade. As experiências de maior intensidade democrática são reveladoras deste movimento que necessita da mobilização permanente de amplos setores da sociedade, a fim de construir, redes de mediação e articulação, vindas de uma diversidade de organização da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, igrejas e escolas, partidos, em iniciativas que produzem vínculos, solidariedade e formas de resistência comunitária. Destaca-se a relevância da atuação dos partidos políticos, com especial papel de pautar temas e demandas relevantes para o conjunto da sociedade e em vista do bem comum, que conseguem mais êxito quando transpassados e tencionados por redes de articulação do tecido social. As experiências de Porto Alegre, Venezuela e Kerala, especialmente, contaram com boa leitura e a liderança dos partidos políticos, assim como ocorre em experiências localizadas de combate a pandemia, por exemplo. Esse debate é ainda mais importante porque o

contexto geral é de crise e descrédito sobre a classe política em geral, que parece abandonar os objetivos comuns em nome dos próprios interesses. A nosso ver essa interpretação não dá conta da realidade, porque é possível desvelar o compromisso efetivo de políticos e partidos com determinadas lógicas e perspectivas de sociedade. No geral, apesar dos escândalos, os políticos com mandatos não assumem compromissos radicalmente inversos a seus discursos, embora tratam de camuflar ou esconder os compromissos reais, para não comprometer potenciais eleitores. Neste sentido, espera-se muito dos partidos de esquerda especialmente em se tratando de agenda econômica, papel do Estado e políticas públicas de combate a toda forma de desigualdade e discriminação, porque incidem sobre a vida democrática.

O modo de vida democrático se constitui a partir de muitos fatores, que poderíamos distinguir em três instâncias complementares: concepções e valores que regem a conduta individual; experiências formativo-culturais construídas a partir da participação no meio social e, especialmente, de organizações, entidades, igrejas, movimentos e associações de naturezas distintas e suas perspectivas vinculantes de diferentes matizes político-ideológicas em meios de informação; medidas político-econômicas e a participação no jogo de força para a construção de referenciais teórico-práticos de sustentação. O futuro está em aberto e depende de muitas mãos, de muitas análises, e algumas forças atuam na defesa da democracia e outras são antidemocráticas, sendo que algumas delas sem consciência do que suas atitudes representam, outras porque perseguem objetivos e interesses dos quais não abrem mão por nada... Atuar no alargamento das compreensões e na identificação de desdobramentos possíveis de práticas e atitudes é uma tarefa relevante e sobre a qual quem atua no campo educacional não pode se isentar, por isso dedicaremos um capítulo para dar cabo dessa empreitada. Não se pode esquecer que as forças contrárias à democracia não se reduzem àquelas recentemente encorajadas pelo ultraconservadorismo, tema que abre o debate do próximo capítulo, e que atacam explicitamente os princípios e as pessoas que se negam a abrir mão da própria participação na vida da sociedade. O *lobby* e outras formas de articulação entre o mercado econômico e o político estão entre as formas antidemocráticas mais difíceis de serem combatidas pelo poder que está sob o domínio das grandes corporações e pela maneira sutil, camuflada e eficiente que corroem a democracia através da captura de corações e mentes e de sua atuação político-jurídica que amarra o funcionamento da sociedade a seus interesses lucrativos. Por isso a necessária contribuição dos partidos de esquerda e sua articulação

com as forças políticas democráticas de outros matizes porque se trata de uma instância fundamental para mitigar os efeitos danosos e reformar o Estado na direção de uma agenda positiva de conquista de direitos e garantias sociais. O modo de vida democrático implica resgatar a potência da racionalidade solidária e da cooperação para contrapor a lógica concorrencial. É preciso cultivar, através de formação e de experiências coletivas de cooperação, o reconhecimento do outro e constituir força política para garantir ações com incidência social, dando legitimidade a tais iniciativas e transformando-as em empreendimentos geradores de qualidade de vida e satisfação na realização do bem comum.

4 CONDIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

O que perseguimos neste capítulo é trazer à tona processos formativos capazes de projetar uma sociedade com espaço para todos e constituída sob as bases da cooperação e da reciprocidade. Não podemos, para isso, perder de vista como chegamos à sociedade atual, formalmente democrática, altamente tecnológica, que produz informação e conhecimento como nunca antes, e, ao mesmo tempo, com grande parte da população submetida a condições miseráveis de vida, além de enorme parcela “desinformada” ou “semiformada” e com sentimento de pertencimento coletivo profundamente fragilizado. Esta análise tem dois pressupostos: a ideia de que a teoria pedagógica deve “dar conta dos fenômenos educativos que acontecem em todos os tempos e espaços” (ARROYO, 2005, p. 148); o predomínio, na cultura e na subjetividade atuais, da racionalidade do cálculo do interesse individual (DARDOT; LAVAL), traduzida na busca ilimitada pela satisfação pessoal e na transformação da imagem-de-si em única lei a ser reconhecida (CASARA, 2018, p. 38). Se os fenômenos de todos os tempos e espaços devem nos ocupar, enquanto pesquisadores do campo da educação, investigar a constituição da legitimação sociocultural de tamanhas disparidades é tarefa a ser perseguida. O diagnóstico e a mudança passam por transformações em dois campos distintos e complementares, sem os quais fica inviabilizada qualquer alternativa. A primeira é a mudança estrutural e está intrinsecamente ligada às decisões políticas e que precisa avançar na direção da diminuição de hierarquias e desigualdades, e, conseqüentemente, na ampliação de oportunidades individuais e acesso equânime a bens e serviços, sob o princípio do uso compartilhado e sustentável dos recursos naturais. A segunda está em retroalimentação com a primeira, à medida em que sustenta e pressiona na direção almejada, e refere-se à racionalidade da cooperação e da solidariedade, produzindo subjetividade do vínculo e da abertura ao outro. A mudança estrutural depende de ações e de força política, mas é legitimada pela racionalidade e pela subjetividade e a educação tem papel relevante neste campo. Nosso objeto de pesquisa tem caráter abrangente, é uma análise mais macro, o que justifica esse enfoque na “pedagogia” dos processos sociais e das relações socioculturais e políticas.

Nesta direção, faz-se necessário distinguir a formação enquanto fenômeno humano que se desenvolve ao longo da vida e que forma e transforma os valores morais a partir da interação com o meio, da educação formal e/ou intencional (DEWEY, 1979), embora a escola possa reproduzir e/ou problematizar a moral dominante no meio social. Recorremos aqui a uma reconstrução livre das categorias moral e ética, e da tarefa atribuída à educação

nesta relação, como estratégia para posicionar a questão. A moral pode ser compreendida como o conjunto de valores aceitos e/ou validados por determinada sociedade num recorte histórico e geográfico, este último reconfigurado pelos processos de globalização. A ética seria a capacidade de analisar e julgar a sociedade a partir de critérios e princípios de caráter universal ou com base na coletividade e no bem comum. A ética, em analogia, simula a tarefa investigativa de quem toma certa distância da realidade para exercitar a imparcialidade de julgar com o mínimo de isenção. “Quer dizer que a escola não deve ser isolada da vida comum, mas tem que simplificá-la, purificá-la e melhorá-la”, conforme atribui Van Acker, prefaciando Dewey (1979, p. xvi). Do ponto de vista geral e do horizonte almejado, o julgamento moral da sociedade – conjunto de valores característicos – diz respeito à capacidade de prevenir possíveis prejuízos ao corpo *social* e projetar o máximo de benefícios à coletividade, sempre pensando em todas as pessoas e na extensão dos seres. Neste sentido, quem se propõe a pensar o papel da educação precisa considerar a formação como fenômeno educativo constituinte do humano na interação com o meio, passando por condicionamentos e possibilidades abertas, para prospectar o futuro em conexão, ajuste de rota e/ou até refundação histórica. Em outras palavras, pensar a educação no início do século XXI implica fatalmente deparar-se com narrativas e perspectivas de caráter civilizacional.

A educação é um fenômeno humano que contempla diferentes formas de aprendizagem, mesmo quando o emissor de um enunciado não esteja consciente ou não tenha planejado estar ensinando, à medida que diz respeito às relações que se dão no interior da sociedade. O ser humano tem natureza educativa, ao passo que aprende a todo instante desde seu nascimento (ou antes do próprio nascimento) e mantém esta condição até morrer. A aprendizagem é um fenômeno complexo que depende, em certa medida, da predisposição do sujeito “aprendente”, das estratégias de comunicação empregadas por quem “ensina”, ou então do sentido ou da relação que quem aprende estabelece com algo conhecido ou que tenha significado para si. A linguagem e suas estratégias são elementos fundamentais para chamar a atenção do interlocutor e integrá-lo ou fazer o destinatário sentir-se integrado ao processo para uma comunicação mais eficiente. Com isso queremos dizer que não é apenas a escola ou as instituições de ensino que planejam estratégias educativas e que talvez elas nem sejam as mais eficientes, a considerar o que já vimos abordando sobre a constituição da racionalidade hegemônica. Um dos fatores decisivos neste sentido vincula-se ao poder exercido pelo mercado - na prática representantes de

grandes corporações que influenciam as decisões do mercado -, e aqui estamos falando de um conjunto de estratégias e mecanismos de longa data, entre eles os adotados pela academia – especialmente algumas escolas de economia – e por setores da grande mídia, para transformar a noção de que a competição é natural na condição humana, estimulando, por exemplo, a competição entre escolas e estudantes (BALL, 2011, p. 26). É óbvio e cremos já ter tornado evidente que não se trata de realidade exclusiva da educação, mas mentalidade que invade todos os meandros da sociedade. Quando se trata da estruturação das políticas educacionais o setor público é submetido aos critérios que sustentam o discurso da meritocracia próprios do setor privado: “excelência, efetividade e qualidade, bem como a lógica e cultura do gerencialismo” (BALL, 2011, p. 24). Dito de forma mais clara: chega-se ao que Bottery denomina de “pauperização das concepções morais na esfera pública” (apud BALL, 2011, p. 26). “A ideia de deliberar e planejar almejando o ‘bem comum’ torna-se sem sentido” (BALL, 2011, p. 26).

Quando nos referimos à educação (formal) e em seu papel partimos de aspectos fundamentais e básicos que, na nossa compreensão, não se pode abrir mão em termos democráticos. A defesa da escola pública e de qualidade, portanto, com acesso a todos e uma educação que precisa ter por base o desenvolvimento amplo e diversificado das potencialidades humanas, sem pressa e sem sua instrumentalização enquanto formação para o trabalho. Não se trata de negar a formação para o trabalho, senão primeiro “formar”, oferecer uma educação qualificada e diversificada, antes de preestabelecer e limitar o acesso à continuidade nos estudos a determinados grupos sociais. O que está acontecendo no Brasil nos últimos cinco ou seis anos, por exemplo, é um desmonte absurdo da educação em suas várias frentes, da educação básica, passando pelo ensino superior e chegando à pós-graduação e à pesquisa. A segunda grande questão que indicamos vai na linha de responder qual educação é imprescindível para uma sociedade efetivamente democrática, em perspectiva mais específica, mas que não será possível sem o compromisso com uma educação de qualidade e para todos. Este segundo aspecto implica na projeção de políticas educacionais fundamentadas no pensamento crítico – vamos deixar claro que dar opinião supostamente crítica sobre qualquer assunto aleatório, não passa de pseudocrítica – e este papel a educação formal tem contribuição valiosa. Contudo, não se desenvolve sem a articulação com grupos e movimentos que, pelo lugar social que ocupam e pela ampliação do espaço político exercido por suas ações, criam condições

básicas para se considerar a possibilidade de transformar estruturalmente a sociedade desigual e excludente.

Outro apoio decisivo, segundo Nussbaum, vem das artes e das humanidades, acrescentamos o estudo dos clássicos, à medida que “ensinam às crianças o raciocínio crítico que é indispensável para agir com independência e para resistir com inteligência à força da tradição e da autoridade irracionais” (NUSSBAUM, 2015, p. 15-16). Quando nos debruçamos a pensar o papel da educação, duas considerações preliminares decisivas nos parecem importantes: a primeira delas diz respeito à validação da educação por si mesma, o que implica em dar valor à educação em sua perspectiva cultural ampla; a segunda refere-se à constatação de que a primeira vem sendo negada, e um exemplo está no desprezo e no descuido com as artes e as humanidades, por conta da instrumentalização do ensino a serviço do crescimento econômico e de seu reducionismo a atender às demandas do mercado de trabalho. Esse, grosso modo, é o cenário que serve de pano de fundo para Nussbaum (2015, p. 3) apontar a crise mundial da educação. “Se essa tendência prosseguir, todos os países logo estarão produzindo gerações de máquinas lucrativas, em vez de produzirem cidadãos íntegros que possam pensar por si próprios, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e das realizações dos outros. É disso que depende o futuro da democracia” (NUSSABAUM, 2015, p. 4).

Não se trata de negar competências técnicas e nem a contribuição do próprio pensamento crítico e criativo para o fortalecimento da cultura empresarial, antes denunciar o reducionismo e a negação de outras competências também decisivas para construir as bases de uma sociedade capaz de resolver os reais problemas. “Essas competências estão ligadas às humanidades e às artes: a capacidade de pensar criticamente; a capacidade de transcender os compromissos locais e abordar as questões mundiais como um ‘cidadão do mundo’; e, por fim, a capacidade de imaginar, com simpatia, a situação difícil em que o outro se encontra” (NUSSBAUM, 2015, p. 8). O problema está, portanto, em reduzir a educação ao “ensino que crie rapidamente estratégias de geração de lucro” (NUSSABAUM, 2015, p. 5) e na pobreza de concepção para atingir os próprios objetivos por parte dos defensores da “educação para o lucro” (NUSSBAUM, 2015, p. 11-12). Da tradição religiosa indiana de Tagore e Alcott pode-se resgatar a noção de alma vinculada à “capacidade de pensar e de imaginar que nos torna humanos e que torna nossas relações humanas e ricas, em vez de relações meramente utilitárias e manipuladoras” (NUSSBAUM, 2015, p. 7). Desta maneira, pensar numa educação cultural ampla diz

respeito a não abrir mão de valores preciosos para o futuro da democracia e da contribuição das artes e das humanidades para projetar um sistema educacional em que o critério de avaliação seja preparar os jovens para viver numa forma de organização social e política plural em número significativo de parâmetros: religioso, étnico, riqueza e classe, capacidade física, gênero e sexualidade (NUSSBAUM, 2015, p. 10-11). Sem capacidade de empatia social e sem mecanismos de participação e controle nas decisões políticas não é possível corrigir distorções e disparidades. “Nenhum sistema educacional funciona bem se seus benefícios só alcançam as elites abastadas” (NUSSBAUM, 2015, p. 12).

O pensamento crítico implica desvelar as normas e acordos implícitos que movem o mundo, suas nuances, estratégias e mecanismos, bem como os sujeitos que têm poder e interesse mais direto para que essas regras continuem predominando. Trata-se não de ver o que todo mundo vê, mas o que está por trás dos fatos e acontecimentos. Neste sentido o dito, “contra fatos não há argumentos!”, pode ser bem relativizado, uma vez que os fatos podem ser interpretados ou sobre eles construídas narrativas distintas, especialmente quando se trata de temas sobre os quais consolida-se o imaginário de inacessibilidade para a maioria da população como é o caso da economia. Pensar criticamente no contexto atual implica desvendar as principais regras sobre o funcionamento da economia, para não depositar fé ingênua no ideário de que o mercado é movido pela tal mão invisível. Compreender que o ser humano ao interagir com o meio social assimila e compartilha concepções e vai constituindo-se e assumindo ao longo da vida um conjunto de princípios e valores que passam a orientar seu agir em sociedade e que, portanto, se o ser humano é competitivo está desenvolvendo uma de suas características possíveis, mas não se trata de algo natural, antes potencializada pela racionalidade do mercado. Essa lógica marca profundamente o campo das políticas ou do sistema educacional, primeiro porque o critério passa a ser a função econômica da escola e o sistema educativo, que passa a ser gerido ao modo empresarial e estar a serviço da competitividade econômica (LAVAL, 2004, p. 20). Depois porque essa cultura do mercado submete e busca negar o princípio da educação pública e se apropria das formas simbólicas e de conhecimentos necessários ao julgamento e ao raciocínio, adequando-os a “aprendizados dóceis às empresas e voltados para a satisfação do interesse privado” (LAVAL, 2004, p 21). Há, nesta tarefa, como se pode ver, uma dupla interferência do meio social: a constituição da subjetividade – individual – ou da racionalidade – coletiva – que legitima a lógica “gerencialista” e a mudança estrutural, de perspectiva da política, que rege os diversos campos, entre eles o educacional.

Esse movimento não é novo, mas vem sendo implementado desde a década de 1990, em alguns países ainda antes, contudo, à medida que foi sendo transformado em força predominante, potencializou seus efeitos em todas as esferas da vida. A novidade hoje está em sua radical e particular defesa por um “novo grupo” ao menos enquanto manifestação pública, caracterizado pela falta de escrúpulo em fazer apologia ao autoritarismo. A importância do momento vivido enquanto análise é a reaproximação histórica dos neoliberais, receosos com a democracia, dos autoritários declarados e o desvelamento de que a democracia formal era suportável para estes até que os interesses econômicos não estivessem sob ameaças. “Nem todos aceitam limitar seus desejos em nome da democracia” (CASARA, 2018, p. 22). Dito de maneira mais precisa: a democracia estava limitando, através dos já escassos direitos fundamentais assegurados, e a elite econômica não quer nenhum limite no que diz respeito à lucratividade de seus investimentos, tampouco no alcance de seu desejo de compra. Quer ter o direito de comprar o que desejar e, por isso, fazer a própria lei, julgando e submetendo a todos, sem ser controlado por ninguém. Grosso modo, é o que está em jogo no campo do poder político e a capacidade da sobrevivência da democracia depende do resultado deste jogo. Esse é um tema que deve ocupar quem pesquisa no campo da educação?

A nosso ver, a educação não pode se isentar da tarefa de provocar os seres humanos a pensarem na relação com seus pares – e na interdependência com outros seres e com o planeta – e na sociedade como um espaço (de convivência) de todos, e a política parece um instrumento valioso nesta perspectiva. Por isso, a insistência em problematizar a racionalidade que se transformou hegemônica, porque fragiliza os vínculos e mina os espaços associativos e coletivos e a própria noção de sociedade. É verdade que a categoria *sociedade* é complexa e pode ter significado frágil à medida que sugere uma unicidade que na prática não existe, mas, ao mesmo tempo, fundamental porque os indivíduos isolados não são explicação suficiente para compreender as relações, além reforçar hierarquizações e desequilíbrios calcados no poder e prestígio de indivíduos do topo da pirâmide. Às vezes, parece que o caos é a melhor imagem para a sociedade, ao mesmo tempo, quando compreendemos algumas lógicas, percebemos que existem forças e projetos em articulação e ações estratégicas para fazer valer determinadas lógicas. É inegável também que as sociedades de cada época têm traços característicos. O que move e/ou legitima o movimento predominante, porque tem a adesão ou conta pelo menos com a inércia de grande parte da população, independentemente do efeito que produz em suas próprias

vidas, é bom deixar claro, é a imposição de concepções, interesses e objetivos particulares de parcela da população em nome da totalidade (SANTOS, 2008). A imposição desta lógica privada, de base teórico-ideológica muitas vezes camuflada, transforma saberes e experiências em residuais, relegando-as à insignificância ou à inexistência (SANTOS, 2008, p. 102). Desnudar o que está encoberto e rege o mundo é a contribuição do pensamento crítico e deve ser promovido em diversas frentes e cultivado pelos sujeitos que se ocupam da educação.

Essa hermenêutica social visa desvelar como se dão os processos de constituição de determinado alinhamento político-ideológico que tem por base a competição e gera egoísmo no nível subjetivo. Complementar a esta tarefa está a de identificar e potencializar saberes e experiências que se baseiam em princípios e valores da solidariedade e da cooperação, desvendando como, por trás de suposta movimento natural, existem estratégias e mecanismos de coerção que capturam corações e mentes. São processos sistemáticos que ocorrem de diferentes maneiras e se confundem com a interação social cotidiana, embora contem com a participação especial de instituições como mídias, igrejas e mesmo o sistema de constituição de autoridades em diversos campos como direito, economia e política, os quais podem ser confirmados ou refutados através das políticas educacionais e/ou das práticas empregadas pela educação formal. A tendência é de reprodução, pela escola, da racionalidade predominante na sociedade, também por conta de sua incidência subjetiva nos sujeitos que nela atuam, mas podem ser refutados através de processos formativos e reflexivos nas mais diversas instâncias. A base do predomínio da racionalidade concorrencial ou de desempenho, para recorrer à abordagem de Dardot e Laval (2016), fica em evidência a partir de sintomas e manifestações que indicam punir os que fracassam e premiar os que dispõem de sucesso socioeconômico. Vinculam-se, desta maneira, o desempenho e o sucesso ao mérito individual, acabando por legitimar o sistema vigente, como se “a mão invisível do mercado” premiasse os bons e punisse incompetentes. Educar para a democracia implica problematizar processos vistos como naturais e depositar fé na utopia, no sentido de que a história é processo aberto e não repetição ou aprofundamento do passado, senão possibilidade de transformação. Implica educar para a liberdade de pensamento e para relações de equidade e reciprocidade, e não na noção de liberdade econômica, reduzida e condicionada às escolhas feitas com base no cálculo do interesse pessoal. A democracia impõe certas condições, entre as quais impedir

que tudo seja transformado/reduzido à mercadoria e as pessoas em objeto. Quem não aceita tais limites incorre em atitude antidemocrática.

A democracia, já ensaiamos ao longo do texto, precisa ser pensada como modo de vida e que, portanto, se realize nos diferentes campos da vida social desde as relações interpessoais, de aprendizagem, de produção e acesso à cultura e aos bens, às decisões políticas e não apenas da escolha periódica dos governantes. Democracia não é sobre decidir quem governa, mas sobre pertencer efetivamente à sociedade enquanto movimento resultante da pluralidade de processos socioculturais, políticos e econômicos. Diz respeito a constituir-se enquanto integrante desta sociedade pelo sentimento de pertencimento e porque há algo no modo de ser da sociedade que expressa a participação individual e/ou coletiva, o que pode se dar pela participação em grupos de pressão para que as políticas públicas contemplem o conjunto da população. A democracia alude ao cultivo de um sentimento, e isso é mais importante no contexto atual pela exacerbação do seu inverso, de pertencimento coletivo e na noção de interdependência de todos os seres humanos e destes para com os demais seres que habitam o planeta. Faz-se necessário sinalizar que projetar um processo educacional que seja capaz de mudar os valores que sustentam um modo de vida é processo complexo e precisa levar em conta um movimento que atinja e que parta do conjunto da sociedade, não fazendo sentido pensar uma dinâmica educacional reduzida ao interior da escola ou das instituições de ensino. Outra consideração importante é que não se trata de uma projeção de ideias e noções para confrontar uma perspectiva político-ideológica, como se fosse um ataque ao pensamento liberal tendo por base um pensamento social-democrática ou de fundo socialista, por exemplo. Há que se ter, ao lado disso, medidas políticas que transformem a relação de forças e criem novas condições para que haja articulação entre a sustentação teórica e o movimento de transformação da realidade. Vamos dar um exemplo: sonhar com a sensibilização dos grandes rentistas globais da atualidade para convertê-los em investidores no mercado produtivo para gerar emprego não passa de idealismo ingênuo, se isto não for acompanhado de medidas de tributação e outras de caráter regulador do atual estado da economia.

A educação para a democracia sustenta-se no pensamento crítico e na defesa dos valores da cooperação e da solidariedade social e ampara-se nos princípios da coletividade e do “comum”. No contexto de abertura da terceira década do século XXI, educar para a democracia significa posicionar-se contra o reducionismo da racionalidade neoliberal ou de desempenho e contra o empobrecimento da subjetividade e os jargões fascistas daí

decorrentes. Talvez nunca tenha sido posto diante de nós enquanto sociedade, com tamanha nitidez – o que também não significa que todos o vejam – os efeitos do pensamento acríptico e do empobrecimento subjetivo causado pelo estímulo ao consumismo como modo único de satisfação e felicidade, em articulação subterrânea com princípios que misturam a noção de mérito com o livre desejo patológico de julgar, negar ou até eliminar o outro. Em seu conjunto essa mescla de realidade e regras não escritas que capturam a subjetividade minam os vínculos sociais e reduzem o sentimento de “pertencimento social” ao “seu grupo”, expurgando quem pensa diferente, num movimento que inicia com a classificação do “outro/diferente”, passando rapidamente a adversário político-ideológico e depois inimigo. A decorrência do não pertencimento ao grupo é a transformação em inimigo do partido, da nação e da sociedade, num movimento que simboliza e é alimentado no âmbito religioso, reproduzindo um dos sentimentos mais vis e desastrosos que pode ser cultivado neste campo: o desejo de eliminar o outro, classificado como inimigo, assumido enquanto missão e sentido de vida.

Educar para a democracia implica projetar uma formação humanizadora e que promova o cultivo do sentimento de pertencimento à humanidade e em práticas que fortaleçam os vínculos sociais e a noção de interdependência, de liberdade e de igualdade. Esse pensamento crítico e propositivo em direção a uma sociedade para todos, fundamentada na participação, na autonomia e na emancipação social não diz respeito à negação do espírito competitivo ou a lógica do mercado, senão de restringir e projetar o controle social sobre a economia, para que nem tudo seja negociável. Os bens da natureza e os espaços ocupados por grupos ou populações nativas, por exemplo, além da dignidade humana, não podem pertencer à esfera de bens negociáveis. Há limites a serem respeitados e isso precisa ser ensinado desde a mais tenra idade, o que é dificultado pelo fato de não ser aprendido a partir de discursos de que o predomínio da lógica do lucro não pode impor-se sobre todos os outros princípios e direitos. Educar para a democracia implica, portanto, considerar ao menos duas realidades complementares e vinculadas entre si, como que projetando condições fundamentais para o seu desenvolvimento, e aqui estamos falando da educação formal, da pré-escola à universidade, e do fenômeno educativo aberto que ocorre na interação social, nominalmente classificado como não-formal e informal (BERNET, 1998). A primeira depende de políticas educacionais fundamentadas em concepções antropológicas, pedagógicas e metodológicas abertas e, em termos gerais, numa formação cultural ampla para o desenvolvimento das potencialidades humanas e, insistiremos com

Nussbaum, na contribuição das humanidades e das artes para educar para a sensibilidade, contra a instrumentalização, que tende a embrutecer e a reduzir o humano à dimensão técnica. A educação formal tem outras contribuições no que diz respeito a formar cidadãos, através da informação e da introdução em diferentes áreas do conhecimento, da educação moral para valores republicanos e democráticos e da consciência ética, bem como da educação do comportamento, como hábitos de tolerância diante do diferente ou divergente, cooperação ativa ao interesse geral e ao bem comum (BENEVIDES, 1994, p. 226-227). Mas numa sociedade em que a informação e o conhecimento são cada vez mais produzidos e comunicados em diferentes ambientes, esta tarefa também precisa ser compartilhada e pensada conjuntamente com outras instâncias da sociedade. A tarefa de todos está, além do acesso às informações, no discernimento diante de tanta desinformação e do poder das emoções produzidas e que movem a partir do “efeito manada”.

O pano de fundo da nossa tese é a constatação de que ocorre, através de mecanismos e estratégias sofisticadas – às vezes camuflados –, que capturam a subjetividade, a imposição de um conjunto de medidas políticas decisivas para o atual estado de coisas. O imaginário e a normatização em prol da lógica do mercado são traduzidos em escolhas políticas e, sobretudo, se articulam permanentemente com as forças econômicas formadas por uma elite mutante, concorrente, e, acima de tudo, que constitui táticas de autoproteção. A política se tornou, nesta perspectiva, refém da economia – entende-se economistas e executivos ou donos de grandes corporações e de seus ideólogos espalhados pela academia e pela mídia – e executora sistemática e conjunturalmente alimentada por seus interesses privados. A ideia-força símbolo é a da eficiência e da autorregulação do mercado, servindo de explicação suficiente para o conjunto das classes e grupos sociais e inculcando no meio social legitimidade às decisões em nome de um ente superior, o “deus mercado”, para o qual indivíduos de múltiplos pertencimentos prestam culto. A educação, ao menos a que se vê contextualizada e assume compromisso com a promoção da democracia no século XXI, tem a tarefa de participar do processo de desvelamento e desnaturalização deste movimento subterrâneo, ao lado de outros processos que falseiam sobre as razões de fracassos e sucessos. À educação também cabe a função de promoção de valores culturais plurais e de saberes e experiências que capacitem sujeitos e grupos a assumirem-se como responsáveis pelo próprio futuro.

Deparamo-nos com tarefa gigantesca e pretendemos dar cabo explicitando ainda mais os mecanismos que sustentam a subjetividade concorrencial ao lado de outros

princípios e valores conservadores e reacionários. Valores estes que produzem um caldo cultural de distinção social, separação e falsas impressões sobre a noção de bem e mal, além de diferentes expressões de fanatismo e fundamentalismo: o culto à ignorância arrogante e o empoderamento de grupos e setores sociais às custas da miséria econômica e cultural de grande parte da população (MARCON; SCOLARI, MEZADRI, 2021). A tarefa é deveras grande, mas encontramos motivação extra na sintonia de autores, pensadores, estudiosos, professores e de muitas pessoas que a partir de suas realidades singulares sonham, projetam e desencadeiam processos formativos de caráter reflexivo, e fazem com que o pensamento crítico e o compromisso político e ético com o bem comum e a coletividade sejam metas de vida. Uma última consideração introdutória nos serve de pano de fundo, um princípio político, aqui, destaque para a primeira expressão, transformado em princípio pedagógico: “Ninguém se mobiliza senão por razões próprias, e a democracia revolucionária ou começa nas organizações revolucionárias ou não começa nunca” (SANTOS, 2016, p. 141).

4.1 “EMPOBRECIMENTO DA SUBJETIVIDADE” E DA EXPERIÊNCIA

O objetivo central aqui é deixar claro que o empobrecimento da subjetividade e da experiência tem relação com o reducionismo racional-utópico produzido pelo modelo de desenvolvimento econômico e seu projeto de lucro e exploração ilimitados. Isso porque seus efeitos não se restringem às transações financeiras, mas exacerbam e cultivam o espírito competitivo e afirmam as hierarquias, levando a olhar para o outro como adversário, inimigo, no limite desejando eliminá-lo, e justificando tais atitudes como naturais. O sentimento de ódio disseminado é resultado de um processo de exacerbação política-ideológica, que encontra ressonância no rompimento dos vínculos sociais para a afirmação do indivíduo e seu cálculo do interesse pessoal, impondo a si e aos outros o “modo empresário de ser”. “O interesse, mais do que nunca, passou a ser percebido como o interesse de cada um, porque cada pessoa passou a acreditar que é um ‘empresário-de-si’ e a identificar o *outro* como um concorrente e, portanto, um inimigo a ser combatido e derrotado, quando não eliminado” (CASARA, 2018, p. 15. Grifos do autor). À medida que os efeitos do “modelo de mercado” se estendem para além das transações financeiras, representam o ideal de homem bem sucedido e feliz e invadem as relações pessoais, a subjetividade já fora dominada e a racionalidade humana colonizada. A educação para a democracia tem o desafio de fazer frente a estas noções num duplo movimento:

problematizar - por suas consequências desastrosas para a maioria da população do ponto de vista socioeconômico e culturalmente inadequadas -, e propor alternativas viáveis. Os efeitos desse empobrecimento são a capturada da potência multidimensional da natureza humana, reduzindo e direcionando-a à execução de distintos estágios do fazer capitalista produtor-investidor e consumidor. Ao invés do infinito se vincular à vocação humana plural, a única dimensão infinita aceitável por esta racionalidade narcísica é a de gerar lucros. Em outras palavras, educar para a democracia implica descolonizar a racionalidade e a subjetividade humanas, devolvendo-lhes a capacidade de pensar por conta própria.

O empobrecimento da subjetividade e da experiência se dá no sentido do reducionismo com que se olha para o presente sob a ótica da racionalidade neoliberal hegemônica e sob este critério não há espaço para outras subjetividades ou experiências, que tendem a ser eliminadas junto com os sujeitos que as evocam. Neste sentido, o “modo empresário de ser” exige exclusividade de pensamento e adesão de “carne e osso” na busca incessante pela satisfação pessoal. Educar para a democracia implica salvar das diferentes formas de empobrecimento da subjetividade e da experiência, impondo freios ao desejo de tornar tudo negociável, de colocar preço em tudo, por um lado, e alargando a noção de educação na perspectiva da formação cultural ampla, por outro. O destaque dado ao diagnóstico de época e a ênfase ao funcionamento do mercado é antídoto ao pensamento ingênuo e romântico acerca do funcionamento do mundo empresarial ou mesmo à noção de que o formalismo democrático atual dá conta da pluralidade de interesses e conflitos em jogo. Não se pode ignorar que o jogo do poder político carrega hierarquias entre os cidadãos comuns em que o voto é um instrumento nesse jogo da escolha temporária de um governo. Há diferentes e permanentes formas de controle e pressão legais e ilegais, algumas já mencionadas, por parte de grandes corporações ou de pessoas individualmente de fazer valer os interesses do mundo empresarial e corporativo. A democracia de alta intensidade, como propõe Santos (2009), busca uma inversão na perspectiva da pluralidade de subjetividades e experiências, incentivando o exercício da cidadania em forma de organização popular e pressão política calcada nas necessidades e demandas sociais e não a captura política pela injeção de subsídios econômicos. Afinal, o “mercado” não faz doação para campanha política, mas investimento, e quem investe o faz na certeza do retorno.

A participação da racionalidade neoliberal no empobrecimento da subjetividade se dá de diferentes maneiras à medida que exacerba e reduz o funcionamento da sociedade a um modo particular, tratando as informações segundo as regras da mercadoria e em razão

do mercado consumidor. “A informação simplificada recorre aos preconceitos e às convicções dos destinatários para se tornar atrativa e ser consumida” (CASARA, 2018, p. 96). Essa lógica aponta para direções diametralmente opostas à necessidade que temos quando falamos em educação para a democracia, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto dos efeitos em termos intelectuais e sociais. Enquanto pensar em democracia implica em pensamento crítico, processos sistemáticos e formação cultural ampla, a racionalidade neoliberal sustenta o pensamento raso, plano e incontroverso porque conta com isso para a exploração comercial. “Os discursos de ódio, a dificuldade de interpretar um texto, o desaparecimento das metáforas, a incompreensão das ironias, a divulgação de notícias falsas (ou manipuladas) e o desrespeito à Constituição são fenômenos que podem ser explicados a partir de uma única causa: o empobrecimento subjetivo. Empobrecimento que se dá na linguagem” (CASARA, 2018, p. 89). Segundo Casara (2018, p. 95), chega-se a falar na “arte de reduzir cabeças” e no encolhimento das mentes, tamanho pensamento ultrassimplificado. Este modo de conceber as coisas reforça que o ódio, a distinção e a hierarquização social foram potencializados com a polarização política e tem origem vinculada a uma concepção de mundo com espaço restrito.

Segundo Casara (2018, p. 94), “a razão neoliberal se sustenta diante da hegemonia do vazio do pensamento expressa no visível empobrecimento da linguagem, da ausência de reflexão e de uma percepção democrática de baixíssima intensidade. Qualquer processo reflexivo ou menção aos valores democráticos representam uma ameaça a esse projeto de mercantilização do mundo”. O empobrecimento da subjetividade recusa a complexidade da realidade na medida em que se fecha ao diferente, nega a alteridade, e impõe a simplificação estereotipada e tendencialmente preconceituosa, não porque seus ideólogos não percebem a realidade como tal, mas porque seus representantes veem-se como representantes ideias da Lei. “Pense-se em um juiz ou administrador lançado no empobrecimento da linguagem, não há teorias, dogmática, tradição ou lei que sirva de limite: a “lei” é “ele mesmo” a partir de suas convicções e de seu pensamento simplificado” (CASARA, 2018, p. 92). Desta forma, a própria noção de sociedade que implica em “compartilhar valores culturais e instituições que permitam o sentimento de pertencer ao todo” (CASARA, 2018, p. 73) fica limitada, porque só há espaço para o pensamento único, numa aproximação simbólica e real da imposição explícita pela força ou implícita pela racionalidade, em articulação cada vez mais estreita. “A preocupação ética com a educação, com a formação de pessoas comprometidas com a democracia e

outros valores necessários à vida digna em comum, foi substituída por um convite à violação das leis que fundavam o laço social: um chamamento à transgressão e mesmo ao uso da violência como forma de valorizar e alcançar os próprios interesses” (CASARA, 2018, p. 92-93).

O exercício hermenêutico da sociedade atual revela que o hipercapitalismo produz ampliação e intensificação do empobrecimento da experiência em sua comparação com o liberalismo clássico. O predomínio do atual modelo de desenvolvimento político-econômico associado à ampliação das tecnologias de informação e comunicação tem desdobramentos relevantes. A promessa de que as tecnologias fossem suprir demandas de trabalhos repetitivos é, em parte verdadeiro, porém, a expectativa de que isso representasse maior tempo para o descanso não se confirmou. A noção de tempo e espaço de trabalho sofreram grandes transformações e já se indica mudanças irreversíveis e aceleradas como efeitos da pandemia, especialmente para algumas realidades profissionais. O mundo acelerado trouxe novas demandas e as mutações no mundo trabalho um conjunto de consequências, algumas já indicadas no primeiro capítulo, entre elas a precarização e a baixa remuneração, obrigando alguns indivíduos a buscar novas fontes de recursos. O desaparecimento do descanso tem, entre os desdobramentos, a perda dos “dons do escutar espreitando”, com o fim da “comunidade dos espreitadores”, que exige “atenção profunda, contemplativa, à qual o ego hiperativo não tem acesso” (HAN, 2017, p. 34). Byung-Chul Han (2017, p. 32-33), ao falar da cultura, aponta para a necessidade de um ambiente de atenção profunda, o que se torna muito difícil na contemporaneidade, que, comparado ao mundo animal, exige tensão permanente porque os perigos e predadores estão à espreita e podem chegar de todos os lados. Invocando o estado contemplativo, não em analogia à atividade dos monges, mas relacionado ao cuidado analítico, o autor afirma: “Só o demorar-se contemplativo tem acesso também ao longo fôlego, ao lento. [...] No estado contemplativo, de certo modo, saímos de nós mesmos, mergulhando nas coisas” (HAN, 2017, p. 36). O autor chama a atenção para o *doping*, indicando formas de tratamento medicamentoso, como maneiras de dar conta das tarefas, mesmo que implique em certo entorpecimento (HAN, 2017, 69-70). O que mais preocupa na relação com o nosso tema da abordagem do autor é a consequência no que diz respeito aos vínculos sociais e ao que há de comum, na expressão do autor a violência da destruição da “comunidade” (HAN, 2017, p. 71), uma vez que somos todos consumidos pelos afazeres e ocupações cotidianas.

A experiência diz respeito à liberdade, à atitude de receptividade e escuta, à criação e a pobreza subjetiva, que nos condiciona à visão pré-estabelecida e a lógicas pré-fabricadas, produzem resistência interna e dificultam, quando não impedem “que nos aconteça” a experiência. A experiência exige desapego e tempo, o que está em falta por conta da aceleração e do imediatismo a que submetemos e fomos submetidos em nossos dias. “Tudo o que se passa passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera” (LARROSA, 2017, p. 22). Jorge Larrosa destaca quatro dificuldades no contexto atual que acabam por criar obstáculos à experiência, situações que fazem com que a experiência “não nos aconteça”, não nos toque. “Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara” (LARROSA, 2017, p. 18). A primeira dificuldade é o excesso de informações, uma vez que “a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência” (LARROSA, 2017, p. 18-19). A obsessão pela informação quase automaticamente nos prepara para a segunda dificuldade da experiência, e que somos preparados desde cedo, com a participação da escola, para que estando informados, opinemos (LARROSA, 2017, p. 21).

“O sujeito moderno é um sujeito informado que, além disso, opina. É alguém que tem opinião supostamente pessoal e supostamente própria e, às vezes, supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo de que tem informação. Para nós, a opinião, como a informação, converteu-se em um imperativo” (LARROSA, 2017, p. 20). Ocorre que “a obsessão pela opinião também anula nossas possibilidades de experiência, também faz com que nada nos aconteça” (LARROSA, 2017, p. 20). Sem foco ou meta, não chegamos a lugar nenhum, ao mesmo tempo em que, às vezes, seguimos um roteiro determinado e cumprimos certas metas sem nos perguntar ao certo onde queremos chegar e onde isso nos leva. Se observarmos mais atentamente causa-nos estranhamento a maneira como se lida com isso na escola também. Falamos em formar para a cidadania, mas pressupomos que isso aconteça automaticamente à medida que vencemos os conteúdos previstos no currículo extenso. “Com isso, também em educação estamos sempre acelerados e nada nos acontece” (LARROSA, 2017, p. 23). Não é de se estranhar a terceira dificuldade da experiência, a falta de tempo. Essa sensação é reflexa às nossas ocupações. “O sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e

insaciável de notícias, de novidades, um curiosos impenitente, eternamente insatisfeito. [...] Por isso, a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigos mortais da experiência” (LARROSA, 2017, p. 22). Larrosa localiza como a quarta dificuldade, que nos faz faltar tempo para que a experiência “nos aconteça”, o trabalho. Convém aqui distinguir experiência e “experiência de trabalho”, uma vez que comumente referimo-nos à primeira como tempo de trabalho e/ou vida acadêmica. Segundo o autor, deve-se evitar “qualquer conversão da experiência em créditos, em mercadoria, em valor de troca” (LARROSA, 2017, p. 23). E para Larrosa (2017, p. 24), o trabalho é inimigo mortal da experiência.

A racionalidade neoliberal torna o sujeito de nosso tempo inatingível pelos processos formativos que exijam transformação no modo de ser e pensar, colocando-nos numa posição de memória temporária de informações úteis, portanto, sem significado pessoal. Postura análoga à adotada em relação aos “conhecimentos” diz respeito aos vínculos pessoais, desenvolvendo a indiferença no que concerne aos problemas dos outros, quando não desejosos de sua eliminação. Quanto mais encharcados do modo mercado e da lógica “empresário de si” menos espaço para os vínculos sociais e de solidariedade, menos tempo e disposição para a experiência e, conseqüentemente, menos espaços para relações efetivamente democráticas. A hermenêutica social é tarefa complexa, mas alguns aspectos ainda precisam ser explorados considerando a história como movimento dialético e a tarefa de tornar mais evidente os procedimentos causadores do empobrecimento subjetivo e da experiência contra os quais a educação para a democracia precisa avançar.

Na sequência, a ampliação de análise com base em campos específicos em que a racionalidade neoliberal circula e/ou se articula se apresentando com diferentes roupagens, mas sem perder sua essência de mirar um benefício em forma de lucro financeiro, status e distinção social e poder, ou mesmo ambos. Aliás, a tese interpreta que o vínculo dura o tempo do benefício. São muitas as abordagens possíveis e relevantes, mas vamos nos concentrar em dois enfoques com base na saliência contextual atual ou por serem expressas de forma caricata ou tosca. Daremos destaque ao movimento de constituição da racionalidade (neo)liberal e sua peculiar relação na configuração da personalidade autoritária, e aos limites formativos na aproximação coma a intolerância ao outro (diferente) com efeitos perversos à democracia.

4.1.1 Do liberalismo econômico à personalidade autoritária

O desenvolvimento do capitalismo passou por fases distintas até sua configuração hegemônica atual baseada na economia de mercado e na financeirização. O regime político democrático não nasceu com o capitalismo, mas algumas noções como o da liberdade e da individualidade que se desenvolveram ao longo da modernidade, consolidaram e serviram de base de aproximação para tornar possível um arranjo do “capitalismo democrático”. Esse casamento entre economia capitalista e democracia política, já criticado por ideólogos de espectros políticos opostos, parece ter sido o arranjo possível e fez sucesso durante a “era de ouro das democracias capitalistas” no final do século XX. Não vamos nos demorar porque já sinalizamos para isso, mas a crise política atual tem uma faceta muito evidente no fim da era de paz social gerada pela compatibilização possível entre a acumulação de capital e algum ganho social. Mais importante ainda, é revelar que o fim da “paz social” não é decretada porque se avançou proporcionalmente em ganhos sociais, mas pela ambição de novas e, especialmente, velhas elites financeiras, de megaempresas ao mercado especulativo, diante circunstâncias e movimentações da economia globalizada. Por óbvio, trata-se de tema complexo e nosso objetivo é bem específico neste movimento de diagnóstico, o de explicitar a constituição da legitimidade sociocultural que sustenta tal feito. Reafirmamos o pano de fundo de nossa concepção de que a democracia em sentido profundo implica no movimento de contestação da desigualdade socioeconômica e de distintas hierarquizações, e da captura do poder político dos cidadãos por parte de grandes corporações, o que se dá de forma direta pela “compra de políticos” ou indireta pelo *lobby*.

Não há como dissociar as crises políticas e da democracia recentes do atual estágio do hipercapitalismo⁴⁴ e parece que uma das marcas deste modelo de desenvolvimento econômico, que invade todos os campos de desenvolvimento e marca as relações sociais atuais, revela de maneira mais escancarada o que lutou para mascarar e que acusou o

⁴⁴ Do ponto de vista conceitual é importante identificar que se trata de uma tendência geral, ao mesmo tempo citar a existência de distintas tendências, processos semelhantes ao que aconteceu com o neoliberalismo e que carrega peculiaridades a partir de cada realidade, região e/ou país. Santos (2005, p. 77) no início do século falava em pelo menos quatro tipos distintos: capitalismo mercantil (mercado), capitalismo mesocorporativo (empresa), social democrático (organizações representativas e patrões e empregados e o Estado) e o capitalismo estatal (“intervenção estatal”). O hipercapitalismo se insere na lógica da aceleração e da margem de lucro flutuante e ilimitada a partir da financeirização do mundo. Há quem aponte a realidade brasileira atual, comparada à fase dos Estados Unidos de Donald Trump e outros países, sendo um “anarcocapitalismo”, que implica basicamente na continuidade da orientação econômica neoliberal ao lado da deterioração da república e do Estado, chamando para “ocupar esse espaço” as famílias isoladamente, as milícias e as igrejas evangélicas (GHIRALDELLI). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UstMSPJosEg>> Acesso 4 jul./2022.

sistema monárquico e prometeu livrar a humanidade: o domínio de classe. Não se trata do mesmo jogo do qual as possibilidades de mobilidade social eram nulas, embora aquilo que é teoricamente disponível a todos mostra-se realidade para poucos. Essa contextualização parece importante para introduzir o debate acerca de dois pontos cruciais que sustentam os valores e constituem-se em subjetividade, além de definirem muitas ações e atitudes cotidianas dos indivíduos e de produzirem efeitos gigantescos sobre a política. Referimo-nos aqui o debate em torno da meritocracia associado à responsabilização individual pelo sucesso ou pelo fracasso e como justificção da hierarquia social e recompensa pelo esforço e trabalho pessoais dissociadas das circunstâncias que definem rendimentos e reconhecimento do sujeito social. Considerando a diferença entre a intenção (ou o que se diz ter como objetivo, incluindo que algumas falas podem não ser bem aceitas) e que se produz como resultado social, concordamos com o princípio do mérito no sentido de que a pessoa melhor capacitada ou talentosa para determinada função deva receber oportunidade. “No preenchimento de vagas de emprego mérito conta, por pelo menos dois motivos. Um é a eficiência. [...] O outro é a justiça. Seria errado discriminar o candidato mais qualificado com base em preconceito de raça, religião ou sexo e contratar uma pessoa menos qualificada no lugar dele” (SANDEL, 2020, p 51). A divergência diz respeito à possibilidade real de uma meritocracia justa ou de associar justiça e meritocracia. Dito de outra forma, a dificuldade está em sustentar que o resultado em termos de “recompensas socioeconômicas” seja o resultado do esforço e do trabalho pessoais ou proporcionais ao comportamento moral das pessoas. Essas dificuldades fazem com que ao fim e ao cabo, o mérito seja utilizado mais como critério de legitimação das desigualdades e hierarquias. Há muito a se analisar.

Com base em Sandel (2020), que investiga o tema a partir da realidade seletiva de ingresso na universidade, especialmente em universidades americanas de grande prestígio, e associado ao sonho americano da mobilidade social ascendente, vamos a algumas considerações. Interessa-nos de modo especial os efeitos do processo seletivo de ingresso nos candidatos e nos familiares e na realidade dos estudantes quando já conquistaram a vaga. É interessante observar duas “neuras” que se estabelecem na mentalidade das pessoas que buscam as vagas, extensivo aos familiares dos candidatos: a obsessão por passar e justificativa de passar por mérito pessoal, embora se crie todo um aparato em torno da aprovação - a situação extrema relatada foi a da compra de vaga pelos familiares (SANDEL, 2020, p. 15-17). Sua análise está associada ao sonho americano de mobilidade

social ascendente como fruto do esforço e do trabalho. A análise dos dados revela que o ingresso não está quase nunca dissociado da renda e riqueza dos pais. “É difícil dissociar a medida do mérito de vantagens econômicas” (SANDEL, 2020, p. 18). Mesmo os processos criados para descobrir talentos de outras classes sociais se mostram pouco eficientes à medida que pais ricos têm condições de pagar bons cursos preparatórios e contratar consultores educacionais particulares (SANDEL, 2020, p. 19), transformando os processos seletivos tão formais e específicos que necessitam de estratégias a serem desvendadas apenas por “especialistas”. “Essa impressionante desigualdade no acesso é devido, em parte, ao ingresso por legado e à valorização de um doador (a porta dos fundos), mas também a vantagens que propõem filhos e filhas de famílias ricas porta da frente adentro” (SANDEL, 2020, p. 19). E por que tanta importância na análise do ingresso à universidade? “reflete a convicção meritocrática de que a educação superior é a avenida principal para a oportunidade” (SANDEL, 2020, p. 263). E o “ranqueamento” entre universidades de prestígio e centrais e outras universidades é muito forte. “Ao assegurar uma vaga em universidade prestigiosa para filhos e filhas comprovam o brilho emprestado do mérito” (SANDEL, 2020, p. 22).

Há uma inegável dificuldade em perceber a intencionalidade ou o objetivo de determinados discursos e de julgar com precisão as realidades que o legitimam. Todavia, um olhar atento à dialética da história a partir da contribuição de autores consistentes ajuda a estabelecer associações reveladoras. Nem o capitalismo de “bem-estar social” nem os ideólogos do neoliberalismo, como expressa Sandel (2020) ao resgatar o pensamento de Hayek (p. 186) e Rawls (p. 191), vincularam o discurso de defesa do mérito ao comportamento moral porque perceberam tratar-se de realidades e lógicas distintas. No entanto, ambos reforçaram posições de responsabilização individual, praticamente abolindo do debate público o tema da desigualdade social, que de combatida passou a ser justificada ou ao menos tema de pouca importância. Os próprios partidos de esquerda se meteram neste imbróglio à medida que não conseguiram tomar distância ou apresentar alternativas ao discurso hegemônico, reforçando a responsabilização dos indivíduos pelo fracasso ou pelo sucesso, abandonando de suas plataformas políticas o tema da desigualdade e assumindo os princípios de funcionamento do mercado e de obsessão incondicional ao crescimento econômico. “Responsabilizar as pessoas pelas coisas que elas fazem é bom, até certo ponto. Respeita a capacidade delas de pensar e agir por elas mesmas, como agentes morais e cidadãos. Mas uma coisa é responsabilizá-las por agirem

de acordo com a moral; outra coisa é pressupor que somos, cada um de nós, totalmente responsáveis por nossa sina” (SANDEL, 2020, p. 53). Esse deslocamento foi reforçando o discurso do mérito, resgatando e justificando o movimento histórico originário da mudança. “Diferentemente do privilégio aristocrático, o sucesso meritocrático traz um senso de realização pela conquista do espaço de alguém. Desse ponto de vista, é melhor ser rico ou rica em uma meritocracia do que em uma aristocracia” (SANDEL, 2020, p. 173). É nesse sentido que o princípio do mérito, mais que um discurso calcado na realidade de efetiva mobilidade social, serve para legitimar a desigualdade e reforçar a noção do senso comum de que “cada um tem o que merece”. Os dados revelam que a mobilidade social não ultrapassa os 2% nas universidades particulares e públicas mais famosas dos Estados Unidos, avançando um pouco em termos percentuais apenas em universidades públicas menos concorridas e nas estaduais (SANDEL, 2020, p. 237). A “paz social” parece depender não apenas da aceitação da desigualdade, mas, acima de tudo, de sua legitimidade. Por isso é tão importante que as desigualdades de renda e riqueza não sejam vistas como privilégio hereditário, mas resultado do que as pessoas conquistaram por meio de esforço e talento (SANDEL, 2020, p. 171). A “formação educacional superior na era da meritocracia não tem sido mecanismo para mobilidade social; ao contrário, tem reforçado as vantagens que pais e mães privilegiados conferem a filhos e filhas” (SANDEL, 2020, p. 234). Em outro trecho o autor deixa mais transparente as conclusões de seu estudo.

Faculdades e universidades estadunidenses possibilitam a ascensão de uma quantidade surpreendentemente pequena de estudantes, apesar do fato de que estudar em lugares como esses melhora a perspectiva econômica da pessoa. Graduados universitários, principalmente de lugares de prestígio, tem grande facilidade para encontrar empregos lucrativos. Mas essas escolas têm pouco impacto na mobilidade ascendente, porque a maioria de seus estudantes já são ricos. A formação educacional superior nos Estados Unidos é como um elevador de prédio em que a maioria das pessoas entra na cobertura (SANDEL, 2020, p. 238).

Se, em termos de mobilidade a lógica do mérito tem revelado fragilidades, a nosso ver o ponto mais controverso é que ele nem se propõe a corrigir o principal dos problemas da atualidade ao menos na perspectiva de quem pensa nas implicações profundas da democracia. Isso porque a lógica do mérito é calcada no princípio da concorrência e no fato de que isso gera estímulo para a qualificação/evolução humana e na concorrência existem vencedores e perdedores, portanto, a afirmação da desigualdade. “O ideal meritocrático não é remédio para desigualdade; ele é justificativa para desigualdade” (SANDEL, 2020, p. 181). A exacerbação da concorrência entre indivíduos predominante

no hipercapitalismo atual, além de legitimar a desigualdade traz consequências mais profundas do ponto de vista das relações porque acaba sendo traduzido socialmente nas lógicas da arrogância e da humilhação. O problema está no fato que o “mérito tende a eliminar graça; mais cedo ou mais tarde, os bem-sucedidos afirmam - e passam a acreditar nisto - que seu sucesso é resultado de suas próprias ações, e as pessoas são menos dignas do que eles” (SANDEL, 2020, p. 266). Desta maneira, “Não generoso com perdedores e opressivo com vencedores, o mérito se torna um tirano” (SANDEL, 2020, p. 266). Alguém pode dizer que a vida é dura e que não há como ter sucesso, sem exigências, mas levada ao extremo essa obsessão gera distorção da realidade e consequências psíquicas profundas, desde ansiedade e insegurança e dependência da opinião dos pais gerada pela superproteção. Algumas pesquisas psicológicas realizadas com adolescentes aparentemente bem-sucedidos revelaram uma realidade que envolve depressão, ansiedade e raiva, mostrando-se distintos da expectativa de felicidade aparente. Se não pertencer ao grupo seleto gera sentimento de inferioridade e de fracasso, o sofrimento emocional que resulta do imperativo meritocrático também cobra o preço a quem cede à pressão pelo desempenho e pelo sucesso. As consequências atingem múltiplas dimensões, do sofrimento psíquico à legitimação não só das desigualdades como também da categorização social associada a essa classificação.

Nosso objetivo não é explorar todas as nuances deste tema, senão compreendê-lo no contexto de predomínio da racionalidade de desempenho e de legitimação e reafirmação das desigualdades sociais amplificadas de forma gigantesca nos últimos anos. Há ainda um elemento importante apontado por Sandel que chama a atenção no que diz respeito ao papel e à capacidade da educação no que diz respeito ao pensamento crítico. “O hábito de fazer malabarismos com excessivas tarefas desafiadoras e por vezes aleatórias é difícil de abandonar. Muitas pessoas sentem o impulso de se esforçar muito, de tal maneira que acham difícil usar os anos de universidade como momento de pensar, explorar e refletir de forma crítica em quem são e o que vale a pena seguir fazendo” (SANDEL, 2020, p. 251). Assim, a universidade vai se transformando cada vez mais em “treinamento básico para uma meritocracia competitiva” (SANDEL, 2020, p. 253). Na condição de professor, Sandel revela as tentativas feitas na universidade para proporcionar contato e aprendizado entre os estudantes, além de certa relativização ou adiamento da publicação das notas, além da obsessão por notas revelado pelas tentativas de trapacear nas provas, o que deixa os alunos transtornados. A inexorável competição alinhada à noção de que o sucesso é mérito

peçoal “faz com que seja difícil usar do senso de solidariedade e obrigação mútua que poderia nos suprir para enfrentarmos a crescente desigualdade de nosso tempo” (SANDEL, 2020, p. 255).

O treinamento do processo seletivo de ingresso na universidade representa o nível de competição a que alguns indivíduos estão submetidos na sociedade atual, mas mais que isso expressa o “espírito” que vai se impregnando e tomando conta da subjetividade. O outro é transformado imediatamente em inimigo, sob o risco de se cultivar um ódio e um ressentimento em relação a “ele”, quase como forma de autodefesa e preservação de uma identidade frágil e insegura porque submetida a regras impiedosas. O incômodo em compartilhar ideias com seus colegas acadêmicos, distancia e potencializa a dimensão da concorrência no atual estágio e no futuro no que diz respeito aos melhores empregos e ao “lugar social”. Esse empoderamento individual inquestionável vira arrogância na vitória e ressentimento ou humilhação na derrota, mas o mais grave é que em qualquer das situações fecha-se o caminho do diálogo e do compartilhamento de ideias de forma livre e aberta. Falta o fundamental para se pensar no bem comum, na interdependência entre os humanos e com os outros seres e ficam comprometidos os princípios básicos não apenas da política ou da democracia, mas da convivência humana sadia. O ingresso na universidade, antes mesmo ter contato com os objetivos estabelecidos pelas instituições e professores, acaba condicionado no que diz respeito à liberdade de pensamento, à medida em que foca e direciona (mesmo inconscientemente) seu intelecto a absorver informações úteis na disputa pelos melhores empregos, tornando os estudantes impermeáveis a possíveis implicações pessoais da reflexão. Em sentido amplo, o senso comum de que “grande parte das pessoas consegue alcançar sucesso, se estiver disposta a trabalhar duro” (SANDEL, 2020, p. 184), outorga aos vencedores a autoridade de superiores, legitima a humilhação dos perdedores, a um passo da afirmação da superioridade de classe.

A personalidade autoritária não nasce exclusivamente da racionalidade neoliberal, senão um misto dos efeitos da exacerbação da competição de indivíduos pelos melhores postos na hierarquia econômica, que tende a lhe garantir, um “bom lugar social”, somado aos resquícios de autoritarismo presentes na subjetividade e em diferentes instâncias da sociedade. Julgava-se, pelo processo de desenvolvimento cultural e certo grau de complexidade humana, e mesmo pelos efeitos perversos de regimes autoritários, que o autoritarismo estivesse em fase de extinção ou então tivesse sofrido forte revés e não viesse a público com tamanha força em tempos contemporâneos. No entanto, vê-se o quanto

algumas lições históricas não são aprendidas ou o são por um número restrito de pessoas a ponto de não se tornar referência importante para o conjunto da população. Evidente que este retorno reconfigurado do modo autoritário de compreender os fenômenos sociais deve-se em parte pela conjuntura política e porque determinados setores da sociedade não tem interesse específico no modo autoritário de ser, mas nos possíveis benefícios que a apologia ao autoritarismo possa trazer.

Nesse contexto que ganha particular significado a aproximação entre o modo autoritário de pensar e o modelo econômico capitalista, em suas várias fases históricas. Faz-se necessário buscar compreender os sinais que revelam decisões conjunturais e em que medida estas são tomadas ao longo da história e o que elas representam. Para expressar de uma maneira rápida, ou retomar com outras palavras, é possível identificar sinais de predisposição maior entre capitalismo e autoritarismo do que compromisso profundo entre capitalismo e democracia. Isso porque os desejos ilimitados das elites financeiras estão mais sob ameaça quando grupos populares lutam por direitos fundamentais participando efetivamente de processos democráticos do que quando há riscos de autoritarismos. Mais que isso, percebe-se dois modos de configuração política, ambas com as elites no poder. O que a conjuntura atual tem feito, isto sim, é escancarado, tornado transparente, o que não significa, é bom que se diga, falar em elite no singular como se houvesse unicidade em seu movimento e sem perceber seus conflitos de interesse. O que há são pactos temporários quando existe um inimigo comum, e este sempre foi o mesmo, embora mudem os sujeitos e grupos de representatividade, as camadas populares organizadas. Por isso, é tão importante reforçar a existência de indivíduos, que competem entre si, minando vínculos ou mesmo a noção de sociedade enquanto composição de indivíduos “associados para e por compartilhar valores culturais e instituições que permitam o sentimento de pertencer ao todo” (CASARA, 2018, p. 73).

Se o liberalismo clássico e o liberalismo social tinham, ao menos no plano retórico, um inegável compromisso com a democracia, o neoliberalismo pouco a pouco acabou por revelar um potencial desdemocratizante: os valores, princípios e regras democráticas passaram a ser percebidos como obstáculos à eficiência estatal e de mercado, razão pela qual foram relativizados ou desconsiderados (CASARA, 2021, p. 106).

A contribuição da racionalidade neoliberal na constituição da personalidade autoritária vem de seu caráter egoísta desenvolvido desde a afirmação da individualidade moderna até o cálculo do interesse pessoal, que perpassa a lógica meritocrática. Esse empoderamento individual(ista), deparado com o saudosismo autoritário desejoso pelo

controle moral e comportamental sobre todos os campos aponta os primeiros sinais da personalidade autoritária. Para Rubens Casara (2018), a personalidade autoritária tem no contexto do empobrecimento subjetivo e da linguagem, que marca a racionalidade neoliberal, ambiente favorável para o seu desenvolvimento. Entre as características vinculadas à personalidade autoritária estão: violência como resposta a problemas sociais, atitude de submissão a autoridades idealizadas em seu grupo de pertencimento, intolerância com relação à transgressão de valores “convencionais”, tendência ao pensamento hipersimplista ou estereotipado, fantasia quanto a supostos inimigos e ideia de que o mundo está sempre em perigo e preocupação exagerada com a sexualidade alheia (CASARA, 2018, p. 119-129). Vivemos em uma sociedade pós-democrática porque os limites legais que marcavam o Estado Democrático de Direito foram abandonados (CASARA, 2018, p. 10), os direitos e garantias fundamentais e a vontade popular não servem mais de obstáculo ao exercício do poder, especialmente o financeiro (CASARA, 2018, p. 16). As transformações que vão se processando são profundas a ponto de gerar perplexidade a muitos o fato de a perda dessas garantias fundamentais contar com a paralisia ou omissão das pessoas. “Por que os desejos e os interesses de uma minoria cruel conseguem subjugar os interesses da maioria? Quais as novas causas da “servidão voluntária”? Por que a população aceita ser explorada em um sistema que só favorece aos super-ricos? O que aconteceu com a sociedade na pós-democracia?” (CASARA, 2018, p. 23). Essa é uma questão central para o debate deste capítulo porque revela uma dificuldade na interpretação dos acontecimentos e fenômenos no que diz respeito a compreender o real objetivo de medidas políticas e econômicas, uma vez que elas são justificadas por determinadas instâncias da sociedade, entre as quais a grande mídia e setores eclesiais. Fica ainda o questionamento acerca de como a educação formal consegue dar conta da tarefa de desnudar e produzir discernimento sobre a realidade, ou também é capturada e mesmo censurada através de seus professores. Exemplos não faltam de interpretações que interessam a grupos bem situados política e economicamente, entre eles, estão: as reformas Trabalhista (2017) e da Previdência (2019), justificadas como garantia de emprego e futuros benefícios, quando a única certeza é a precarização já no curto prazo.

À medida que as regras do mercado foram transformadas em “nova ordem social”: “a ordem em que tudo e todos se tornaram negociáveis” (CASARA, 2018, p. 17), o Estado passou a mero instrumento para a satisfação dos detentores do poder econômico, colocando sob ameaça a existência da democracia em sentido substancial (CASARA,

2018, p. 19). “Basta pensar em todos aqueles que lucram com a crise da saúde, da educação e da segurança pública” (CASARA, 2018, p. 19). Sem outros critérios importantes, sejam eles oriundos de processos formativos e incorporados na subjetividade ou do limite das leis e regras, a única meta a ser perseguida passa a ser a satisfação pessoal. A tradição autoritária e a passividade popular são forjadas também por pré-concepções e pela herança de fenômenos como a escravidão e as ditaduras do século XX (CASARA, 2018, p. 27). Para Casara (2018, p. 27-28), a ausência de resistência popular à retirada de direitos se constitui, além do efeito da tradição autoritária, resultado da dessimbolização⁴⁵ presente na linguagem da racionalidade neoliberal, que naturaliza a perda de limites ao exercício do poder. “Indivíduos que acreditam não ter limites ao gozo formam uma sociedade igualmente sem limites e se submetem, sem questionar aos arbítrios de um Estado sem limites” (CASARA, 2018, p. 28). Desse modo, tudo se identifica com os fins da sociedade de mercado. “Não há direito, Constituição, lei, norma moral ou ética que possa frear o desejo de enriquecer ou alcançar qualquer outro fim egoísta” (CASARA, 2018, p. 28).

A nova economia psíquica transforma o sujeito em autorreferência ética de suas ações, passando a ter poder não apenas sobre suas escolhas, mas nas decisões que afetam a convivência com os outros e com repercussões para o conjunto da sociedade. O indivíduo que tem opinião supostamente pessoal, como sustentamos a partir de Larrosa, é transformado em sujeito de poder ilimitado, outorgando a si o direito de julgar os demais segundo os critérios e referenciais construídos sob à égide do cálculo do interesse pessoal. Um indivíduo julgador, que julga segundo seu imaginário, que substitui e se constitui em lei (CASARA, 2018, p. 34). Por mais que possa parecer óbvio, vamos explicitar o fato de existirem várias influências importantes na constituição das referências pessoais, redes sociais, amigos, igreja, família e que cada sujeito exerce poder e sofre influência a partir do “lugar” que ocupa. Às vezes, com baixo ou nenhum senso de autocritica e sem sentido de interdependência social a “personalidade julgadora” confunde o funcionamento da sociedade e submete tudo ao que cabe, muitas vezes, em sua hipersimplista e estereotipada compreensão dos fenômenos sociais. Quando a justiça depende do imaginário do julgador as questões têm desdobramentos preocupantes. Se estivermos falando de Juízes, quando agem sem limites e são elevados à condição de protagonistas da política, os julgamentos

⁴⁵ O elemento simbólico ganha tamanha relevância porque é ele que distingue o instinto animal do desejo humano (CASARA, 2018, p. 28).

são marcados pela relativização das leis e da ética e as regras típicas da área são abandonadas em nome de um senso comum e da expectativa criada (CASARA, 2018, p. 29-30). “Com o enfraquecimento do simbólico, o empobrecimento da linguagem e a perda da importância da lei, a imagem que cada um faz do que é justo ou legítimo assume o lugar da lei” (CASARA, 2018, p. 30).

O “ser-julgador”, que “exerce poder sem limites rígidos”, acaba por ser “instrumento dos interesses dos detentores do poder político e/ou econômico” (CASARA, 2018, p. 31-32), representando o mercado e o Estado na tarefa de classificar os indivíduos entre desejáveis e indesejáveis (CASARA, 2021, p. 105). O procedimento se constitui em farsa: “uma criação que se apresenta como lei, mas sem valor de lei, uma lei que só existe no imaginário do sujeito e que passa a ser utilizada para satisfazer, sem culpa, o seu próprio interesse” (CASARA, 2018, p. 45). O Eu-imaginário que toma o lugar da lei e que não conhece e respeita limites, estabelece seus inimigos e tende a transformá-los em inimigos da nação a depender de seu poder de persuasão ou dos mecanismos com os quais conta para fazer valer sua versão dos fatos. “A ausência de limites leva ao arbítrio e ao autoritarismo. O imaginário democrático, necessário para decisões fundadas no respeito à alteridade e aos direitos fundamentais, por sua vez, exige a internalização de limites que cada vez mais estão ausentes” (CASARA, 2018, p. 39). Numa sociedade extremamente desigual e hierarquizada, a consolidação da legitimidade meritocrática e a autoridade de julgar baseada na “imagem que se faz do outro” (CASARA, 2018, p. 32) consolidam a personalidade autoritária, com desdobramentos danosos para os “inimigos” dos “sujeitos de poder”.

Segundo Casara (2018, p. 126), “no Brasil pós-democrático, todos querem exercer as funções do acusador e, ao mesmo tempo, julgar os outros”, consolidando o primado da hipótese sobre o fato. “A verdade perde a importância diante da ‘missão’ do ‘juiz’ de comprovar a hipótese acusatória ao qual está comprometida” (CASARA, 2018, p. 127). Numa realidade em que a maioria se submete aos desejos e interesses de uma minoria de super-ricos, acontece o processo de demonização do pensamento crítico e das ferramentas teóricas capazes de justificar que um outro mundo seja possível (CASARA, 2018, p. 114). “A subjetividade autoritária tende a pensar, atuar e julgar de acordo com a opinião média e naturalizar esses fenômenos” (CASARA, 2018, p. 119). Partindo de uma base de “explicações primitivas, hipersimplistas de eventos humanos”, o indivíduo autoritário acaba por obstaculizar as pesquisas e ideias ou observações necessárias para uma

compreensão mais ampla da realidade (CASARA, 2018, p. 122-123). O indivíduo autoritário assume-se submisso “àqueles a quem se considera inferior e a quem atribui uma autoridade moral idealizada” (CASARA, 2018, p. 120), e “tende a ser impaciente e a ter atitude de oposição ao subjetivo e ao sensível, insistindo com metáforas e preocupações bélicas, desprezando análises que buscam compreender as motivações e dados subjetivos” (CASARA, 2018, p. 122).

A pobreza analítica faz do indivíduo autoritário alguém que “vê tudo em termos de categorias antagônicas como ‘forte-débil, dominante-dominado, herói-vilão’ etc.” (CASARA, 2018, p. 123), indicando ação dura e punição exemplar a quem violar valores “convencionais” (CASARA, 2018, p. 121), justificando ações violentas, “em especial quando acredita que a agressão seja aceita pelo grupo do qual participa” (CASARA, 2018, p. 124), “enquanto tenta reforçar a crença de si como um ser absolutamente moral” (CASARA, 2018, p. 121). A personalidade autoritária se fortalece em duplo sentido, enquanto autoafirmação individual e enquanto atribuição de poder e prestígio a autoridades que aglutinam em torno de si valências autoritárias. Coincidência ou não a tarefa esperada do “Estado mínimo” é sua força e violência contra as pessoas e grupos sociais indesejados, o que revelam os dados da violência contra os pobres e grupos étnicos negros e indígenas. Isso torna “possível que uma minoria de muito-ricos domine uma maioria excluída dos lucros do mercado e das grandes corporações, se existir uma subjetividade acostuada com o uso da força, a relativização de direitos e que despreze o conhecimento” (CASARA, 2018, p. 117-118). A violência e a intolerância também se justificam pela crença de que “o mundo está sempre em perigo” (CASARA, 2018, p. 124), havendo sempre um “bode expiatório”, que causa os problemas e merece ser atacado porque representa o “inimigo”.

4.1.2 Pseudoformação e intolerância como obstáculos à democracia

A formação integral é uma tarefa complexa porque exige compreensão razoável sobre os fenômenos humanos a partir das grandes áreas do conhecimento e uma noção de como os processos de aprendizagem vão sendo desenvolvidos a partir do contato com o saber sistemático na interação sociocultural. O humano é um ser educativo e de aprendizagem, dinâmica que ocorre por toda a vida, no entanto, o que cada um pensa, a forma como constitui sua concepção de mundo está longe de ser “natural” ou aleatório. Existem processos sistemáticos e estratégias empregadas intencionais ou não que produzem efeitos decisivos para ampliar a capacidade de compreensão dos acontecimentos

e outros que fazem o inverso. Chamamos atenção para a pseudo ou semiformação, um verdadeiro desserviço que tem sido feito por algumas instituições que teriam a tarefa de produzir esclarecimento e lucidez. Trata-se de analisar o papel desenvolvido e/ou atribuído à família, às igrejas e à escola, por óbvio sem generalizar, mas com o intuito de identificar situações em que a atuação fica distante do bom senso e se caminha para o enfraquecimento da noção do bem comum. Fica subentendido pelo que estamos indicando que quando simplesmente fazem coro à lógica hegemônica propagam uma visão cultural limitada, fortalecendo a racionalidade utilitarista, que acaba por disseminar o ódio e colocar a dignidade humana e a solidariedade social, valores indispensáveis para a democracia, sob ameaça. Trata-se de uma mentalidade que, por ignorância ou por assumir a defesa de uma compreensão da realidade, acaba favorecendo e fortalecendo o poder de classe dos super-ricos.

O sujeito autoritário é, por tendência, inseguro e está em permanente busca daquilo que lhe confere segurança, por isso, se apressa em definir o “lugar” de cada um e de estabelecer o controle da situação. A imposição a partir do poder que exerce e o desprezo pelo melhor argumento e pelo estudo demorado para uma compreensão mais abrangente da realidade faz parte de certa estabilidade necessária ao funcionamento das coisas. O campo da sexualidade, com a preocupação exagerada com o comportamento alheio, parece uma explicação psicológica para as inseguranças pessoais, aliás, é sintomático analisar como esse tema é tratado por famílias e igrejas tradicionais ou reacionárias. “O indivíduo antidemocrático tem medo de falhar no campo sexual e compensa suas inseguranças através de condutas que acredita reproduzirem a imagem de homem viril. Posturas duras e cruéis, por exemplo, procuram compensar a impotência e o medo de falhar” (CASARA, 2018, p. 125). Independentemente da temática abordada fica nítida a necessidade de “preencher o vazio cognitivo com chavões, senso comum, preconceitos difundidos na classe média e estereótipos” (CASARA, 2018, p. 127). Essa questão preocupa ainda mais porque vive-se certa confusão num momento histórico em que se fala em pós-verdade, *fake news* ou guerra de narrativas como se fosse um simples fator de escolha pessoal, sem cuidados mínimos com a razoabilidade no emprego de conceitos e na interpretação dos acontecimentos. Quando o imaginário é critério único de verificação e ainda é marcado por estereótipos e preconceitos (CASARA, 2018, p. 125), a tendência é fantasiar inimigos e riscos sem amparo em dados concretos (CASARA, 2018, p. 126). Assim, a verdade perde

crédito diante da “missão” de comprovar a hipótese acusatória (CASARA, 2018, p. 127) e de servir a interesses pessoais ou do grupo que representa.

O pensamento estereotipado atua em favor de tendências reacionárias. Todo movimento e propaganda antidemocrática buscam o ignorante e, por vezes, alcançam também o “semiformado”, aquele que tem uma formação “superior” e diplomas, mas é incapaz de reflexão porque não consegue articular as informações recebidas ou as desconsidera por achá-las desimportantes para suas metas individuais (CASARA, 2018, p. 128. Grifos do autor).

Em termos formativos retornaremos ao tema central neste capítulo no sentido mais propositivo ou de recolher experiências significativas que sustentam a lógica da formação mais ampla, o valor das humanidades e das artes, como já indicado, ou da formação reflexiva que buscam evitar reduzir a informações úteis ao cálculo do interesse pessoal. Antes vamos chamar atenção, de modo especial para uma mudança paradigmática que vem ocorrendo na atuação de algumas igrejas e o quanto isso tem impactado na visão de mundo daquilo que pode ser identificado com a visão média da população. Nominalmente pode-se falar da passagem da Teologia da Libertação para a Teologia da Prosperidade (CASARA, 2018, p. 36) e, em termos bem superficiais ainda, da passagem de uma formação em pequenos grupos e baseada na leitura histórico crítica da Bíblia para uma leitura fundamentalista, além da minimização da influência de igrejas históricas para a maximização da “presença” das igrejas neopentecostais, popularmente “evangélicos”. Essa guinada não é puramente efeito da hegemonia capitalista, afinal a história é complexa e dialética sem essa relação causa-efeito, ao mesmo tempo, não é possível compreender adequadamente essa mudança às devidas aproximações. Algumas expressões de Casara (2018, p. 77) são reveladoras para compreender este movimento: “Deus está vivo, produzindo efeitos como nunca, mas serve ao mercado”; “afastado da política, sem informação e condicionado por mantras religiosos, o povo transforma-se em rebanho”. A crise da democracia representativa e a demonização da política são, em parte, efeito de um movimento que objetivou “afastar a população da atividade política com potencial transformador da sociedade e atende à lógica neoliberal - a religião voltou a adquirir importância como reguladora social e depósito das esperanças individuais” (CASARA, 2018, p. 77).

Não é nossa pretensão, até porque isso é tarefa para um estudo específico, fazer análises mais completas sobre o tema das religiões e igrejas, no entanto, alguma contextualização ganha relevância no contexto formativo abordado. Há na realidade

brasileira uma diversidade de matrizes religiosas e uma imensidão de igrejas e práticas religiosas e não queremos minimizar a presença de nenhuma delas, vamos apenas destacar a participação mais explícita do catolicismo e das de matriz evangélica por conta de localizar contribuições específicas em períodos mais recentes. A Igreja Católica teve e ainda tem, embora com efeitos ambíguos, por uma série de fatores, entre eles o de definição de religião oficial desde a era imperial, hegemonia numérica entre os fiéis, embora nos últimos anos os “evangélicos” têm expandido o número de fiéis. Em 1990 apenas 9% se declaravam evangélicos, na virada do século esse número chegou a 15,4%, subindo para 22,2% em 2010, segundo dados do IBGE, (CUNHA, 2019, p. 20) e para 31%, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, em 2020 (G1, 2020). Entre os que se dizem católicos o percentual é decrescente e em 2020 ficou, segundo a mesma fonte, em 50% da população. O que chamamos a atenção aqui, todavia, refere-se a importância recente com o ingresso intenso e com atuação explícita em nome das igrejas, e até barulhento, de representantes das igrejas neopentecostais ou evangélicas, representando também uma mudança brusca de postura. Isso porque os grupos evangélicos brasileiros destacaram-se pelas seguintes características: domínio da leitura fundamentalista do texto sagrado; ênfase na piedade pessoal e salvação da alma; tendência à rejeição das manifestações culturais não cristãs; isolamento das demandas sociais, entre as quais a participação política (CUNHA, 2019, p. 14). A guinada de que falamos é um pouco paradoxal porque a separação igreja-mundo serve a temas de comportamento e moral, especialmente sexual, no entanto, e aí está o ponto, no campo político pode-se dizer que os evangélicos “entraram de cabeça” e as regras do mercado são facilmente absorvidas, encontrando justificativa na interpretação do princípio histórico do mérito, portanto, um problema individual. A participação política, declarada ou mais cautelosa dos evangélicos, coincide com a hegemonia interna conservadora e pentecostal e se dá no período da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985 (CUNHA, 2019, p. 171).

A Teologia da Libertação, apenas para efeito de situar e apontar sua direção distinta da Teologia da Prosperidade que interessa mais neste momento, constituiu-se em movimento eclesial, teológico e político marcado pela análise crítica da realidade e atuação em defesa das populações mais vulneráveis, apostando em sua organização. Um dos referenciais e que reuniu em seus escritos princípios, concepções teológicas que vincularam fé e vida foi Jon Sobrino, sacerdote e teólogo espanhol, nascido em Barcelona, na Espanha e com atuação destacada em El Salvador. Um de seus livros mais elucidativos

neste sentido é “Jesus Cristo Libertador”, publicado em 1993. Trata-se de uma dinâmica com efeitos sobre comunidades rurais e periféricas baseada numa leitura contextualizada da Bíblia e que serviu de referencial e incentivo para transformar a fé em motivação para a organização e luta pelos direitos. Pode-se dizer que um dos pilares para a luta pela terra no Brasil e que esteve na raiz do nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST foi esse processo formativo em pequenos grupos e que implicava na exegese bíblica vinculada à hermenêutica social (MARCON, 2016). Outro movimento associado à Teologia da Libertação foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) marcados por seus encontros que reuniam experiências de práticas comunitárias, fundamentadas e inspiradas no estudo da Bíblia e na análise da realidade política, à época chamadas análises de conjuntura, espalhadas pelo Brasil inteiro. Para Leonardo Boff (1998, p. 149), e, com isso, queremos enfatizar a distinção da abordagem política: “a Teologia da libertação anseia e luta por uma nova sociedade já neste mundo: uma sociedade alternativa à capitalista, mas realmente alternativa e por isso que vai além dos socialismos reais, na direção do projeto desses últimos e de suas potencialidades intrínsecas, o qual encontra uma grande ressonância na tradição de fé”.

As igrejas evangélicas foram se constituindo na realidade brasileira a partir da interpretação dos princípios protestantes adequados à realidade específica, tendo a chamada Teologia da Prosperidade como marca. Uma das peculiaridades pentecostais junto à população empobrecida, que ocorreu desde 1950 com o acentuado êxodo rural, foi a presença mais enraizada na cultura urbana e a construção do campo religioso associado à emoção, à expressão cultural e à musicalidade populares (CUNHA, 2019, p. 18). Também é importante deixar sinalizado que a tradição evangélica não se reduz à perspectiva conversadora do ponto de vista político e moral, mas que este se constituiu hegemônico, o que passou a ser conhecido e produzir efeitos mais amplos porque plenamente divulgado pelos meios de comunicação, primeiro os tradicionais e mais recentemente pelas mídias sociais. Entre os fatores que podem ser considerados relevantes para este movimento estão justamente a hegemonia pentecostal entre os evangélicos (CUNHA, 2019, p. 52) e a espiritualização da experiência de fé associada à “racionalidade do mérito individual”. Segundo Casara (2018, p. 78), “O ideal cristão de amor ao próximo, por exemplo, perdeu importância diante do cristianismo neoliberal que desenvolve a teologia da prosperidade. No lugar da libertação e do compromisso com o pobre, o desejo de enriquecer. Reza-se para conseguir a graça do lucro, a aquisição de bens e a acumulação de capital”. As igrejas

foram sendo condicionadas pelo pensamento (neo)liberal e, ao mesmo tempo, construídas pontes entre valores religiosos com o modo de pensar predominante, a ponto de transformar as religiões em “imagem e semelhança do mercado”.

O neopentecostalismo, versão neoliberal do cristianismo, não trabalha com velhos demônios, mas com demônios contemporâneos, nascidos da promiscuidade entre o mercado e a religião. Neste contexto, líderes religiosos transformam a fé em mercadoria e negociam de exorcismos até casamentos, de milagres até apoios políticos, o pastor da igreja passa a ser o símbolo do sucesso econômico, a Igreja adquire a forma de uma empresa bem-sucedida e, em países como o Brasil, o pagamento do dízimo torna-se uma fonte inesgotável de enriquecimento (CASARA, 2018, p. 78).

Na realidade brasileira as estratégias quanto ao envolvimento político por parte dos evangélicos neopentecostais e a constituição da hegemonia interna pode ser explicitada também a partir da costura de algumas decisões políticas e da criação de entidades de articulação entre lideranças de tais igrejas. Aliás, a articulação suprapartidária de forças conservadores e interesses fisiológicos que ganhou notoriedade mais recentemente por seus feitos políticos e não sai mais de pauta e que tem grande poder de barganha no congresso, o “centrão”, foi criado ainda em 1987 para dar apoio ao então presidente José Sarney (CUNHA, 2019, p. 49). Foi neste período também que a “bancada evangélica” trocou apoio ao governo pela liberação de concessões de radiodifusão a grupos evangélicos⁴⁶ (CUNHA, 2019, p. 49). A atuação da primeira bancada no Congresso Constituinte 1986-1989 foi marcada pelo fisiologismo e pela farta distribuição de estações de rádio e canais de TV aos deputados evangélicos, o que resultou na ampliação da presença de evangélicos nas mídias (CUNHA, 2019, p. 39). “Nesse contexto a presença pentecostal foi determinante, bem como a construção de projetos políticos da parte de igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, que passaram a ser detentoras do maior número de congressistas evangélicos, o que resultou em mais ampliação do controle de mídias concedidas (CUNHA, 2019, p. 39). Tendência que se mantém, com predomínio da Assembleia de Deus, a qual vem mantendo maioria na ocupação de cargos nas legislaturas até o período de 2015 a 2018 (CUNHA, 2019, p. 65). No governo do presidente Jair Bolsonaro, a ocupação de alguns cargos pelos evangélicos, com influência direta da esposa Michele, sendo um dos que mais se notabilizou como tal em função da promessa de indicar um “terrivelmente evangélico” foi o ministro do Supremo Tribunal

⁴⁶ Isso simboliza bem a ambiguidade da experiência democrática brasileira. Ao lado de uma Constituição considerada cidadã, à medida que consagra direitos e abre a perspectiva para garantia de sistemas de saúde e educação, seu primeiro governo eleito representa uma transição lenta e carrega consigo um potencial destrutivo em termos de formação para o exercício da cidadania.

Federal - STF, André Mendonça. Outra consideração importante pela função que ocupa e por revelar suas concepções de mundo é o fato do Ministro da Educação, Milton Ribeiro⁴⁷, pastor presbiteriano, ter feito algumas declarações como: a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”; “Quando o menino tiver 17, 18 anos, vai ter condição de optar. E não é normal. A biologia diz que não é normal a questão de gênero. A opção que você tem como adulto de ser homossexual, eu respeito, mas não concordo”.

4.1.3 “Guerra imaginária” como estratégia, guerra real como *modus operandi*

A “guerra espiritual” e o enfrentamento à presença católica ou de correntes políticas consideradas representantes do mal é combustível e dá mais sentido à constituição de “exércitos” de defesa da família, da moral e dos “bons costumes”. O princípio pode ser traduzido pela inversão da frase bíblica: quem não está conosco, está contra nós. A atuação política articulada tem várias finalidades e nenhum escrúpulo para barganhar espaços estratégicos e galgar cargos individuais, além da atuação fisiológica em nome de interesses corporativos. O foco é a defesa da moral cristã - ou do moralismo com forte acento no comportamento sexual - e a participação ativa em prol dos princípios e valores sob os quais se constitui a teologia-ideologia evangélico-pentecostal. Há, neste contexto, discussões anacrônicas apresentadas como se tivessem relações intrínsecas entre fatos históricos e conjunturais completamente desconexas. É o caso do comunismo, tratado como grande inimigo, embora a queda do muro de Berlim, em 1989, tenha decretado o fim de experiências de natureza semelhante. No entanto, a necessidade de manter um imaginário ativado contra determinadas práticas mesmo que não passem de noções fragmentadas e vazias de conteúdo, alimenta os grupos conservadores e reacionários. Um estudo realizado sobre “ativistas políticos evangélicos influenciadores” foram levantados 35 perfis de indivíduos e grupos e realizada uma análise de conteúdo, com a identificação da palavra-chave comunismo/comunista entre os termos mais empregados nos perfis de caráter conservador. Ao termo associavam-se “ameaça ao País pela atuação dos partidos de

⁴⁷ Ainda antes da finalização do texto, no dia 22 de junho, o já ex-ministro foi preso pela Polícia Federal sob a acusação de existir um “gabinete paralelo” formado com outros pastores sem vínculo oficial com o Ministério, mas que controlavam a agenda e o repasse de verbas da Educação. O esquema já estava sendo investigado desde março. Disponível em :<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/25/escandalo-do-mec-veja-a-cronologia-do-caso-que-levou-a-prisao-de-milton-ribeiro-e-ao-pedido-de-investigacao-contra-bolsonaro.ghtml>> Acesso em 4 de jul./2022.

esquerda, especialmente o PT. Deve ser combatido com o voto nas eleições de outubro de 2016” (CUNHA, 2019, p. 219). A campanha contra a esquerda e o PT é muito forte, responsabilizando-os por destruírem o país, além de manifestarem o desejo pela extinção e indicando o impeachment como vitória do povo brasileiro e Michel Temer como o presidente que emerge para “consertar” o Brasil (CUNHA, 2019, p. 220). Campanha esta que, é bom considerar, uniu grupos religiosos conservadores de outras denominações, como é o caso dos católicos-romanos (CUNHA, 2019, p. 226), tendo o padre Paulo Ricardo como um dos representantes, para o qual, o sistema educacional brasileiro, sob o governo do PT, era uma máquina para a destruição da família natural, a nova revolução socialista (CUNHA, 2019, p. 142). A exploração política deste imaginário é muito frequente, como que num processo de tradução ou simplificação dos fenômenos sociais. Na realidade, vê-se muitas distorções avalizadas por líderes religiosos, em nome da fé compartilhada, e por isso tem maior garantia de ser encarado como verdadeiro. “Muitas disputas políticas que retratam conflitos de interesse e de classes acabam repaginadas e apresentadas ao rebanho como uma luta do bem contra o mal absoluto. O adversário é apresentado como a encarnação do demônio” (CASARA, 2018, p. 79).

A nova identidade evangélico-pentecostal tem outras temáticas consideradas relevantes e usa sua representação política para fazer sua guerra ideológico-moral, como que comendo fios e nós que tecem a rede que, na visão deles, compõem o comunismo como alvo preferencial e encarnação do mal. O pertencimento político-ideológico, autoproclamado em perfis de mídias sociais, à ala conservadora e ou de direita, vem associado a posições bem marcadas de defesa da família (“tradicional”), contra a garantia de direitos das minorias LGBTIs, de discussões de gênero – classificando-os como “ideologia de gênero” –, além de negarem a legitimidade de discussões como a do aborto. A postura é agressiva, negando legitimidade e reconhecimento a pessoas e grupos que pensam diferente, estimulando confronto e intolerância, tratando como adversários e inimigos, justificando a hostilização aos outros porque se dizem os únicos fiéis aos preceitos divinos. Uma postagem no Twitter do pastor Marco Feliciano, instiga tal postura: “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime, a (sic) rejeição”. Trata-se de atitudes que minam a convivência social, abrindo brechas no tecido social e, colocando sob ameaça o espírito democrático e o senso de solidariedade e coletividade social, ao mesmo tempo em que limita atitudes de empatia aos “seus” e reforçam o fisiologismo político-religioso. Algumas manifestações públicas e postagens por parte de

lideranças religiosas exemplificam esse caráter de ataca ao inimigo e combate ao mal, além do apelo emocional que demarca o caráter segregador “nós contra eles”. Parte da estratégia de ataque é simplificar e distorcer o que é proposto como política pública, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), que constatava a necessidade de financiamento da educação e de superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual vivida no cotidiano escolar (CUNHA, 2019, p. 141). Estratégia muito usada é a de cunhar um termo pejorativo e que ganha aderência social, como o caso da “ideologia de gênero”, e que contam com lideranças de diversos campos para propagação de ideias para seu público, figuras como o do padre católico citado há pouco. Segundo a interpretação conservadora, o documento visava abolir a família como instituição social, integrando parte da revolução socialista e, para o pastor Silas Malafaia, apoia o sexo livre, o incesto, a pedofilia, a zoofilia, o homossexualismo, deixando em aberto para outras realidades análogas (CUNHA, 2019, p. 142). Em memes reproduzidos em mídias sociais, em 2010, apareciam em destaque as expressões: “Dilma é a favor do Aborto. Dilma é a favor do casamento homossexual. Dilma é anti-cristãos. Dilma quer a macumba nas escolas, E você o que quer para seus filhos?”, em referência ao PNH3. Em vídeo no YouTube de 2013 em que a então advogada e pastora Damares Alves ganhou notoriedade, dizia fazer chocantes revelações sobre manipulações do governo, enfatiza que a família corria sério perigo e invoca a igreja brasileira a se levantar e assumir o seu papel. Em perspectiva semelhante, foi criado, em 2004, o movimento “Escola Sem Partido” com o objetivo de combater a doutrinação política e ideológica de alunos por parte dos professores marxistas e ateus (CUNHA, 2019, p. 147).

Esse imaginário estereotipado, que divide a sociedade entre bons e maus - claro, a partir do referencial subjetivo -, é expressão do empobrecimento da subjetividade e da linguagem e foi se constituindo a partir de um verdadeiro caldeirão social. A mentalidade religiosa de caráter fundamentalista e sua concepção dicotômica entre bem e mal invoca o pensamento separatista entre corpo e alma que parece ter passado ilesa a um movimento cultural expressivo. Tal simplificação é prejudicial não porque permite compreender a realidade por parte das pessoas simples, mas porque distorce e cria caricaturas que colam nas pessoas e grupos e são transformadas em preconceito. Essas “representações” criam efeitos danosos diretamente aos grupos “classificados” porque vistos pelo conjunto da sociedade por esses estereótipos, mas também porque limita profundamente a compreensão da realidade e, óbvio, é explorado politicamente. Por seu turno, a racionalidade neoliberal

“não compreende e desconsidera/demoniza aquilo que não pode ser tratado como mera mercadoria, ao mesmo tempo que aproxima a religião do mercado, aceitando e reforçando a veneração de ídolos, pastores, padres e lideranças religiosas que se mostrem tementes ao deus-mercado enquanto controlam indivíduos transformados em rebanho” (CASARA, 2018, p. 79). Em tempos de tecnologias digitais e algoritmos, de mundo acelerado e do indivíduo julgador com opinião supostamente pessoal, não se pode deixar de considerar a contribuição das redes sociais neste processo que fornece dados às plataformas e cria bolhas de pensamento. A tendência homogeneizante produz efeitos socioculturais degenerativos e obstaculiza o pensamento crítico e as relações democráticas. Um prato cheio para a personalidade autoritária calcada na insegurança e na ansiedade, que se socorrem em técnicas de “etiquetagem”, dividindo o mundo entre bons e maus, amigos e inimigos e dando vazão a afirmações do tipo “personalidade voltada para o crime”. Esses indivíduos recorrem “ao pensamento etiquetador para produzir em si a ilusão de segurança intelectual ou mesmo de buscar apoio popular no meio que também só pensa a partir de estereótipos e outras estratégias de simplificação da realidade” (CASARA, 2018, p. 129).

O mundo globalizado não destrói a história de cada país e suas peculiaridades culturais, mas é visível que alguns fenômenos ultrapassam fronteiras e o movimento ultraconservador tem conquistado muito espaço e demarcado sua atuação nos últimos anos. O conservadorismo de costumes que invade a política, separa e rearticula o (neo)liberalismo econômico do liberalismo do campo sociocultural. Para efeitos políticos, de noções sobre o bem público e atendimento da população vulnerável, é nítido o agravamento da desigualdade e o esgarçamento da democracia e, mais que isso, sua justificação pela leitura parcial e limitada dos fatos. O desdobramento mais grave é o ativismo conservador, que fragmenta o tecido social, gera ruptura em termos de grupos sociais com demandas similares, por conta de pertencimentos religiosos que estimulam saídas individuais e estraçalham noções de coletividade, cooperação e solidariedade social, indispensáveis à política em seu caráter abrangente. A política e a democracia são realidades que só existem efetivamente enquanto exercício coletivo pelos cidadãos, contudo, o movimento deste tipo de aproximação religiosa da política, fortalece a negação da política e esvazia a democracia, porque desmobiliza e demoniza a participação de pessoas e grupos no debate sobre a “coisa pública”. E o faz em nome do próprio ativismo político. Algumas manifestações, nas ruas ou nas redes, se levamos a termo suas implicações, empunham cartazes exigindo a supressão de seus próprios direitos. Neste

sentido, cabe uma crítica contundente à religião praticada pelos evangélicos-pentecostais que se sustentam na promoção do pânico moral para se aproveitar de uma população que está assustada diante da complexidade dos fatos, gerando medo, quando, por natureza, deveria esclarecer e infundir esperança. A participação e a reconfiguração da noção de família é outro tema que merece atenção junto a este emaranhado social que produz em maior proporção ódio e separatismo por incapacidade de ver diversidade como riqueza.

Num contexto acelerado e de mutações profundas em todos os campos, não seria diferente com a noção de família, embora nosso foco não seja discutir conceitualmente e nem sua constituição, tradicional ou não. O que nos interessa discutir é que, por um lado, ela não é mais referência fundamental no que diz respeito aos valores e que acaba ganhando conotações de “núcleo de pensamento homogêneo”. Em nome da defesa da família e de um tipo específico de família, como consequência da compreensão fundamentalista da fé e dos princípios cristãos, acaba-se por reforçar uma visão homogênea e pela negação da diversidade de pensamento e de experiências, excluindo quando não indicando a eliminação desses indivíduos. Uma análise mais realista dá conta da crise de legitimidade da autoridade dos pais e estes se veem na condição de atender aos pedidos dos filhos. “Nas famílias adequadas à racionalidade neoliberal, a tarefa de primeiro educar os filhos é substituída pelo objetivo dos pais de serem amados por aqueles. [...] Os filhos, então, aproveitam-se dessa ‘liberalização’ familiar para não terem que renunciar à onipotência infantil ou assumir o ônus de crescer” (CASARA, 2018, p. 81. Grifo do autor). Em outras palavras, “a família deixa de ser mecanismo de transmissão de valores e cultura para se tornar um agrupamento de interesses econômico-afetivos. Desaparece, portanto, os deveres da família que se relacionavam com a sociedade: há uma espécie de privatização do grupo econômico-afetivo familiar” (CASARA, 2018, p. 81). A família divide com a escola sua incapacidade ou ao menos limitação na tarefa de criar ou reforçar laços sociais, desaparecendo ou sendo minimizado também o papel de “impor limites quando a de transmitir cultura” (CASARA, 2018, p. 80). A fratura entre o funcionamento da família e da sociedade traz como um dos maiores prejuízos o de crescer sem consciência dos limites necessários à vida em comum (CASARA, 2018, p. 82). Casara (2018, p. 83) é duro quanto às consequências desse processo: “Tornam-se, na melhor das hipóteses, pessoas perversas, ou na pior, psicóticas. Psicóticos quando não reconhecem limites e, por essa razão, partem ao ato socialmente vedado. Perversos por terem consciência da existência e, mesmo assim, gozarem diante da violação dos limites”.

O caldo cultural resultante desse emaranhado de concepções, princípios e critérios que marca o momento histórico atual tem à frente a racionalidade neoliberal, transformada em força propulsora das relações em todos os campos e subjetividade arrogante e disposta a abrir mão de tudo, à exceção da vantagem pessoal. “Essa economia psíquica, avessa à crítica, às preocupações sociais e aos limites, levou a um novo sujeito. Um sujeito adequado ao mundo pós-democrático: acrítico, egoísta, consumidor, autoritário e tendencialmente paranoico” (CASARA, 2018, p. 42). Uma sociedade em que o Estado Democrático de Direito perdeu protagonismo em nome do poder e do interesse sem limites, transforma em estado sem lei ou em que predomina a lei do mais forte. A religiosidade ascendente legítima ou então fica indiferente, pousando de “neutra” diante de visões simplistas, “separatistas” e embasadas na classificação e no antagonismo falacioso, com consequências sociais catastróficas em termos de divisão e ódio. O mundo parece orientado por regras e pactos sem razoabilidade mínima e que desembocam em articulações políticas com pouca consistência em termos de projetos de desenvolvimento e em prol do conjunto da população. Onde predomina a lei do mais forte, além da violência institucionalizada, através do Estado policial contra grupos fragilizados, a segurança privada, dos diversos sistemas de alarme e monitoramento às milícias e grupos de extermínio, ganha destaque e constrói redes de relações em substituição a outras formas de vínculos sociais. “Pessoas sem limites, uma vez agrupadas, produzem uma sociedade sem lei” (CASARA, 2018, p. 85).

A noção de família em que a sociedade é vista como ameaça em muitas direções acaba traduzida como proteção econômica, afetiva, mas através de tentáculos políticos, policiais e, muitas vezes, religiosos, transformam-se em grupos de autopromoção e autoproteção. “Os componentes dessa pequena família fecham-se e desconfiam daqueles que não integram esse núcleo. Gera-se um antagonismo em relação ao restante da sociedade, potencializado por questões de classes, de gênero, entre outras, a ponto de se transformar, em determinadas circunstâncias, em ódio” (CASARA, 2018, p. 32). A diferença é que deixar de pertencer à “família” pode implicar no pertencimento imediato e automático ao rival/inimigo com as consequências mais profundas possíveis, como se tem visto em relação às atuais alianças políticas constituídas em torno do governo federal do presidente Jair Bolsonaro. Ontem aliados políticos passam a ser considerados publicamente inimigos ao romperam a aliança e/ou criticarem medidas adotadas. A “imbecilização” ou a idiotização produz um modo de vida em que o respeito às regras e acordos sociais passam

a ter pouco valor e o poder de julgar e controlar a ação das pessoas é mensurada pela força “político-ideológica” ou física, através da imposição da violência. Este sujeito imbecil que tem poder de julgar e subjugar o outro. Bruno Manso, em “A república das milícias” (2020) revela como as milícias vão se organizando em certo hiato deixado pelo Estado e com a justificativa de combater o tráfico e defender a comunidade, o que reforça o já mencionado modelo anarcocapitalista. Formadas muitas vezes por policiais - os que sonham em viver só do contracheque, mas não conseguem (MANSO, 2020, p. 61) -, ex-policiais e pessoas com treinamento para o uso de armas (às vezes oriundos do Exército), com pré-disposição ao papel de “justiceiros” e descrente no sistema legal nascem com aparente boa intenção, mas não tardam a visar lucro e os interesses do “bando”.

Os milicianos, como demonstrado várias vezes, priorizam seus próprios interesses e lucro, pouco se importando com a legislação. São dinheiristas e egoístas. Não ligam nem cumprem o papel de zelar pelo interesse coletivo, tarefa que cabe ao Estado. Lutam (e matam, na verdade) pelo interesse de seu sucesso pessoal e o de aliados. E ainda assim seus valores foram e são compartilhados por lideranças políticas em ascensão, que levam para dentro do Estado uma disputa só interessada em beneficiar o personalismo e ambições pessoais, destilando ódio contra aqueles que tentam apontar limites (CASARA, 2020, p. 108).

O contexto, que envolve além dos milicianos, policiais, bicheiros, setores do legislativo municipal, estadual e federal, personagens ligados ao judiciário e a setores do executivo, produz uma socialização baseada na subordinação, no medo e da desconfiança (MARCON; SANTOS, 2021, p. 421). “As ações desses múltiplos grupos organizados produzem relações de poder, dominação, silenciamento, assassinatos, chacinas, extorsões, controle de favelas e serviços básicos que deveriam ser função do Estado, legitimam ou censuram determinadas formas de vida social que resultam em novas formas de socialização extremamente precarizadas” (MARCON; SANTOS, 2021, p. 421). O desaparecimento da norma comum e da confiança, princípios básicos da convivência e da solidariedade social, condicionam profundamente os processos educacionais e inviabilizam a democracia enquanto garantia e ampliação dos direitos fundamentais. Trata-se de uma realidade atravessada pelos limites primários quanto à vida e à circulação livre, em que o Estado que deveria garantir educação de qualidade e elevação cultural para oportunizar a saída da condição de miséria econômica, provoca, através de seus agentes, insegurança e ainda mais espoliação dos já poucos recursos. É uma forma radical de privatização e controle sobre as pessoas por grupos armados e em disputa por território e poder, submetendo a população à tortura, linchamento e toda forma de violência por conta de

interesses corporativos. O questionamento que surge é sobre a possibilidade de educação e educação para a democracia, num contexto em que “a ausência do Estado em serviços públicos cria condições para a expansão de grupos privados que executam alguns desses serviços e, em contrapartida, exercem diferentes formas de domínio sobre as populações locais” (MARCON; SANTOS, 2021, p. 426). Como romper com este emaranhado de violência e cerceamento de toda ordem? Como pensar em relações democráticas e humanizadas (MARCON; SANTOS, 2021, p. 428) quando a única lição educativa considerada válida tem por base o medo?

Até o momento explicitamos um conjunto de questões que revelam os limites profundos que invadem a cultura contemporânea em forma de racionalidade predominante, capturando sua energia a serviço do mercado de trabalho e do lucro. É uma realidade complexa em que a referida racionalidade interage e, por associação a questões conjunturais e a temas específicos, cria microrealidades que capturam a subjetividade e a potência humana, limitando o alcance da democracia e/ou inviabilizando-a por completo. “Em síntese apertada, escolas e universidades não ajudam a construir uma cultura democrática, com os alunos formados a partir da ideia de uma educação neoliberal, sem preocupação com disciplinas ‘humanas’, em especial sem a essência do conhecimento histórico” (CASARA, 2018, p. 84-85). É urgente retomar projetos educacionais com potencial libertador e alargar a história identificando experiências desenvolvidas a partir destes princípios e que são ignoradas ou vistas como inexistentes pela racionalidade que predomina nos últimos séculos. Nesta direção, educar para democracia implica na “construção de um projeto educacional que reforce os limites e valores democráticos, produzindo uma subjetividade avessa à barbárie” (CASARA, 2018, p. 115). Na nossa compreensão, não é possível falar em democracia sem romper com os valores que predominam na sociedade atual e este exige uma revisão civilizatória, para a qual a humanidade precisa ser convocada e o campo educacional é chamado a participar. Quais perspectivas e movimentos em termos de políticas educacionais podem ser feitos para que se avance em direção a uma sociedade democrática?

4.2 PRESSUPOSTOS PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Justificamos o diagnóstico prolongado em três fatores: na consciência de termos tomado um objeto complexo e com natureza macro, exigindo um cercamento teórico

relevante para situar o debate; no fato de o pensamento crítico ser calcado num exercício analítico acerca dos fenômenos pesquisados; e na ideia de que essa tarefa de observação e compreensão da realidade já aponta caminhos à medida que aponta limites e identifica sinais históricos em que a democracia foi além da formalidade. Estas iniciativas não podem ser repetidas historicamente, mas ajudam a pensar em condições similares importantes para o desenvolvimento de experiências democráticas. Embora as iniciativas mencionadas, o orçamento participativo em Porto Alegre, a descentralização das decisões políticas em Kerala (Índia), a difícil realidade da participação da mulher na política em Moçambique e o movimento popular de raiz indígena que constrói um governo popular na Bolívia, não se sobressaíam como práticas educativas em sentido estrito ou formal, revelam uma dimensão muito importante enquanto produção de cultura. A educação para a democracia, compreendida como modo de vida, precisa ser constituída como movimento social orgânico, sustentada na cooperação, na solidariedade e na noção de coletividade capaz de produzir consensos mínimos em torno de um “Estado Democrático de Direito”, os direitos humanos e/ou outra realidade ainda mais radical em termos de cooperação e equidade social. A insistência na crítica à racionalidade de desempenho, concorrencial, neoliberal e em suas diversas expressões e articulações com diferentes campos de atuação é justamente porque ela mina o espírito coletivo e obstaculiza a sociedade democrática à medida que baseia suas ações no cálculo do interesse pessoal. Este cálculo, associado a processos formativos deficitários, com traços fundamentalistas oriundos de distintos campos, produzem o empobrecimento subjetivo e a personalidade autoritária e julgadora do outro, que se torna facilmente inimigo a ser combatido e eliminado. O movimento de transformação da realidade é, portanto, profundo, ganhando conotações de revisão das bases civilizatórias, à medida que a racionalidade que a domina é predatória e excludente.

É o momento da espécie humana ir para o divã e pensar nas condições produzidas para seu semelhante e para o universo, pois parecemos caminhar a passos largos em direção ao caos social para grande parte da população, enquanto outros apostam todas as fichas na salvação da própria pele e/ou do pequeno grupo a que pertence. A nosso ver, a formação para a democracia, enquanto “organização política da sociedade que permite alcançar o máximo de liberdade e igualdade possível para todos os cidadãos” (MORAIS, 2014, p. 87), exige uma mudança cultural possível com a contribuição oriunda das instituições que atuam diretamente na educação e sustentada em outras instâncias sociais. Parte-se da necessidade de recolocar a pergunta sobre os fins da educação (CENCI;

MARCON, 2016, p. 128) e de problematizar a tendência predominante da abordagem atual, que reduz as instituições de ensino a mecanismos de desenvolvimento de competências e habilidades capazes de suprir as demandas do mercado. O conceito de “capital humano”, enquanto “conjunto de habilidades, qualificações e experiências que influenciam a produtividade e o rendimento do indivíduo na economia capitalista” (MORAIS, 2014, p. 15), expressa a lógica esperada da educação atual. A mudança que se projeta depende de uma ação minimamente articulada em termos da atuação das instituições de ensino e também de ações do conjunto da sociedade que estejam embasadas numa compreensão de mundo em que o “Estado Democrático de Direito” seja referência importante, capaz de frear o poder dos donos da riqueza e em que as decisões políticas resultem da participação dos cidadãos. Este movimento tem por meta um projeto coletivo (CASARA, 2018) e sustenta-se nos princípios da cooperação (SENNET, 2013), do bem comum (SANDEL, 2020; NETO, 2020) ou da noção de comum (DARDOT e LAVAL, 2017).

Defendemos aqui a ideia de que a democracia de alta intensidade só será possível a partir de um movimento amplo, plural, diverso e articulado e que resulta de dois outros movimentos, um focado em diretrizes políticas para as instituições de ensino e outra na revisão da “racionalidade/subjetividade” que rege a sociedade atual, ou mesmo, em sentido radical, das bases civilizacionais. Considerando o fato de que o processo educativo ocorre durante toda a vida e, em certa medida, confunde-se com o desenvolvimento da própria vida, sendo que as diferentes formas de interação social contemplam elementos educativos, faz-se necessário dizer que a educação para a democracia implica os processos socioeducativos nos vários níveis e instâncias. Entendemos que, em termos gerais, existem dois grandes objetivos a serem perseguidos, nestas diversas instâncias de atuação: a formação cultural ampla e a educação para a cidadania. Em tese, a formação cultural ampla é tarefa da educação formal, a partir da contribuição das diversas instituições e nos distintos níveis de ensino, porém cada vez menos podemos ignorar que se trata de um fenômeno diluído e multifacetado no contexto do século XXI. O que não se pode ignorar é que este é um papel primordial da educação formal, com destaque para a escola, pois é durante a educação básica que as noções fundamentais são constituídas. Se a educação cultural ampla é obrigação da escola, ela também acontece fora dela, e, de alguma maneira, a educação formal tem a responsabilidade de revisar compreensões e concepções distorcidas quando estas expressam preconceito e/ou hierarquias em termos etnicoculturais,

de gênero ou de qualquer natureza, da economia à religião. Entendemos por formação cultural ampla a apropriação/reconstrução dos conhecimentos e saberes produzidos pela humanidade nas mais diversas áreas do conhecimento, e que estão distribuídas em várias disciplinas do currículo, aliás, já aí muita coisa é revelada, seja através das diretrizes políticas gerais ou em suas instâncias intraescolares.

A defesa da ideia de formação cultural ampla baseia-se, em certa medida, no valor da educação, do conhecimento e do saber em si, como direito universal sem definição prévia sobre utilidade ou função, no sentido de afirmar que a superação da ignorância produz algum bem à humanidade. “Ainda que o conhecimento não seja garantia de bom comportamento, a ignorância é praticamente garantia de mau comportamento” (NUSSBAUM, 2015, p. 81). É como se, na expressão de Nussbaum (2015, p. 30) estaríamos dando vazão a uma característica ou realidade humana: a “sofisticação cognitiva”. Não há, por outro lado, como ignorar, e a história tem exemplos reveladores, que o conhecimento e a informação podem ser usadas para manipular, explorar e provocar o mal ao ser humano - a razão arrogante pode manipular a inteligência “coletiva” - , contra o qual a sabedoria também é antídoto. Em tese, a liberdade para conhecer e o acesso ao conhecimento produzido historicamente é um ganho e com isso já indicamos a importância de uma educação pública e de qualidade para todos, sem pressa para definir e, principalmente, limitar o nível de formação por seu pertencimento social. Os conteúdos a serem problematizados nas escolas e demais instituições deve ser proporcional à capacidade de tornar isso viável no decorrer dos anos escolares e sem privilegiar algumas áreas em detrimento de outras. “A cultura assume características variadas, divergentes e contraditórias, tornando-se ardua à estratégia cognitiva de enquadrá-la em sentidos únicos, excludentes e redutores. Ainda estamos acostumados à forma cartesiana de pensar, cujo ideal epistêmico funda-se sobre verdades simples, binárias e maniqueístas” (GOERGEN, 2016, p. 34). Também é comum em nossas escolas o descuido com questão metodológica, levando à repetição do modelo do professor como detentor do conhecimento e que o expõe aos alunos que dele se apropriam de modo passivo.

Segundo Paro (2010, p. 23), tratar a educação de modo científico significa tomá-la como apropriação da cultura, compreendendo-a também de forma ampla: “envolve conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência da natureza”. Essa tarefa é primordialmente da escola e da educação formal, mas também da sociedade,

através de diferentes atores sociais, desde a mídia, passando pelas igrejas e empresas até as redes sociais, vem assumindo em alguma medida este papel, tornando fragmentado e fluído, por vezes questionando e por outras reforçando estereótipos que distorcem e simplificam os contextos em sua complexidade. Percebe-se, por exemplo, o fenômeno dos youtubers, intensificado pela pandemia, responsável por transmitir estilos e influir comportamentos, repassando com isso fragmentos de cultura e despertando modos de vida não sem produzir reflexos sobre a política e a economia. Desta maneira, a interação social participa da produção da cultura e ganha novas dimensões e alcances através dos meios digitais, apenas para mencionar um dos fatores que gera complexidade.

Os fins da escola não podem subordinar-se aos da sociedade atual, porque a escola deve formar os homens e cidadãos do futuro. Importa, portanto, que os governos, os poderes econômicos e as instituições ideológicas (igrejas, partidos) respeitem a sua autonomia e dois princípios básicos: nem a humanidade do ser humano se reduz ao produtor-consumidor, nem a cultura se reduz a um *corpus* de saberes operacionais e rentáveis. A mutação incessante dos saberes torna vãs as formações qualificantes a curto prazo que fecham o futuro trabalhador na unidimensionalidade de um ofício. A relegação da cultura geral é obscurantismo e inconsciência. Só uma cultura geral sólida, feita de saberes fundamentais, permite uma capacidade de adaptação a novos problemas e técnicas (MORAIS, 2014, p. 149. Grifo do autor).

Todavia, negar a cultura da visão única exige superar certo obscurantismo, submetendo a realidade a uma análise ética criteriosa e que identifique práticas e saberes embasados no respeito, na reciprocidade e na defesa de um projeto coletivo. Os sinais históricos são importantes como referência e inspiração, mas precisam nascer novas realidades a partir das circunstâncias e das novas redes de relações. Deve-se ter a capacidade de pensar para além da moral privada e da moral corporativa de determinados grupos, para pensar na coletividade e na ética “comum”. É a capacidade de se distanciar minimamente da realidade e dos interesses particulares e do crescimento econômico para agir com base em princípios éticos que estejam para além da moral predominante naquela sociedade ou grupo. A tarefa é exigente na proporção da importância na medida em que os efeitos da racionalidade concorrencial são percebidos em todas as relações. Como fugir, por exemplo, de um modelo avaliativo seletivo e classificatório, que represente a reafirmação da meritocracia, quando se sabe das fragilidades do alcance e da ambiguidade de tal princípio? Uma formação consistente, criteriosa, precisa dar conta de questões como diversidade cultural e consciência da interdependência enquanto humanidade e com o planeta e constitui um ponto de contato entre a formação cultural ampla e a formação para a cidadania. A tarefa inicia na problematização e encerra nas alternativas ao modelo

vigente, calcada na fragmentação, na disputa e nas saídas individualizadas. Quem reduz à educação ao compromisso com o crescimento econômico não deseja que o estudo da história foque nas injustiças de classe, de casta, de gênero e de filiação étnico-religiosa, porque não tem interesse em estimular o raciocínio crítico sobre o momento presente (NUSSBAUM, 2015, p. 21). Nesta lógica, a finalidade da educação passa a ser o ganho monetário, e a visão economicista “tenta submeter os indivíduos a fins a eles alheios: aumento da produtividade material, racionalização dos processos de trabalho e outros” (FLICKINGER, 2016, p. 21).

O espírito livre, a mentalidade aberta e o pensamento crítico e reflexivo estão em potência na criança e necessitam ser desenvolvidos e não coibidos para se projetar um processo longo e permanente de formação para a cidadania. É na infância que a formação para a cidadania inicia, assim como a formação cultural, e aqui damos importância porque a personalidade autoritária se constitui na ausência de limites. Assim como apresenta potencialidades gigantescas, faz-se necessário o estabelecimento de limites ao “desejo original da criança narcisista de transformar os pais em escravos”, e que se realiza, segundo Nussbaum (2015, p. 33), por meio da criação de uma hierarquia social, que ameaça à igualdade democrática. Se a formação cultural ampla é primordialmente tarefa da escola e da educação formal, a formação para a cidadania acontece, por assim dizer, no interior da sociedade e depende de uma colaboração mais acentuada do conjunto da sociedade, aparecendo quase um papel secundário da escola. Mesmo assim, há muito a ser feito, desde a problematização da cultura predominante até o desenvolvimento de experiências que envolvam as crianças em decisões a respeito das regras de convivência. Aliás, em termos gerais pode-se afirmar que a escola é muito burocrática e pouco colaborativa, exercitando pouco a participação dos estudantes, talvez por falta de criatividade ou convicção, ou mesmo por receio de perder o controle. Esse exercício no microespaço é bagagem fundamental para outras tarefas que, segundo Nussbaum (2015, p. 80), escolas, faculdades e universidades têm como tarefa urgente a de “desenvolver nos estudantes a capacidade de se perceberem como membros de uma nação heterogênea (pois todas as nações modernas são heterogêneas) e de um mundo ainda mais heterogêneo, e inteirar-se um pouco da história e da natureza dos diversos grupos que nela habitam”. Na fronteira entre a formação cultural e o exercício da cidadania também está a superação de preconceitos e estereótipos culturais e religiosos. “O modo de começar a combater esses estereótipos é assegurar que os alunos aprendam, desde muito cedo, a ter uma relação

diferente que os alunos aprendam, mediada por fatos corretos e uma curiosidade respeitosa” (NUSSBAUM, 2015, p. 81).

A dificuldade para o desenvolvimento de uma formação para a cidadania começa, portanto, na deficiência de uma formação cultural ampla a começar pelo sistema público de ensino que investe pouco, desenvolve políticas fragmentadas e de tendência a serem interrompidas a cada mudança de governo. O pensamento crítico e a capacidade de situar-se no mundo com instrumentos, método e autonomia na interpretação dos acontecimentos em diversos campos encontra extrema dificuldade e acaba restrito a grupos de resistência e ao cultivo pessoal e grupal de figuras que decidam a vida na construção de uma perspectiva libertadora de educação. A formação para a cidadania implica num modo de pensar a educação de maneira contextualizada e problematizadora (FREIRE) e do cultivo do pensamento reflexivo, que questiona e busca desvendar os porquês e desvelar os interesses camuflados em decisões e noções políticas e econômicas. É por isso que a formação para a cidadania, no século XXI, não pode ignorar o fato de vivermos num contexto em que o Estado “viu-se obrigado a entregar-se à lógica do mercado como condição de seu funcionamento em âmbito nacional” (FLICKINGER, 2016, p. 25). A consequência é dramática: “Não conta mais o aprofundamento do saber e a postura reflexiva, a participação dos professores e dos alunos na sua produção, e a ponderação de alternativas; ao contrário, a estratégia niveladora gratifica a oferta e o consumo de conhecimentos pré-moldados em manuais e de ideias correntes” (FLICKINGER, 2016, p. 24-25). Experimenta-se, no Brasil, “uma realidade em que é difícil fugir da sedução ideológica das instituições de ensino e do reforço da segregação social” (FLICKINGER, 2016, p. 26).

Um caminho promissor da educação para a cidadania encontra sustentação em pequenos sinais de práticas construídas com base na lógica da cooperação e no princípio do diálogo, do interesse coletivo e da democracia. São iniciativas espalhadas no tecido social e que quando constituídas em formato de rede, conectadas ou articuladas entre si, podem gerar esperança e aguçam a imaginação democrática e epistemológica (SANTOS, 2008, p. 134) e porque não pedagógica. É a produção do novo a partir do velho e a capacidade de esperar quando tudo parece indicar para o “fim da história”. É uma tarefa que exige análise global, ação local e articulação entre atores e experiências que se constituem a partir do compromisso político e pessoal em defesa da educação pública e de qualidade, sustentada na noção de que a educação é um processo de apropriação cultural. No processo

interno da escola, a educação para a democracia ocorre com a passagem de uma educação tradicional ou bancária para a problematizadora e contextualizada, como bem demonstrou Paulo Freire. A passagem do educador provedor de conhecimentos e informações e do aluno receptáculo, para um movimento de apropriação cultural baseado na relação educador e educando em que ambos estejam na condição de sujeitos, localizados na história. “Mesmo quando se considera que esses micropoderes que se verificam na realidade escolar são subsumidos por poderes de esferas mais amplas da sociedade e do Estado, trata-se de compreendê-los aí onde eles se exercem, porque é nessas ínfimas instâncias que os seres humanos vivem e experimentam suas mais profundas consequências” (PARO, 2010, p. 74). Quando se trata de um movimento mais amplo em termos sociais é preciso dar atenção a atores e práticas que sinalizam na direção da solidariedade e da cooperação social, em dinâmicas geradoras de esclarecimento e consciência social da interdependência. Nesta perspectiva, a educação deveria nos equipar para atuarmos nas discussões vinculadas à economia global, de como as relações de consumo afetam o padrão de vida das pessoas de países distantes e de como a vida cotidiana pressiona o meio ambiente global porque ninguém escapa dessa interdependência global (NUSSBAUM, 2015, p. 80).

O social e o político estão entre as características que definem o ser humano, atributos que são desenvolvidos na história compartilhada por seus pares, que pode ser vista de pontos de vista distintos e sobre os quais várias narrativas podem ser construídas. O primeiro desafio está em interpretar fatos e acontecimentos com razoável objetividade e segurança, sem ignorar as intencionalidades que carregam. Não se pode ignorar que vivemos em um contexto capitalista - hipercapitalista -, ou se quisermos, um tipo específico com profundos efeitos da era neoliberal, privatista e individualista em que parece necessário proteger-se contra todos. Neste momento da história, o consumismo, “um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos” é a *principal força propulsora e operativa* (BAUMAN, 2008, p. 41). Buscamos apresentar desdobramentos múltiplos do que a racionalidade hegemônica, em diferentes campos e associada a circunstâncias e contornos tem produzido, mas sempre seguindo um perfil característico de defesa dos interesses privados. Embora, pareça difícil identificar, também existe, dentro da mesma história, experiências e iniciativas construídas sob outras bases e noções e que nos servem de referência para sonhar com “outro mundo possível”. Afinal, esse é o papel do horizonte: pôr-nos a caminho. O desafio que assumimos nesta

parte final da tese é o de indicar pistas, indícios e ensaios de por onde pode passar a educação para a democracia no contexto atual, extraindo lições possíveis da história e a contribuição de pensadores que ajudam a interpretar o momento em que estamos vivendo. Propomo-nos a buscar compreender e, quiçá participar deste movimento, pressupondo sua implicação política, na contribuição das instituições educativas numa perspectiva de estabelecimento de teia ou rede de relações com atores e práticas sociais que sinalizem para a utopia da democracia de alta intensidade.

4.2.1 A educação como movimento humano de pensar-se com os outros

Esperamos ter chegado até aqui com alguma expectativa criada, embora estaríamos deixando o leitor sob o risco da frustração de que vai ser apresentada alguma solução ou afirmar alguma “novidade” relevante. A racionalidade que toma conta das relações humanas e o empobrecimento da subjetividade e, especialmente, do reducionismo da potência humana são realidades complexas. O objetivo é o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas em vista de um melhor posicionamento individual frente aos “semelhantes”, aos “iguais”, beneficiando-se para isso de todos os recursos disponíveis sejam naturais ou produzidos. Condicionados por concepções antropológicas e de mundo minimalistas, tendemos a reduzir nossos sonhos à lógica do mercado numa “luta permanente por bens escassos” e a maximizar nossa capacidade individual para buscar vantagens e lucros ilimitados. Nesta visão estreita a relação com o outro passa a ser de total indiferença, quando não de limitar ou impedir a participação do outro, o que pode ir da falta de reconhecimento à busca de eliminação do outro. Diante desta realidade, entendemos que a formação para a democracia implica na revisão e na proposição de concepções antropológicas e de mundo alargadas, baseadas em noções abertas e de solidariedade social, tornado possível cultivar utopias. Trata-se de ampliar as condições para o diálogo intercultural e intergeracional como forma de projetar um futuro aberto e não determinado pela lógica predominante na atualidade. O princípio básico é resgatar a capacidade de olhar para a história como mola propulsora da utopia e de um projeto coletivo de vida, uma sociedade onde caibam todos.

Em sintonia com o exercício hermenêutico da sociedade atual que desenvolvemos ao longo do texto, julgamos mais adequado abordar o tema da educação em sentido amplo, associado aos processos sociais e à produção da cultural, tendo as instituições de ensino,

mas também as diferentes mídias, instituições religiosas e, cada vez mais, as empresas. A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida (DEWEY). Não vamos desconsiderar as especificidades da contribuição das instituições de ensino, mas justificamos a opção pela visão abrangente porque nos parece a maneira mais coerente de associar a temática da formação humana à noção de democracia enquanto modo de vida. O mais importante a considerar neste primeiro momento é que o modo de vida democrático não pode ser mensurado pela escolarização das pessoas, mas parece resultado de dinâmicas associadas entre processos formativos e engajamentos sociopolíticos. Em outras palavras, a democracia radical ou de alta intensidade é realidade a partir do desenvolvimento da práxis, uma conjugação entre processos formativos e o cultivo do pensamento crítico reflexivo. Já apontamos para esta realidade ao desenvolvermos os temas do orçamento participativo, dos processos de descentralização administrativa de Kerala e da experiência de democracia indígena boliviana, de modo especial. Isso não significa que sem a contribuição das instituições de ensino não podemos ir muito longe na constituição de um modo de vida democrático. Estamos falando de dinâmicas complementares e, por isso, a manutenção dos processos desenvolvidos na sociedade como objeto de análise.

Para deixar mais clara nossa posição, entendemos que qualquer debate sério sobre a democracia na atualidade implica em dois movimentos complementares: na crítica à racionalidade concorrencial e às distintas formas de autoritarismo, fundamentalismo e semiformação, e no cultivo da utopia em lógica aberta e baseada no princípio político da cooperação, na lógica “comunitária” e em processos formativos críticos e reflexivos. Nesse sentido, é relevante considerar a relação entre a realidade e a utopia, ou a ideia de realidade sonhada na comparação com a existente, o que já indicamos, amparados em Gandin, o necessário ponto de contato entre o presente e o futuro. Em outras palavras, o novo não é completamente novo, senão uma recriação do velho sob fios condutores, critérios ou princípios específicos. De outro lado, a lógica do fim da história ou de que a história não apresentaria grandes novidades “estruturais” ou de direção, mas estaria fadada ao aprofundamento da lógica vencedora da guerra fria continua impactando fortemente sobre a subjetividade contemporânea. A falta de um referencial histórico macro acaba limitando o cultivo e a força efetiva de uma utopia associada a estes valores, transformando as pequenas experiências nos únicos parâmetros válidos para alimentar este sonho coletivo de transformação social. Por conta disso, mas também da maneira como a lógica hegemônica

tomou conta das diversas relações na sociedade atual, encontramos mais facilidade de expressar o que não queremos, as lógicas que queremos abolir, do que a sociedade que queremos ver nascer. Compreendemos a educação para a democracia como engajamento neste movimento de cultivo da utopia contra a noção de que o futuro está definido.

O que sabemos que não queremos se alinha à análise feita ao longo do texto, o que pode ser sintetizado através de noções como capitalismo, colonialismo e patriarcado, na abordagem de Boaventura de Sousa Santos. Tal realidade coloca como o grande sonho para as novas gerações o de se tornar milionário, colocando-o numa condição em que o conhecimento é instrumento de distinção, diferenciação e o topo é lugar de poucos e quem está lá é porque mereceu. Cria-se assim, um “habitus” competitivo pelo melhor lugar na sociedade e uma predisposição de participar deste processo seletivo, classificatório e que resulta numa hierarquia legítima, em contradição à lógica de uma sociedade democrática em sentido radical. A luta ou a disputa central, a nosso ver, para avançar em uma sociedade democrática está em pensar como os processos socioculturais e educativos sustentam ou questionam esta lógica, enquanto dinâmica civilizatória. O debate diz respeito à capacidade e às condições de articular atores e forças socioeducativas, sejam instituições de ensino ou práticas sociais, capazes de evidenciar as contradições e/ou identificar tal lógica como insustentável e autodestrutiva para a civilização. Ainda assim será necessário criar mecanismos e instrumentos políticos para limitar os atuais beneficiários, que não cederão aos seus privilégios pelo princípio da solidariedade aos “semelhantes” e sob à ameaça futura de esgotamento dos recursos. O ser humano é tão capaz de antecipar certos riscos pela capacidade do pensamento, quanto apegar-se ao meramente palpável ao alcance da mão. Não estamos apenas diante do debate sobre as noções fundamentais que orientam o projeto coletivo de sociedade, senão antes da disposição dos indivíduos contemporâneos em se engajarem em tal perspectiva. Desse modo, a utopia de uma sociedade onde caibam todos passa pela fé no ser humano e em processos formativos. Contra a tríade que marca a lógica predominante, noções como o Estado democrático de direito, direitos humanos e uma formação humanista com acento nas artes e nos clássicos são bandeiras a serem asteadas. Damos um passo na direção do futuro em aberto, a partir do referencial do cosmopolitismo insurgente: “o processo de construção de convergências, sinergias e equivalências a partir da auscultação participativa dos povos e comunidades no respeito da diversidade de concepções de dignidade e de vida digna e com o objetivo de construir, por

via da tradução intercultural e interpolítica, um mosaico polifônico e coerente de aspirações de vida digna e de conviver bem” (SANTOS, 2021, p. 262).

O exercício que temos diante de nós é gigantesco, à medida que estamos nos propondo a interferir, através da educação - o que implica em propor mudanças nas próprias instituições de ensino -, na lógica predominante da sociedade do século XXI. Por óbvio, não é esta a proposição da tese, senão a de fazer parte de movimento histórico de busca de alternativas, seguindo a inspiração de pensadores, cidadãos comuns e educadores que engrossam esta fileira. É o modo como compreendemos a honestidade intelectual e certa “responsabilidade social” do pesquisador. De qualquer maneira, a imagem que poderia simbolizar tamanho desafio é a de uma flor que descobre as brechas do asfalto duro para revelar a fortaleza de sua beleza e encanto. A imagem, embora solitária, ajuda a pensar na participação ativa para modificar a realidade, à medida que a passividade está do lado da lógica predominante e legítima um futuro de sofrimento e indignidade à maior parcela da população. Mesmo hegemônico, poderoso e com plasticidade invejável o capitalismo e as demais maneiras de esvaziamento ou captura da democracia dos tempos atuais apresentam fragilidades e contradições, ficando mais vulneráveis com análises que revelam os mecanismos implícitos de seu funcionamento. A tarefa está em desvelar estes limites e descobrir racionalidades e subjetividades que sustentam práticas baseadas nos princípios da cooperação e da noção de sociedade onde caibam todos, mesmo onde aparentemente tudo segue o curso predefinido da história. Por isso, uma noção ampla de educação direciona seu olhar para o “potencial de transformação social inscrito nas práticas sociais em geral” (OLIVEIRA, 2008, p. 10). Trata-se de uma noção de educação inter e transdisciplinar por natureza, capaz de fazer a hermenêutica social a partir da dialética entre práticas pedagógicas produzidas pelas instituições de ensino e processos formativos desenvolvidos no interior da sociedade.

O que queremos evidenciar é que o compromisso com a democracia enquanto modo de vida, associado à equidade e à justiça social não é produto ou não se vincula ao nível de escolarização ou de instrução, mas a uma concepção de mundo formada e forjada na dialética entre educação aberta e de qualidade, predisposição pessoal e a práxis social. Aliás, a racionalidade hegemônica também não é resultado direto da educação propagada nas instituições de ensino. Nem por isso, a educação se isenta de responsabilidades no que temos hoje e de participação na formação de consciências, assim como, na legitimação social. A nosso ver, esse é um debate fundamental, responder acerca do que está ao alcance

da educação formal e o que já está sendo feito a partir dela para avançarmos na perspectiva da formação para a democracia, através das diversas instituições. Ao lado desta discussão, faz-se necessário analisar que outros processos sociais são capazes de fazer frente ao predomínio da lógica anarcocapitalista e apresentar-se como alternativa a este modelo. A complexidade da realidade impede simplificações no sentido de apontar soluções rápidas e principalmente desarticuladas, ou soluções em que um modelo único seja implantado em diferentes lugares. É o que Santos denomina de democracia (AVRITZER, 2009, p. 24).

Acreditamos que as soluções são sempre contextualizadas e construídas a partir da sua realidade local, ao mesmo tempo em que sejam constituídas a partir do diálogo multicultural, considerando a diversidade étnica e de identidade de gênero e a clareza dos princípios políticos. Apostamos em soluções abertas e oriundas de práticas políticas emergentes no seio da sociedade a partir de seu caráter de livre associação e coletivos aglutinadores e demandas sociais materiais e simbólicas. O mais importante, porém, é não ignorar a profundidade com que a sociedade atual transpira o capitalismo a ponto de o funcionamento da economia ser confundido com os princípios (des)reguladores da economia de mercado ou financeira. A dificuldade está em separar o funcionamento da economia e o controle exercido de maneira acentuada sobre alguns capitalistas e representantes de grandes oligopólios que têm fluxo de caixa maior que muitos países, por isso “grandes demais para quebrar”.

Em nosso modo de pensar, a centralidade deste tema tem seu efeito na vida das pessoas e a legitimidade que dá à economia de mercado torna imprescindível considerá-lo para se pensar um processo de formação para a democracia. Explicitar os mecanismos de controle e captura das decisões políticas por parte de grandes corporações em vista da garantia de altas taxas de lucratividade para acionistas e de onde vem a legitimidade sociocultural significa romper obstáculos importantes à democracia radical. É preciso deixar claro que sem discutir os rumos da economia, as relações de trabalho e sem refundar lógicas de apropriação dos bens produzidos, de expropriação ilimitada dos recursos naturais e dos recursos financeiros, a democracia será sempre ilusória e vazia de conteúdo. Educar para a democracia implica, na conjuntura atual, portanto, na defesa intransigente da democracia representativa e no compromisso de avançar na democracia participativa, pois uma depende da outra e sem uma a outra fica fragilizada. Não se trata de uma tarefa direta a ser desenvolvida pela educação formal, mas há uma contribuição que só ela pode dar,

que é a oferta de boas condições de formação geral, para que o estudante seja capaz de tomar decisões autônomas e consistentes enquanto cidadão. A experiência e o exercício da cidadania no período escolar, por exemplo, é fundamental. Faz-se necessário a refundação do Estado e da democracia. “Não há representação sem participação, não há participação sem deliberação, não há deliberação sem soberania partilhada. Na transição paradigmática, esse direito será formulado a partir de assembleias constituintes populares orientadas para a defesa igual, diversa, mas não hierarquizada, da vida e da dignidade” (SANTOS, 2021, p. 278).

Propomos uma educação livre, integral e que parta da realidade existente e caminha na ampliação de experiências formativas sustentadas numa concepção antropológica de que somos seres inconclusos e em construção, e que nos formamos na interação com os outros e com o meio. Não estamos criando categorias novas em educação, nem temos ousadia para a reinvenção da realidade social. Antes disso, precisamos descobrir os germes da novidade presentes na diversidade de experiências existentes no tempo presente, num exercício de expansão e de redirecionamento do olhar para ver além das aparências. Faz-se necessário treinar o olhar não apenas para desvendar as lógicas e nuances que controlam a realidade para além do explícito, apurar nosso poder de captar experiências fundadas em lógicas recíprocas e cooperativas. Deste modo, teremos condições de avançar na imaginação sociológica, epistemológica e democrática (SANTOS, 2008, p. 134) a partir do que já existe entre nós associadas à categoria da demodemocracia. Mudar a educação e a sociedade significa, assim, descobrir sinais de resistência e modos não-capitalistas de agir em sociedades cujas relações são profundamente capitalistas. São as pequenas ilhas que podem formar um arquipélago e também são os pequenos sinais que fortalecem a busca por novo horizonte utópico. A meta da educação integral - enquanto interação social - é pensar o ser humano em seu todo e em as questões que dizem respeito a todos os humanos. Propomos uma declaração na defesa da educação emancipatória, a partir do compromisso político com categorias relevantes na contemporaneidade e que também necessitam passar por certos processos de refundação conceitual porque passaram por esvaziamento de conteúdo. Referimo-nos às noções de direitos humanos, Estado democrático de direito, bem comum ou projeto coletivo de sociedade e o pensamento crítico-reflexivo.

A educação remete comumente a realidades distintas, atribuições da família em educar para o “bom comportamento” ou processos sistemáticos de transmissão de conhecimentos a partir de instituições de ensino que programam o repasse da cultura

acumulada historicamente através de currículos organizados, mas concebidas de maneira fragmentada. Nossa perspectiva implica considerar a educação enquanto processo social, como já assinalado, enquanto fenômeno antropológico permanente e intrinsecamente vinculado à interação e à vida cotidiana. Estão incluídos elementos espontâneos e sistematicamente organizados, além das mudanças inconscientemente produzidas nos seres humanos, tanto as que resultam de certa reflexividade, consciência e/ou autonomia pessoal. Esse é um tema complexo. Nos interessa, primordialmente considerar o ato educativo humano como algo ininterrupto, além de submetido a contradições e ambiguidades da vida e da sociedade, e o fato atribuir à educação os objetivos fundamentais de humanização e desvelamento do mundo. A educação é um processo de permanente humanização e interpretação do mundo, enquanto vivência em sociedade. A consequência mais profunda desta compreensão de educação integral é fugir da artificialidade dos campos de conhecimento e reduzir a educação às preocupações de cunho pedagógico na relação de processos desenvolvidos no âmbito da educação formal. A educação se torna, desta forma, um campo de investigação abrangente em que os processos, relações, ações, além das intencionalidades, objetivos e interesses dizem respeito a quem investiga os movimentos da humanidade ao longo do tempo. Não se trata de uma definição enquanto objeto de pesquisa, porque compreendemos a necessidade da delimitação científica para avançar de maneira decisiva sobre determinados temas, mas de fugir do risco da artificialidade da abordagem quando se trata dos rumos da humanidade.

Para pensar políticas educacionais nas sociedades complexas atuais, globalizadas, e em que a lógica do mercado domina a racionalidade e a subjetividade, faz-se necessário este olhar abrangente, embora as ações e atuações preferencialmente em pequenos grupos e, isso sim, em rede de relações. A escola e o “movimento” social precisam discutir o funcionamento da economia, não reduzido ao nível da aprendizagem para investir na economia financeira, mas nas implicações profundas e na sustentabilidade a longo prazo deste modelo. Na sequência, buscamos dar mais corpo a este debate a partir de duas perspectivas que se complementam: uma apontando processos pedagógicos desenvolvidos mais ou a partir da educação formal e outra que diz respeito à tessitura social de redes de relações que articulam e dão dinamicidade a partir da participação de diferentes atores sociais. A primeira intitulamos: “Formação cultural ampla e experiência formativa”, a segunda: “Educação para a cidadania e a constituição de redes democráticas”.

4.2.2 Formação cultural ampla e experiência formativa

A escolarização em si não gera democracia, nem com a ampliação do tempo destinado à educação formal incluindo ensino superior e a pós-graduação, mas aprofundamos no exercício da cidadania, até porque o acesso à educação de qualidade para mais pessoas já é a própria democracia se efetivando. O modo como pensamos a democracia se expressa pela equidade de acesso a bens e serviços para toda a população e não há problema em ver isso como um sinal da igualdade enquanto valor socialista, embora também possa ter origem na tradição cristã, por exemplo. Retornando ao tema da formação, o princípio é oferecer educação de qualidade em termos culturais amplo e não reduzida à qualificação ou à instrumentalização para o trabalho. Sabemos que muitos defendem o inverso e que até os estudantes julgam certos conteúdos inúteis no contexto da escolarização, mas esse é outro problema: trata-se de uma questão de sentido ou significado e/ou metodológico-comunicativa entre educadores e educandos. Aqui estamos falando mais de educação formal que, como já indicamos, é o espaço fundamental para o desenvolvimento da formação cultural ampla. Esse processo requer atitude de abertura a compreender o mundo e compreender-se no mundo e tempo para pensar, ou seja, ritmo compatível com o pensamento livre, sem pressa e apego demasiado com a “utilidade”. E, para deixar claro, não estamos falando de cálculos e conteúdos extensos e detalhados a serem memorizados porque são cobrados nas provas, ou que servem mais como passaporte em processos concorridos de ingresso no ensino superior. Retomando Sandel (2020) é possível visualizar o quanto os condicionamentos subjetivos podem ser transformados em hábitos e limitarem a predisposição em pensar com os outros (referia-se à dificuldade de mobilizar para trabalhos em grupo), pois a ênfase está na utilidade imediata.

Essa tendência expressa uma conexão perigosa à medida que revela não apenas o fato de que a educação fora transformada em mercadoria, a ser explorada enquanto fonte de lucratividade, mas como a subjetividade criativa e a capacidade cognitiva foram colonizadas pela lógica produtivista. A liberdade de pensar e de pensar-se em processos que garantam a autonomia individual e a emancipação coletiva exige outra lógica, outro ritmo, além de referir-se a necessidades antropológicas que vão muito além da técnica. A radicalidade do fenômeno posto diante de nós condiciona o humano a imitar e competir com a máquina em termos de objetividade, do cálculo do interesse pessoal e da fuga de qualquer vínculo ou relação que o atrapalhe, inclusive o de ocupar-se com as humanidades e as artes, e outras áreas consideradas inúteis. A noção da vocação ao ser mais de Freire

(1994) a que fizemos referência pode ser um importante parâmetro na constituição da lógica da cooperação e de projetos coletivos. No cotidiano da vida e nas práticas educativas, no entanto, essa construção é sutil e os embates estão num nível que poucos conseguem desvendar, porque são lógicas que tomam conta dos materiais didáticos e aparecem em discursos camuflados da defesa da educação de qualidade. Por isso, é imprescindível o desenvolvimento de um pensamento crítico e de processos de formação cultural ampla para que a educação cumpra seu papel no embate teórico, tornando os sujeitos sociais cientes do compromisso político-pedagógico que carregam seus discursos e suas práticas. Está em jogo o futuro e o papel da educação. “Se um país aspira, como no caso da Índia, a uma participação maior no mercado, ou se ele se esforça para proteger os empregos, como no caso dos Estados Unidos, a imaginação e a capacidade crítica parecem uma parafernália inútil, e as pessoas passam a desprezá-las cada vez mais” (NUSSBAUM, 2015, p. 135).

Vamos aqui fazer um rápido exercício, tomando por base uma afirmação feita pelo empresário bilionário Jorge Paulo Lemann: “A principal coisa que estou tentando é melhorar a educação em termos de tornar as pessoas capazes de participar da economia das *startups* ou mesmo ser competitivos no mundo”⁴⁸. Esse é um típico discurso genérico de “defesa da educação” como fator determinante para a minimização das desigualdades sociais e que esconde sua carga ideológica e aponta soluções simples a problemas complexos. Em outra ponta, esse discurso tem alcance maior à medida que se assenta no princípio meritocrático e acaba por justificar as desigualdades ou principalmente a posição de quem está no topo ou porque estudou ou porque se esforçou para “crescer na vida”. Para Ghiraldelli, o pano de fundo de afirmações como estas está na apresentação do “capital humano” como a grande solução para, através da educação e de processos de escolarização, acabar com as diferenças entre ricos e pobres⁴⁹. Segundo Ghiraldelli (2022), há quatro questões, ao menos, a serem levadas em conta: a) enquanto tendência é possível afirmar que a escolarização implica em oportunidades de trabalho na comparação com os não “estudados”; b) cada vez se exige maior nível de escolaridade para que se mantenha

⁴⁸ A declaração foi feita em Boston, em evento que discutia as inovações no trabalho no pós-pandemia. O que importa não é propriamente o “discurso”, mas a relação e a influência, através da Fundação Lemann, e o fato dele simbolizar uma corrente de pensamento que representa uma visão de certa elite brasileira e internacional com forte apelo e incidência social, uma tendência simplista de análise e que não tem sido contestada com clareza em termos de políticas educacionais. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/teremos-um-novo-presidente-no-brasil-ano-que-vem-diz-jorge-paulo-lemann.shtm>> Acesso 22 jun./2022.

⁴⁹ Reflexão feita em seu canal no Youtube, intitulada: *Paulo Lemann está errado sobre o Brasil*, publicada 10 abr./2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1mPod7oMNUw>> Acesso 22 jun./2022.

um padrão de renda dos filhos em relação aos pais, porém, este não é o único critério, além de cada vez se exigir maior nível de estudos para manter-se no mesmo nível de renda; c) afirmar que os anos de estudo podem representar a minimização que seja em relação às desigualdades sociais, é exagero, uma vez que os impostos, proporcionalmente, penalizam mais os pobres, enquanto entre os mais ricos a transmissão de herança perpetua desigualdades; d) para que os anos de estudo representassem melhoria significativa e mais ampliada sobre o conjunto da população, deveria se apostar na (re)industrialização. A lógica utilitarista, ao mesmo tempo em que oportuniza o ingresso imediato do ser humano, o submete a condições flexíveis e ao risco da precarização. O modelo educacional imediatista, por sua vez, é pouco consistente porque apresenta oportunidades escassas de acesso à cultura, limitando os processos de desenvolvimento do país à médio e longo prazo.

No nosso modo de analisar, esse debate acerca do “imediatismo educacional”, no sentido de direcionar o ensino para que tenha resultados utilitaristas imediatos, está cercado de elementos nucleares, com desdobramentos de extrema importância quanto ao papel da educação, e decisivo para o futuro das relações sociais. Ao mesmo tempo em que é um debate complexo para o que nos propomos aqui, não podemos abrir mão de participar dele, à medida que o vemos como definidor dos rumos das políticas educacionais. Apontar alguns indicativos sobre o tema também significa revelar consciência de que os embates no campo das políticas educacionais são permanentes, complexos e muitas vezes camuflados de certa linearidade, fazendo pensar que o discurso de defesa da educação é uníssono e linear. Tomamos aqui algumas categorias para provocar o embate sobre o que está em jogo no campo educacional e as possíveis consequências de abordagens que muito mais escondem do que revelam. Vamos confrontar a ideia de “ignorância arrogante” e “soluções técnicas” com “experiências formativas humanizadoras” e “soluções políticas”. As duas primeiras as vemos como tendências predominantes no contexto sociocultural atual - incluindo práticas desenvolvidas no ambiente escolar ou de ensino superior - e produzidas em sintonia fina com fundamentalismos de naturezas distintas, da religião ao modelo científico predominante, e/ou com a racionalidade de mercado e a subjetividade do cálculo do interesse pessoal. Não estamos afirmando tratar-se de práticas deliberadas sob a responsabilidade dos sujeitos envolvidos, mas de subjetividades capturadas, de condições insuficientes ou adversas, de condicionamentos diretos ou indiretos oriundos de sistemas

organizacionais e formalismos, e também de concepções de que todos os problemas são e têm soluções meramente técnicas.

Segundo Oliveira (2008, p. 105), este “predomínio técnico” pode ter relação estreita entre ciência e produção de bens e serviços desenvolvida a partir da revolução industrial, levando os problemas sociais e políticos a serem analisados como questões técnicas, sobre as quais deveriam ser apresentadas soluções científicas. O ciclo se completou quando o conflito entre conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação, que constitui o projeto da modernidade fundiu-se sob a hegemonia do primeiro (OLIVEIRA, 2008, p. 110). Se o colonialismo consiste na ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto, o projeto emancipatório revela-se como construção e reconhecimento da intersubjetividade (OLIVEIRA, 2008, p. 113). Esse pano de fundo expressa uma importante mudança histórica e ajuda a compreender o projeto educativo emancipatório como partícipe de outro embate, o do conhecimento como ordem e colonialismo *versus* o saber enquanto solidariedade e caos (OLIVEIRA, 2008, p. 111). O projeto educativo emancipatório assenta-se na concepção de mundo antropológica da cooperação e da abertura ao outro, portanto, do diálogo intercultural porque o objetivo não se reduz ao crescimento individual na perspectiva da distinção e da hierarquia social. Enquanto o reducionismo a soluções técnicas relativiza o humano e pode submeter uns aos outros porque julga menos capazes, a tensão permanente entre soluções técnicas e alternativa política abre espaço para a co-participação e centraliza o debate no ser humano como coletivo e não indivíduo. Neste sentido, cabe retomar a defesa das humanidades e das artes, dos clássicos, enfim o acesso à cultura em termos gerais, na perspectiva da experiência formativa como espaço capaz de transformar o sujeito a partir da leitura crítica da realidade e da reflexão acerca de sua constituição na relação com o meio. Não se trata das humanidades enquanto corporativismo, senão na capacitação que vem da formação cultural ampla para pensar o mundo e pensar-se nele, projetando a partir daí políticas educacionais que apontem para o conjunto da sociedade e não sejam reduzidas à lógica imediatista-produtivista.

Referimo-nos à formação cultural ampla não como um padrão fechado ou um currículo predefinido e com carga horária específica, mas com indicações básicas e, preferencialmente, com algum nível de participação dos sujeitos implicados e com processos formativos permanentes nas instituições de ensino, especialmente em seu quadro docente. A educação básica deve privilegiar a formação geral, o que não significa a defesa

da Formação Geral Básica (FGB) enquanto dinâmica, carga horária e conteúdos previstos na atual legislação do chamado Novo Ensino Médio⁵⁰. Também não significa a defesa do modelo tradicional de ensino criticada por Freire (1994) como educação bancária ou da escola moderna, ocidental capitalista e burguesa em que o professor ensina o conteúdo e o aluno aprende (OLIVEIRA, 2008, p. 111). Também não somos contrários à formação profissionalizante ou técnica, mas preocupa a pressa em definir o futuro, os condicionamentos socioculturais e econômicos que o ensino excessivamente focado nesta lógica indica, além dos limites que esta lógica apresenta quanto à participação política e ao exercício da cidadania. Acreditamos que um projeto educativo emancipatório passa pelo desenvolvimento do potencial humano integral, com oportunidades semelhantes nas diversas dimensões, do cálculo e da economia, à música e a filosofia, da educação física ao teatro e das tecnologias à ética das relações sociais equânimes. É importante afirmar que o agir humano em sociedade é fruto de experiências e saberes que ele vai desenvolvendo ao longo de sua trajetória, não sendo natural, portanto, agir conforme o cálculo do interesse pessoal e nem orientado pela lógica da cooperação e de um projeto coletivo da sociedade. São as experiências formativas que condicionam e potencializam o modo de agir em sociedade, por isso, a aposta na formação cultural ampla, sem abrir mão das humanidades, das artes e dos clássicos como forma de romper visões estreitas, fundamentalismos e explicações fatalistas ou conspiratórias.

A tendência está mais do que clara que é despir o currículo de seus elementos humanistas e de ver prevalecer a pedagogia da memorização (NUSSBAUM, 2015, p. 135) ou focar no “ensinar para a prova”, “deixando de dar atenção às atividades que estimulam a mente das crianças e fazem com que elas percebem a ligação que existe entre a vida escolar e a vida diária fora da escola” (NUSSBAUM, 2015, p. 142). Realidades como estas chamam mais atenção em países com forte tradução de núcleos de humanidades como formação base nas graduações como é o caso dos Estados Unidos ou tradições como a Escola de Tagore, na Índia, a qual através da linguagem da dança e da ênfase nas artes, estimulou uma personalidade masculina receptiva, brincalhona e que não estava centrada na dominação dos outros (NUSSBAUM, 2015, p. 111). No início do século XXI, continua

⁵⁰ O Novo Ensino Médio foi aprovado pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2016, que transformou em lei a Medida Provisória de n. 746, de 2016. Entre as mudanças previstas estão a divisão entre a Formação Geral Básica conteúdos a serem estudados por todos os estudantes em nível nacional e os Itinerários Formativos, que podem ser compostos a partir de cada uma das áreas formativas, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e Matemáticas, ou ainda Formação Técnica. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Acesso em 24 de jun./2022.

Nussbaum, o conhecimento emotivo e criativo cede lugar à ciência e o estudo da religião comparada e das histórias das religiões não está muito presente, além do enfraquecimento e da estigmatização da filosofia. “As disciplinas influentes são as ciências, a engenharia, a economia e, até certo ponto, a ciência política empírica” (2015, p. 132), e os estudantes estão sendo educados a conseguirem bons empregos. A ideia de que as pessoas devem aprender coisas que as preparem para serem cidadãos atuantes, ao invés de profissionais úteis, é uma noção que “nunca lhes passou pela cabeça” (NUSSBAUM, 2015, p. 132). Nas universidades americanas, onde as humanidades estiveram presente, também há sinais de mudança acelerada, e a propaganda dá ênfase a laboratórios e se concentra em áreas como a medicina ou em cursos profissionalizantes (NUSSBAUM, 2015, p. 133-134). “Entretidos com a busca da riqueza, pedimos cada vez mais que nossas escolas produzam geradores de lucro competentes em vez de cidadãos. Pressionados a cortar os custos, eliminamos justamente os elementos da atividade educacional que são cruciais para preservar uma sociedade saudável” (NUSSBAUM, 2015, p. 142).

A leitura dos clássicos é, em certa medida, o paradoxo da “inutilidade” em relação ao efeito imediato que se espera do conhecimento como ferramenta para competir, ao mesmo tempo, indispensável para compreender o mundo em sentido amplo. A leitura do clássico está no sentido subjetivo, na relação pessoal com o que lê. “Se a centelha não se dá, nada feito: os clássicos não são lidos por dever ou por respeito mas só por amor” (CALVINO, 2007, p. 12-13). O clássico é tão “inútil” enquanto engrenagem temporal obrigatória para o tempo mercadológico que ele nos engaja de outra perspectiva. “O dia de hoje pode ser banal e mortificante, mas é sempre um ponto em que nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir ‘de onde’ eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal” (CALVINO, 2007, p. 14-15). O alcance do clássico está também no fato de sua conexão com nossa realidade, que vai além de sua originalidade, de algo que não sabíamos propriamente; “às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular). E mesmo esta é uma surpresa que dá muita satisfação, como sempre dá a descoberta de uma origem, de uma relação, de uma pertinência” (CALVINO, 2007, p. 12). A conexão com a realidade se dá, a partir dos clássicos, numa relação que pode ser indireta, mas que tende a projetar desdobramentos subjetivos profundos e efeito duradouro.

O projeto educativo emancipatório requer compromisso político e responsabilidade com a formação de subjetividades democráticas, pela democratização dos saberes e das práticas sociais desenvolvidas em todos os espaços sociais, portanto, implica em condições políticas e epistemológicas (OLIVEIRA, 2008, p. 126-127). Apenas “a democracia entendida enquanto sistema social envolvendo todos os espaços de inserção constitutivos da formação de nossas ‘redes de subjetividades’, com o conjunto de saberes e de práticas reais que tecemos e que nos tecem, nos serve para pensar a emancipação social democratizante” (OLIVEIRA, 2008, p. 126). Esse compromisso político atribui outra função à educação, na comparação com a preparação para a prova ou para o mercado de trabalho. É preciso “desenvolver nos estudantes a capacidade de se perceberem como membros de uma nação heterogênea (pois todas as nações modernas são heterogêneas) e de um mundo ainda mais heterogêneo, e inteirar-se um pouco da história e da natureza dos diversos grupos que nela habitam” (NUSSABAUM, 2015, p. 80). Nesta perspectiva, o professor também atribui outro sentido à educação e à própria prática: “Educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido”⁵¹ (LAROSSA; KOHAN, 2020, p. 5). Sustentamos, assim, “concepções pedagógicas que entendem os conteúdos escolares não como um fim em si, mas como meio de ampliação dos modos de compreensão do mundo, potencializando a intervenção sobre ele e capacitando a ação política e social emancipatória” (OLIVEIRA, 2008, p. 103-104). A lógica não é a da apropriação momentânea de um conteúdo para devolvê-lo na prova, nem reduzido a ferramentas importantes para ingressar no mercado de trabalho. Trata-se de “Conteúdos voltados, portanto, para a constituição de saberes práticos inconformados com as iniquidades sociais e as opções históricas que as tornaram possíveis” (OLIVEIRA, 2008, p. 104).

A atuação no campo educacional (e a interferência nas políticas educacionais), em vista da democracia enquanto modo de vida é uma ação complexa que implica atingir duas grandes dimensões distintas e em retroalimentação permanentes: a oferta, por parte das instituições de ensino, de condições de acesso e participação na produção da cultura em sentido amplo e diverso; e uma postura de abertura e busca por parte do sujeito/aprendiz. A falta de acesso a uma cultura ampla limita as ferramentas para interpretar o mundo em termos razoáveis e a postura de fechamento, fortemente condicionado pela “experiência formativa”, impede que se interprete os fenômenos sociais e políticos e as expressões

⁵¹ A expressão é de Jorge Larrosa e Walter Kohan, na apresentação do livro “Para além da aprendizagem”, e faz pensar em algo pouco refletido nos ambientes escolares, o quanto nos aperfeiçoamos no “ato” de ensinar.

culturais em termos razoáveis. Em qualquer das situações e de forma avassaladora quando temos a junção das duas realidades, geramos o que estamos chamando aqui de ignorância arrogante. Há dois fatores que contribuem sobremaneira para nos protegermos de tal risco, se considerarmos a imensidão de informações compartilhadas e de conhecimento disponível: atitude de constante busca e rigor analítico, e a participação em grupos de estudos/cultivos, se possível, com certo grau de formação interdisciplinar. A ignorância arrogante é a mistura de uma postura, que pode estar associada ao mau uso de certo empoderamento da individualidade, da sociedade do excesso de opinião, do mau uso das tecnologias de informação por sentir certa imunidade e a uma formação fragmentada e inconsistente. Desta forma, o indivíduo se vê autorizado, num contexto em que se perdeu a referência do “politicamente correto” ou mais profundo da ética mínima da convivência social, a dizer o que pensa sem a noção razoável mínima das consequências e implicações do seu discurso para a vida em sociedade. A expressão famosa de Umberto Eco, quando afirmou que a internet deu voz a um banco de imbecis, parece muito significativa. A internet, de todo modo, é o meio: há muitas imbecilidades sendo ditas, inclusive por autoridades⁵², provando que a “posição social” não imuniza contra a ignorância.

Quando se pretende criar condições para um modo de vida democrático a partir das contribuições oriundas de processos educativos, sejam eles formais ou não, deparamo-nos com muitos perigos, considerando uma dupla tendência: o foco no ensino “profissionalizante” e a oferta direcionada ao resultado imediato, seja através da própria empresa e/ou em parceria com instituições “de oferta flexível”. Não vamos esquecer do papel do *coaching* na mediação e no direcionamento das ferramentas e habilidades disponíveis a serviço da produtividade. A categoria *experiência formativa* apresenta um contributo relevante para evitar armadilhas, entre as quais a simbolizada pela “ignorância arrogante” e, levada ao extremo, segue princípio semelhante ao das notícias falsas, uma vez que visa mais impactar e produzir efeitos político-ideológicos que revelar o que está em jogo. “A natureza da experiência precisa ser compreendida a partir de uma combinação especial entre um elemento ativo, *tentativa, experimentação*, e outro passivo, *sufrimento, passar por alguma coisa*” (DEWEY, 1979, p. 152. Grifos do autor). Ao mesmo tempo em que ao experimentar algo, alguma coisa, agimos sobre ela, fazemos alguma coisa com ela, sofremos ou sentimos as consequências. “Fazemos alguma coisa *ao* objeto da experiência, e em seguida ele nos faz *em* troca alguma coisa: essa é a combinação específica de que

⁵² A fama e a autoridade atribuída a youtubers, sobre qualquer tema, merece atenção em nossos estudos.

falamos. A conexão dessas duas fases da experiência mede o fruto ou o valor da mesma” (DEWEY, 1979, p. 152. Grifos do autor). A experiência diz respeito ao desenvolvimento acumulativo, à atribuição de sentido e significado, associando retrospectiva e prospectiva entre o que fazemos às coisas e as consequências que elas nos fazem gozar ou sofrer (DEWEY, 1979, p. 153). Como observa Larossa (2017, p. 10), “a experiência não é uma realidade, uma coisa, um fato, não é fácil de definir nem de identificar, não pode ser objetivada, não pode ser produzida. E tampouco é um conceito, uma ideia clara e distinta. A experiência é algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão...”.

A experiência, enquanto ação ativa-passiva, precisa, em certa medida, romper com o dualismo corpo e espírito, ou com o separatismo entre faculdades cognitivas e fatores físicos. E quando as concepções tradicionais predominam nas relações pedagógicas o corpo, inquieto, é visto como intruso e obstáculo para “atingir um nível cognitivo relevante”, ao invés de envolver a energia corporal em perspectiva integral. Ao mesmo tempo, “sem algum elemento intelectual não é possível nenhuma experiência significativa” (DEWEY, 1979, p. 158). A experiência leva à busca de sentido ou significado para nossas ações e está associada ao processo reflexivo e oposto ao procedimento caprichoso ou ato momentâneo e descontinuado. “*Pensar* sobre as notícias que nos chegam é tentar ver o resultado provável ou possível sugerido por elas. Converter nossas cabeças em livros de pregar recortes de jornais, enchendo-as com estas e aquelas informações, considerando-as como coisas completas por si mesmas, não é pensar. É transformar-nos em máquinas registradoras” (DEWEY, 1979, p. 160). O pensar implica não no domínio de um número relevante de informações, mas principalmente, na capacidade de projetar e extrair conclusões a partir do já conhecido. O pensamento surge enquanto movimento de respostas não disponíveis, de investigação e de observação, a partir de dúvidas existentes (DEWEY, 1979, p. 162). “Todo ato de pensar é investigação, é pesquisa e pesquisa pessoal, original, da pessoa que faz, mesmo que todo o resto do mundo já conheça aquilo que ela procura descobrir” (DEWEY, 1979, p. 162). A natureza do pensar remete ao risco e à incerteza de penetrar o desconhecido, porque nos coloca diante de afirmações tateantes, de hipóteses (DEWEY, 1979), enquanto a afirmação dogmática, mesmo não sendo “testada”, afirma-se como certeza e gera segurança. O modo de pensar baseado no senso comum⁵³ e que está

⁵³ Embora possa parecer simples, a noção de senso comum tem sua complexidade e sua potência. Normalmente associado ao conhecimento popular, espontâneo e a-crítico, o senso comum é vinculado apenas a um conhecimento superficial e sem relevância. No entanto, ele desempenha um papel importante enquanto

sob a insígnia do fundamentalismo, porque lida normalmente com a consciência ingênua, preenche todas as dúvidas com definições pré-estabelecidas. A lógica do mercado é a mesma, ou seja, através do conhecimento objetivo e da atribuição de valor (preço) e sentido supremo às ações cotidianas, como é o caso da felicidade associada ao ato de consumir.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2017, p. 25).

A noção de experiência formativa ou de aproximar a categoria experiência aos processos educativos considera a existência de imbricações entre o que é intencionalmente ofertado, destaque para as instituições de ensino, os processos sociais e a participação pessoal em perspectiva autoformativa. A subjetividade contemporânea é resultado deste conjunto de fatores e dos processos formais e espera-se que crie condições para que as pessoas tenham capacidade de discernir sua ação no mundo, a partir de uma leitura razoavelmente alargada da realidade e conscientes de seu papel na projeção de realidades almeçadas. Na verdade, há muitas subjetividades e buscamos decifrar algumas lógicas que orientam o agir, desde a ingenuidade à manipulação, às vezes, deliberada porque produz mecanismos que mais escondem que revelam. Entre os mecanismos que fazem parte de processos socioculturais, circunstâncias que servem a diferentes objetivos, estão os que parecem organizar a sociedade para que a experiência não aconteça, como o excesso e a obsessão pela informação, o excesso de opinião e de trabalho e a falta de tempo. Contra “o sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos da informação e da opinião, um sujeito incapaz de experiência” (LARROSA, 2017, p. 21), o sujeito da experiência, “território de

resistência à manipulação e à submissão por parte de grupos subalternos, além de seu valor enquanto senso prático e eficiente. A crítica ao senso comum, no nosso modo de ver, está justamente em seu caráter arrogante, à medida que se fecha no pensamento pré-estabelecido, tornando-se impenetrável e impermeável, impedindo o questionamento e o aprofundamento e teimando em sua ignorância e em suas concepções pré-prontas. Ao mesmo tempo, é um erro ignorar o senso comum enquanto ponto de partida porque implica partir de uma referência inexistente, o que acaba por impedir sua transformação. Por isso, nem a escolarização é suficiente nem determinados procedimentos sociais e políticos garantidores de algum equilíbrio social temporária, mas processos educacionais e sociais, preferencialmente autoimplicados, submetidos à reflexão crítica, ao debate livre e aberto, e permanentes confrontos teóricos e exercício hermenêutico da realidade. Uma bela reflexão acerca do tema do senso comum é a tese de doutoramento de Elli Benincá (Porto Alegre, UFRGS, 2002).

passagem”, “passional” e “ex-posto” (LARROSA, 2017, p. 25-26). O saber da experiência nasce da dialética entre processo cultural amplo, de natureza inter e transdisciplinar e que não abre mão da arte, das humanidades e dos clássicos, e de uma atitude pessoal aberta à transformação das próprias concepções.

O sujeito da experiência é superfície sensível, afetado por aquilo que acontece, produzindo afetos, inscrevendo marcas, deixando vestígios e efeitos, e, ao mesmo tempo, ponto de chegada e lugar que recebe o que chega e, ao receber, dá lugar os acontecimentos (LARROSA, 2017, p. 25). Trata-se “de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial” (LARROSA, 2017, p. 26). Mais expressivo ainda, diante da sociedade que se preocupa em excesso com a própria imagem, o sujeito da experiência, de alguma maneira, revela sua vulnerabilidade, contra a lógica de se pôr e de se impor, se “ex-põe”. “É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre” (LARROSA, 2017, p. 26). Este é o ponto crucial em se tratando de processo formativo, pois o sujeito da experiência tem de estar aberto à própria transformação (LARROSA, 2017, p. 28). A paixão completa o quadro do sujeito de experiência. “Na paixão, o sujeito apaixonado não possui o objeto amado, mas é possuído por ele. Por isso, o sujeito apaixonado não está em si próprio, na posse de si mesmo, no autodomínio, mas está fora de si, dominado pelo outro, cativado pelo alheio, alienado, alucinado” (LARROSA, 2017, p. 29). A experiência formativa promove o pensar enquanto “ato cuidadoso e deliberado de estabelecer relações entre aquilo que se faz e as suas consequências” (DEWEY, 1979, p. 165) e a atitude de abertura para que algo nos toque, nos acontece, num contexto em que se passam muitas coisas, mas nada de relevante acontece em referência a Larrosa (2017, p. 18).

A experiência formativa pode ser antídoto contra a velocidade dos acontecimentos e a obsessão pela novidade que impede a conexão significativa entre os acontecimentos e contra a superficialidade (ou manipulação) com que são tratadas certas realidades. Do ponto de vista da educação formal, isso faz pensar no currículo e em sua dinâmica de implementação, à medida que é reduzida à apresentação de conteúdos, sem se preocupar com a conexão ou o sentido destes para o sujeito. Na escola, o currículo se organiza em pacotes cada vez mais numerosos e em tempos cada vez mais curtos, estando sob o risco

da aceleração que obstaculiza que algo nos aconteça (LARROSA, 2017, p. 23). A Reforma do Ensino Médio, por sua vez, é justificada sob a insígnia do protagonismo do estudante, porém, pode camuflar intenções oriundas da cultura imediatista, que responde às demandas do mercado e que pode induzir os adolescentes a tomarem decisões com base nos critérios utilitaristas, sem pensar nas consequências pessoais e para o conjunto da sociedade. É interessante pensar em certos discursos fortes quanto ao julgamento do comportamento dos jovens pela falta de compromisso com a política, pelo seu egoísmo, sem criar condições favoráveis para isso no ambiente escolar, quando não se reproduz práticas criticadas. As relações democráticas estão entre as limitadas, por falta convicção, clareza e opção por tal realidade, preferindo em vez disso o controle disciplinador, em nome do “conteúdo” ou por medo das consequências do diálogo. A gestão e os professores precisam pensar estratégias metodológicas para envolver e mobilizar os estudantes, os quais precisam cultivar uma postura aberta para se deixar envolver pelas atividades propostas. Ambos têm o desafio de, à medida que interagem com o outro no processo de ensino-aprendizagem, serem capazes de transformar sua visão de mundo e seu modo de vida, desde que haja elementos que justifiquem a mudança. Assim, abre-se espaço para o saber de experiência que se desenvolve na relação entre o conhecimento e a vida humana (LARROSA, 2017, p. 30).

Como observa Larossa (2017, p. 30), “a experiência funda também uma ordem epistemológica e uma ordem ética. O sujeito passional tem também sua própria força, e essa força se expressa produtivamente em forma de saber e em forma de práxis”. A democracia em educação e nas relações educativas parte do reconhecimento de diferentes saberes, o que não significa compactuar com a preguiça intelectual e a arrogância ignorante, mas na lógica de saberes e vidas compartilhadas, ou então não passamos de formalismo vazio. Por isso, defendemos que as relações pedagógicas, mas também a interação entre as pessoas - que sempre é (pode ser) pedagógica - seja mais pessoal e menos “profissional”, porque não existe maior autoridade do professor que ser reconhecido como sábio não porque assim se julga e distingue dos estudantes, mas pela contribuição na transformação do saber e do modo de pensar do educando. Do ponto de vista pessoal, é a predisposição e a abertura do que Elli Benincá chama de núcleo do senso comum⁵⁴ que permite a transformação e sem essa permissão, ninguém muda ninguém. Por isso também é emblemática a frase de Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém. Nós nos educamos em

⁵⁴ Para Benincá (2002, p. 122), existem duas formas de acesso ao núcleo do senso comum: o discurso sobre a prática e a resignificação desta, sendo a forma positiva e que consegue operar sua transformação a “do discurso que se faz reflexão sobre e a partir da prática” (BENINCÁ, 2002, p. 123).

comunhão”. Para Larossa, “é incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre” (2017, p. 26). Processo que se dá a partir da contribuição do professor, mas também do colega, do “outro” - tão achincalhado no contexto de disseminação do ódio - em sentido genérico, mas sempre único e singular.

4.2.3 Educação para a cidadania e a constituição de redes democráticas

A discussão sobre o exercício da cidadania, que encerra o capítulo, reforça a contribuição de processos culturais amplos para o conjunto da população. Um elemento fundamental para dar um passo decisivo na construção de redes de sujeitos e grupos sociais engajados na transformação de realidades de desigualdade e injustiça em formas de poder compartilhado. As artes, as humanidades e os clássicos tem valiosa contribuição à medida que apontam para uma perspectiva que rompe com as barreiras do imediatismo e do utilitarismo “profissionalizante” do conhecimento, contudo, não se trata apenas de incentivar essas áreas sem saber fazer escolhas. “É muito fácil sentir compaixão seletiva por aqueles que estão próximos de nós em termos geográficos, de classe ou de raça, e recusá-la às pessoas que se encontram distantes ou aos membros de grupos minoritários, tratando-os como meros objetos” (NUSSBAUM, 2015, p. 109). A solidariedade diante de catástrofes ou eventos transitórios também gera mais sensibilidade e engajamento em campanhas, na comparação com a realidade de pobreza e sofrimento cotidianos. A imaginação da criança pode ser condicionada por literatura racista ou pela objetificação da mulher, entre outras formas antidemocráticas. Além do mais, “não se pode negar que os movimentos antidemocráticos têm sabido utilizar as artes, a música e a retórica do medo a contribuir ainda mais para humilhar e estigmatizar determinados grupos e pessoas” (NUSSBAUM, 2015, p. 109). Tanto a negação quanto o mau uso podem produzir efeitos semelhantes na classificação enquanto inúteis, especialmente quando os critérios decisivos forem o crescimento econômico e a competição entre indivíduos ou nações. Uma formação consistente somada à autonomia individual e à atitude de abertura ao outro e a processos coletivos geram emancipação social e projetam uma sociedade em que caibam todos.

Embora se imagine que a cidadania seja coisa de adulto, alguns processos têm mais chance de sucesso se começarem cedo, aliás as experiências vividas na infância são decisivas no que diz respeito à personalidade e à identidade. Segundo Nussbaum (2015, p.

95), a educação para a democracia e a participação política inicia no brincar da criança, modo de encarar a vida que não deve ser abandonada na vida adulta. “Brincar ensina as pessoas a serem capazes de conviver com os outros sem controlar; e liga as experiências de vulnerabilidade e surpresa à curiosidade e ao maravilhamento, não à ansiedade paralisante” (NUSSBAUM, 2015, p. 101). Daí a relevância da ludicidade no aprender, não apenas como estratégia e sim em seu valor intrínseco, diante de uma infância encurtada, em algumas realidades escolares em que a tensão das provas e avaliações começa cedo e soa treinamento, porque está centrado no resultado, não desenvolvimento cognitivo. O perigo é a substituição do ensino provocador de questionamentos e de pensar nas responsabilidades individuais, por um “ensino informativo” e que prepare o estudante para obter bons resultados nos exames. O modo de lidar com a (in)disciplina também deve preocupar e ocupar educadores. A capacidade de sentir piedade ou compaixão é importante por parte das crianças, à medida que elas “compreendem o que sua agressão causou no outro indivíduo, com quem elas se importam cada vez mais. Assim, elas passam a sentir culpa pela própria agressão e uma verdadeira preocupação com o bem-estar do outro. Embora a empatia não signifique moralidade, ela pode fornecer elementos cruciais de moralidade” (NUSSBAUM, 2015, p. 37). Portanto, na maneira como se trabalha com as crianças pode estar uma das chaves para o desenvolvimento da subjetividade democrática, sem falar no bem-estar próprio desta fase da vida.

O pensar cuidadoso e criterioso da experiência não é garantia de que seremos melhores do ponto de vista moral, nem mais sábios em termos de saber científico, ou mais ricos na lógica do mercado e do consumo (LARROSA, 2017, p. 14). A grande questão diz respeito à contribuição em pensar a educação a partir do par experiência/sentido, vinculado à natureza humana traduzida pela palavra, pela linguagem (LARROSA, 2017, p. 16-17). A tradução e o sentido do que nos acontece, do que se passa, se dá pela palavra, e, embora a experiência seja sempre singular, sua tradução pode ter valor libertador e inspirador. Segundo Larrosa (2017, p. 26), o termo experiência denota o verbo “atravessar”, além de referir-se à palavra “perigo”, do latim, e à “pirata”, do grego, apontando para um misto de aventura, que implica “sair do lugar” e pôr-se em situação de perigo, insegurança, de onde pode nascer a novidade, a mudança. “O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião” (LARROSA, 2017, p. 26-27). A travessia pode remeter a uma dupla transformação necessária, pessoal ou subjetiva, que

implica na abertura para mudar concepções de mundo fechadas, e a “social” ou estrutural. Enfatizamos a mudança subjetiva e indicamos o caminho da formação cultural ampla e sua autoimplicação pessoal, a autoformação. A mudança estrutural exige a superação do conhecimento concebido como mercadoria e como negócio, mas também de qualquer realidade humana submetida às regras do mercado. Mudar a estrutura da sociedade implica também em engajamento social e criação de demandas a partir da necessidade de pessoas e grupos excluídos, e da construção de “capital” e protagonismo político a partir destes.

O capital cultural tem uma contribuição indireta neste movimento da organização social, e pode ser visto como inútil tanto para quem deseja reduzir a educação em “capital humano”, a serviço do mercado de trabalho flexível, quanto para quem a vê apenas como “capital político”, a serviço da “mobilização revolucionária”. A noção mais complexa da educação, no entanto, que atribui certo valor em si ao campo do conhecimento, ao desenvolvimento científico e cultural mais abrangente, percebe seu alcance para além do imediato. Com isso estamos reconhecendo a contribuição do pesquisador que se engaja honestamente em sua busca intelectual, colaborando de forma potente com a sociedade de modo geral e auxiliando, de maneira consciente ou não, para a superação da “ignorância arrogante”. A contribuição oriunda do conhecimento e das descobertas científicas estão longe de serem reduzidas ao engajamento político-ideológico, mesmo que suas intenções últimas possam ser manipulados ou encobrirem desigualdades e injustiças. O saber pode levar à transcendência à medida que desvela e produz transformação no modo de ver a realidade, projetando assim um mundo novo. A reivindicação da experiência num contexto onde tudo já está predefinido, pré-fabricado, aponta na direção de um contexto de abertura, da diferença, da heterogeneidade e da pluralidade. Ao lado da reivindicação da experiência, reafirmamos, com Santos, o princípio da mobilização por razões próprias. A democracia participativa é uma dinâmica que se viabiliza a partir do momento em que dá vazão à busca individual, portanto, quando faz sentido pessoal e que movimenta identidades coletivas sem abrir mão das subjetividades individuais. A transformação das estruturas desiguais e injustas, calcadas na noção de mérito e na distinção social, se viabiliza a partir da mobilização de um conjunto de individualidades articuladas por um projeto coletivo.

O conhecimento e a educação podem ser tomados como realidades importantes em si mesmas, não devendo ser instrumentalizadas ou submetidas a interesses de grupos, o que não é tarefa fácil. Por isso, a crítica à educação submetida à lógica da mercadoria e a

proposição de que ela seja retomada enquanto força transformadora da subjetividade e componente importante para reestruturar a sociedade sob as bases da equidade, uma sociedade em que a democracia seja o aprofundamento de diferentes formas de cooperação e solidariedade social. Para esta guinada faz-se necessária a constituição de um tipo de rede de relações sociais que articule a vida a partir dos desejos, sentidos e práticas cotidianas das pessoas e as transforme em “capital político”. A mudança almejada requer formação e atuação no campo político-institucional para construir nova base de princípios e critérios que fundamentam as decisões especialmente nos âmbitos jurídico, político e econômico. Neste contexto, fica em evidência o impacto da racionalidade hegemônica e seu pé no modelo capitalista neoliberal, à medida que captura mentes e corações de legisladores e tomadores de decisões com grande impacto para o conjunto da população. A travessia necessária implica em atingir a subjetividade dos tomadores de decisão participando da formação de seus quadros, o que denota processo longo e permanente, e também através da organização popular, o que significa provocar tensão e produzir pressão social para forjar novas instituições. Para isso, parece que o caminho da política, desde a escolha de “representantes que representam” o conjunto da população e não apenas determinados setores, e as diferentes formas de mobilização, articulação, manifestação e participação em instâncias decisórias é o mais indicado para dar cabo de uma sociedade democrática.

O conhecimento científico não é desprezível neste campo da organização e da luta social, antes pelo contrário, mas precisa estar articulado com o conhecimento popular e com a realidade da população, em sua maioria sem acesso à cultura erudita e sofisticada. Aliás, a hierarquização pelo tipo de saber é uma das primeiras formas de discriminação e distinção social, à medida que se transforma em critério de mensuração das capacidades cognitivas e serve à legitimação das desigualdades. O trabalho com as camadas populares na perspectiva da formação para a cidadania começa pelo resgate da autoestima e pelo reconhecimento das capacidades deste grupo social. Cada realidade exige dinâmicas próprias e carregam potencialidades e limites, estando a educação formal, escolar ou acadêmica, sujeita a desenvolver o que Dewey (1979, p. 10) classifica como homens meramente “eruditos” ou especialistas egoístas, situação possível quando a aquisição de conhecimentos e a aptidão intelectual não caminham em sintonia com uma atitude e uma experiência vital de maior significação. Neste sentido, defendemos a importância de outros elementos educativos oriundos de ações sociais capazes de articular desejos e necessidades individuais a projetos coletivos, o que encontra cada vez mais obstáculos por conta da

fragmentação dos vínculos sociais como indicado por Sennett (2005). De qualquer maneira, o caminho parece claro: a “educação para a democracia exige conhecimentos básicos da vida social e política e uma correspondente formação ética” (BENEVIDES, 1994, p. 226). Ética esta baseada nos princípios da cooperação e da coletividade, para fazer frente a duas forças globais: “o capitalismo educativo e as forças políticas de extrema-direita, seculares e religiosas” (SANTOS, 2021, p. 314). É neste sentido que a educação formal precisa contar com a participação mais ampla da sociedade para formar um movimento orgânico com outros atores sociais, sujeitos individualmente e entidades, organizações e/ou coletivos que, à medida que problematizam a naturalização das desigualdades, pressionam por seu fim.

A direção apontada para a existência da democracia de alta intensidade é a do amor à igualdade, da cooperação, do acatamento da vontade da maioria, da sociedade em que caibam todos, do respeito às minorias, do Estado democrático de direito, dos direitos humanos etc. Realidades que dependem do cultivo, o que significa contar com pessoas que optem de maneira consciente por concepções embasadas no respeito à diversidade e no diálogo intercultural, capazes de fugir do critério meramente mercantil em suas decisões. A questão ecológica e da cultura dos povos tradicionais ganha importância decisiva neste contexto, tendo o reconhecimento da inviolabilidade dos direitos indígenas e quilombolas, de sua cultura e de seus territórios referenciais indispensáveis. Realidades como esta ou o direito à saúde e à educação pública de qualidade, a condições dignas de trabalho, à livre configuração da identidade de gênero ou à condição étnico-racial são demandas urgentes e carências materiais ou simbólicas de grande parcela da população. A condição de poder e a representatividade política pertence predominantemente a um pequeno grupo e apenas sob pressão é possível transformar. Aí é que entra, por um lado, a necessidade de processos formativos de amplo espectro cultural e embasados no pensamento crítico e, por outro, a organização e um tipo específico de formação capaz de criar e/ou fortalecer coletivos conscientes e dispostos a fazer valer seus direitos a partir de ações pontuais e cultivo permanente. Há um tipo específico de formação em pequenos grupos que podem ter articulações com intelectuais e setores sociais simpáticos à justiça e equidade social, mas que, acima de tudo, se mobilizam por causa própria.

É importante considerar o quanto as mudanças no sistema produtivo somadas as políticas projetadas para esta finalidade fragilizaram a capacidade de organização social, na comparação com o momento histórico em que havia grandes fábricas e colocavam lado a

lado um número grande de trabalhadores. “O que acontece é que as condições de possibilidade material e simbólica sobre as quais a forma sindical e a trajetória do antigo movimento operário se levantaram não existem mais” (LINERA, 2010, p. 244). Já tratamos do tema da precarização em geral das condições de trabalho, o que foi impactado real e simbolicamente por medidas de combate à organização sindical. Destaque para a política agressiva desenvolvida por Margaret Thatcher ainda na década de 1980 em seus primeiros anos como primeira-ministra do Reino Unido⁵⁵. Referindo-se à realidade boliviana da virada do século, Linera (2010, p. 244-245) expressa o momento em que “o sindicato foi proscrito da mediação legítima entre Estado e sociedade para ser lentamente substituído pelo sistema de partido, erodindo ainda mais a eficácia representativa que antes possuía como mediador político e portador de cidadania”. As transformações no sistema produtivo passam pela fragmentação das relações trabalhistas do ponto de vista circunstancial, por conta da descentralização dos processos industriais, da própria desindustrialização, da multiplicidade de campos de atuação, sem ignorar as condições de trabalhos eventuais, subcontratações e diversas formas de flexibilização trabalhista. Ao lado das mudanças circunstanciais que dificultaram o contato entre os trabalhadores e precarizaram as condições de trabalho, qualquer projeto coletivo implicou em batalha perdida diante da urgência pela sobrevivência na tentativa de evitar ainda mais precarização e insegurança.

Embora o sindicato nunca tenha sido o único fator de resistência diante das diferentes formas de instabilidade e incerteza trabalhista, exerceu papel importante quanto à visibilidade e articulação de lutas em conjunto com movimentos sociais, em manifestações de rua e outras mobilizações de defesa de direitos. A realidade brasileira, apesar de toda a fragilidade quanto à atualização de métodos e mesmo na interpretação da complexidade atual, o movimento sindical fez surgir lideranças e a principal delas ainda é a maior força de esquerda na atualidade. Ao mesmo tempo em que este cenário possa ser promissor do ponto de vista eleitoral imediato⁵⁶, é justamente este panorama que preocupa do ponto de vista da dificuldade de processos sociais que ajudem a formar e forjar novas lideranças. Cenário esse que permite a ampliação do debate aqui para a importância e certa

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/margaret-thatcher/>> Acesso 26 jul./2022.

⁵⁶ Há três meses das eleições de 2022, o ex-sindicalista e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera as pesquisas presidenciais, mesmo depois de ter sido envolvido em escândalos e retóricas de corrupção em governos do Partido dos Trabalhadores, preso acusado de ter “chefiado uma quadrilha” - dados hoje contestados e invalidados pelo Judiciário - e depois de sua sucessora, Dilma Rousseff, ter sofrido *impeachment*, em 2016.

crise institucional e a falta de capacidade do sistema partidário em fazer hermenêutica social e se construir dialeticamente na relação com diferentes setores representativos da sociedade. Vive-se, como já mencionado, também uma crise profunda acerca da própria ideia de sociedade, substituída pela noção de aglomerado de indivíduos, representantes e “empresários” de si mesmos, reflexo de uma “moral de desempenho” que captura as energias e mina os vínculos sociais. As transformações no modo de produção capitalista, com a intensificação do uso de diferentes componentes tecnológicos, com destaque para os campos da comunicação, da automação e da informação distanciaram os indivíduos não apenas do ponto de vista espacial, mas também em termos de pertencimentos. Desta maneira, as teorias que serviram de base para a resistência, a organização sindical, de partidos de esquerda e movimentos sociais enfraqueceram à medida que a categoria “classe social” perdeu representatividade política.

A certeza de que se deve lutar em conjunto para melhorar a situação da vida individual afunda pouco a pouco, dando lugar, de maneira majoritária, mas não absoluta, a um novo preceito de época segundo o qual é melhor acomodar-se individualmente às exigências patronais e governamentais para obter algum benefício. Isso faz com que a longa cadeia de dispositivos objetivos de submissão e de intimidação se ponha em movimento para interiorizar na subjetividade assalariada a reticência (temporária) em modificar sua situação por meio da ação conjunta, da solidariedade. Surge, assim, uma nova e complexa qualidade material da identidade e da subjetividade do trabalhador contemporâneo (LINERA, 2010, p. 245).

A aceitação da dominação pode ser produzida por vários fatores, sendo uma delas a falta de consciência, mas também efeito das circunstâncias: “temores que a condição de dominado suscita incertezas que possíveis mudanças provocam, condicionamentos psicológicos e materiais determinados pela condição de subalternidade e naturalização da relação dominador-dominado (FORNAZIERI, 2017, p. 196). Além disso, a subjetividade constituída a partir das novas condições de trabalho flexível, instável, intermitente, sem tempo e local definido, não estimula vínculos e sem predisposição para a construção de projetos coletivos. Em outras palavras, o momento histórico é de crise, de dificuldade na articulação e da conexão entre indivíduos e grupos, de falta de referenciais utópicos seguros, em função de frustrações oriundas de algumas experiências históricas. Não há como não fazer menção ao modelo socialista implementado na antiga União Soviética e que ruiu com a queda do muro de Berlim, em 1989, uma revolução que não se enquadra nos cânones estabelecidos por Marx, embora não represente ruptura com o espírito de suas doutrinas (FORNAZIERI, 2017, p. 230-231). Naquele contexto, parece que a interpretação das condições reais e o discernimento de como lidar com o par força-convencimento, além

de disputas político-eleitorais transformaram-se em realidade que veio a se tornar insustentável a longo prazo. “O que se ensina aqui é que a política é cheia de paradoxos e que ela não se presta a fórmulas prontas. [...] Aqueles que foram aplicar as fórmulas de Marx em quaisquer circunstâncias estarão destinados ao fracasso” (FORNAZIERI, 2017, p. 232-233). Se a categoria classe social não perdeu sua validade, precisa de certa atualização à medida que as circunstâncias que envolvem o mundo do trabalho mudaram, e a própria realidade do trabalho perdeu a centralidade que tinha na atribuição de sentido e identidade. Ao lado dos direitos trabalhistas, devem estar os civis e políticos, lutas de gênero, orientação sexual, ambientais, de natureza étnico-racial e pela liberdade religiosa.

Em política e em democracia o princípio é o mesmo. É com mais democracia que se resolve o problema da democracia e não com menos, e isso é válido à política. Claro que não nos referimos a mais do mesmo, porque ambas estão em crise, por conta da institucionalização, do formalismo e da burocratização. Resolver com mais democracia implica maior participação e controle por parte da população, tendo em vista que a política define grande parte das condições de vida em sociedade. A crise da mobilização e da formação permanente de grupos de estudo e reflexão a partir de sua realidade se dá neste contexto. No caso da mobilização social, a dificuldade parece maior porque implica em certa militância em causa própria, mas também em nome de um projeto coletivo, além do risco de perder oportunidades de trabalho. Do ponto de vista do mercado de trabalho, interessa o indivíduo desapegado de vínculos e valores de solidariedade social porque foca na produção e no interesse pessoal, ampliando a margem de lucro à empresa. Do ponto de vista da transformação da sociedade, almeja-se um sujeito que carregue consigo princípios da igualdade, da equidade e do reconhecimento recíproco, e esteja disposto a construir coletivamente com seus pares. Este é apenas um dos exemplos para pensar nos múltiplos pertencimentos do indivíduo hodierno, enquanto consumidor, ser de relações e interação social, um ser religioso ou não e assume determinada posição político-ideológica.

Na perspectiva de apresentar possibilidades acerca da transformação estrutural da sociedade, pressupostos fundamentais para quem pensa em formação para a cidadania e nas políticas educacionais, ignorar esta realidade pode implicar em ações com pouco ou nenhum efeito por desconsiderar questões importantes do contexto. Há debates rasos feitos no contexto político brasileiro e mundial que indicam estarmos novamente sob a ameaça do comunismo, caso governos de esquerda cheguem ao poder. A nosso ver, o que há é um embate de fundo que pode indicar o aprofundamento do capitalismo ilimitado quanto à

lucratividade e uma direção, que pode ter alguma inspiração socialista por apontar para a minimização das desigualdades. De alguma maneira, muito difusa e com uma série de variáveis, os projetos de curto prazo são os de continuidade do capitalismo financeiro com alguma mescla e tímida política social-democrata. “O capitalismo do século XX mostrou-se resiliente às mais graves crises, aperfeiçoou e universalizou os mecanismos do sufrágio e permitiu, e/ou foi obrigado a aceitar, num processo de lutas e concessões, que direitos trabalhistas e sociais avançassem. Nem por isso reduziu os lucros ou deixou de promover a desigualdade” (FORNAZIERI, 2017, p. 243-244). Por outro lado, “Em tese, a luta por direitos dos grupos sociais menos favorecidos tem como objetivo mais igualdade” (FORNAZIERI, 2017, p. 250). No entanto, a luta por igualdade, mais justiça, mais liberdade e mais democracia pode ser produzida no âmbito do capitalismo (FORNAZIERI, 2017, p. 250). É urgente minimizar danos e evitar agravantes ainda maiores, ao lado de pensar processos formativos consistentes, os quais exigem planejamento de longo prazo para se preparar uma sociedade em que a democracia seja um modo de vida, que a liberdade não seja reduzida ao âmbito econômico e a igualdade prevaleça sobre a competição. A atitude diante do futuro é fundamental, uma vez que a história não é repetição e nem continuidade espontâneo do que temos. “O que podemos e devemos fazer é escolher alternativas de futuro e lutar por ela, sabendo que vários outros indivíduos e grupos também o fazem e que os herdeiros do presente lutarão por seu próprio presente e por novas visões de futuro” (FORNAZIERI, 2017, p. 256).

Considerando as mudanças no modelo de produtivo e nas relações de trabalho, com desdobramentos quanto à organização dos atores sociais, incluindo certa relativização do movimento sindical, vamos recorrer às categorias *multidão* e *comunidade* com base em Linera para analisar possibilidades em direção ao exercício da cidadania. A flexibilidade trabalhista, a livre contratação e a fragmentação produtiva provocam debilidade na forma sindical, exigindo criatividade para substituir formas pré-existentes de organização territorial, tendo em vista a realidade multifacetada e complexa, e, no contexto boliviano, uma sociedade subalterna enraizada em âmbitos locais de preocupação (LINERA, 2010, p. 247). Essas são as condições para fazer frente à mercantilização da reprodução social básica e promover a “reativação prática das antigas estruturas sociais de agregação territorial e para a produção de novas estruturas de unificação emergentes dos novos perigos” (LINERA, 2010, p. 247). Assim, torna-se possível a ativação da “rede extensa de mobilização e ação comum”, baseada nos agrupamentos da vida local, na persistência, na

amplitude e na herança coletiva e individualizada da ação em geral, capaz de suportar localmente a pressão e transformar em resiliência social (LINERA, 2010, p. 247). “A multidão não é um redemoinho de desorganizados; pelo contrário, é uma ação organizada de pessoas organizadas previamente” (LINERA, 2010, p. 249). O movimento indígena desenvolvido na Bolívia produziu filiação e agregou capital militante de pessoas e instituições a serviço da igualdade, metodologicamente organizado a partir de mecanismos de deliberação, consenso e processos participativos (LINERA, 2010, p. 248). A forma multidão “não somente apresenta redes de associação com base comunal tradicional como também contém, e de maneira crescente, grupos de base associativa e eletiva emergentes dos intermitentes e mutilados processos de modernização social” (LINERA, 2010, p. 251). A forma multidão cria demandas e ações de tipo “pró-ativas”, consolidando, ampliando e radicalizando o movimento social, combinando defesa de recursos anteriormente possuídos, com recursos que antes não existiam (LINERA, 2010, p. 252).

A forma comunidade (LINERA, 2010, p. 258) tem relação intrínseca com a estrutura econômica e social do mundo indígena-camponês da região dos altiplanos bolivianos, com componentes comuns decisivos, entre eles, o sistema combinado de propriedade individual-familiar e posse comunal de terras de cultivo, em algumas comunidades e terras de pastoreio e recursos hídricos, na maioria. O “acesso direto à terra, combinado com a indústria doméstico-rural de tecidos, construção e artesanato, permitiu articular as condições de uma economia familiar-comunal com elevado índice de autorreprodução” (LINERA, 2010, p. 259). Algumas peculiaridades quanto às noções de propriedade, gestão da água, ocupação de território, concepção não mercadológica de lidar com recursos e serviços e ao compartilhamento de saberes chamam bastante a atenção. “A comunidade se apresenta como uma entidade social de vínculos tecnológicos, formas de circulação de bens e pessoas, transmissão de herança, gestão coletiva de saberes e recursos, sedimentação de experiências, funções políticas e projeção de porvires que se antepõe e define a própria individualidade” (LINERA, 2010, p. 259-260). Tal realidade foi posta em risco com as reformas centradas na racionalidade empresarial, reduzindo a posse familiar, a economia de subsistência e a estrutura comunal, além de efeitos homogeneizantes sobre a cultura (LINERA, 2010, p. 262- 263). Contudo, a rebelião indígena se constituiu a partir da unificação comunitária de quem tem projetos políticos e se organiza a partir de alto grau de autonomia e de componentes ancorados na memória coletiva e na capacidade de projetar horizontes de ação racionalmente história (LINERA, 2010, p. 266-267).

Alguns dados são significativos para compreender a “reinvenção popular” ocorrida na Bolívia que se transformou num movimento social de grandes proporções e chegando a eleger um presidente oriundo do grupo étnico indígena. Acima de tudo, a tentativa incansável e complexa de perseguir “até o fim” o discernimento político em nome da justiça étnico-social-popular chama a atenção. Isso remete a duas fases precedentes, complementares quanto ao efeito produzido: a primeira ocorrida em 1952, a chamada Revolução Nacional, que resultou no fim do capitalismo de Estado (LINERA, 2010, p. 15) e a segunda iniciada em 1985, com o levante de operários, camponeses e policiais, e que culminou no governo que deflagrou a reforma agrária, nacionalizou minas e decretou o voto universal, ao mesmo tempo em que promoveu reformas estruturais de caráter neoliberal (LINERA, 2010, p. 15). Entre os fatos marcantes do movimento de reinvenção “do mundo popular mediante a ativação de uma identidade étnica amiúde oculta atrás da identidade operária ou camponesa” (LINERA, 2010, p. 15) estão a “guerra da água” (2000) e a “guerra do gás” (2003). A primeira foi muito marcante quando os habitantes de Cochabamba se levantaram contra o aumento das tarifas por parte da empresa de abastecimento de água, numa violenta revolta que culminou com a expulsão da empresa transnacional (LINERA, 2010, p. 18). Para se ter uma ideia da capacidade organizativa envolvida, por “dezoito dias, nada se moveu, ninguém transitou pelas vias e nenhuma decisão foi tomada fora dessas redes de poder que ocuparam estradas, povoados medianos e meios de comunicação” (LINERA, 2010, p. 269). A alimentação e os turnos de revezamento estavam entre os desafios mantidos durante o período, só interrompido pela reação violenta do Estado e a morte de manifestantes (LINERA, 2010, p. 269-270).

Embora possam haver certas articulações a constituição de processos e lutas sociais são singulares. A Bolívia tem a marca decisiva a participação da indígena de distintas origens étnicas inclusive. Na realidade brasileira, por exemplo, além da tradição sindical, entre os movimentos sociais organizados com maior tradição está o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - o MST, e, com características e dinâmicas semelhante o Movimento de Trabalhadores Sem Teto - MTST. Nos últimos anos, todavia, esses movimentos parecem ter se institucionalizado e perdido seu poder de mobilização e manifestação de rua, além de se encontrar ausente o surgimento de novos coletivos. Em relação à articulação desses setores com os partidos políticos, e na comparação com os processos mencionados na Bolívia, a resistência e mobilização brasileiras parecem mais estáveis, com posturas razoavelmente definidas entre setores eclesiais, midiáticos, de

instituições e partidos políticos. O posicionamento à esquerda tem ficado restrito a um grupo de partidos, com certa mobilidade e complexidade entre as forças sindicais, somados a setores eclesiais e movimentos sociais tradicionais, e talvez aí esteja um ponto de reflexão. A grande mídia de maneira mais ou menos uniforme, hora mais explícita hora mais implícita, tem se posicionado à direita, assim como partidos, e aqui há outra nuance, tendo avançado para setores eclesiais. A institucionalização dos partidos e movimentos chama atenção nos últimos anos, ao lado de uma radicalização do discurso à direita construído em cima da oposição da esquerda estereotipada.

De modo especial, queremos chamar a atenção para as manifestações ocorridas no Brasil em 2013, com desdobramentos e enveredamento à direita e que resultou no impedimento da então presidente Dilma. Enfatizamos a falta de sensibilidade e capacidade de diálogo dos partidos de esquerda com o núcleo originário das manifestações, focadas no preço das passagens de ônibus de transporte coletivo e na crise da mobilidade urbana de modo geral, além de demandas de segunda ordem de “sofisticação”. Na comparação com os direitos básicos, saúde, educação e trabalho e para fins de exemplo, a qualidade desses serviços e as condições de moradia e qualidade de vida em geral. Não estamos falando que o resultado seria outro, mas da resposta institucionalizada em nome da “ordem”. Entre os saldos políticos a curto prazo, está a criação do Movimento Brasil Livre - MBL, um grupo de neoliberais neoconservadores, com algum grau de neofacismo, considerando que esta noção se vincula à negação do outro, não em sentido real, mas segundo a criação estereotipada deste outro. Além da dificuldade de diálogo entre partidos de esquerda e forças populares oriundas das manifestações, a força política destes tem sido inexpressiva.

O papel do partido político numa democracia, inclusive no sentido de limitar o exercício político no nível eleitoral ou ampliar como forma de participação direta como pressão permanente, não pode ser minimizado. É importante considerar que há certos condicionamentos contextuais que exigem maior ou menor criatividade, clareza teórica e convicção dos princípios, sem perder o poder de negociação, como é o caso de uma racionalidade concorrencial e privatista. Vale mencionar que isso depende de sua atuação enquanto partido de oposição ou de composição de governo, implicando em tarefas e/ou espectros distintos de atuação. Dos partidos de esquerda se espera mais, ligação orgânica e, ao mesmo tempo, autonomia e relação de enriquecimento recíproco com movimentos sociais constituídos ou com articulações de demandas populares autênticas. Avaliamos como interações imprescindíveis para que sejam desenvolvidos movimentos políticos para

manter a democracia arejada e em espiral progressivo. Ao mesmo tempo em que se espera muito dos partidos de esquerda, as mudanças sociais multiplicaram grupos e subgrupos, dificultando a unidade enquanto classe trabalhadora. Dessa forma, o partido deixou de ser “a fonte única de formação da vontade coletiva orientada para a mudança histórica” (FORNAZIERI, 2017, p. 236). Fornazieri (2017, p. 237) aponta oito considerações que interferem na atuação dos partidos políticos: complexificação e pluralização social que impacta a interatividade com vários atores, com os meios de comunicação e com a opinião pública; inauguração de diferentes formas de monitoria, fiscalização e denúncia sobre o sistema institucional e partidário, além da mudança de comportamento das grandes corporações (FORNAZIERI, 2017, p. 237-238); pluralização do ativismo social, com a participação de ONGs, novos movimentos e novas bandeiras, valores e direitos (FORNAZIERI, 2017, p. 238); enfrentamento de novos desafios na defesa dos direitos trabalhistas por parte de partidos tradicionais de esquerda, diante do poder de barganha do capital, de incentivos, benefícios, e da restrição a movimentos reivindicatórios (FORNAZIERI, 2017, p. 238-239); o enfraquecimento do papel distributivo do Estado, e dos valores da solidariedade e igualdade (FORNAZIERI, 2017, p. 239); a necessidade de mudanças estratégicas na luta por igualdade, justiça e liberdade, e o valor dado às eleições pelos partidos de esquerda; a “vontade coletiva” é cada vez mais “articulação de vários organismos políticos, sociais, culturais e intelectuais” (FORNAZIERI, 2017, p. 240).

O papel do partido político, nesses termos, é muito mais de articulador, de indutor e de organizador dessa ‘vontade coletiva’ plural e universalizante do que propriamente o seu representante exclusivo. [...] Nenhum partido tem qualquer potência de futuro enquanto se pensar em termos de representação exclusiva de uma verdade histórica qualquer. Um partido que não consegue caminhar junto com muitos outros será sempre a expressão de uma particularidade e de interesses próprios que, por se pretenderem exclusivos, serão autoritários. (FORNAZIARI, 2017, p. 241)

A educação para a democracia exige um misto de postura individual aberta à transformação da própria concepção de mundo, aberta à experiência, e que submete o senso comum ao aperfeiçoamento permanente, e processos formativos desenvolvidos em grupo. Em alguma medida, nem a educação formal e nem o envolvimento em partidos, sindicatos e movimentos sociais enquanto dinâmicas coletivas, oferece o que os pequenos grupos de estudo e “cultivo” possibilitam, por sua dinâmica livre e pelas relações de confiança e diálogo franco oportunizam. Estamos falando desde grupos de pesquisa, fundadas sobre o rigor científico, especialmente quando há um elemento de projeção coletiva e vislumbram um pouco além dos objetivos pragmáticos, uma utopia, um sonho de

sociedade. A nosso ver, a existência ou não desses pequenos grupos de reflexão fundamentados no pensamento crítico e num horizonte de sociedade equânime é decisivo para de construir dinâmicas de transformação da sociedade. Não são esses grupos que atuam necessariamente no campo político ou de mobilização de manifestações de rua, por exemplo, mas eles formam o substrato cultural, semelhante ao que a formação cultural ampla produz na educação formal. Trata-se de grupos atravessados por intelectuais que dialogam e têm os pés na academia e dispõem de boa bagagem científica, mas em diálogo aberto e profundo com a realidade e o conhecimento popular. Ocorre que a realidade profissional cada vez mais exigente, além de outros processos de fragmentação do tecido social e pouca predisposição para a organização coletiva comunitária, tem dificultado tal dinâmica. A inexistência de pequenos grupos constituídos a partir de temas de interesse, religioso, político e/ou necessidades pontuais ou pela proximidade geográfica, atravessada por lideranças com trajetória acadêmica, independente da motivação inicial do grupo e da plataforma de funcionamento, tem tornado as pessoas reféns da pseudoformação.

Não há roteiro prévio a ser seguido, nem resultado garantido, até porque mesmo um processo revolucionário só será confirmado a partir de sua deflagração histórica. Se, por um lado, a incerteza e a insegurança quanto ao resultado gera dúvida, por outro, saber que a história vai sendo definida a partir da participação de diferentes sujeitos individuais e coletivas, é a esperança que deve nos colocar em marcha. A natureza da política inscreve como atividade contrária ao curso espontâneo da vida, sendo decisiva a intervenção ativa do sujeito visando conservar ou mudar as coisas do mundo (FORNAZIARI, 2017, p. 223). A educação para a cidadania implica o resgate da potência e da natureza política das relações, inclusive seu papel importante na definição dos rumos da economia, mesmo considerando tratar-se de temas imbricados. Partimos do referencial histórico da democracia moderna, por isso não fizemos menção ao referencial grego de democracia, mas aqui vamos retomar uma noção fundamental porque, embora a história não seja repetição, o alcance utópico remete ao passado mais remoto. A ideia grega de política remete a uma atividade humana superior e à noção de projeto civilizatório. “O homem se civiliza e se humaniza na *polis* pela atividade política” (FORNAZIERI, 2017, p. 221. Grifo do autor). Segundo Fornaziari (2017, p. 223), a fusão do Cristianismo com o Império Romano interrompeu esse jogo, fundando o do domínio particular sobre os demais povos. “O imperativo da política consiste no fato de que não existe nenhuma outra atividade que

se equipara à sua potestade enquanto potência capaz de configurar, reconfigurar, mudar ou destruir os chamados negócios humanos” (FORNAZIARI, 2017, p. 225).

A política não existe em si e ela é qualificada a partir da participação das pessoas individualmente e da existência de grupos de suporte formativo, de confronto teórico e de filtro coletivo dos rumos da sociedade. Nenhum movimento político por mais relevante que tenha sido e por maiores desdobramentos que teve em termos de conquista de direitos e transformação de realidades na direção do reconhecimento de grupos excluídos surgiu sem o suporte de grupos. Muitas instituições de ensino são transformadas por dentro a partir de experiências de pequenos grupos de estudo sistemático, de análise da realidade política e educativa e da intervenção nelas a partir da transformação pessoal das próprias práticas. Com Dewey (1979, p. 6-7), afirmamos “que a medida do valor de qualquer instituição social, econômica, doméstica, política, legal e religiosa está em sua capacidade de amplificar e aperfeiçoar a experiência, embora essa capacidade não faça parte de seu motivo originário, que era mais restrito e mais imediatamente prático”. A travessia, tanto no nível pessoal como em termos de sociedade, não é possível sem correr algum risco, sem “expor” as próprias vulnerabilidades. O pirata que não se aventura em águas revoltas não alcança nenhum tesouro. O tesouro perseguido por quem sonha com uma sociedade democrática é que o regime eleitoral não seja a exceção e sim a complementaridade de um modo de vida em que o bem coletivo esteja acima dos interesses privados, mas para isso, muitos embates precisam ser travados e a educação precisa dar sua contribuição.

O contexto atual não conta mais com as circunstâncias de trabalho que aproximava do ponto de vista espacial os trabalhadores, fazendo-se necessário criar novas redes de resistência e espaços de articulação. Diante da dificuldade de constituir espaços coletivos e grandes movimentações, talvez o período histórico, ao menos momentaneamente, esteja a exigir atuações em pequenos grupos e sua articulação com outros pequenos grupos. A realidade brasileira tem tradição de pequenos grupos de estudo sistemático, análises de conjuntura, através de pequenos grupos desde realidades eclesiais, sindicais, de movimentos sociais, partidos políticos e mesmo no campo educacional, processos que impulsionaram o fim da ditadura militar, deram sustentação ao nascimento de partidos políticos e à Constituição de 1988, contudo essa dinâmica parece ter se descolado do tecido social. Da Bolívia a atitude permanente e aberta para perseguir o discernimento político a partir da diversidade cultural e do envolvimento de grupos historicamente desconsiderados e a capacidade de manter a memória coletiva são elementos inspiradores. Por mais que a

educação formal, que passa por uma nova reestruturação, com forte tendência de queda de qualidade e fragmentação, com a intensificação do ingresso do modelo empresarial, contribua, é impensável a transformação da realidade sem a “reinvenção” de processos formativos que extrapolem a âmbito meramente acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de doutorado foram muito desejados e, mesmo sem tantos detalhes, planejados desde a conclusão do mestrado, através de dois movimentos: o cultivo de uma postura reflexiva no exercício profissional e o de direcionar os estudos realizados no nível das pós-graduações *latu sensu* para fazer certo cercamento/mapeamento teórico/temático. O ingresso no curso de doutorado deu-se com muita predisposição para aprender e desenvolver um estudo mais arrojada, como exige a natureza da pesquisa de doutorado. O programa do PPGEDU/UPF agregou muito, desde referencias teóricos até, e a partir destes, um exercício hermenêutico significativo acerca da realidade que envolve as políticas educacionais e os grandes desafios educativos na atualidade. Destacamos a contribuição das disciplinas ofertadas no programa, os eventos promovidos - apesar da irregularidade na participação, na condição de trabalhador-pesquisador - e do grupo de pesquisa, coordenado pelo professor orientador, como espaço para compartilhar as descobertas dos estudos como leitura de mundo. A pesquisa está ajudando a forjar a maturidade de pensamento, e isso representa enormes desafios do ponto de vista profissional e pessoal, em função das responsabilidades que a oportunidade de fazer parte do referido programa gera. O espaço de atuação profissional muitas vezes nos põe em colisão frontal com o que a proposta do programa propicia enquanto referencial teórico-prático de atuação no campo educacional, exigindo até o limite do colapso físico e mental, para não abrir mão da coerência do pensar. Neste sentido, o doutoramento demarca um ciclo que se encerra e oportuniza a recondução/fortalecimento intelectual que significa uma revolução silenciosa decisiva e, ao mesmo tempo, tão barulhenta que gera inquietação, desinstala e joga em novas realidades, novos desafios, mesmo sem sair do lugar.

Pesquisar acerca das possibilidades e condições de educar para a democracia no contexto atual é um objeto de natureza macro e abrangente, de difícil delimitação, mas atual e valioso do ponto de vista do binômio sentido/relevância. O trabalho foi intenso e com muita entrega, buscando dar profundidade e alcance, e também um certo caráter inter e transdisciplinar exigido pela tarefa assumida para dar conta do objeto investigado. Vibramos muito com a pesquisa e ela não mexeu apenas com o intelecto, mas com nosso ser. O processo desenvolvido, mesmo com as fragilidades do texto, gera muita satisfação. Pode-se dizer que gerou cansaço e até certo esgotamento mas, acima de tudo, um cansaço gratificante, um trabalho empenhado para transformar e qualificar a mim mesmo e, quiçá,

deixar alguma contribuição para as reflexões acerca da pesquisa para pensar as políticas educacionais na perspectiva de uma sociedade democrática. Pesquisamos sobre as possibilidades e condições para se pensar a educação para a democracia de alta intensidade, num contexto marcado pela racionalidade concorrencial e em que mesmo a democracia formal e eleitoral vem sendo esgarçada e relativizada de diferentes maneiras, desde o controle político por parte de grandes corporações até a constituição de subjetividades julgadoras e centradas no cálculo do interesse pessoal.

A tese versa sobre a educação para a democracia. E nessa conclusão vamos nos permitir revisar o pensar sobre a educação, em seu sentido amplo e, de alguma forma, primário. A educação, embora comumente esteja mais direcionada à tarefa da família e da sociedade, o verbo educar, remete a outros dois verbos e que implicam ações, portanto, movimentos distintos e sujeitos diferentes envolvidos. O sujeito que educa, embora também aprenda, é, em tese, um sujeito diferente daquele que está na condição de aprendiz, na situação indicada pelo verbo aprender. E quando nos referimos à educação formal ainda usamos outro verbo, ensinar. Educar é mais complexo do que ensinar e, em última análise, a educação, embora normalmente nos referimos para falar das instituições de ensino, é mais uma tarefa que se dá em sociedade, nas relações e interações entre indivíduos, pessoas, sujeitos, atores que, embora sinônimos, têm significados e remetem a realidades semânticas distintas. Os termos educar, ensinar e aprender remetem a realidades subjetivas singulares, ao mesmo tempo em que implicam em relações e interações objetivas. De uma ação inicial única surgem aprendizados múltiplos e peculiares. A educação remete, portanto, à arte de conjugar diferentes sujeitos em interação e à construção de sentidos e significados a partir desses processos complexos e fascinantes que ocorrem na sociedade e não apenas na escola.

Quando aproximamos os conceitos educação e democracia, a partir do objetivo aqui proposto, estamos atribuindo uma tarefa à educação, apontando um horizonte, uma meta, ou seja, estamos dando uma orientação à arte de educar, a de educar para a democracia. E estamos tratando a democracia como uma realidade “culturalmente” aceita, formalmente consolidada e predominante reconhecida como regime de governo, não sem resistências e dissonâncias mundo afora, mas sem incidência radical sobre as relações sociais. A democracia, retomando Santos (2016), remete a processos sociais de transformação de desigualdades e hierarquias em poder compartilhado, portanto, direciona a realidades de equidade e justiça social. E daí vem um dos grandes debates da tese, a tensão entre

capitalismo e democracia, que privilegia estruturas, dinâmicas e subjetividades de concentração e lucratividade ilimitadas. Ao mesmo tempo em que noções como a da liberdade individual aproxima o capitalismo da democracia, o exercício da liberdade é condicionado ao campo econômico, tornado a riqueza um critério fundamental para a liberdade, mas, ao mesmo tempo, um obstáculo intransponível para quem não tem capacidade de consumir, sem esquecer que esta já é uma segunda exclusão, porque a venda da força de trabalho tem sido uma fase decisiva de distinção e hierarquia. É como se grande parcela da população tivesse acesso limitado, não apenas a bens e serviços, mas restrição no uso da liberdade e também na participação das decisões, que ganha algum respiro através da organização social. Uma boa síntese desses desafios foi apontada por Dardot e Laval (2016, p. 9) quando ponderam:

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade privada exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da codecisão – não há obrigação política sem participação em uma mesma atividade.

Educar para a democracia na atualidade torna imprescindível desvelar as nuances do funcionamento do capitalismo financista, embora este não seja o único impedimento para o desenvolvimento de relações democráticas. O que necessita de um enfrentamento radical, contudo, é o capitalismo. Isso fica camuflado em alguns debates porque o funcionamento do capitalismo não revela de forma explícita, mas sutil, algumas regras. Distingue-se, por exemplo, de discursos de natureza fundamentalista em termos religiosos ou militares que indicam o combate ao inimigo, “esquerda” ou o “comunismo”, mas mantém velados muitos elementos fundamentais. São esses elementos que legitimam o capitalismo que precisam ser desvelados. Além da racionalidade concorrencial, existem outros condicionamentos ou outras circunstâncias associadas a estas como é o caso de certo “corporativismo religioso”, que se aproveita de um sentimento de pertencimento para reforçar um moralismo comportamental associado à uma ideologia política. Na realidade brasileira, como apontamos ao longo do texto, o modo “miliciano” de agir também condiciona a política e faz acreditar que colocar “os seus” no poder é o que vai garantir uma melhor condição de vida, ignorando por completo noções coletivas e sentimentos de

povo e nação em sentido amplo. São desafios gigantescos que adentam e condicionam a cultura política, diante dos quais o desafio da formação para a democracia urge.

Neste sentido, é possível identificar na realidade brasileira atual manifestações em defesa de uma intervenção militar e de ações e discursos do chefe do Executivo Federal, 2019 a 2022, que ameaçam a democracia, deixando em frangalhos a República. Alguns governos criaram obstáculos para práticas democráticas mais diretas, através de repressão a manifestações ou de retrocessos a conquistas formais, mesmo sem terem feito discursos questionando os princípios democráticos. Foram governos que atacaram a legitimidade de direitos trabalhistas e outras conquistas sociais obtidas a duras penas e descritas na Constituição de 1988, questionando indiretamente o que poderia dar consistência ao Estado democrático de direito, sem que muitos se dessem conta de seus efeitos perversos. O capitalismo tem uma dinâmica permanente de ampliar a liberdade econômica, a concentração e o acúmulo, avançando para práticas que inviabilizam a garantia de direitos para a maioria da população, fazendo isso de forma mais sutil e camuflada possível, imperceptível para muitos e eficiente nos objetivos e na construção de legitimidade. Por isso, educar para a democracia implica o enfrentamento das duas realidades: a estrutural, pela pressão e eleição de representantes comprometidos, e a subjetiva, através de uma formação democrática.

Se radicalizar a democracia implica confrontar a lógica capitalista, não significa afirmar que este seja o único problema da democracia, que também enfrenta desgastes oriundos da crise de representatividade e da própria burocracia da política. A qualidade da educação formal também não é problema exclusivo do modelo de desenvolvimento capitalista, senão de uma série de circunstâncias, posturas individuais e problemas estruturais que dificultam o acesso à formação cultural ampla. Assim, ao lado da questão central se constituem outras, algumas mais vinculadas ao desenvolvimento capitalista e outras típicas de descuidos e faltas, próprias da natureza humana. As religiões fundamentalistas baseadas numa compreensão fatalista e conformista, em alta na atualidade, estão tendo forte incidência sobre a política brasileira com todas as implicações daí decorrentes. De toda forma, com a crítica ao capitalismo, e o exemplo das igrejas neopentecostais, não indicamos que esta racionalidade será superada. A própria fase neoliberal do capitalismo resultou de uma combinação específica do desejo de liberdade individual, do desenvolvimento da ciência e de processos de industrialização, orientados estrategicamente para a liberdade econômica. Novos consensos não serão resultantes de

propriedades subjetivas, características e concepções completamente novas, mas de novos arranjos construídos a partir de predisposições e faculdades pessoais já disponíveis. O aprofundamento da democracia e o respeito aos direitos humanos e às questões planetárias vão depender da criatividade, da ousadia e de um exercício sociológico e epistemológico de sujeitos individuais e coletivos, especialmente de processos construídos a partir de pequenos grupos, que inspirem e deem suporte para encontrar sentido e transformar o projeto coletivo em causa própria, como observa Dewey (1979, p. 106):

Uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquirirem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas da vida associada. Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direção sociais, e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais sem o ocasionamento de desordens.

Concordamos com Dewey a respeito do desenvolvimento de uma educação que possibilite acesso equânime aos bens produzidos e à forma associativa de buscar a atualização das instituições. Contudo, no que diz respeito a não causar “desordem” concordamos em evitar, quando possível, não abrir mão se os direitos fundamentais não forem respeitados. Afinal, a desigualdade e toda forma de injustiça e hierarquização das relações inviabiliza de tal maneira e submete uma parcela da população a condições de segundo classe em termos de cidadania, quanto a real possibilidade de intervir na lógica social em comparação a grandes corporações, o que implica em completa desordem. O foco é perseguir a “razão do comum” (DARDOT; LAVAL, 2017), com predomínio do uso coletivo dos bens, recursos naturais, apreciados como patrimônio da humanidade. Mais ainda, o reconhecimento dos povos tradicionais ganha importância maior à medida que questiona a racionalidade concorrencial e a lógica temporal produtivista e exploratória. Os novos consensos sociais, nova base civilizatória, remetem a um movimento de atualização e intensificação da democracia, ajudando a evitar retrocessos mesmo em nível de experiências democráticas minimalistas. “Uma das maneiras de caracterizar o momento atual vivido pelo Brasil é dizer que precisamos continuar a democratizar a república pela inclusão social, sem abandonar o esforço de republicanizar a democracia pelo governo da lei, eficaz e transparente, requisito indispensável para o fortalecimento das instituições” (CARVALHO, 2020, p. 245). Após as últimas experiências governamentais e do modo como os representantes no Legislativo têm tratado os interesses e demandas da população, deve-se considerar a necessidade de resgatar práticas e não apenas dar continuidade.

Quando iniciamos a pesquisa tínhamos uma noção clara de que vivíamos uma crise profunda de modelo democrático e de que esta crise dizia respeito ao aprofundamento do capitalismo e ao proporcional esvaziamento do conteúdo da democracia, relegada ao procedimento eleitoral. Tínhamos noções também acerca da fragilidade da política por conta do enfraquecimento do espírito público, da burocratização e da falta de oxigenação e conexão dos partidos e dos “políticos” com as realidades que “representam”. Ao longo da pesquisa foi se evidenciando a urgência de mudar aquela lógica que tomou conta e que aparece como o pano de fundo ou o fio condutor em um texto e que constitui a racionalidade concorrencial, que domina consciências. Ao lado disso, percebem-se processos sociais e mesmo processos de natureza educativa que deveriam promover o esclarecimento e produzir discernimento, que focam em metas e reduzem a educação à mera ferramenta para galgar postos de trabalho. A relação entre os processos de racionalidade hegemônica e o da fragmentação e insuficiência formativa, deixam o ser humano à própria sorte, num contexto de muita verbosidade e tagarelice, com quase nada de formativo. Desta maneira, o protagonismo e a noção de sujeito passam a ser substituídos pelo preenchimento do tempo com informações e com a pronúncia de opiniões supostamente próprias. É um protagonismo sem sujeito em que a repetição de frases prontas cria obstáculos ao próprio pensar reflexivo, e à palavra que provoca questionamentos e reflexionar-se sobre o próprio pensamento, impede o pensamento autônomo e a construção de pontes e vínculos com os outros. É urgente a construção de novos consensos, plurais, abertos e que tomem distância das mentiras que são propagadas diariamente e que a palavra dita faça sentido e tenha significado singular. Esse seria um passo importante para voltarmos a nos conectar com o outro e não a definir previamente que ele não pode fazer parte porque ouvi alguém dizer algo que me distancia dele.

A construção deste novo consenso ou de novos consensos, de uma nova gramática histórica e social como diria Santos (2009, 2016), não pode mais ser o da lógica neoliberal, mas assentar-se sobre novas bases civilizatórias e a educação (formal) tem uma contribuição valiosa, desvelando e jogando luz às realidades obscurantistas e camufladas. É preciso dar um passo decisivo na construção de narrativas que ofereçam elementos consistentes para participar dos grandes embates e da formação cultural ampla onde os clássicos e as artes, constituam-se em elementos fundamentais. A base do novo consenso precisa ser plural em termos étnicos, culturais, de identidade de gênero e também quanto à noção de democracia, tendo a democracia como meta, na perspectiva de ampliar

modelos e tornar o ambiente social propício ao desenvolvimento de novas práticas democráticas a partir de lógicas comunitárias. O novo consenso plural precisa ter clareza em torno de alguns pontos emblemáticos: justiça ecológica, justiça e solidariedade sociais, justiça cognitiva, justiça histórica e justiça sexual (SANTOS, 2021, p. 314). Uma das metas é “produzir e divulgar conhecimento plural, livre, crítico e independente” (SANTOS, 2021, p. 314). O campo da educação exigirá muito nos próximos anos e os embates aí travados poderão ser decisivos para o futuro à medida que a construção de consensos depende de como as grandes questões, como patrimônio comum da humanidade, matriz energética, soberania alimentar, renda básica universal, serão transformados em embates e que perspectivas serão indicadas a partir daí. Essa tarefa não cabe apenas à educação formal. É urgente a (re)criação de espaços formativos não escolares, mas articulados com os ambientes formais. A dificuldade está justamente em encontrar disposição para pensar coletivamente, num contexto em que o ideal disseminado aponta para conquistas individuais.

É preciso ter consciência que o cenário não é favorável e que a plasticidade e a capacidade de reinvenção do capitalismo, a partir das estratégias dos capitalistas que lutam pela manutenção dos privilégios de elite e daqueles que o fazem para galgar novos postos na hierarquia é muito grande. Avançar na construção de uma sociedade democrática, portanto, exige a superação de muitos obstáculos, que podem ser divididos em diferentes níveis: pessoal, subjetivo, e no plano político, estrutural. A predisposição e o compromisso político com um consenso formado sob as bases da cooperação e com uma lógica não produtivista, com certa desaceleração do ritmo de vida, articulado com o espírito crítico e o pensamento reflexivo, alicerçado na autoformação, é um primeiro passo nesta direção. Embora muitas decisões são pessoais, a formação de grupos é fundamental para o cultivo do pensamento criterioso e o desenvolvimento do cuidado, do rigor e do espírito investigativo, sem ignorar a participação decisiva em termos de horizontes utópicos. O “acesso livre ao comum”, contudo, exige mais do que compromisso pessoal e do suporte de pequenos grupos, mas é impossível sem eles. É preciso avançar, a partir da construção de novos consensos, na atuação política para interferir na redefinição do papel do Estado e do conjunto de instituições. Este é um projeto coletivo que exige o compromisso e a articulação com movimentos mais amplos da sociedade civil (organizada) e de partidos políticos. Só uma cidadania revitalizada a partir de princípios e critérios mínimos e articulada com diversos setores sociais tem força para empreender mudanças desta

magnitude. A criação/retomada de redes de movimentos e coletivos sociais, a partir de processos formativos críticos e reflexivos, é fundamental para fugir do emaranhado sociocultural, político e econômico que nos encontramos, onde o esvaziamento da democracia é realidade. É preciso criatividade e imaginação epistemológica, sociológica e pedagógica, além de seriedade no desencadeamento de processos para dar vitalidade à democracia que pode nos libertar da opressão, sendo um dos caminhos para superar o excesso de palavras vazias e sem significados. Precisamos de palavras carregadas de sentido e que provocam a pensar e a nos mobilizar.

Apontamos ao longo do texto um conjunto de questões identificamos no processo de pesquisa como resultado da nossa pesquisa. Educar para a democracia, afirmamos uma vez mais, é um processo complexo e que necessita de um movimento amplo e articulado, implicando em tarefas a serem desenvolvidas mais especificamente pela educação formal, citamos a perspectiva de uma formação cultural ampla e que garanta no currículo as artes, as humanidades e os clássicos, numa abordagem aberta, problematizadora e fundada no pensamento crítico-reflexivo. Outras empreitadas dependem de ações articuladas no interior da sociedade, a fim de criar espaços de participação, construção de demandas, além de força e estratégia política para que esse processo incide sobre as políticas públicas, o que implicaria na constituição de redes democráticas e no exercício da cidadania. Para que esse processo ocorra, porém, há que se criar uma predisposição e um sentimento de “pertencimento coletivo”, para que se estabeleçam as condições básicas para pensar-se com os outros, realidade que encontra algumas barreiras no atual contexto sociopolítico. Por sua vez, essa predisposição não é algo natural e espontâneo, mas requer uma sensibilização e o cultivo de um pensamento reflexivo para romper certas bolhas do pensamento e certos ambientes em que se dissemina o ódio. O mais difícil neste caso é chegar a quem não quer dialogar e que não está disposto a cultivar o pensamento reflexivo, mas prefere ter o “outro” como algo do ódio. Nesse sentido, deve-se considerar que a constituição de espaços democráticos, de estudo e convivência, precisa ser ampliada a partir de pequenos grupos e da formação de redes, por interesse e/ou circunstâncias e estes exigem paciência e persistência, ainda mais, precisa vencer a truculência que chega e atropela, destrói e deixa apenas um rastro de vazio. É preciso reerguer-se e começar novamente. E uma vez mais.

Esse movimento amplo para caminharmos na direção da educação para a democracia precisa produzir mudanças estruturais – atuação do Estado para minimizar os

efeitos devastadores da desigualdade social – e um efeito subjetivo, na direção do princípio da cooperação e da solidariedade entre as pessoas, amplificada na atitude para com os demais seres e o planeta. Nossa esperança encontra ressonância na possível estafe de uma compreensão simplista produzida pelo empobrecimento da subjetividade por acreditarmos que a natureza humana, quando reduzida a compreensões mesquinhas e que subestimam a capacidade humana de pensar coletivamente, produza certo esgotamento. É claro que encontramos, em contradição a isso, um conjunto de interesses econômicos e políticos sustentados por esta mentalidade e, o mais grave, uma racionalidade realmente estreitada e que não tem alcance para sair de tal condição sem participar de processos formativos de perspectiva emancipadora. Ao que parece, temos um público muito grande distante de qualquer espaço educativo capaz de gerar transformação do próprio pensamento e que é alimentado pelo modo simplista de pensar. Eis um dos grandes desafios do nosso tempo!

Apesar dos esforços, por conta de um contexto político-econômico em ebulição, da complexidade e da aceleração gigantescas do ritmo de vida na atualidade, há muito mais a ser pesquisado ainda em aproximação e diálogo com o tema da educação para a democracia. A amplitude da abordagem, ao mesmo tempo, que toca em muitas questões fundamentais e aponta preocupações e rumos, deixa em aberto abordagens mais específicas. Ainda continuam instigando questões provocativas que podem ser tomadas como objeto de análise. Um tema de extrema relevância e que não tivemos condições de abordar aqui tem relação com o modo como as escolas têm atendido as “novas” e “velhas” realidades de grupos excluídos, estudantes oriundos de contextos de extrema pobreza, diferentes grupos étnicos. Os migrantes, oriundos de diferentes países com tradições culturais, religiosas, costumes e línguas, talvez estejam entre os grupos mais vulneráveis, uma vez que enfrentam ainda dramas ligados ao pertencimento enquanto nação e cidadania. A segunda temática que encontra ressonância na atualidade diz respeito à religiosidade e os dilemas vinculados ao exercício da cidadania e ao modo como conceber e sustentar práticas democráticas no contexto dos diferentes princípios e valores religiosos. Concepções políticas, experiências formativas e modelos democráticos a partir do confronto entre Teologia da Libertação e a Teologia da Prosperidade são, certamente, um desafio interessante. Um terceiro tema relevante no contexto educacional atual diz respeito às potencialidades e limites do uso das tecnologias no campo educacional e em que medida as ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas para a ampliação de experiências democráticas. Ainda, indicamos um quarto tema que fica em aberto em função das opções

feitas que tornaram inviável esse empreendimento. Trata-se de uma análise acerca das possibilidades e desafios formativos na prática democrática mais direta a partir da realidade de grupos como partidos políticos e movimentos sociais que se organizam a partir do espectro político de transformação da sociedade e de como projetam espaços de participação direta em momentos de profunda crise de organização e representatividade.

A vivacidade da democracia depende, em grande parte, da capacidade de organização e reorganização em torno de necessidades materiais ou simbólicas, de sua transformação em demanda e da capacidade de gerar ação política articulada e força de pressão sobre a institucionalidade política. Como observa Han (2017, p. 120-121), “o político enquanto homem livre precisa agir, ele deve produzir belos atos, belas formas de vida, para além daquilo que se faz necessário e útil à vida. Deve, por exemplo, modificar a sociedade, no sentido de possibilitar um incremento de justiça, um aumento de felicidade. Agir político significa fazer com que surja algo totalmente novo, ou o nascimento de uma situação social nova”. A melhor contribuição que vem da natureza educacional neste movimento diz respeito ao cultivo do espírito crítico e a promoção de processos emancipatórios, não permitindo que a educação esteja submissa ao veredito da necessidade e da utilidade, e que a dignidade humana seja descuidada. Daí o desafio lançado por Nussbaum (2015, p. 80. Grifo da autora) sobre a interdependência global e a preocupação com a economia global e o meio ambiente e que nos inspira a concluir a tese: “a educação deveria nos equipar para que atuássemos efetivamente nessas discussões, considerando-nos como ‘cidadãos do mundo’, para usar uma expressão consagrada pelo tempo, em vez de simplesmente americanos, indianos ou europeus”.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Deus acima de todos. In: Vários Autores. *Democracia em risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo : Companhia das Letras, 2019. (p. 35-51)

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP : Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão : O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo : Boitempo, 2018.

ARENDT, HANNAH (Trad. Roberto Raposo). *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2007.

ARROYO, Miguel G. Trabalho - educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho : perspectivas de final de século*. 7.ed. Petrópolis : Vozes, 2005. (p. 138-165)

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. (p. 560-597)

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo : Todavia, 2019.

BALL, Stephen. *Educação Global S.A : Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa : UEPG, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

BAUMAN, Zymunt. *Vida para consumo : a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro : Zahar, 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo : Contracorrente, 2017.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel.. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo : Contracorrente, 2019.

BERARDI, Franco (Bifo). *A fábrica da infelicidade : trabalho cognitivo e crise da new economy*. Rio de Janeiro : DP&A, 2005.

BOBBIO, Norberto (Trad. Marco Aurélio Nogueira). *O futuro da democracia : uma defesa das regras do jogo*. 13.ed. São Paulo : Paz e Terra, 2015.

BOFF, Leonardo. *Como fazer Teologia da Libertação*. 7.ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

CALVINO, Italo (Trad. Nilson Moulin). *Por que ler os clássicos*. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

CARTA CAPITAL. *Há um fascista em potencial em cada um de nós*. Entrevista com Márcia Tiburi e Rubens Casara (Youtube 2 de abril de 2021). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LQS0uKVvVzs>> Acesso em 9 set./2021.

CASARA, Rubens. *Sociedade sem lei : Pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2018.

CASARA, Rubens. *Contra a miséria neoliberal : racionalidade, normatividade e imaginário*. São Paulo : Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel (Trad. Joana Angélica d'Avila Melo). *Ruptura : a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro : Zahar, 2018.

CENCI, Angelo V.; MARCON, Telmo. Sociedades complexas e desafios educativos : individualização, socialização e democracia. In: MÜHL, Eldon H.; DALBOSCO, Claudio A.; CENCI, Angelo V. (Orgs). *Questões atuais da educação : Sociedade complexa, pensamento pós-metafísico, democracia e formação humana*. Ijuí : Ed. Unijuí, 2016. (p. 111-130)

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias sociais : evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba : Appris Editora, 2019.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo : Boitempo, 2016.

DEWEY, John. *Democracia e educação : Introdução à Filosofia da Educação*. 4. ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1979.

DEWEY, John. *Democracia e educação – Capítulos essenciais*. São Paulo: Ática, 2007.

DAVIS, Mike. O capitalismo em uma era de pragas e catástrofes. *Revista IHU On-Line*. Abr./2020. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598508-o-capitalismo-em-uma-era-de-pragas-e-catastrofes-artigo-de-mike-davis>> Acesso em 3 jan./2021.

DOLAN, Kerry A. Os 25 maiores bilionários do mundo em 2020. 7 abr. 2020. *Forbes Brasil*. Disponível em: <<https://forbes.com.br/listas/2020/04/os-25-maiores-bilionarios-do-mundo-em-2020/>> Acesso 21 jan. 2021.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo : A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. 2.ed. São Paulo : Autonomia Literária, 2017.

FLICKINGER, Hans-George. A educação diante da complexidade da sociedade contemporânea. In: MÜHL, Eldon H.; DALBOSCO, Claudio A.; CENCI, Angelo V. (Orgs). *Questões atuais da educação : Sociedade complexa, pensamento pós-metafísico, democracia e formação humana*. Ijuí : Ed. Unijuí, 2016. (p. 15-28)

FORBES Brasil (redação). Quem são os brasileiros no novo ranking dos bilionários do mundo. *Forbes Brasil*. 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/escolhas-do-editor/2020/04/quem-sao-os-brasileiros-no-novo-ranking-dos-bilionarios-do-mundo/>> Acesso 21 jan. 2021.

FORNAZIERI, Aldo. Esquerda : uma crise de pressupostos. In.: FORNAZIERI; Aldo; MUANIS, Carlos (Orgs.). *A crise das esquerdas*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 23.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa*. 30.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do Ensino Médio representa uma regressão e uma traição aos jovens e ao país. *Instituto Humanitas Unisinos* (por João Vitor Santos). Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma-regressao-e-uma-traicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto>> Acesso 13 mar. 2022.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. 12. ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

GOERGEN, Pedro L. Formação humana e sociedades plurais. In: MÜHL, Eldon H.; DALBOSCO, Claudio A.; CENCI, Angelo V. (Orgs). *Questões atuais da educação : Sociedade complexa, pensamento pós-metafísico, democracia e formação humana*. Ijuí : Ed. Unijuí, 2016. (p. 29-49)

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2.ed. Petrópolis : Vozes, 2017.

HARVEY, David. *O neoliberalismo : História e implicações*. 5.ed. São Paulo : Loyola, 2014.

HELLER, Patrick; ISAAC, T.M. Thomas. O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. (p. 588-645)

IBGE. Síntese de indicadores sociais : Uma análise das condições de vida da população brasileira. (Estudos & Pesquisas, 43) IBGE : 2020.

LARROSA, Jorge. *Tremores : Escritos sobre experiência*. Belo Horizonte : Autêntica, 2017.

LARROSA, Jorge; KOHAN, Walter. Apresentação da coleção. In: BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem : educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa : O neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina : Editora Planta, 2004.

LEVITSKI, Steven & ZIBLAT, Daniel (Trad. Renato Aguiar). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro : Zahar, 2018.

LINERA, Álvaro García (Trad. Mouzar Benedita e Igor Ojeda). *A potência plebeia : ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo : Boitempo, 2010.

MAALOUF, Amin (Trad. Arnaldo Bloch). *O Naufrágio das civilizações*. São Paulo : Vestígio, 2020.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias : dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo : Todavia, 2020.

MARCON, Telmo. *Os movimentos sociais como educadores : contribuições políticas e pedagógicas do Acampamento Natalino*. Passo Fundo : UPF, 2016.

MARCON, Telmo; SANTOS, Daniela dos. Socialização em contextos de violência e desconfiança: reflexões sobre a obra “República das milícias - do esquadrão da morte à era Bolsonaro”. *Espaço Pedagógico*. v. 28, n. 1, Passo Fundo, p. 421-428, jan./abr. 2021. Disponível em www.upf.br/seer/index.php/rep

MARCON, Telmo; SCOLARI, Adriel; MEZADRI, Neri. Educação para a democracia no contexto neoliberal : contribuições da universidade para superar a subjetividade neoliberal. *Revista Internacional de Educação Superior*. Jun./2021. Campinas, SP, v.8. p. 1-21.

MEZADRI, Neri José. *Contribuição dos movimentos sociais populares para a educação formal : perspectivas políticas críticas e emancipatórias*. 2007. 124f. (Dissertação Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

NÓBREGA, Luciana Nogueira. Estado e autonomias indígenas na Nova Constituição da Bolívia. *Tensões Mundiais*. Fortaleza, maio/2018. v. 14, n. 26, p. 157-181.

NUSSBAUM, Martha (Trad. Fernando Santos). *Sem fins lucrativos : por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo : Martins Fontes, 2015.

OXFAM. *A distância que nos une : um retrato das desigualdades brasileiras*. Oxfam Brasil/Brief Comunicação, 2017.

OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. (p. 420-451)

OXFAM. *Tempo de cuidar : O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Reino Unido : Oxfam internacional, 2020.

PARO, Vitor Henrique. *Educação como exercício do poder : crítica ao senso comum em educação*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2010.

PETERSON-WITHORN, Chase. Bilionários do mundo ficam US\$ 1,9 trilham mais ricos em 2020. *Forbes Brasil*. 16 dez. de 2020. (6p.) Disponível em: <

<https://forbes.com.br/forbes-money/2020/12/bilionarios-do-mundo-ficam-us-19-trilhao-mais-ricos-em-2020/>> Acesso em 21 jan. 2020.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro : Intrínseca, 2014.

PNUD Brasil. *Relatório mostra que 3,8% da população brasileira se encontrava em situação de pobreza multidimensional em 2015*. 12 de jul./2019 (4p.) Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/relatorio-mostra-que-3-8--da-populacao-brasileira-se-encontrava-.html>> Acesso em 14 jan. 2021.

PRZEWORSKI, Adam (Trad. Berilo Vargas). *Crises da democracia*. Rio de Janeiro : Zahar, 2020.

RUNCIMAN, David (Trad. Sergio Flaksman). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo : Todavia, 2018.

SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. (p. 620-679)

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito : o que aconteceu com o bem comum?* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da Globalização. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3.ed. São Paulo : Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo : para uma nova cultura política*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. (p. 457-559)

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. (p. 39-82)

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia : reinventar as esquerdas*. São Paulo : Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O futuro começa agora : da pandemia à utopia*. São Paulo : Boitempo, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Trump não tomará cianureto. *Revista IHU on-line* – 13 jan. 2021. (4p.) Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/606068-trump-nao-tomara-cianureto-artigo-de-boaventura-de-sousa-santos>> Acesso em 14 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democracia convive com Fascismo social. Entrevista à *FOLHA DE S. PAULO* (por Gabriela Athias). *São Paulo, 21 de maio de 2001. Disponível em:* < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2105200102.htm>> Acesso em 25 mar./2022.

SENNETT, Richard (Trad. Marcos Santarrita). *A corrosão do caráter : consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 10.ed. São Paulo/Rio de Janeiro : Record, 2005.

SENNETT, Richard (Trad. Clóvis Marques). *Juntos : os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SENNETT, Richard (Trad. Lygia Araujo Watanabe). *O declínio do homem público : as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro : Record, 2015.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Democracia em crise no Brasil : valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional*. São Paulo : Editora Contracorrente, 2020.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado : A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo : Boitempo, 2018.

TOGNINI, Giacomo. Médicos, cientistas e empresários da saúde: os bilionários da pandemia. *Forbes Brasil*. (20p.) Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2020/12/medicos-cientistas-e-empresarios-da-saude-os-bilionarios-da-pandemia/>> Acesso 21 jan. 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo : a renovação do materialismo histórico*. São Paulo : Boitempo, 2011.